



Joseph Fouché

Retrato de um homem político



DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Stefan Zweig

Joseph Fouché

Retrato de um homem político

Tradução:

Kristina Michahelles

Posfácio:

Alberto Dines



Sumário

Prólogo

Ascensão, 1759-1793

O “carneiro de Lyon”, 1793

A luta com Robespierre, 1794

Ministro do Diretório e do Consulado, 1799-1802

Ministro do imperador, 1804-1811

A luta contra o imperador, 1810

***Intermezzo* involuntário, 1810-1815**

A luta final com Napoleão, 1815 - Os Cem Dias

Queda e fim, 1815-1820

Posfácio: O patife irresistível, por Alberto Dines

Para Arthur Schnitzler,
com afetuosa admiração

Prólogo

JOSEPH FOUCHÉ, um dos homens mais poderosos de sua época, um dos mais notáveis de todos os tempos, encontrou pouca simpatia entre os contemporâneos e ainda menos justiça na posteridade. Napoleão em Santa Helena, Robespierre entre os jacobinos, Carnot, Barras, Talleyrand em suas *Memórias* - a pena de todos os historiadores franceses, sejam monarquistas, republicanos ou bonapartistas, enche-se de fel quando escreve seu nome. Traidor nato, intrigante miserável, réptil escorregadio, desertor profissional, alma mesquinha de policial, amoralista deplorável, não lhe poupam nenhum insulto, e nem Lamartine, nem Michelet ou Louis Blanc tentam seriamente desvendar seu caráter, ou melhor, sua falta de caráter admiravelmente obstinada. Seu retrato em contornos reais aparece pela primeira vez na monumental biografia de Louis Madelin, ao qual o presente estudo, como qualquer outro, deve a maior parte do material factual. Com essa exceção, a História banuiu silenciosamente para a última fileira dos figurantes insignificantes um homem que, numa guinada decisiva, liderou todos os partidos e foi o único a sobreviver a cada um deles, que no duelo psicológico venceu um Napoleão e um Robespierre. Vez por outra seu espectro ainda ronda uma peça de teatro ou uma opereta sobre Napoleão, porém geralmente como a caricatura gasta de um chefe de polícia astuto, um prenúncio de Sherlock Holmes, pois uma caracterização pouco profunda sempre confunde um ator

que está em segundo plano, mas é essencial, com um papel secundário.

Um único homem vislumbrou a dimensão desta figura ímpar do alto de sua própria grandeza: Balzac. Esse espírito elevado e ao mesmo tempo penetrante, que não divisava apenas a cena da época mas sempre espiava também por detrás dos bastidores, reconheceu em Fouché, sem reservas, a personalidade psicologicamente mais interessante de seu século. Habitado, na sua química dos sentimentos, a contemplar todas as paixões, não só as chamadas heroicas mas também as consideradas baixas, como elementos de igual valor, habituado a admirar da mesma forma um criminoso consumado como Vautrin e um gênio moralista como Louis Lambert, sem jamais distinguir entre moral ético e antiético, mas sempre medindo apenas a volição de uma pessoa e a intensidade de sua paixão, Balzac fez sair de sua penumbra intencional este homem que está entre os mais desprezados e difamados da Revolução e do Império. “O único ministro que Napoleão teve”, diz ele sobre este “gênio singular”; depois “*la plus forte tête que je connaisse*”;^a e, em outro trecho, “um daqueles personagens com tanta profundidade sob a superfície que permanecem impenetráveis no momento em que agem, e só depois podem ser compreendidos”.

Eis uma interpretação bem diferente do desprezo dos moralistas! E, no seu romance *Une ténébreuse affaire*, Balzac dedica uma página especial a esse “espírito sombrio, profundo e extraordinário, tão pouco conhecido”: “Seu gênio particular”, escreve, “que suscitou uma espécie de temor em Napoleão, não se revelou de uma vez. Esse obscuro membro da Convenção, um dos homens mais extraordinários e ao mesmo tempo mais erroneamente julgados de seu tempo, em meio às crises que enfrentou tornou-se o que afinal veio a ser. No Diretório, alcançou um patamar de onde homens profundos conseguem divisar o

futuro por saberem avaliar corretamente o passado. Depois, de uma vez, assim como os atores medíocres que, iluminados por uma súbita inspiração, tornam-se excelentes, demonstrou seu talento durante o golpe de Estado do 18 Brumário. Esse homem de semblante pálido, educado na disciplina monástica, conhecia todos os segredos da Montanha, facção à qual pertenceu inicialmente, e também os dos monarquistas, por cima dos quais acabou por passar. Esse homem estudou gradual e silenciosamente as pessoas, as coisas e as práticas do cenário político; descobriu os segredos de Bonaparte, deu-lhe conselhos úteis e informações preciosas ... Nem os novos nem os antigos colegas suspeitavam então da extensão de seu gênio, que era essencialmente um gênio de governo: exato em todas as previsões e de uma argúcia inacreditável.”

Assim escreveu Balzac. Tal homenagem chamou minha atenção para Fouché, e há anos que me interesso por esse homem de quem Balzac dizia ter “mais poder sobre as pessoas do que o próprio Napoleão”. Mas, tanto em vida quanto na História, Fouché sempre conseguiu permanecer nos bastidores: não gostava de mostrar o rosto ou as cartas. Quase sempre estava no meio dos acontecimentos, no seio dos partidos, invisivelmente ativo e escondido atrás do véu anônimo de suas funções como as engrenagens de um relógio, e raramente consegue-se fisgar-lhe a silhueta fugidia no tumulto dos acontecimentos e nas curvas mais fechadas de sua trajetória. E o que é mais estranho: à primeira vista, nenhum dos retratos fugazmente apanhados de Fouché se assemelha a outro. Custa algum esforço imaginar que a mesma pessoa, com a mesma pele e os mesmos cabelos, tenha sido professor eclesiástico em 1790, já em 1792 saqueador de igrejas, em 1793 comunista, cinco anos depois multimilionário e outros dez anos mais tarde duque de Otranto. Porém, quanto mais ousadas suas

transformações, mais interessante me pareceu o caráter, ou melhor, a ausência de caráter desse perfeito Maquiavel da era moderna, mais atraente se me afigurou sua vida política passada nos bastidores e na clandestinidade, mais singular e até demoníaca me pareceu sua figura. Foi assim que, de maneira inesperada, pelo puro prazer da investigação psicológica, comecei a escrever a história de Joseph Fouché como contribuição para um estudo biológico ainda inexistente, porém necessário, dos diplomatas, esta raça intelectual ainda não totalmente examinada, das mais perigosas do nosso mundo.

Uma tal descrição de um homem absolutamente amoral, de alguém tão singular e relevante como Joseph Fouché, eu bem sei, vai de encontro aos desejos evidentes de nosso tempo. Nossa época quer e ama biografias heroicas, pois, diante da carência de lideranças politicamente criadoras, busca no passado exemplos mais elevados. Não desconheço o poder das biografias heroicas de elevar as almas, intensificar as forças, levantar o espírito. Desde os dias de Plutarco, são necessárias para cada geração em ascensão, para cada nova juventude. Mas é precisamente no âmbito político que elas correm o risco de falsear a História, ao levar a crer que - naquela época e sempre - os verdadeiros líderes de fato determinam o destino do mundo. Sem dúvida, por sua própria existência, uma natureza heroica domina a vida intelectual durante décadas e séculos, mas apenas a intelectual. Na vida real, verdadeira, na esfera de poder da política - e isto deve ser frisado como alerta contra toda credulidade neste âmbito -, raramente são as figuras superiores, as pessoas das ideias puras, que determinam os acontecimentos, e sim uma categoria muito inferior, porém mais hábil: os personagens dos bastidores.

Em 1914 e 1918, vimos como as decisões de importância histórica universal sobre guerra e paz foram tomadas não conforme a razão ou a responsabilidade, mas por indivíduos

ocultos, de caráter duvidoso e capacidade de discernimento limitada. A cada dia verificamos que, no jogo ambíguo e muitas vezes leviano da política, ao qual os povos ainda confiam cegamente seus filhos e seu futuro, não são os homens de visão ética e de convicções inabaláveis que vencem, mas sim aqueles aventureiros profissionais que chamamos diplomatas, esses artistas de mãos gatunas, palavras ocas e nervos gélidos. Se, como já disse Napoleão há cem anos, a política realmente se tornou “*la fatalité moderne*”, a fatalidade moderna, tentemos reconhecer, em nossa defesa, os homens que estão por trás do poder e, com isso, o segredo perigoso da sua força. Que esta biografia de Joseph Fouché seja uma contribuição para o estudo da psicologia do homem político.

Salzburgo, outono de 1929

^a “A mente mais forte que conheci”, em francês no original. (N.T.)

Ascensão

1759-1793

EM 31 DE MAIO DE 1759, Joseph Fouché - longe ainda de se tornar duque de Otranto! - nasce na cidade portuária de Nantes. Seus pais são marinheiros e mercadores; os avós, homens do mar também; nada mais natural, portanto, que o herdeiro se tornasse marujo, comerciante marítimo ou capitão de navios. Entretanto, cedo já fica evidente que falta a esse adolescente comprido e franzino, anêmico, nervoso e feio, qualquer aptidão para um ofício tão duro e, naquela época, ainda tão heroico. A duas milhas da costa ele enjoa, quinze minutos de corrida ou de brincadeiras de menino o cansam. O que fazer com um rebento tão delicado?, perguntam-se os pais, não sem preocupação, pois na França de 1770 ainda não há espaço para uma burguesia que já despertou intelectualmente e avança com impaciência. No Judiciário, no governo, em cada emprego e ofício, as sinecuras são reservadas para a nobreza; para servir na corte, é necessário ter um brasão de conde ou de barão, mesmo no exército um plebeu de cabelos brancos mal consegue chegar a cabo. O Terceiro Estado ainda é excluído de tudo no reino corrupto e mal-administrado. Não admira que, um quarto de século mais tarde, reivindicará com os punhos cerrados aquilo que durante tanto tempo foi negado à sua mão humildemente suplicante.

Resta apenas a Igreja. Esta potência milenar, infinitamente superior aos soberanos dinásticos em termos de conhecimento do mundo, raciocina de forma mais inteligente, democrática e generosa. Sempre encontra um lugar para os talentosos e abriga até o mais humilde em

seu reino invisível. Como o pequeno Joseph já se distingue nos bancos escolares da Congregação do Oratório, estes reservam ao formando a cátedra de professor de matemática e de física e a função de inspetor e supervisor. Nesta ordem religiosa, que desde a expulsão dos jesuítas dirige em toda a França a educação católica, aos vinte anos Fouché já ganhou respeito e uma função - modesta, é verdade, sem grande perspectiva de ascensão, porém ao menos uma escola, na qual conduz sua própria formação e, ensinando, aprende.

Poderia subir mais, tornar-se padre, talvez até bispo ou eminência, se pronunciasse os votos sacerdotais. Mas, algo que é típico em Joseph Fouché, desde o primeiro, o mais baixo degrau de sua carreira, manifesta-se um traço característico de sua natureza: sua aversão a comprometer-se total e irrevogavelmente com alguém ou alguma coisa. Veste a batina e abre tonsura, partilha da vida monástica dos outros religiosos, em nada se diferencia interna ou externamente de um sacerdote durante aqueles dez anos de Oratório. Mas não toma as ordenações superiores, não faz seus votos. Como sempre, em todas as situações, mantém uma porta aberta para uma retirada estratégica, a possibilidade de transformar-se e mudar. Nem mesmo à Igreja ele se entrega senão temporariamente, nunca por inteiro, assim como mais tarde não se entregará à Revolução, ao Diretório, ao Consulado, ao Império ou à Monarquia: se Joseph Fouché não se compromete a ser fiel a Deus por uma vida inteira, muito menos a um homem.

DURANTE DEZ ANOS, dos vinte aos trinta, esse semipadre pálido e calado perambula por claustros e silenciosos refeitórios. Leciona em Niort, Saumur, Vendôme, Paris, mas quase não sente a mudança de domicílio, porque a vida de professor de seminário se desenrola sempre da mesma

forma, silenciosa, modesta e discreta, numa cidade como em outra, sempre atrás de muros calados, sempre isolada. Vinte, trinta, quarenta alunos a quem se ensina latim, matemática e física, rapazes pálidos e vestidos de negro que são conduzidos à missa e vigiados no dormitório, sessões solitárias de leitura de livros científicos, refeições sóbrias, remuneração ruim, uma roupa preta carcomida, uma existência monacal modesta. Estes dez anos mudos e sombrios parecem uma imagem congelada, irreal e fora do tempo e do espaço, estéril e sem ambições.

No entanto, é nestes dez anos de escola monástica que Joseph Fouché aprende muito daquilo que servirá infinitamente ao futuro diplomata, sobretudo a técnica de manter-se calado, a arte magistral da dissimulação, a maestria na observação das almas alheias e da psicologia. Se este homem durante toda a vida controlou cada nervo de seu rosto mesmo na erupção das paixões, se jamais alguém descobriu um sinal de ira, de raiva, de agitação em seu rosto imutável, cimentado pelo silêncio, se pronunciava com a mesma voz monocórdia tanto uma banalidade como algo terrível, se com o mesmo passo silencioso atravessava os cômodos do imperador ou o tumulto de uma manifestação popular, foi porque aprendeu esta incomparável disciplina do autocontrole nos anos de refeitório, dominou seu temperamento com os exercícios de Inácio de Loyola e forjou sua oratória nas discussões da centenária arte do sacerdócio antes de pisar o palco do mundo. Talvez não seja por acaso que os três grandes diplomatas da Revolução Francesa, Talleyrand, Sieyès e Fouché, tenham passado pela escola da Igreja, mestres da natureza humana muito antes de pisar a tribuna. A antiga tradição comum que os antecede marca estas personalidades antagônicas com uma certa semelhança nos momentos decisivos. Além disso, Fouché tem uma disciplina férrea, espartana, uma resistência interior ao

luxo e ao fausto, a capacidade de dissimular sua vida privada e os sentimentos pessoais – não, estes anos de Fouché na penumbra dos seminários não foram perdidos, ele aprendeu infinitamente enquanto ensinava.

ATRÁS DOS MUROS dos claustros, no rígido recolhimento, este espírito peculiarmente maleável e inquieto se aprimora até atingir a maestria psicológica. Durante anos ele só agiu de forma invisível nos estreitos círculos eclesiásticos, mas já em 1778 começa na França aquela tempestade social que invade até mesmo os muros dos conventos. Nas celas dos padres do Oratório discutem-se os direitos do homem da mesma forma que nas lojas maçônicas, uma nova espécie de curiosidade empurra esses jovens sacerdotes em direção à burguesia, a curiosidade também empurra o professor de física e matemática rumo às descobertas mais admiráveis da época, como as de Montgolfier, os primeiros aeróstatos, as grandiosas invenções nas áreas da eletricidade e da medicina. Os senhores eclesiásticos buscam contato com os meios intelectuais, o que em Arras se pode fazer numa singular sociedade chamada Rosati, espécie de clube idealista que reúne os intelectuais da cidade em alegre confraria. Ali não ocorre nada de muito excitante: pequenos-burgueses insignificantes declamam ingênuos versos ou proferem conferências literárias, militares se misturam aos civis, e o professor eclesiástico Joseph Fouché é bem-visto, porque sabe falar bastante sobre as novas conquistas da física. Muitas vezes senta-se entre os companheiros e ouve um capitão de engenharia militar chamado Lazare Carnot recitar versos brejeiros ou então o pálido advogado de lábios finos Maximilien de Robespierre (que então ainda dava valor à ascendência nobre) proferir um discurso adulator em honra dos Rosati. Pois a província ainda goza os últimos momentos do doce filosofar do “dix-

huitième”, do século XVIII. Com bonomia, *monsieur* de Robespierre ainda escreve delicados versinhos em vez de sentenças sanguinárias, o médico suíço Marat ainda compõe um meloso romance sentimental em vez de ferozes manifestos comunistas, e o insignificante tenente Bonaparte ainda se esforça, num canto qualquer da província, por escrever uma novela no estilo do *Werther* de Goethe – as tempestades futuras permanecem invisíveis atrás do horizonte.

Mas, ironia do destino, uma especial amizade liga o professor-sacerdote tonsurado justamente a esse jurista pálido, nervoso, ilimitadamente ambicioso, o advogado Robespierre; pouco falta para se tornarem cunhados, pois Charlotte Robespierre, a irmã de Maximilien, quer curar o professor dos oratorianos de sua religiosidade, e já circulam rumores de seu noivado. Desconhecem-se as razões pelas quais este compromisso foi rompido, mas talvez esteja ali a raiz daquele ódio terrível, que marcou a história, entre dois homens que foram tão amigos e depois se combateram à morte. Naquela época, no entanto, ainda nada existia do jacobinismo e nem do ódio entre eles. Ao contrário: quando Maximilien de Robespierre é enviado a Versalhes para trabalhar na nova Constituição francesa como deputado dos Estados Gerais, é Joseph Fouché quem lhe empresta algumas moedas de ouro para que o paupérrimo advogado possa pagar a viagem e mandar fazer uma casaca nova. Este ato é simbólico de tantas outras situações em que Fouché segura o estribo para que outro faça carreira na história. Mas será ele quem, na hora decisiva, trairá o antigo amigo.

POUCO DEPOIS da partida de Robespierre para a assembleia dos Estados Gerais, que abalará a França em seus alicerces, os padres do Oratório de Arras também fazem a

sua pequena revolução. A política penetrou até o interior dos refeitórios, e, hábil em farejar os ventos, Joseph Fouché prepara as suas velas. Seguindo uma proposta sua, uma comissão é enviada aos Estados Gerais para expressar ao Terceiro Estado a simpatia dos sacerdotes. Geralmente tão prudente, desta vez ele atacou cedo demais. Como forma de castigo, ainda que sem o efeito de uma punição formal, seus superiores o mandam para Nantes, para o mesmo estabelecimento onde em criança aprendera os rudimentos da ciência e da arte de lidar com os homens.

Agora, no entanto, é um homem experiente e maduro, já não mais o atrai a perspectiva de ensinar tabuada, geometria e física a adolescentes imberbes. Farejando de onde sopram os ventos, pressente que uma tempestade social ameaça eclodir no país, que a política domina o mundo: portanto, vamos à política! Imediatamente, liberta-se da sotaina, deixa crescer os cabelos por cima da tonsura e passa a fazer discursos políticos não para adolescentes, mas para os bravos burgueses de Nantes. Um clube é fundado - a carreira dos políticos sempre começa num destes palcos experimentais da retórica - e, algumas semanas mais tarde, Fouché já é presidente dos Amis de la Constitution, em Nantes. Ele elogia o progresso, mas com cuidado, com reservas, porque o barômetro político desta conservadora cidade de comerciantes indica moderação. O radicalismo não é benquisto ali, onde todos querem preservar seus créditos comerciais e garantir bons negócios. Como há lucros generosos a auferir nas colônias, ali ninguém gosta de ouvir falar em projetos tão fantásticos como a libertação dos escravos. Por isso, Joseph Fouché imediatamente redige para a Convenção um documento patético contra a abolição do tráfico de escravos, o que lhe rende uma rude repreensão por parte de Brissot, mas não reduz a sua reputação no círculo mais estreito da burguesia. A fim de firmar sua posição política entre a corja

burguesa (os futuros eleitores!), apressa-se em contrair matrimônio com a filha de um próspero comerciante, uma moça feia, porém de posses, pois Fouché quer logo transformar-se em burguês numa época em que - já o presente - o Terceiro Estado em breve será dominante.

Tudo isso eram preparativos para o seu real objetivo. Mal se anunciam as eleições para a Convenção, o antigo professor eclesiástico já se apresenta como candidato. E o que faz um candidato? Promete aos seus bons eleitores tudo o que querem ouvir. Assim, Fouché jura proteger o comércio, defender a propriedade privada, respeitar as leis. Ele vocifera (pois os ventos de Nantes sopram mais da direita do que da esquerda) com muito mais veemência contra os desordeiros do que contra o Antigo Regime. De fato, em 1792 é eleito deputado à Convenção, e a roseta tricolor de representante do povo substitui agora por muito tempo a tonsura escondida.

À época de sua eleição, Joseph Fouché tem trinta e dois anos. Não é um homem bonito, longe disso. Corpo magro, quase fantasmagoricamente esquelético, rosto ossudo e anguloso, feio e desagradável. Agudo é o nariz, aguda e estreita é também a boca sempre fechada, frios como os de peixes são os olhos sob pálpebras pesadas e sonolentas, as pupilas felinas como esferas de vidro. Tudo neste rosto, tudo neste homem reflete a falta de vida: dir-se-ia alguém iluminado por luz de gás, pálida e esverdeada. Nenhum brilho nos olhos, nenhuma sensualidade nos movimentos, nenhum aço na voz. Cabelos finos e oleosos, sobrancelhas ruivas e pouco visíveis, as faces cinzentas e pálidas. É como se não tivesse havido tinta bastante para colorir este rosto de um matiz mais saudável; este homem tenaz e de uma capacidade de trabalho inaudita aparenta estar sempre cansado, doente, convalescente.

Quem o vê tem a impressão de que em suas veias não há sangue quente, vermelho, circulante. E, de fato: também

psicologicamente ele pertence à raça dos seres de sangue-frio. Não conhece as paixões brutais, arrebatadoras, não se sente atraído pelas mulheres ou pelo jogo, não toma vinho, a luxúria não lhe proporciona nenhum prazer, não move os músculos, passa a vida enclausurado entre documentos e papéis. Jamais se enfurece visivelmente, nunca um nervo se contrai em seu rosto. Seus lábios finos e exangues só se encrespam para um pequeno sorriso, ora polido, ora irônico; nunca aparece uma excitação verdadeira sob essa máscara cinzenta como argila, aparentemente indolente; jamais o olho, sob as pálpebras pesadas e marcadas por pequenas veias avermelhadas, trai-lhe a intenção ou um movimento dos pensamentos.

Esse sangue-frio inabalável constitui o verdadeiro poder de Fouché. Seus nervos não o dominam, os sentimentos não o seduzem, todas as suas paixões se acumulam e distendem por trás do muro impenetrável de sua frente. Ele exercita sua energia enquanto espreita os erros dos outros; deixa-os gastar seu furor e espera pacientemente até que se esgotem ou se descontrolam e abram uma brecha: só então desfere o golpe, impiedoso. É terrível esta superioridade de sua paciência imperturbável: quem sabe dissimular e se ocultar desta forma é também capaz de enganar o mais hábil dos homens. Fouché se curvará tranquilamente, receberá com um gélido sorriso os piores insultos, as mais humilhantes ofensas; nenhuma ameaça, nenhuma ira abalará esse homem com sangue de barata. Robespierre e Napoleão se estilhaçam ambos contra essa impassibilidade pétrea, como a água contra as rochas. Três gerações, toda uma raça se incendia e arrefece nas tormentas e calmarias das paixões enquanto ele continua de pé, frio e orgulhoso, único a permanecer impassível.

Essa frieza de sangue é o verdadeiro gênio de Fouché. Seu corpo não o limita nem o impulsiona, ele não participa desses temerários jogos intelectuais. Seu sangue, seus

sentidos, sua alma, todos esses elementos tumultuados da sensibilidade de uma pessoa normal não interferem nesse jogador secreto, cuja emoção foi toda deslocada para o cérebro. Pois esse burocrata seco ama frivolamente a aventura, e a intriga é a sua paixão. Mas ele só a goza e esgota pelo intelecto, e nada dissimula melhor e de maneira mais genial a sua imensa alegria com a confusão e as tramas que urde do que a máscara do funcionário leal e probo, fiel a seus deveres, que ele usará a vida inteira. Entrincheirado atrás de processos e registros, ele tece a trama e desfere o golpe mortal invisível e inesperadamente: eis a sua tática. É preciso examinar em profundidade a história para perceber a presença aparentemente modesta e subalterna, mas na verdade sempre ocupada e decisiva desse homem, diante do fogaréu da Revolução e da luz legendária de Napoleão. Uma vida inteira ele passa na sombra, mas ultrapassa três gerações. Pátroclo há muito tempo morreu em combate, assim como Heitor e Aquiles, enquanto Ulisses, o artilheiro, vive. Seu talento triunfa do gênio, seu sangue-frio supera toda a emoção.

Na manhã de 21 de setembro, os membros da recém-eleita Convenção adentram o salão. A cerimônia de abertura não é mais tão festiva, tão pomposa quanto a da primeira Assembleia Constituinte, três anos antes. Naquela época, o lugar do rei ainda ficava no meio do salão - uma preciosa poltrona de damasco, bordada de flores de lis. E quando o rei entrava, todos os presentes, respeitosamente de pé, saudavam o ungido. Mas agora seus baluartes, a Bastilha e as Tulherias, estão paralisados, não há mais rei na França; só um senhor gordo, chamado Luís Capeto pelos guardas grosseiros de sua prisão e pelos juizes, aborrece-se no interior do Templo - um simples burguês sem poder, à espera da sentença. Em seu lugar, os setecentos e cinquenta deputados governam o país, e se instalaram em

sua própria casa. Atrás da mesa do presidente, eleva-se em letras garrafais a nova tábua da lei, o texto da Constituição, e as paredes do salão estão decoradas - símbolo perigoso! - com o feixe dos lictores e o machado mortífero.

O povo enche as galerias e observa com curiosidade seus representantes. Setecentos e cinquenta convencionais adentram o palácio real com passos lentos, uma mistura curiosa de todos os estados e de todas as profissões: advogados sem causa ao lado de filósofos ilustres, sacerdotes desertores ao lado de militares honrados, aventureiros fracassados junto com matemáticos famosos e poetas galantes: como num frasco violentamente agitado, as camadas mais baixas vieram para cima na França com a Revolução. Agora chegou a hora de pôr ordem no caos.

A própria disposição dos assentos já indica um primeiro esboço de ordem. Na sala em forma de anfiteatro, tão estreita que os discursos hostis se chocam testa a testa, boca a boca, os deputados mais tranquilos, esclarecidos e cuidadosos estão acomodados embaixo, no "*Marais*", o Pântano, como chamam ironicamente os que permanecem impassíveis em todas as decisões. Os extremistas, os impacientes, os radicais tomaram seus lugares nos bancos mais elevados, na "*Montanha*", perto das galerias, como denotando simbolicamente a proximidade com a massa, o povo, a plebe.

Esses dois poderes equilibram-se. Entre eles acontece o fluxo e refluxo da Revolução. Para os burgueses, os moderados, a República completou-se com a conquista da Constituição, com a eliminação do rei e da nobreza, com a transferência dos direitos para o Terceiro Estado. Eles prefeririam voltar a represar e conter a onda que sobe e defender apenas as conquistas adquiridas. Seus líderes são Condorcet, Roland, os girondinos, representando o clero e a classe média. Mas os montanheses querem continuar empurrando essa poderosa vaga revolucionária, até que ela

arraste consigo tudo o que ainda subsiste de estável e de atrasado. Líderes do proletariado, Marat, Danton e Robespierre querem “*la révolution intégrale*”, a revolução absoluta e radical até o ateísmo e o comunismo. Depois da realza, querem derrubar os outros antigos poderes do Estado, o dinheiro e Deus. Agitada, a balança oscila entre os dois partidos. Se vencerem os girondinos, os moderados, a Revolução se evaporará em uma Reação liberal e depois conservadora. Se os extremistas vencerem, conduzirão a Revolução para as profundezas e os furacões da anarquia. Assim, a harmonia festiva da primeira hora não ilude nenhum dos presentes naquela sala fatídica. Todos sabem que aqui terá início uma batalha entre vida e morte, entre intelecto e força. O lugar escolhido por um deputado para sentar-se - embaixo, na Planície, ou no alto da Montanha - já indica a sua decisão.

ENTRE OS SETECENTOS E CINQUENTA que entram solenemente no salão do rei destronado está também o deputado de Nantes, Joseph Fouché, a faixa tricolor dos representantes do povo cruzando o peito. Os cabelos há muito já cobrem a tonsura, já não traja a sotaina clerical; como todos os outros, usa roupas civis, sem ornamentos.

Onde tomará assento Joseph Fouché? Entre os radicais da Montanha ou entre os moderados do Pântano? Joseph Fouché não hesita muito. Só conhece um partido ao qual foi leal e o será até o fim: o mais forte, o da maioria. Assim, também agora ele contabiliza e pesa interiormente os votos e verifica: por ora, são os girondinos, os moderados, que ainda detêm o poder. Portanto, senta-se em seus bancos, perto de Condorcet, Roland, Servan, os homens que mandam nos ministérios, influem em todas as nomeações e distribuem os cargos. Entre eles, sente-se seguro. Portanto, é lá que vai sentar-se.

Mas ao elevar os olhos casualmente para o lugar onde os adversários, os radicais, tomaram suas posições, encontra um olhar rígido e hostil. Seu amigo Maximilien de Robespierre, o jurista de Arras, reuniu ali seus combatentes e, através de seu lorgnon, o implacável, que, orgulhoso de sua teimosia, não perdoa a ninguém a menor hesitação ou fraqueza, mira frio e irônico o oportunista. Nesse momento acaba o que ainda restava da sua amizade. Daí em diante, em cada ato e cada gesto, Fouché sente em suas costas esse olhar do eterno acusador, do implacável puritano a julgá-lo impiedosamente, a observá-lo rigidamente, e sabe que precisa acautelá-lo.

E de fato não há ninguém mais cauteloso do que ele. Nas atas das reuniões dos primeiros meses não se encontra o nome de Joseph Fouché. Enquanto todos se precipitam para a tribuna, impetuosos e vaidosos, para apresentar propostas, proferir discursos, acusar-se e hostilizar-se mutuamente, o deputado de Nantes jamais sobe ao pódio. Justifica-se diante de seus amigos e eleitores dizendo que a sua voz fraca o impede de fazer discursos públicos. E como todos os outros disputam a palavra, ávidos e impacientes, o silêncio desse homem aparentemente modesto causa simpatia.

Mas na verdade sua modéstia é calculada. Em primeiro lugar, o ex-físico traça o paralelogramo das forças, observa, hesita antes de tomar posição, porque vê que a balança ainda oscila. Cuidadoso, guarda o seu voto decisivo para aquele momento em que ela começa a pender para um ou para o outro lado. Não convém esgotar-se antecipadamente, comprometer-se para sempre. Pois ainda não foi decidido se a Revolução avançará ou refluirá: como filho de marinheiros, ele espera o vento certo antes de enfrentar a onda e mantém sua embarcação no porto.

AINDA EM ARRAS, por trás dos muros do convento, ele constatara quão rápido a popularidade se esvai numa revolução, quão rápido os gritos populares de “Hosana” se transformam em “Crucificai-o”. Todos ou quase todos aqueles que durante a época dos Estados Gerais ou da Assembleia Constituinte estavam em primeiro plano são hoje esquecidos ou odiados. O cadáver de Mirabeau, ainda na véspera no Panteão, já foi retirado de maneira ignominiosa. Lafayette, festejado triunfalmente ainda há algumas semanas como o pai da pátria, hoje é considerado um traidor. Custine e Pétion, aclamados ainda há poucas semanas, hoje arrastam-se temerosos pelas sombras da vida pública. Não, não convém apressar-se para alcançar a luz, comprometer-se prematuramente, é preciso deixar os outros se desgastarem, consumirem-se antes. Ele, o experiente, sabe que uma revolução jamais pertence ao primeiro, ao que a inicia, e sempre ao último, ao que a conclui e a puxa para si como uma presa.

Assim, prudente, ele permanece propositadamente nas trevas. Aproxima-se dos poderosos, mas esquiva-se de qualquer poder público, qualquer poder visível. Em vez de fazer barulho na tribuna ou nos jornais, prefere ser eleito para os comitês e as juntas onde tem acesso às informações, onde pode influir nos acontecimentos à sombra sem ser controlado e odiado. Sua capacidade de trabalhar rápido o torna popular, sua invisibilidade o protege da inveja. De seu gabinete, ele assiste incólume como os tigres da Montanha e as panteras da Gironda se dilaceram, como os grandes passionais, as figuras sobressalentes de Vergniaud, Condorcet, Desmoulins, Danton, Marat e Robespierre se ferem até a morte. Observa e aguarda, pois sabe que para aqueles que esperam, para os prudentes, o momento certo só começa quando os passionais já se destruíram uns aos outros.

Fouché sempre tomará partido definitivamente quando a batalha estiver decidida.

A vida inteira, este “permanecer nas trevas” foi a atitude de Fouché: não ser jamais o detentor visível do poder, manipular todos os fios sem nunca ser conhecido por isso. Sempre se posicionar atrás de um protagonista, usá-lo como barricada e, quando este tiver se arriscado demais, renegá-lo no momento decisivo – eis o seu papel predileto. O mais completo conspirador da cena política, Fouché desempenha-o com o mesmo virtuosismo em vinte disfarces diferentes, em incontáveis episódios, entre republicanos, reis e imperadores.

Às vezes acercam-se dele a oportunidade e a tentação de assumir o papel principal no teatro do mundo. Mas ele é inteligente demais para ambicioná-lo a sério. Sabe do seu rosto feio, repugnante, que não se presta medalhas e emblemas, para fausto e popularidade, e ao qual nem uma coroa de louros conseguiria emprestar um ar heroico. Conhece a sua voz fina e quebradiça, capaz de cochichar, conchavar e lançar suspeitas, mas nunca de incendiar a massa com inflamada eloquência. Sabe que sua força reside na mesa de trabalho, no gabinete fechado, na treva. Ali pode permanecer à espreita e pesquisar, observar e convencer, manipular os fios e voltar a embaralhá-los e, ao mesmo tempo, permanecer impenetrável e inatingível.

Este é o segredo supremo da força de Joseph Fouché: ele sempre quer o poder, o máximo de poder, mas, ao contrário de outros, basta-lhe ter a consciência de que tem o poder, não precisa de seus distintivos ou emblemas. Fouché é ambicioso no mais alto grau, mas não sedento de glória; é ambicioso sem ser vaidoso. Verdadeiro jogador do intelecto, ama apenas o fascínio do poder, não suas insígnias. O feixe dos lictores, o cetro, a coroa imperial podem ficar para outro, forte ou fraco, isto lhe é indiferente, ele não inveja o brilho e a felicidade duvidosa da popularidade. Basta-lhe

estar a par das coisas, ter influência sobre as pessoas, liderar o aparente líder do mundo e, sem rifar sua pessoa, jogar o jogo mais excitante de todos, o jogo político. Enquanto outros ficam presos às suas convicções, às suas palavras públicas e aos gestos, ele, que teme a luz e ama o oculto, mantém-se interiormente livre e torna-se assim o polo constante na fuga das ilusões. Caem os girondinos, Fouché permanece; os jacobinos são expulsos, Fouché permanece; o Diretório, o Consulado, o Império, a Monarquia e mais um Império desaparecem e caem por terra, ele sempre permanece - Fouché, com sua sutil reserva e sua coragem intrépida para a total falta de caráter, para a permanente falta de convicções.

MAS EIS QUE CHEGA um dia, na marcha da Revolução, um único dia que não permite hesitação, em que cada deputado precisa votar "sim" ou "não", "par" ou "ímpar" - o dia 16 de janeiro de 1793. O ponteiro da Revolução indica o meio-dia, metade da jornada foi percorrida, arrancando à realeza, palmo a palmo, o seu poder. No entanto, o rei Luís XVI ainda vive - é um prisioneiro no Templo, certamente, mas ainda vive. Não foi possível (como esperavam os moderados) deixá-lo evadir-se, nem (como desejavam secretamente os radicais) permitir seu massacre pela fúria popular durante a tomada do palácio. Ele foi humilhado, roubaram-lhe a liberdade, o nome e a posição. Mas meramente por ainda respirar, pelo seu sangue, ele continua rei, neto de Luís XIV, a despeito de ser chamado agora desdenhosamente Luís Capeto; ainda constitui um perigo para uma jovem república. Portanto, depois da condenação, no dia 15 de janeiro, a Convenção lança a pergunta sobre a punição, a pergunta sobre vida ou morte. Debalde os indecisos, os covardes, os prudentes, os homens parecidos com Joseph Fouché esperaram o voto secreto

para poder evitar assumir uma postura comprometedora. Implacável, Robespierre insiste em que cada representante da nação francesa pronuncie seu “sim” ou “não”, seu “vida” ou “morte” diante da Assembleia, para que o povo e a posteridade saibam a que partido pertence, à direita ou à esquerda, ao fluxo ou ao refluxo da Revolução.

Ainda no dia 15 de janeiro a posição de Fouché é claríssima. A identificação com os girondinos, o desejo de seus eleitores moderados obrigam-no a pedir clemência para o rei. Ele questiona os amigos, sobretudo Condorcet, e verifica que eles estão unanimemente inclinados a evitar uma medida tão irrevogável quanto a execução do rei. E, como a maioria de uma maneira geral é contra a sentença de morte, Fouché fica ao seu lado: ainda na véspera, no dia 15 de janeiro, lê para os amigos o discurso que quer pronunciar por ocasião de seu voto e no qual justificará seu desejo de clemência. Sentar no banco dos moderados significa um compromisso com a moderação, e, já que a maioria é contra qualquer radicalismo, Joseph Fouché, que não carrega o peso das convicções, também o é.

MAS ENTRE AQUELA TARDE de 15 de janeiro e a manhã do dia 16 transcorre uma noite intranquila e agitada. Os radicais não ficaram parados. Puseram em marcha a poderosa máquina da revolta popular que dominam tão bem. Nas periferias trovejam os canhões, os tambores das seções conclamam amplas massas, todos os desorganizados batalhões da insurreição, chamados pelos sempre invisíveis terroristas que forçam a tomada de decisões políticas através da violência, e que o mestre cervejeiro Santerre, com um simples estalar de dedos, põe em movimento em questão de horas. São famosos esses batalhões de agitadores das periferias, das mulheres vendedoras de peixe e dos aventureiros, são famosos desde a gloriosa

tomada da Bastilha, desde a lamentável hora dos massacres de setembro. Cada vez que se trata de romper o dique da lei, essa gigantesca vaga popular revolve-se com violência e sempre arrasta tudo consigo, irresistivelmente, por último também aqueles surgidos das suas próprias profundezas.

Ao meio-dia, as massas sitiam a escola de equitação e as Tulherias, homens em mangas de camisas, peito nu, lanças ameaçadoras na mão, matronas em vermelhas *carmagnoles*, os casacos jacobinos, berrando improperios e gritando, guardas nacionais e povo da rua. Entre eles, multiplicam-se os provocadores da revolta: Fourier, o americano; Guzman, o espanhol; Théroigne de Méricour, aquela caricatura histórica de uma Joana d'Arc. Quando passam deputados suspeitos de votar a favor da indulgência para o rei, são recebidos por uma torrente de insultos. Punhos se erguem, ameaças são lançadas contra os representantes do povo. Os intimidadores trabalham com todos os meios do terror e da força bruta para conseguir pôr a cabeça do rei sob o cutelo.

E essa intimidação age sobre todos os espíritos fracos. Amedrontados, os girondinos se reúnem à luz vacilante das velas nessa precoce noite cinzenta de inverno. Ainda na véspera decididos a votar contra a morte do rei para evitar a guerra com toda a Europa, estão agora em grande parte desunidos e agitados sob a pressão imensa da revolta popular. Já tarde da noite, por fim começa a votação nominal. Ironicamente, um dos primeiros nomes a ser chamado é o líder dos girondinos, Vergniaud, o orador de temperamento meridional cuja voz sempre vibra como os golpes de um martelo contra a madeira da parede. Agora, no entanto, ele teme não parecer mais um republicano se deixar o rei viver. Assim, ele, quase sempre veemente e impetuoso, sobe à tribuna com passos lentos e pesados, a cabeça baixa, e sussurra: "*la mort*" - a morte.

A palavra ressoa pelo salão como um diapasão. O primeiro entre os girondinos fraquejou. A maioria dos demais permanece firme, trezentas entre setecentas vozes pedem clemência, apesar de saberem que agora a moderação política exige mil vezes mais audácia do que uma aparente firmeza. A balança oscila bastante, alguns votos podem ser decisivos. Finalmente chamam o deputado Joseph Fouché de Nantes, o mesmo que ainda na véspera asseverava aos amigos que defenderia a vida do rei num discurso arrebatador, que dez horas antes fazia o papel do mais determinado entre os determinados. Mas o ex-matemático, o bom calculador Fouché contara os votos e concluía que assim ficaria com o partido errado, o único ao qual jamais pertencerá: a minoria. Então, com passos silenciosos, sobe rapidamente à tribuna e de seus lábios pálidos escapam baixo as duas palavras, “*la mort*” - a morte.

POSTERIORMENTE o duque de Otranto dirá e escreverá cem mil palavras para justificar como engano essas duas que o qualificam como *régicide*, assassino do rei. Mas essas duas palavras foram pronunciadas publicamente e registradas no *Moniteur*, não podem mais ser apagadas da História e são memoráveis também na história privada de sua vida - pois constituem a primeira virada pública de Joseph Fouché. Pérfido, ele renegou seus amigos Condorcet e Daunou, enganou-os e os traiu. Mas eles não precisam envergonhar-se disso diante da História, pois outros, mais poderosos, Robespierre e Carnot, Lafayette, Barras e Napoleão, os maiores de seu tempo, terão o mesmo destino e também serão traídos por Fouché na hora do infortúnio.

Nesse minuto revela-se pela primeira vez no caráter de Joseph Fouché um outro traço bem marcado: seu descaramento. Quando abandona um partido por traição,

nunca o faz de forma lenta e cuidadosa, não se afasta despercebidamente. Em plena luz do dia, com um frio sorriso, uma naturalidade desconcertante e acachapante, ele se alia ao até então inimigo e assume todo o seu discurso e seus argumentos. Não lhe importa o que pensam e dizem seus antigos camaradas de partido, o que pensa a massa, a opinião pública. Para ele, só há uma coisa importante: estar sempre com o vencedor, nunca com o vencido. Na rapidez dessa virada, no desmedido cinismo de seu caráter ele demonstra um grau de audácia que involuntariamente nos atordoa e obriga a admirá-lo. Bastam-lhe vinte e quatro horas, às vezes uma hora apenas, um minuto, para arremessar longe a bandeira de sua convicção e desfraldar outra ruidosamente. Ele não caminha com uma ideia e sim com o seu tempo, e quanto mais rápido este passar, mais rápido ele o seguirá.

Fouché sabe que seus eleitores de Nantes se revoltarão ao lerem, no dia seguinte, o seu voto no *Moniteur*. Agora, trata-se de atropelá-los, não de convencê-los. E com aquela ousadia fulminante, aquela audácia que nesses momentos quase lhe confere uma aura de grandeza, ele nem espera a indignação, mas antecede a ofensiva com um ataque. No dia seguinte à votação, manda imprimir um manifesto em que, retumbante, proclama como sua mais inteira convicção o que em verdade lhe foi inspirado pelo temor de colocar-se contra a maioria parlamentar: ele não quer que seus eleitores tenham tempo de pensar e de calcular, prefere aterrorizá-los e intimidá-los com uma estocada rápida e brutal.

Marat e os jacobinos mais inflamados não teriam se expressado de forma mais sanguinária do que esse homem, ainda na véspera um moderado, ao escrever aos burgueses que o elegeram: “Os crimes do tirano ficaram patentes aos olhos de todos e encheram todos os corações de indignação. Se a sua cabeça não cair logo sob a espada, os

bandidos e assassinos poderão caminhar com a frente erguida, e seríamos ameaçados pela mais terrível desordem. O tempo está a nosso favor e contra todos os reis do mundo.” Assim, o mesmo homem que ainda na véspera tinha pronto no bolso da casaca um manifesto convicto contra a execução do rei proclama agora a execução como necessidade inevitável.

Efetivamente, o esperto calculista avaliou bem. Oportunista, conhece a irresistível atração gravitacional da covardia. Sabe que nos momentos políticos dominados pelas massas a audácia é o denominador decisivo de todos os cálculos. E tem razão: os bons e conservadores burgueses curvam-se, medrosos, diante desse manifesto atrevido e inesperado. Perturbados e embaraçados, apressam-se em manifestar sua adesão a uma decisão com a qual interiormente nem de longe concordavam. Ninguém ousa protestar. E desde então Joseph Fouché adota essa alavanca dura e fria com a qual vence as piores crises: o desprezo pelo ser humano.

A PARTIR DESTE DIA 16 de janeiro, o camaleão Joseph Fouché vota (até segunda ordem) com a cor vermelha. Da noite para o dia, o moderado se torna ultrarradical e terrorista. De um salto ficou do lado dos adversários, e entre os antigos inimigos alinha-se imediatamente com a ala mais extrema, mais à esquerda, mais radical. Com uma velocidade desconcertante, esse espírito frio, esse sóbrio ser racional adota o jargão sanguinário dos terroristas, só para não ficar para trás. Propõe medidas duras contra os emigrados, contra os padres, agita, troveja, vocifera, massacra com gestos e palavras. Na verdade, poderia reatar a amizade com Robespierre e sentar-se a seu lado. Mas este incorruptível homem de consciência, este protestante austero não gosta dos traidores. Duplamente

desconfiado, afasta-se do desertor, cujo radicalismo ruidoso lhe parece ainda mais suspeito do que a moderação anterior.

Com seu faro aguçado, Fouché percebe o perigo de uma tal vigilância e pressente dias críticos. Uma tempestade ainda ameaça a Assembleia, e no horizonte político já se esboçam as trágicas lutas entre os próceres da Revolução, entre Danton e Robespierre, entre Hébert e Desmoulins. A rigor, seria preciso decidir-se no seio do radicalismo, e Fouché não gosta de se definir antes que sua profissão de fé se mostre isenta de risco e lucrativa. Ele sabe que há situações nos tempos decisivos que um diplomata domina da melhor forma simplesmente desviando-se delas. Assim, prefere abandonar a arena política da Convenção enquanto durar a luta e somente voltar a ela quando a batalha estiver decidida. Felizmente, surge uma saída honrosa para essa retirada, pois a Convenção elege duzentos delegados para manterem a ordem nas províncias. Fouché, que não se sente à vontade na atmosfera vulcânica da sala de reuniões, esforça-se para ser mandado embora, e é eleito. Agora, ganhou uma pausa para respirar. Que os outros continuem lutando e se digladiando, que os passionais abram espaço para o ambicioso! Importante é não precisar participar agora, não ter que tomar partido entre os partidos! Alguns meses e algumas semanas significam muito naquele tempo em que o relógio do mundo avança loucamente. Quando regressar, a decisão já terá sido tomada, e ele poderá então, tranquilo e sem risco, colocar-se ao lado do vencedor e do seu eterno partido: a maioria.

Geralmente, a história da província merece pouca atenção na Revolução Francesa. Todas as narrativas se concentram no mostrador do relógio de Paris, único a exhibir a marcha das horas. Mas o pêndulo que regula essa marcha encontra-se no campo e no exército. Paris é apenas

a palavra, a iniciativa, o motor de arranque - o enorme país é que representa a ação e a força decisiva.

Em boa hora, a Convenção reconheceu que a velocidade da Revolução não é igual na cidade e no campo: os habitantes das aldeias, das vilas, dos povoados e das montanhas não raciocinam tão rápido quanto na capital, absorvem as ideias de forma muito mais lenta e cuidadosa e as elaboram à sua maneira. O que se torna lei na Convenção em apenas uma hora infiltra devagar, gota a gota, no campo, geralmente já falsificado e edulcorado pela ação dos funcionários reais provincianos, pelo clero, pelas pessoas do Antigo Regime. Eis a razão pela qual os distritos provinciais estão sempre atrasados em relação a Paris. Se são os girondinos que dominam a Convenção, a província ainda vota a favor do rei. Se são os jacobinos que triunfam, a província começa a se aproximar intelectualmente da Gironda. Todos os decretos patéticos são infrutíferos, pois a palavra impressa só chega lenta e hesitante até a região do Auvergne e da Vendeia.

Assim, a Convenção resolve enviar a palavra viva para a província através de pessoas em carne e osso, para acelerar o ritmo da Revolução em toda a França e para enfrentar a velocidade hesitante e quase contrarrevolucionária dos distritos. Elege duzentos deputados entre suas fileiras para representar sua vontade e lhes confere poder quase ilimitado. Quem traja a faixa tricolor e o chapéu de penas vermelhas tem direitos ditatoriais. Pode recolher e lançar impostos, pronunciar sentenças, recrutar soldados, depor generais. Nenhuma autoridade tem direito de se opor àquele cuja pessoa sagrada representa simbolicamente a vontade de toda a Convenção Nacional. Seu poder é ilimitado como o dos procônsules romanos, que levavam os comandos do Senado a todos os países subjugados. Cada um desses duzentos

representantes é um ditador, um tirano autocrático contra cuja decisão não existe apelação nem queixa.

Inaudito é o poder desses embaixadores seletos, mas inaudita também é a sua responsabilidade. Dentro dos limites do reino que lhes cabe, cada um parece um rei, um imperador, um autocrata sem limites. Mas atrás de cada nuca reluz a guilhotina, pois o Comitê de Salvação Pública supervisiona cada queixa e exige, sem piedade, uma detalhada prestação de contas de toda a gestão financeira. Quem não se revelar suficientemente duro será tratado com rigor. Quem se mostrar muito furioso também pode esperar vingança. Se a tendência política aponta para o terror, as medidas terroristas são as adequadas. Se a balança se inclinar para a clemência, as mesmas medidas estarão erradas. Senhores aparentes de um país inteiro, todos são, no entanto, escravos do Comitê de Salvação Pública, dependentes da corrente dominante. Por isso, enquanto decidem sobre vida e morte, para garantir a própria sobrevivência, olham de esguelha para Paris e viram as orelhas para a capital. Para garantir a própria vida, enquanto decidem sobre a dos outros. Não é fácil a tarefa que assumiram. Assim como os generais da Revolução perante o inimigo, cada um deles sabe que só uma coisa o salvará da lâmina afiada e o justificará: o sucesso.

A HORA EM QUE FOUCHÉ parte como procônsul pertence aos extremistas. Portanto ele se comporta como um radical furioso em seu departamento do Baixo Loire, em Nantes, em Nevers e em Moulins. Vocifera contra os moderados, inunda a região com uma saraivada de proclamações, ameaça os ricos, os hesitantes, os indolentes da forma mais irada, usa de pressão moral e real para arregimentar grupos de voluntários nas aldeias para enfrentar o inimigo.

Em termos de capacidade organizacional e rapidez na avaliação da situação, ele se iguala a todos os seus colegas, mas supera-os pela audácia na retórica.

Pois - isto é preciso ressaltar - ao contrário dos famosos pioneiros da Revolução, Robespierre e Danton, Joseph Fouché não permanece cauteloso em questões como a Igreja e a propriedade privada, considerada esta respeitosamente "intocável" por aqueles. Decidido, monta um programa radicalmente socialista e bolchevique. O primeiro manifesto comunista dos tempos modernos, na verdade, não é o célebre texto de Karl Marx, nem o *Hessischer Landbote* de Georg Büchner, e sim aquela *Instruction* desconhecida e propositadamente ignorada pela historiografia socialista que, embora assinada em conjunto por Collot d'Herbois e Fouché, foi incontestavelmente redigida por Fouché sozinho. Vale retirar do esquecimento esse documento enérgico, cem anos à frente do seu tempo nas suas reivindicações, um dos mais surpreendentes da Revolução, ainda que o seu valor histórico possa ser diminuído pelo fato de o futuro duque de Otranto depois ter renegado desesperadamente aquilo que reivindicava na condição de simples burguês Joseph Fouché. Examinado à luz da época, aquela profissão de fé o rotula como o primeiro socialista e comunista da Revolução. Não foi Marat ou Chaumette quem formulou as exigências mais ousadas da Revolução Francesa, e sim Joseph Fouché, e o texto original esclarece melhor do que qualquer comentário o seu retrato sempre ambíguo.

Destemida, essa *Instruction* começa com uma declaração da infalibilidade de todas as ousadias: "Tudo é permitido àqueles que agem no espírito da Revolução, não há outro perigo para o republicano senão ficar atrasado em relação às leis da República. Quem as previne, as faz avançar, quem quer que ultrapasse em aparência o fim muitas vezes está longe de ter chegado ao final. Enquanto houver um

único infeliz na Terra, a liberdade precisa progredir mais e mais.”

Depois deste prefácio enérgico, quase maximalista, Fouché define o espírito revolucionário da seguinte forma: “A Revolução foi feita para o povo, mas não se entenda por isto aquela classe privilegiada pelas suas riquezas, que usurpou todos os prazeres da vida e todos os bens da sociedade. O povo é a universalidade dos cidadãos franceses, e sobretudo a classe imensa dos pobres, essa classe que dá homens à pátria, defensores às nossas fronteiras, e que sustenta a sociedade pelo seu trabalho. A Revolução seria um monstro político e moral se tivesse por fim assegurar o bem-estar de algumas centenas de indivíduos e deixasse perdurar a miséria de vinte e quatro milhões de pessoas. Seria um injurioso ludíbrio da humanidade falar-se incessantemente em nome da igualdade, enquanto diferenças brutais no grau de bem-estar ainda dividem os homens.” Depois destas palavras introdutórias, Fouché desenvolve sua teoria predileta, a de que o rico, o “*mauvais riche*”, nunca poderá ser um republicano verdadeiro e honesto, e que, portanto, uma revolução apenas burguesa que deixasse persistir todas as diferenças de fortuna inevitavelmente voltaria a gerar uma nova tirania, “porque os ricos sempre se considerariam um outro tipo de gente”. Por isso, Fouché reivindica do povo a energia mais suprema e a revolução “integral”, absoluta. “Não se enganem: para ser verdadeiramente republicano, é preciso que cada cidadão experimente e opere em si mesmo uma revolução igual à que mudou a face da França. Não há nada, absolutamente nada, de comum entre um escravo, um tirano e o habitante de um Estado livre; os hábitos deste último, seus princípios, seus sentimentos, suas ações, tudo deve ser novo. Vocês estavam oprimidos; é preciso esmagar os seus opressores. Eram escravos das superstições da Igreja, não podem agora seguir outro culto

que não o da liberdade. Todo homem a quem esse entusiasmo é estranho, que conhece outros prazeres, outros cuidados que não sejam a felicidade do povo, que abre sua alma aos frios interesses, que calcula quanto lhe rendem sua honra, sua posição, seu talento, e nisso por um só instante deixa de se preocupar com o bem comum, todo homem cujo sangue não ferve por conta da opressão e do luxo, cada um que tem lágrimas de comiseração a dar a um inimigo do povo e que não reserva sua sensibilidade para as vítimas do despotismo e os mártires da liberdade; cada um desses mente, se ousa chamar-se republicano. Devem deixar a nossa terra, ou não tardarão a ser reconhecidos e seu sangue impuro a encharcará. A República só quer pessoas livres, está decidida a aniquilar todos os outros, e só reconhece como seus filhos aqueles que por ela querem viver, lutar e morrer.” No terceiro parágrafo dessa *Instruction*, a profissão de fé revolucionária torna-se clara e abertamente um manifesto comunista (o primeiro que se conhece, de 1793): “Todo homem que possui mais do que o necessário deve ser chamado para essa contribuição extraordinária, e essa taxa deve ser proporcional às grandes exigências da pátria. Portanto, vocês têm que apurar de forma generosa e realmente revolucionária quanto cada um pode contribuir com a coisa pública. Não se trata de exatidão matemática nem do escrúpulo meticuloso com o qual se deve trabalhar na divisão das contribuições públicas; trata-se de uma medida extraordinária, que deve ter o caráter da circunstância que a fez nascer. Ajam, pois, grandiosamente; tomem tudo o que um cidadão tem de inútil; porque o supérfluo constitui uma violação evidente e gratuita dos direitos do povo. Pois do que cada um possui além do necessário, não se poderia fazer outro uso que não o abuso. Assim, deixando-se-lhe o estritamente necessário para viver, todo o resto pertence, durante a guerra, à República e às suas Forças Armadas.”

Nesse manifesto, Fouché frisa expressamente que essas recomendações não dizem respeito apenas ao dinheiro. “A pátria precisa de todos os bens”, continua, “que estiverem sobrando e que podem ser úteis aos defensores da pátria, a pátria os reclama neste momento. Existem pessoas que possuem um excesso inacreditável de lençóis e camisas, toalhas e botas. Todos esses bens e outros semelhantes são o que se pode requisitar para a Revolução.” Da mesma forma, ordena a entrega de todo ouro e prata, “metais vis e corruptores”, que o verdadeiro republicano despreza, ao Tesouro nacional, para que “ali sejam cunhados com a efígie da República e, purificados pelo fogo, só sirvam à coletividade. Deem-nos aço e ferro, e a República triunfará.” A conclamação finaliza com um terrível apelo. “Empregaremos com toda a rigidez possível a autoridade que nos foi delegada; puniremos como má intenção tudo aquilo que em outras condições poderéis chamar negligência, fraqueza ou lentidão. O momento não permite meias medidas. Ajudem-nos a desferir golpes fortes, caso contrário eles atingirão vocês. Liberdade ou morte! - a escolha é de vocês.”

Esse documento teórico deixa antever a prática de Joseph Fouché como procônsul. No Departamento do Baixo Loire, em Nantes, Nevers e Moulins, ele enfrenta as maiores forças da França, diante das quais até mesmo Robespierre e Danton recuaram prudentemente: a propriedade privada e a Igreja. Ele age rápido e decidido no sentido da *égalisation des fortunes*, a igualdade das fortunas, através da invenção do chamado “comitê filantrópico”, para o qual os ricos devem fazer doações supostamente voluntárias. Mas, para ser claro, de antemão ele adiciona uma suave advertência ao dizer que “se o rico não fizer uso do seu direito de fazer amar o regime da liberdade, a República tem direito de confiscar sua fortuna”. Ele não tolera nenhum supérfluo e define esse

conceito energicamente: “O republicano não precisa mais do que ferro, pão e quarenta escudos de renda.” Fouché confisca os cavalos nas estrebarias, a farinha nos sacos, responsabiliza os arrendatários pessoalmente pela entrega de alimentos; institui o pão de guerra e proíbe a venda de qualquer pão ou biscoito de luxo. Toda semana, aciona cinco mil recrutas, abastecidos de cavalos, calçados, roupas e espingardas; à força, bota as fábricas para funcionar e todos obedecem à sua energia de ferro. O dinheiro entra em forma de impostos, taxas, donativos, fornecimentos e trabalho. Orgulhoso, escreve à Convenção ao cabo de dois meses de atividade: “*on rougit ici d’être riche*” (“aqui tem-se vergonha de ser rico”). Em verdade, deveria ter dito: “Aqui treme-se por ser rico.”

RADICAL E COMUNISTA, Joseph Fouché - que mais tarde, quando milionário duque de Otranto, se casará pela segunda vez na Igreja fingindo-se piedoso sob os auspícios de um rei - revela-se então ainda como selvagem e passional adversário do cristianismo. “Esse culto hipócrita deve ser substituído pela fé na República e pela moral”, vocifera ele numa carta incendiária, e logo as primeiras medidas de perseguição caem como raios em chamas sobre as igrejas e catedrais. Lei após lei, decreto após decreto. “É proibido a todos os padres, sob pena de prisão, aparecerem fora de seus templos com vestes sacerdotais.” Todas as prerrogativas lhes são cassadas porque, argumenta, “está na hora de essa casta orgulhosa entrar na classe dos burgueses, voltando à pureza dos princípios da primitiva igreja”. Em pouco tempo, não basta mais a Joseph Fouché ser apenas o chefe militar supremo, o funcionário mais elevado da justiça, ditador absoluto da administração: ele assume também todas as competências da Igreja. Revoga o celibato, ordena aos sacerdotes que se casem no prazo de

um mês ou adotem uma criança, celebra casamentos e divórcios em praça pública, sobe ao púlpito (do qual foram cuidadosamente retiradas todas as cruzes e imagens religiosas) e profere discursos ateístas, em que nega a imortalidade e a existência de Deus. As cerimônias cristãs nos enterros são abolidas, e como único consolo resta a inscrição cinzelada nos cemitérios: “A morte é um sono eterno.” Em Nevers, o novo papa inaugura o batismo burguês com sua filha, que ele chama Nièvre em homenagem ao departamento. A guarda nacional recebe ordens de marchar com tambores e música, e em praça pública ele dá à criança o batismo e o nome sem ajuda da Igreja. Em Moulins, ele lidera um cortejo a cavalo que percorre toda a cidade, martelos nas mãos, para destruir as cruzes, os crucifixos e imagens santas, emblemas “infames” do fanatismo. As mitras sacerdotais e as toalhas dos altares são colocadas numa fogueira, e enquanto as chamas sobem ao céu o povo dança aos gritos em torno desse auto de fé ateísta. Mas desencadear sua fúria apenas contra coisas mortas, figuras de pedra indefesas e cruzes frágeis seria só meia vitória para Fouché. O verdadeiro triunfo, ele o alcança quando, rendendo-se à sua retórica, o arcebispo François Laurent arranca o hábito e veste o boné vermelho, seguido por trinta sacerdotes entusiasmados – um sucesso que se propaga pela França como uma onda incendiária. Orgulhoso, ele pode se vangloriar junto aos colegas ateístas mais fracos de ter esmagado o fanatismo, de ter aniquilado o cristianismo na área sob sua administração.

Atos de um desvairado, loucas paixões de um utopista fanático, poder-se-ia pensar! Mas, na verdade, Joseph Fouché permanece calculista, realista, disfarçado atrás de um fanatismo fingido. Ele sabe que deve prestar contas à Convenção. Sabe também que a cotação das frases e cartas patrióticas, bem como a dos *assignats* caiu, e que, para causar admiração, é preciso encontrar palavras metálicas.

Assim, enquanto os regimentos depauperados marcham para a fronteira, ele envia todo o resultado de sua pilhagem da Igreja para Paris. Caixas e caixas são levadas à Convenção, contendo ostensórios de ouro, castiçais de prata quebrados e fundidos, crucifixos e pedras preciosas. Ele sabe que a República precisa antes de tudo de dinheiro. Ele é o primeiro, o único que manda esse tipo de saque para os deputados, os quais a princípio ficam surpresos com essa nova energia, mas depois a aclamam com forte aplauso. A partir desse momento, o nome de Fouché é conhecido na Convenção como o de um homem de ferro, um dos republicanos mais destemidos e poderosos da República.

AO RETORNAR de suas missões para a Convenção, Fouché já não é mais o pequeno e desconhecido deputado de 1792. A um homem que colocou dez mil recrutas em marcha, que trouxe da província cem mil marcos de ouro, mil e duzentas libras de dinheiro puro, mil barras de prata, sem recorrer uma única vez à “navalha nacional”, a guilhotina, a Convenção não pode senão expressar admiração “pela sua dedicação”. O ultrajacobino Chaumette publica um hino em louvor aos seus feitos. “O cidadão Fouché”, escreve, “realizou os milagres de que eu falei. Honrou a velhice, defendeu os fracos, respeitou a infelicidade, destruiu o fanatismo, aniquilou o federalismo. Voltou a impulsionar a produção de ferro, prendeu os suspeitos, puniu exemplarmente todo crime, perseguiu os aproveitadores e os encarcerou.” Um ano depois de ter ocupado seu lugar, hesitante e receoso, entre os moderados, Fouché já é conhecido como o mais radical dos extremistas, e como a revolta de Lyon exige a presença de um homem especialmente enérgico, intransigente e sem escrúpulos, quem mais adequado para executar o pior édito jamais

inventado por esta ou qualquer outra revolução? “Os serviços que o senhor prestou até agora à Revolução”, decreta a Convenção em seu estilo pomposo, “avalizam aqueles que ainda prestará. Reacenderá a tocha do espírito burguês que está se apagando em Ville Affranchie (Lyon). Complete a Revolução, termine a guerra contra os aristocratas, e que as ruínas, que aquele poder derrubado quer reerguer, caiam sobre eles e os destruam!”

E é nesse papel de vingador e destruidor, do “carniceiro de Lyon”, que Joseph Fouché, o futuro multimilionário e duque de Otranto, entra pela primeira vez na história universal.

O “carniceiro de Lyon”

1793

NO LIVRO DA REVOLUÇÃO FRANCESA raramente se abre uma página mais sangrenta que a da revolta de Lyon. E, no entanto, em poucas cidades - nem mesmo em Paris - o contraste social se desenhou de forma tão acentuada quanto nessa primeira cidade industrial da França então ainda pequeno-burguesa e agrária, a pátria da fabricação da seda. Ali, em meio à Revolução ainda burguesa de 1792, os trabalhadores formam pela primeira vez uma nítida massa proletária, totalmente divorciada do empresariado monarquista e capitalista. Não admira que exatamente ali o conflito se revestisse das formas mais sangrentas e fanáticas, tanto na Reação quanto na Revolução.

Os adeptos do partido jacobino, as multidões de trabalhadores e desempregados se agrupam em torno de um daqueles homens singulares que costumam ser catapultados pelas reviravoltas da história, uma daquelas pessoas inteiramente puras, idealistas e crédulas, que no entanto provocam muito mais desgraça com a sua fé e mais derramamento de sangue com o seu idealismo do que os políticos mais brutais e os terroristas mais violentos. Sempre é precisamente o homem de fé pura, o homem religioso, extático, o transformador e reformador do mundo, que em sua nobre intenção enceta os massacres e males que ele próprio detesta. Em Lyon, esse homem se chama Chalier, um antigo sacerdote e ex-comerciante para quem a Revolução é a reencarnação do cristianismo real e verdadeiro, e que a ela adere com um amor abnegado e místico. Para esse leitor apaixonado de Jean-Jacques

Rousseau, a elevação da humanidade até a razão e a igualdade significa a realização do milênio de Cristo. Seu amor ardente e fanático dos homens enxerga no incêndio universal a aurora de uma nova humanidade imorredoura. Utopista comovedor: quando cai a Bastilha, ele carrega nas mãos nuas uma pedra da fortaleza durante seis dias e seis noites caminhando a pé de Paris a Lyon, e lá a transforma em altar. Venera como se fosse um deus, uma nova pitonisa, Marat, esse panfletário sanguinário, cujos discursos e escritos ele decora, e inflama como ninguém os trabalhadores de Lyon com sua retórica mística e infantil. Instintivamente, o povo adivinha nele um amor humanitário palpitante e piedoso, e os reacionários de Lyon percebem que um homem puro, impulsionado de forma quase louca pelo espírito, possuído quase loucamente pelo amor humanitário, é ainda mais perigoso do que os mais barulhentos agitadores jacobinistas. Ele catalisa todo o amor, mas também concentra todo o ódio. E quando um primeiro levante se produz na cidade, esse utopista neurastênico e um pouco ridículo é encarcerado. Com esforço, através de uma carta falsificada, monta-se contra ele uma acusação, e a sentença de morte deve servir de advertência contra os outros radicais e desafiar a Convenção de Paris.

Debalde, a Convenção indignada manda um enviado atrás do outro para Lyon a fim de salvar Chalier. Ela adverte, reivindica, ameaça o magistrado insubmisso. Decidido a mostrar os dentes aos terroristas de Paris, o conselho municipal de Lyon, autocrático, rechaça qualquer intervenção. Foi contra a vontade que ele recebera a guilhotina, aquele instrumento do terror, colocado sem uso num porão; agora quer dar uma lição aos advogados do sistema de terror experimentando pela primeira vez num revolucionário esse instrumento pretensamente humano. Precisamente porque a máquina ainda não tinha sido

experimentada e por falta de habilidade do carrasco, a execução de Chalier se transforma em uma tortura cruel e bárbara. Três vezes a lâmina, sem fio, desce sem partir a vértebra da nuca do condenado. Horrorizado, o povo vê o corpo ensanguentado e algemado de seu líder se contorcer, ainda vivo, sob essa tortura vergonhosa, até que finalmente o carrasco, piedoso, separa do tronco a cabeça do infeliz com um golpe de sabre.

Mas essa cabeça torturada, três vezes golpeada pela lâmina, em pouco tempo se torna para a Revolução um paládio da vingança, e uma cabeça de medusa para os seus assassinos.

A CONVENÇÃO ESTREMECE com a notícia do crime. Como? Uma cidade francesa atreve-se a desafiar a Assembleia Nacional? Tamanha ousadia precisa ser imediatamente sufocada em sangue. Mas agora as autoridades de Lyon também sabem o que as espera. Abertamente, passam da resistência contra a Assembleia Nacional à rebelião; levantam as armas, põem em funcionamento o sistema de defesa contra os concidadãos, contra franceses, e desafiam abertamente o exército republicano. Agora as armas decidirão entre Lyon e Paris, entre Reação e Revolução.

Pela lógica, uma guerra civil nesse momento seria um ato suicida para a jovem República. Porque nunca antes a situação foi mais perigosa, mais desesperadora, mais sem perspectiva. Os ingleses tomaram Toulon, apoderaram-se da frota e do arsenal, ameaçam Dunquerque, enquanto simultaneamente os prussianos e os austríacos avançam sobre o Reno e a região de Ardenes, e toda a Vendeia está em chamas. Luta e revolta sacodem a República francesa de uma fronteira a outra. Mas esses são também os dias verdadeiramente heroicos da Convenção francesa. Depois da morte de Chalier, movidos por um instinto sinistro e

fatal, sugerindo que o desafio é a melhor maneira de combater o perigo, os líderes recusam qualquer pacto com os seus carrascos. *Potius mori quam foedari*, antes morrer do que pactuar, antes uma guerra e sete outras do que uma paz que é sinal de fraqueza. E foi essa energia irresistível do desespero, essa paixão ilógica e selvagem, que salvou a Revolução Francesa no momento de maior perigo, assim como aconteceu na Revolução Russa (quando a ameaça vinha simultaneamente de Oeste, Leste, Norte e Sul, dos ingleses e mercenários do mundo inteiro, por dentro pelas legiões de Wrangel, Denikin e Koltchak). De nada serve à burguesia assustada agora atirar-se abertamente nos braços dos realistas e confiar suas tropas a um general do rei. Das fazendas e das redondezas acorrem soldados proletários, e no dia 9 de outubro a segunda capital da França rebelada é tomada pelas tropas republicanas.

Esse talvez tenha sido o dia mais orgulhoso para a Revolução Francesa. Quando, na Convenção, o presidente da mesa se levanta solenemente para anunciar a capitulação definitiva de Lyon, os deputados saltam de seus lugares, exultam e se abraçam. Por um momento, toda a discórdia parece ter acabado. A República foi salva, um belo exemplo para todo o país, para o mundo, dado pela força irresistível, pela força da ira do Exército Popular republicano. Mas fatalmente o sentimento de orgulho derivado dessa coragem arrasta os vencedores para uma euforia, um desejo trágico de transformar logo o triunfo em terror. Assim como a vitória foi bela, que seja terrível a vingança contra os vencidos. “É preciso dar um exemplo para que a República francesa, a jovem Revolução, puna de forma mais rigorosa aqueles que se levantaram contra a bandeira tricolor.” Dessa forma, a Convenção, advogada da humanidade, se desonra perante o mundo todo, com um decreto moldado nos exemplos dos califas e de Barbarroxa, com a sua destruição de Milão pelos hunos. No dia 12 de

outubro, o presidente da Convenção desenrola o documento terrível que propõe nada menos do que destruir a segunda capital francesa. Esse decreto pouco conhecido diz textualmente:

1. Por sugestão do Comitê de Salvação Pública, a Convenção Nacional nomeia uma comissão extraordinária de cinco membros para imediatamente punir militarmente a contrarrevolução de Lyon.
2. Todos os moradores de Lyon serão desarmados e suas armas entregues aos defensores da República.
3. Uma parte das armas deve ser entregue aos patriotas que foram oprimidos pelos ricos e contrarrevolucionários.
4. A cidade de Lyon será destruída. Todas as casas das pessoas prósperas serão postas abaixo, só poderão sobrar as casas dos pobres, as habitações dos patriotas assassinados ou proscritos, os edifícios industriais e aqueles que servem a fins beneficentes e educativos.
5. O nome Lyon será apagado da relação de cidades da República. De agora em diante, o conjunto das casas que permanecerem terá o nome de Ville Affranchie [Cidade Liberta].
6. Sobre as ruínas de Lyon será erigida uma coluna que servirá aos descendentes como testemunho dos crimes e das punições da cidade realista, com a seguinte inscrição: "Lyon liderou a guerra contra a liberdade, Lyon não existe mais."

Ninguém ousa questionar essa proposta desvairada de transformar a segunda maior cidade da França em um monte de escombros. Há muito já a coragem deixou de existir na Convenção francesa, desde que a guilhotina começou a brilhar perigosamente sobre as cabeças de todos aqueles que tentam sussurrar a palavra "misericórdia" ou "clemência". Intimidada pelo próprio susto, a Convenção aprova o vandalismo por unanimidade e a execução é confiada a Couthon, amigo de Robespierre.

COUTHON, O PREDECESSOR de Fouché, reconhece logo que é loucura e suicídio querer destruir voluntariamente a maior cidade industrial da França, com seus monumentos, como gesto de intimidação. E desde o primeiro momento ele está decidido a sabotar a missão. Mas é preciso dissimular de

forma inteligente. Couthon disfarça sua intenção secreta de poupar Lyon mediante a astúcia de elogiar exageradamente o decreto insensato que ordena a destruição total. “Concidadãos”, exclama, “a leitura de seu decreto nos encheu de admiração. Sim, é preciso que essa cidade seja destruída e sirva de grande exemplo para todas aquelas que possam ousar revoltar-se contra a pátria. De todas as grandes e vigorosas medidas que a Convenção Nacional ordenou até agora, só uma nos havia escapado: a da destruição total ... Mas fiquem tranquilos, colegas burgueses, e assegurem à Convenção Nacional que seus princípios são os nossos e seus decretos serão executados fielmente.” Mas aquele que com palavras tão exaltadas cumprimenta a sua missão nem pensa em executá-la, contentando-se com gestos teatrais. Paralítico desde criança, mas de uma determinação intelectual inflexível, faz-se levar numa liteira até a praça principal de Lyon, marca simbolicamente a golpes de um martelo prateado as casas que serão destruídas e anuncia a formação de tribunais de terrível vingança. Com isso, tranquiliza os ânimos mais exaltados. Na verdade, sob o pretexto da falta de trabalhadores, manda algumas mulheres e crianças darem alguns golpes de picareta *pro forma* contra as casas, e só algumas execuções são cumpridas.

A cidade já volta a respirar, agradavelmente surpreendida por tão inesperada indulgência depois de proclamações tão fulminantes. Mas os terroristas estão vigilantes; pouco a pouco reconhecem a disposição clemente de Couthon e violentamente desafiam a Convenção a ser violenta. O crânio ensanguentado e esmagado de Chalier é levado a Paris como relíquia, mostrado à Convenção com pompa solene e exibido em Notre-Dame para incitação pública. E, cada vez mais impacientes, lançam novas acusações contra Couthon, o *cunctator*, o procrastinador, chamando-o de negligente,

preguiçoso, covarde, enfim, incompetente para pôr em prática uma vingança exemplar. Dizem que é necessário um revolucionário realmente impiedoso, confiável, verdadeiro, sem medo de sangue e disposto a tudo, um homem de ferro e aço. Finalmente a Convenção cede a esses ruídos e, no lugar do suave Couthon, manda como algozes para a infeliz cidade o mais decidido de seus tribunos, o veemente Collot d'Herbois (sobre o qual circulam rumores de que foi vaiado como ator em Lyon e por isso seria o homem certo para açoitar tais burgueses), e, como segundo, o mais radical de todos os procônsules, o famigerado jacobino e ultraterrorista Joseph Fouché.

CONVOCADO PARA A MISSÃO criminosa da noite para o dia, seria mesmo Joseph Fouché um carrasco, um "sanguissedento", como se dizia então dos defensores do terror? A julgar pelas suas palavras, certamente que sim. Poucos procônsules se comportaram em suas províncias de forma mais ativa, enérgica, revolucionária, radical do que Joseph Fouché. Sem piedade, ele confiscou, saqueou as igrejas, salteou as fortunas e sufocou qualquer resistência. No entanto - o que é característico para ele! - só praticou o terror com palavras, ordens e intimidações, porque em todas aquelas semanas de seu domínio em Nevers e Clamecy nem uma única gota de sangue foi derramada. Enquanto em Paris a guilhotina trepida como uma máquina de costura, enquanto Carrier afoga no Loire centenas de suspeitos, enquanto em todo o país ecoam os fuzilamentos, assassinatos e as caçadas humanas, Fouché não ordenou uma única execução em seu distrito. Ele conhece - e este é o fio condutor de sua psicologia - a covardia da maior parte dos homens, ele sabe que um único gesto vigoroso de terror atemoriza mais do que o próprio terror. E quando, mais tarde, no belo e florido mês de maio, a Reação se

expande em todas as províncias contra os antigos dominadores, em seu distrito só podem dizer que Fouché ameaçou de morte, sim, mas ninguém pode acusá-lo de ter executado alguém. Vê-se, então, que Fouché, nomeado carrasco de Lyon, não ama nem um pouco o sangue. Esse homem frio, sem sensualidade, esse calculista, esse jogador cerebral, mais raposa do que tigre, não necessita do cheiro de sangue para excitar os nervos. Ele vocifera (mantendo a frieza interior) com palavras e ameaças, mas nunca exigirá execuções pelo prazer de matar, pela vertigem do poder. Por instinto e esperteza (não por humanidade), respeita a vida humana enquanto a sua própria não estiver em perigo. Só ameaçará a vida ou o destino de uma pessoa quando a sua própria ou os seus interesses estiverem ameaçados.

Eis um dos mistérios de quase todas as revoluções e o destino trágico de seus líderes: não amam o sangue, mas se veem pressionados a fazê-lo derramar. De sua mesa de trabalho, Desmoulins, espumando, exige o tribunal para os girondinos. Mas, ao escutar a palavra “morte” na sala de audiência para os vinte e dois homens que ele próprio arrastou para a frente do juiz, levanta-se, pálido, trêmulo, e precipita-se para a saída - não, não era isso que queria! Robespierre, cuja assinatura está em milhares de decretos fatais, combateu dois anos antes na Assembleia Constituinte a pena de morte e qualificou a guerra como crime. Danton, embora criador dos tribunais assassinos, gritou do fundo da alma a frase desesperada, “Antes ser guilhotinado do que guilhotinar”. Até mesmo Marat, que no seu jornal exigira publicamente trezentas mil cabeças, tenta salvar um por um, no momento em que devem ser executados. Todos eles, mais tarde descritos como feras sanguinárias, como assassinos apaixonados, inebriados com o cheiro dos cadáveres, todos eles, incluindo Lênin e os líderes da Revolução Russa, no fundo abominam as execuções. Só querem manter seus adversários políticos

em xeque com a ameaça da execução, mas as sementes nefastas surgem forçosamente com o consentimento teórico ao crime.

Portanto não se pode incriminar os revolucionários franceses pela embriaguez com o sangue, e sim com palavras sanguinolentas; só para entusiasmar o povo e avalizar o próprio radicalismo, cometeram a tolice de criar um jargão sanguinário e de povoar ininterruptamente seus delírios com traidores e a guilhotina. Mas depois, quando o povo, inebriado, bêbado, enlouquecido com essas palavras selvagens e provocadoras, passou a exigir as “medidas enérgicas” que lhes haviam sido anunciadas como necessárias, os líderes não têm coragem de resistir: usam a guilhotina para não desmentir sua retórica sobre ela. Forçosamente, seus atos precisam comprovar suas palavras enraivecidas, e inicia-se uma competição do terror porque ninguém ousa ficar atrás nessa caçada pela popularidade.

De acordo com a lei inelutável da gravidade, uma execução atrai a outra. O que tinha começado como mera brincadeira com palavras sangrentas torna-se exagero com cabeças humanas. Milhares de pessoas são sacrificadas – não por prazer, nem por paixão e menos ainda por decisão, mas pela falta de firmeza dos políticos, dos homens de partido, que não encontram coragem para enfrentar a população; em última análise, por covardia. Infelizmente, a história do mundo não é, como costuma ser apresentada, uma história da coragem humana, mas uma história da covardia humana, e a política não é, como se quer fazer crer de qualquer maneira, a liderança da opinião pública, mas uma submissão servil dos líderes diante da mesma instância que acabaram de criar e influenciar. Assim sempre nascem as guerras: de um jogo com palavras perigosas, por uma superexcitação dos sentimentos nacionalistas. O mesmo ocorre com os crimes políticos: nenhum vício, nenhuma brutalidade no mundo faz correr

tanto sangue quanto a covardia humana. Se, portanto, Joseph Fouché se torna um carrasco de massa em Lyon, isto não acontece por entusiasmo republicano, mas unicamente por temor de desagradar pela sua moderação política. Porém as ideias não são decisivas na história, e sim os atos, e, ainda que ele tenha resistido mil vezes, seu nome fica marcado como o “carniceiro de Lyon”. E o manto ducal, mais tarde, tampouco ocultará as manchas de sangue que sujam as suas mãos.

Collot d’Herbois chega a Lyon no dia 7 de novembro, Joseph Fouché, no dia 10. Começam a trabalhar imediatamente. Mas antes da tragédia propriamente dita, o comediante demitido e seu assistente, o antigo seminarista, ainda apresentam uma curta peça satírica, talvez a mais desafiadora e ousada de toda a Revolução Francesa: uma espécie de missa negra celebrada à luz do dia. A missa fúnebre para Chalier, o mártir da liberdade, serve como pretexto para essa orgia de exagero ateu. Como prelúdio, às oito da manhã todas as igrejas são saqueadas e despojadas de seus últimos símbolos cristãos. Os crucifixos são arrancados dos altares, as toalhas e as casulas são arrebatadas. Em seguida, um cortejo gigantesco cruza toda a cidade até a place des Terreaux. Quatro jacobinos que vieram de Paris levam o busto de Chalier ornado de flores sobre um andor coberto por tapetes tricolores; ao lado está uma urna com suas cinzas e, numa gaiola, uma pomba que, segundo consta, teria consolado o mártir na prisão. Soturnos e sérios, os três procônsules marcham atrás da liteira nesse novo serviço eclesiástico, destinado a evidenciar com pompa ao povo a divindade de Chalier, o mártir da liberdade, o “Deus salvador morto por eles”. Mas a cerimônia, já em si desagradavelmente patética, torna-se ainda mais vil por uma cena estúpida e de total mau gosto: triunfante, numa dança indiana, uma horda barulhenta carrega recipientes, cálices, cibórios e imagens santas

saqueados das igrejas, atrás deles trota um burro com uma mitra episcopal amarrada nas orelhas. No rabo do pobre animal prenderam um crucifixo e a Bíblia - e assim, para gáudio da plebe barulhenta, o Evangelho é arrastado pela lama das ruas, pendendo da cauda de um burro.

Finalmente, fanfarras guerreiras ordenam a parada. O busto de Chalier e a urna são solenemente colocados no meio da grande praça, onde se erigiu um altar ornado com ramos verdes, e os três representantes populares se inclinam de forma respeitosa diante do novo santo. Primeiro, é o ator Collot d'Herbois quem perora, depois fala Fouché. Aquele que soube calar-se tão obstinadamente na Convenção reencontrou de repente a própria voz e aclama com euforia exagerada o busto de giz: "Chalier, Chalier, você já não existe! Mártir da liberdade, foi sacrificado por criminosos, mas o sangue desses criminosos será a única oferenda que pode aplacar seus fantasmas, justamente enervados! Chalier, Chalier! Diante da sua imagem, nós juramos vingar o seu martírio, e o sangue dos aristocratas lhe servirá de incenso." O terceiro representante do povo é menos eloquente do que o futuro aristocrata, o futuro duque de Otranto. Humilde, limita-se a beijar a testa do busto e troveja um sonoro "morte aos aristocratas!".

Depois desses três atos solenes de adoração, uma grande fogueira é acesa. Ar grave, Joseph Fouché, que até pouco tempo ainda usava tonsura, assiste com seus dois colegas à cena do Evangelho sendo cortado do rabo do burro e atirado na fogueira, transformando-se ali em fumaça junto com batinas, missais, hóstias e santos de madeira. Depois, como recompensa pelos seus serviços blasfemos, o quadrúpede cinzento pode matar a sede num cálice sagrado, e, finda a cerimônia de mau gosto, os quatro jacobinos levam o busto de Chalier em seus ombros de

volta até a igreja, colocando-o solenemente no altar, no lugar da imagem destruída de Cristo.

Para eternizar a memória da festa, uma moeda de ouro foi cunhada alguns dias mais tarde. Hoje ela já não é mais encontrada, provavelmente porque o futuro duque de Otranto adquiriu todos os exemplares e os fez desaparecer, assim como fez com os livros que descreviam bem demais os atos heroicos de seus tempos de ultrajacobino e ateuista. Fouché tinha uma ótima memória. Mas para *Son Excellence Monseigneur le Sénateur Ministre* (Sua Excelência, o Senhor Senador Ministro) de um rei cristão era muito incômodo e desagradável que outros se lembrassem ou fossem lembrados dessa missa negra de Lyon.

POR MAIS REPUGNANTE que seja esse primeiro dia de Joseph Fouché em Lyon, ele só oferece teatro e uma mascarada tola: ainda não correu sangue. Mas já na manhã seguinte os cônsules se trancafiam de forma inacessível para outros numa casa afastada, protegida por sentinelas armados que proíbem a entrada a qualquer pessoa sem autorização. A porta está simbolicamente trancada para qualquer pedido de clemência, qualquer súplica, qualquer indulgência. É criado um tribunal revolucionário, e uma carta de Fouché e Collot à Convenção anuncia a terrível noite de São Bartolomeu planejada por esses soberanos populares: “Nós perseguimos nossa missão com a energia de republicanos de caráter e não pretendemos descer da altura em que o povo nos colocou para nos ocuparmos dos interesses miseráveis de alguns homens mais ou menos culpados”, escrevem. “Distanciamo-nos de todos, porque não temos tempo a perder, não temos favores a prestar. Só temos olhos para a República, que nos ordena servir de um grande exemplo, uma lição visível para todos. Só temos

ouvidos para o grito do povo que exige vingar o sangue dos patriotas de uma só maneira rápida e terrível, a fim de poupar à humanidade novos derramamentos. Convencidos de que não existem nessa infame cidade outros inocentes do que aqueles que foram oprimidos pelos assassinos do povo e encarcerados, desconfiamos das lágrimas de arrependimento. Nada desarmará a nossa severidade. Confessamos, concidadãos, que consideramos a indulgência uma fraqueza perigosa, adequada apenas para reacender as esperanças criminosas justo no momento em que estas devem ser totalmente extintas. Ser indulgente com um indivíduo significa ser indulgente com todos os de sua espécie, tornando sem efeito a vossa Justiça. As demolições são lentas demais, a impaciência republicana exige meios mais rápidos: só a explosão de todas as minas, a atividade devoradora das chamas exprime o supremo poder do povo. Sua vontade não pode ser contida como a dos tiranos, ela deve ter o efeito de uma tempestade.”

A tempestade é desatada no dia 4 de dezembro, conforme o programado, e o seu eco terrível propaga-se logo por toda a França. De manhã cedo, sessenta jovens são buscados nas prisões, algemados sempre aos pares. Mas eles não são conduzidos à guilhotina, que, segundo as palavras de Fouché, trabalha “lentamente demais”. São levados até a planície de Brotteaux, além do Ródano. Duas covas paralelas, cavadas às pressas, permitem às vítimas adivinhar o seu destino, e os canhões colocados a dez passos deles indicam o método do massacre. Os indefesos são agrupados e amarrados em um amontoado de desespero humano que berra, estremece, chora e se agita e resiste em vão. Uma só ordem - e dessa proximidade mortal as bocas dos canhões cospem o chumbo nas massas humanas que tremem de terror. Mas a primeira salva não mata a todos, alguns têm um braço ou uma perna despedaçados, outros ficaram com as tripas para fora,

alguns poucos por puro acaso ficaram ilesos. Mas, enquanto o sangue jorra abundantemente dentro das covas, os cavaleiros, obedecendo a um segundo comando, se jogam com sabres e pistolas sobre as vítimas poupadas, golpeiam e atiram no meio desse amontoado convulsionado que geme, grita mas não consegue fugir, até a última voz se calar. Em recompensa pelo massacre, é permitido aos algozes arrancar as roupas e os sapatos dos sessenta corpos ainda quentes, antes que estes, nus e despedaçados, sejam jogados nas covas.

Essa foi a primeira das célebres chacinas de Joseph Fouché, futuro ministro de um rei cristianíssimo, que na manhã seguinte se gaba da façanha num inflamado manifesto: “Os representantes do povo permanecerão impassíveis no cumprimento da missão que lhes foi confiada, o povo colocou em suas mãos o trovão de sua vingança, e eles não o largarão antes de esmagar todos os inimigos da liberdade. Terão a coragem de atravessar amplas covas recheadas de conspiradores e marchar sobre ruínas para alcançar a felicidade da nação e a renovação do mundo.” Ainda naquele mesmo dia, essa triste “coragem” volta a ser confirmada pelos mortíferos canhões de Brotteaux num rebanho ainda mais numeroso. Dessa vez, são duzentas e dez cabeças humanas a serem levadas com as mãos amarradas nas costas e que em alguns poucos minutos são derrubadas pelo chumbo das metralhas e pelas salvas de tiros da infantaria. O procedimento é o mesmo, só que, dessa vez, os carneiros são dispensados do incômodo trabalho de enterrar as vítimas depois de um massacre tão fatigante. Para que enterrar tais criminosos? Retiram-se-lhes os sapatos ensanguentados dos pés retesados, depois jogam-se os cadáveres nus e frequentemente ainda palpitantes no túmulo das correntezas do Ródano.

Mas mesmo esse horror chocante, que enoja todo o país e a história universal, Fouché o cobre com o manto

aplacador das palavras líricas. Louva como proeza política o fato de o Ródano ter sido empestado por cadáveres nus, já que eles, flutuando até Toulon, ali servirão como testemunho vivo da impiedosa e terrível vingança republicana. “É preciso que os cadáveres ensanguentados que atiramos no Ródano flutuem entre as duas margens até a sua foz, até a infame Toulon, para que evidenciem aos olhos dos ingleses covardes e cruéis a impressão do horror e a imagem da supremacia do povo.” Em Lyon, claro, tais evidências não são mais necessárias, pois as execuções e as hecatombes se sucedem. Fouché saúda com lágrimas de alegria a conquista de Toulon e festeja o dia mandando “duzentos rebeldes para a boca dos canhões”. De nada adiantam os pedidos de clemência. Duas mulheres que haviam suplicado com demasiada paixão pela libertação dos maridos diante do tribunal de sangue foram amarradas à guilhotina; não se permite a ninguém aproximar-se da casa dos comissários do povo para pedir clemência. Porém quanto mais ressoam as espingardas, mais enérgicas tornam-se as palavras dos procônules: “Sim, ousamos afirmar que derramamos muito sangue impuro, mas foi por humanidade e dever. ... Não largaremos o raio que vocês puseram em nossas mãos antes que vocês o ordenem através de sua vontade. Até lá, prosseguiremos a destruir os inimigos sem interrupção, e os aniquilaremos da forma mais terrível e rápida.”

E mil e seiscentas execuções em poucas semanas provam que, dessa vez, excepcionalmente, Joseph Fouché disse a verdade.

A ORGANIZAÇÃO dessas matanças e os relatórios imodestos não levam Fouché e seu colega a esquecer a outra missão penosa da Convenção que têm a cumprir em Lyon. Logo no primeiro dia enviam uma queixa a Paris salientando que o

predecessor de ambos executou “lentamente demais” a destruição da cidade que lhe fora ordenada. “Agora, as minas hão de acelerar a obra da destruição, os mineiros já começaram a trabalhar e dentro de dois dias as edificações de Bellecourt voarão pelos ares.” Por serem as mais belas, estas famosas fachadas, iniciadas sob Luís XIV, erigidas por um discípulo de Mansard, foram destinadas a cair primeiro. Com brutalidade, os moradores das casas são expulsos, e centenas de desempregados, homens e mulheres, põem abaixo essas magníficas obras de arte em poucas semanas de destruição insensata. A cidade desgraçada ecoa suspiros e gemidos, tiros de canhão e muros que tombam; enquanto o Comitê de Justiça executa os homens e o Comitê de Demolição as casas, o Comitê de Subsistência confisca de forma implacável alimentos, tecidos e objetos de valor. Todas as casas são vasculhadas do sótão até o porão atrás de pessoas escondidas e preciosidades ocultas, em toda parte reina o terror desses dois homens, Fouché e Collot, eles próprios invisíveis e inacessíveis numa casa guardada por sentinelas. Os mais belos palácios já foram destruídos, as prisões, apesar de sempre abarrotadas de novo, semiesvaziadas, as lojas saqueadas e os campos de Brotteaux encharcados com o sangue de mil homens, quando alguns burgueses ousados, arriscando suas cabeças, decidem correr para Paris e entregar à Convenção uma carta suplicando que não faça da cidade terra arrasada. Naturalmente, o texto da carta é cauteloso e até mesmo pusilânime; começa de forma covarde com uma reverência e diz que aquele decreto de Eróstrato “parece ter sido ditado pelo gênio do Senado romano”. Mas depois pede “perdão em reconhecimento ao arrependimento sincero, pela fraqueza iludida, perdão, ousamos dizê-lo, para a inocência mal julgada”.

Mas os cônsules foram avisados a tempo da acusação mascarada, e Collot d’Herbois, o mais articulado, corre a

Paris com uma diligência especial para se defender do golpe a tempo. No dia seguinte, ele tem o desprazer de louvar as execuções como uma forma de “ação humanitária” perante a Convenção e os jacobinos, em vez de justificá-las. “Quisemos poupar a humanidade do deplorável espetáculo de várias execuções consecutivas, por isso os comissários resolveram eliminar todos os condenados num dia de uma só vez; esse desejo nasceu de uma verdadeira sensibilidade”, diz ele, e junto aos jacobinos ele se entusiasma ainda mais ardentemente pelo novo sistema “humanitário”. “Sim, fulminamos duzentos condenados de uma só vez, e ainda dizem que cometemos um crime. Será que não sabem que este foi também um ato de clemência? Quando se guilhotinam vinte homens, o último terá morrido vinte vezes, mas dessa forma vinte traidores morreram ao mesmo tempo.” E, efetivamente, estas expressões gastas, tiradas às pressas do tinteiro sangrento do jargão revolucionário, causam impressão. A Convenção e os jacobinos aceitam as explicações de Collot e dão, assim, carta branca aos procônsules para continuarem as execuções. No mesmo dia, Paris festeja a admissão dos restos mortais de Chalier no Panteão, uma honra que até então só fora concedida a Jean-Jacques Rousseau e a Marat, e a sua concubina recebe uma pensão, assim como a de Marat. Dessa forma, o mártir foi ungido publicamente como santo nacional. E todas as violências de Fouché e Collot foram aceitas como vingança justificada.

No entanto uma certa insegurança se apoderou dos dois, pois a situação perigosa na Convenção - a oscilação entre Danton e Robespierre, entre moderação e terror - exige cuidado redobrado. Por isso os dois resolvem dividir os papéis: Collot d’Herbois permanece em Paris, para ficar atento ao ambiente nos Comitês e na Convenção, e para esmagar todo possível ataque com sua brutal veemência retórica, enquanto a continuação dos massacres fica a

cargo da “energia” de Fouché. É importante constatar que, desde então, Joseph Fouché passa a ser o único a mandar com autoridade ilimitada, pois mais tarde ele tentou habilmente atribuir todas as violências ao seu colega mais fraco; mas os fatos mostram que mesmo nesse tempo em que ele mandou sozinho o alfanje não foi menos mortífero. Cinquenta e quatro, sessenta, cem pessoas por dia são fulminadas, mesmo na ausência de Collot, muros são postos abaixo, casas minadas, prisões esvaziadas para as execuções, e Joseph Fouché ainda vocifera, louvando seus atos com palavras sangrentas de entusiasmo: “Os julgamentos deste tribunal podem estar assustando os criminosos, mas tranquilizam e consolam o povo que os ouve e aprova. São injustas as suspeitas de que nós possamos alguma vez ter dado a honra do perdão aos culpados: não o fizemos nem uma única vez.”

MAS BRUSCAMENTE - o que terá acontecido? - Fouché muda de tom. Com o seu faro sutil, sente de longe que os ventos na Convenção mudaram de repente, porque há algum tempo suas fanfarras em torno das execuções já não encontram tanto eco. Seus amigos jacobinos, seus companheiros ateístas Hébert, Chaumette e Ronsin silenciaram subitamente - para sempre, porque inesperadamente a mão impiedosa de Robespierre os agarrou pela garganta. Sempre volteando habilmente entre os ultrasselvagens e os benevolentes, abrindo caminho ora para a direita, ora para a esquerda, esse tigre moral saiu repentinamente da sombra e se jogou sobre os ultrarradicais. Conseguiu fazer com que Carrier, que organizava afogamentos em massa em Nantes, como os fuzilamentos de Fouché em Lyon, fosse convocado a prestar contas diante da Assembleia. Em Estrasburgo, através de seu fiel escudeiro Saint-Just, mandou enviar à guilhotina o

feroz Eulogius Schneider; estigmatizou publicamente como estupidez os espetáculos públicos de ateísmo, como Fouché os dera na província e em Lyon. Tímidos e dóceis como sempre, os deputados preocupados seguem as suas ordens.

O velho medo de não mais pertencer à maioria toma conta de Fouché. Os terroristas foram executados – então para que continuar sendo terrorista? É preferível ligar-se logo aos moderados, a Danton e Desmoulins, que agora exigem um “Tribunal de Clemência”; é melhor vestir logo o manto que a nova direção do vento exige. Bruscamente, no dia 6 de fevereiro, ele manda parar com os fuzilamentos, e a guilhotina (da qual sempre dissera, em seus panfletos, que trabalhava lentamente demais) continua exercendo seu ofício hesitante, míseras duas ou três cabeças por dia, uma bagatela em comparação com as antigas festas nacionais na planície de Brotteaux. Em compensação, ele investe agora toda a sua energia contra os extremistas, contra os próprios organizadores de suas festas e os executores de suas ordens: o Saulo revolucionário vira de repente um são Paulo humanitário. Joga-se inteiro no partido contrário, classifica os amigos de Chalier como “um bando de anarquistas e de rebeldes”, dissolve bruscamente uma ou duas dúzias de comitês revolucionários. E agora acontece algo muito estranho: a população de Lyon, medrosa e assustada à morte, de repente passa a ver em Fouché, o herói dos fuzilamentos, o seu salvador. E os revolucionários de Lyon, por outro lado, escrevem uma carta furibunda atrás de outra, acusando-o de tibieza, traição e “opressão dos patriotas”.

Essas reviravoltas ousadas, esse passar-se atrevidamente para o campo adversário em plena luz do dia, esse refugiar-se junto ao vencedor são os segredos de Fouché em plena batalha. E foi o que lhe salvou a vida. Ele fez o jogo dos dois lados. Se, em Paris, for acusado de clemência excessiva, poderá apontar para mil covas e as fachadas

destruídas de Lyon. Caso seja acusado de carniceiro, usará as acusações dos jacobinos, que o censuravam pela sua “moderação”, sua excessiva moderação.

Dependendo de onde sopra o vento, ele tirará do bolso direito uma prova de sua falta de piedade e, do esquerdo, uma evidência de sua humanidade; poderá apresentar-se como o algoz de Lyon ou o seu salvador. Efetivamente, graças a este jogo hábil de prestidigitação, mais tarde conseguirá atribuir toda a responsabilidade pelos massacres ao seu colega mais reto e generoso, Collot d’Herbois. Mas só conseguirá iludir a posteridade. Implacável, Robespierre o vigia em Paris, seu inimigo que nunca lhe perdoou ter afastado seu próprio homem de confiança, Couthon, de Lyon. Desde a Convenção, ele conhece estes seres ambíguos, de seu modo incorruptível; persegue todos os movimentos e manobras de Fouché, que agora quer escapar à tempestade. Mas a desconfiança de Robespierre tem garras de ferro, das quais ninguém escapa. No dia 12 Germinal ele arranca ao Comitê de Salvação Pública um decreto ameaçador que exige a presença de Fouché em Paris para justificar-se de suas atitudes em Lyon. O homem que, durante três meses, presidiu um tribunal precisa agora comparecer perante um.

Perante o tribunal? Por quê? Porque mandou massacrar dois mil franceses em três meses? Porque foi colega de Carrier e de outros carneiros de massa, supõe-se. Mas só agora é que se reconhece o gênio político desse último movimento espantosamente ousado de Fouché; não, ele terá que se justificar por ter reprimido a radical Société Populaire, por ter perseguido patriotas jacobinos. O “carniceiro de Lyon”, o executor de duas mil vítimas foi acusado - farsa inesquecível da história! - do crime mais nobre que o gênero humano conhece: o excesso de humanidade.

A luta com Robespierre

1794

NO DIA 3 DE ABRIL, Joseph Fouché toma conhecimento de que o Comitê de Salvação Pública o convocara para ir a Paris; no dia 5, sobe na carruagem. Dezesseis golpes surdos acompanham a sua partida, dezesseis golpes de guilhotina, que pela última vez, por ordem sua, cumprem sua afiada tarefa. E mais duas execuções são feitas às pressas naquele dia, duas execuções insólitas, pois quem são os dois retardatários do grande massacre, obrigados a “cuspir suas cabeças no cesto” (segundo expressão da época)? Ninguém menos do que o verdugo de Lyon e seu ajudante, os mesmos que, impassíveis, guilhotinaram Chaliier e seus amigos a serviço da Reação e centenas de reacionários a serviço da Revolução. Mesmo com a melhor boa vontade, não é possível descobrir nos autos dos tribunais quais os crimes que lhes foram atribuídos; provavelmente, só foram sacrificados para não revelar detalhes sobre Lyon aos sucessores de Fouché e à posteridade. Os mortos são os que melhor sabem calar.

E a carruagem parte. Fouché tem muito para pensar até chegar a Paris. Afinal, consola-se, nada está perdido ainda. Ele tem muitos amigos influentes na Convenção, principalmente Danton, o grande antagonista de Robespierre. Talvez seja possível manter o controle sobre o Terrível. Mas como Fouché poderia imaginar que, nessas horas fatídicas da Revolução, os acontecimentos rolam mais rápido do que as rodas de uma carruagem de Lyon para Paris? Que o seu amigo íntimo Chaumette já está na prisão há dois dias, que ainda na véspera a gigantesca

cabeça leonina de Danton foi empurrada por Robespierre para a guilhotina, que no mesmo dia Condorcet, líder espiritual da direita, errava faminto pelos arredores de Paris e se envenenaria no dia seguinte para escapar ao tribunal? Todos foram derrubados por um só homem, e justamente esse homem, Robespierre, é o seu inimigo político mais ferrenho. Só quando chega em Paris, na noite do dia 8, ele toma conhecimento de toda a dimensão do perigo em que se meteu. Sabe Deus quão pouco o procônsul Joseph Fouché terá dormido naquela sua primeira noite na cidade.

LOGO NA MANHÃ SEGUINTE Fouché se encaminha para a Convenção e aguarda, impaciente, a abertura da sessão. Mas, para o seu espanto, o amplo salão não se enche. Mais da metade dos lugares permanece vazia. Claro, muitos dos deputados podem estar em missão ou impedidos por outra razão, mas chama a atenção o vazio do lado direito, onde antes sentavam-se os líderes, os girondinos, esses magníficos oradores da Revolução. Onde estarão? Os vinte e dois mais ousados, Vergniaud, Brissot, Pétion, acabaram no cadafalso, cometeram suicídio ou foram devorados por lobos durante a fuga. Sessenta e três de seus amigos que tinham ousado defendê-los foram proscritos pela maioria. De um só golpe terrível, Robespierre livrou-se de uma centena de seus adversários. Mas não foi com menos energia que o seu punho bateu nas próprias fileiras, a dos montanheses: Danton, Desmoulins, Chabot, Hébert, Fabre d'Églantine, Chaumette e mais duas dúzias, todos aqueles que se rebelaram contra a sua vontade, contra a sua vaidade dogmática, foram empurrados para o túmulo.

Todos foram eliminados por esse homem insignificante, esse homenzinho magro de rosto pálido e bilioso, testa curta e fugidia, pequenos olhos míopes e aguados, que,

discreto, permaneceu tanto tempo à sombra das figuras gigantescas de seus predecessores. Mas a foice do tempo abriu-lhe o caminho. Desde que Mirabeau, Marat, Danton, Desmoulins, Vergniaud e Condorcet caíram – ou seja, o tribuno, o subversor, o líder, o escritor, o orador e o pensador da jovem República –, ele passou a personificar tudo isso, pontífice máximo, ditador e triunfador. Incomodado, Fouché mira o seu adversário, rodeado agora com respeito ostensivo pelos deputados subservientes e recebendo todas as homenagens com imperturbável passividade. Usando sua “virtude” como uma couraça, inacessível, impenetrável, o Incorruptível examina a arena com o seu olhar míope com a orgulhosa certeza de que agora ninguém mais ousará erguer-se contra a sua vontade.

Mas alguém ainda ousa, alguém que não tem mais nada a perder: Joseph Fouché. Ele pede a palavra para justificar sua conduta em Lyon.

ESSE PEDIDO para explicar-se perante a Convenção é um desafio ao Comitê de Salvação Pública, pois não foi a Convenção e sim o Comitê que lhe exigiu explicações. Fouché, no entanto, dirige-se à instância superior, à Assembleia Nacional. A audácia dessa pretensão é inegável. Mesmo assim, o presidente lhe concede a palavra. Afinal, Fouché não é um desconhecido qualquer, muitas vezes o seu nome foi pronunciado naquele salão, seus méritos, seus relatos e seus atos ainda não foram esquecidos. Fouché sobe à tribuna e lê um relatório circunstancioso. A Assembleia escuta sem o interromper, sem um sinal de aplauso ou de desagrado. Mas no fim do discurso nenhuma mão se move. Pois a Convenção se tornou temerosa. Um ano de guilhotina castrou psicologicamente todos esses homens. Os que antes se

entregavam livremente às suas convicções como a uma paixão, que se atiravam ruidosa, ousada e abertamente na batalha das palavras e das ideias, já não gostam de confessar suas crenças. Desde que, como Polifemo, o carrasco se intrometeu em suas fileiras, ora à esquerda, ora à direita, desde que a guilhotina pesa sobre cada uma de suas palavras como uma sombra azulada, preferem calar-se a falar. Cada um se esconde atrás do vizinho, olha de soslaio para ambos os lados, antes de ousar qualquer movimento. Cinzento como uma neblina sufocante, o medo encobre seus rostos, e nada humilha mais o homem e sobretudo uma massa de gente do que o medo do invisível.

Dessa forma, tampouco ousam opinar agora. Tudo, menos imiscuir-se nos domínios do Comitê, esse tribunal invisível! A justificativa de Fouché não é rejeitada nem aprovada, mas simplesmente enviada ao Comitê para ser examinada, isto é, acaba naquela margem que Fouché queria evitar tão cuidadosamente. A sua primeira batalha está perdida.

ENTÃO TAMBÉM ELE é tomado pelo medo. Arriscou-se demais sem conhecer o terreno: agora, é melhor bater em retirada rapidamente. Antes capitular do que lutar contra o mais poderoso. Assim, Fouché curva-se arrependido, baixa a cabeça. Na mesma noite vai até a casa de Robespierre para conversar com ele, ou melhor, para lhe pedir perdão.

Ninguém testemunhou a conversa. Só se conhece o seu desfecho, mas é possível imaginar como transcorreu, fazendo-se analogia com a visita que Barras descreveu em suas *Memórias* com tão terrível nitidez. Antes de subir a pequena escada de madeira da pequena casa da rue Saint-Honoré, a qual serve de vitrine para a virtude e a pobreza de Robespierre, Fouché também precisa passar pelo exame do senhorio que toma conta de seu deus e inquilino como

se fora uma presa sagrada. Assim como ocorreu com Barras, Robespierre tampouco deve ter convidado Fouché para sentar-se no quarto pequeno e estreito, vaidosamente decorado apenas com desenhos próprios. Antes deve tê-lo recebido como a um criminoso miserável, de pé, frio, com um orgulho propositadamente contundente. Pois esse homem, que ama com paixão a virtude – e da mesma forma adora apaixonada e viciadamente a sua própria virtude – não conhece piedade nem perdão para alguém que algum dia tenha tido outra opinião que não a sua própria. Intolerante e fanático, um Savonarola da razão e da “virtude”, ele rechaça qualquer acordo e também qualquer capitulação de seus adversários. Mesmo quando a política impõe a transigência, o seu ódio e orgulho dogmático o detêm. O que quer que Fouché tenha dito a Robespierre e o seu juiz lhe tenha respondido, só uma coisa é sabida: não foi uma boa recepção, e sim uma descompostura fulminante e impiedosa, uma ameaça fria e sem disfarces, uma sentença de morte. Ao descer a escada da rue Saint-Honoré tremendo de ira, humilhado, rejeitado, ameaçado, Joseph Fouché sabe que só há um meio de salvar a própria cabeça: fazer a do outro, a de Robespierre, rolar antes da sua. Está declarada uma guerra de morte. Começou o duelo entre Robespierre e Fouché.

Esse duelo constitui um dos episódios mais fascinantes, mais psicologicamente excitantes da história da Revolução. Ambos inteligentes, ambos políticos, os dois – o que desafiou e o que foi desafiado – cometeram o mesmo equívoco: subestimaram-se, porque acreditavam conhecer-se de longa data. Para Fouché, Robespierre ainda é o advogado magricela e esfalfado que costumava fazer gracejos com ele no clube da província, em Arras, que fabricava versinhos adocicados à maneira de Grécourt e aborrecia a Assembleia em 1789 com seus discursos prolixos. Fouché não percebeu – ou percebeu tarde demais

- com que autodisciplina tenaz e persistente o demagogo Robespierre se tornou um estadista no exercício de suas tarefas, como de intrigante meloso se fez político de raciocínio preciso, como de falastrão se transformou em orador. Quase sempre a responsabilidade confere grandeza ao homem: assim, Robespierre cresceu com a consciência de sua missão, pois sente que, em meio aos aproveitadores ávidos e vociferadores barulhentos, a salvação da República é uma missão de vida que o destino confiou somente a ele. Percebe como missão sagrada para a humanidade a necessidade de concretizar a sua concepção de República e de Revolução, de moralidade e até de divindade. Essa rigidez de Robespierre foi, ao mesmo tempo, a beleza e a fraqueza de seu caráter. Inebriado pela própria incorruptibilidade, enfeitiçado pela sua inflexibilidade dogmática, considera toda opinião diferente da sua não apenas como diferente, mas como traição. Com o punho gelado de um inquisidor, ele empurra todos aqueles que pensam de outra forma para essa nova fogueira, a guilhotina. É incontestável que uma grande e pura ideia vive no Robespierre de 1794. Isto é: não vive nele, endureceu dentro dele. Não consegue mais sair totalmente de dentro dele, nem ele consegue libertar-se completamente dela (sina de todas as almas dogmáticas), e essa falta de calor comunicativo, de humanidade contagiante, priva seus atos de uma força verdadeiramente criadora. A sua potência reside na rigidez, sua força provém da dureza: a ditadura tornou-se o sentido e a forma de sua vida. Assim, ele precisa marcar a Revolução com o seu Eu, caso contrário desagregar-se-á.

Um homem desses não tolera dissensão, nenhuma opinião contrária em questões intelectuais, nenhum igual e muito menos uma oposição. Ele só tolera outras pessoas enquanto reflitam suas próprias ideias à maneira de um espelho, enquanto forem seus escravos espirituais como

Saint-Just e Couthon; qualquer outro é inexoravelmente eliminado pela barreira feroz de seu temperamento bilioso. Mas aí daqueles que não apenas contestaram sua opinião (a esses ele também perseguiu), mas ainda por cima enfrentaram a sua vontade, sem respeitar sua infalibilidade. Foi o que fez Joseph Fouché. Ele nunca pediu o seu conselho, jamais se curvou diante do ex-amigo, sentou-se nos bancos dos inimigos, ultrapassou ousadamente as fronteiras de um socialismo moderado demarcadas por Robespierre pregando o comunismo e o ateísmo. Mas até então Robespierre não se tinha ocupado dele seriamente, Fouché lhe parecia insignificante demais. A seus olhos, esse deputado não passa do pequeno professor eclesiástico que ele conhecera ainda de sotaina e depois como pretendente de sua irmã, um reles arrivista que se tornara infiel ao seu Deus, à sua noiva e a todas as suas convicções. Ele o despreza com todo o ódio da rigidez contra a flexibilidade, da incondicionalidade contra a adulação e os cálculos interesseiros, com a desconfiança da natureza religiosa contra a profana. Mas esse ódio ainda não se canalizou contra a pessoa de Fouché, e sim contra o gênero que ele representa. Arrogante, Robespierre até agora o ignorara; afinal, para que gastar suas energias com um intrigante que a qualquer momento pode ser esmagado com os pés? Por desprezá-lo durante tanto tempo, até então Robespierre apenas observara Fouché, sem o combater seriamente.

Só agora percebem o quanto subestimaram um ao outro. Fouché reconhece o enorme poder que Robespierre adquiriu durante a sua ausência: todas as instâncias lhe são submissas, o exército, a polícia, a Justiça, os comitês, a Convenção e os jacobinos. Combatê-lo parece inútil. Mas Robespierre o obrigou a lutar, e Fouché sabe que estará perdido se não vencer. O desespero supremo sempre produz uma força suprema, e assim, dois passos antes do

abismo, Fouché se atira contra o perseguidor tal como um cervo acossado que salta da última moita para atacar o caçador com toda a coragem do desespero.

É ROBESPIERRE QUEM INAUGURA as primeiras hostilidades. Por enquanto, só quer dar uma lição ao petulante, uma ameaça, um pontapé. O ensejo para isso é fornecido por aquele famoso discurso do dia 6 de maio, em que conclama todos os intelectuais da República a “reconhecer a existência de um Ser Supremo e a imortalidade como força condutora do universo”. Nunca antes Robespierre proferiu um discurso mais belo, mais elevado do que este, que, segundo consta, foi escrito na casa de campo de Jean-Jacques Rousseau. Nele, o dogmático torna-se quase poeta, o entusiasta de ideias vagas, um pensador. Separar a fé da descrença e também da superstição, criar uma religião que se eleva acima do cristianismo habitual e adorador de imagens como também acima do vazio do materialismo e do ateísmo, manter, portanto, a moderação como ele sempre almejou em todas as questões espirituais, esse é o alicerce de sua palestra, que apesar da fraseologia empolada está repleta de uma ética genuína e da vontade apaixonada de elevar a humanidade. Mas mesmo nessa esfera superior o ideólogo não consegue libertar-se da dimensão política, o seu rancor bilioso e mal-humorado mistura ataques pessoais mesmo entre as reflexões atemporais. Odiento, lembra os mortos que ele próprio empurrou para a guilhotina e ironiza as vítimas de sua política, Danton e Chaumette, como exemplos desprezíveis da falta de moral e de Deus. E subitamente, com um único golpe mortal, ele se lança contra o único pregador do ateísmo que sobreviveu à sua ira, contra Joseph Fouché. “Dize-nos, quem te atribuiu a missão de proclamar ao povo que não existe divindade? Que vantagem encontras tu em convencer o homem de que

uma força cega preside seus destinos, castiga ao acaso o crime e a virtude, e que a sua alma nada mais é do que um sopro ligeiro que se extingue às portas do túmulo? Desgraçado sofista, com que direito queres arrancar à inocência o cetro da razão para entregá-lo às mãos do pecado? Jogar uma mortalha sobre a natureza, tornar a desgraça ainda mais desesperada, ensombrecer a virtude e degradar a humanidade!... Só um criminoso, desprezível a seus próprios olhos, asqueroso para todos os outros, pode acreditar que a natureza não tenha melhor presente do que o Nada.”

Um aplauso estrondoso de aprovação incondicional segue-se ao grandioso discurso de Robespierre. De repente, a Convenção se sente livre das baixezas das lutas cotidianas e, por unanimidade, aprova a festa proposta por Robespierre em homenagem ao Ser Supremo. Só Joseph Fouché permanece mudo e morde o lábio. É preciso saber calar diante de um tal triunfo do adversário. Ele sabe que é incapaz de medir forças publicamente com um orador tão magistral. Sem palavras, pálido, ele recebe essa derrocada diante da Assembleia aberta, decidido, no íntimo, a se vingar e a tirar desforra.

Durante alguns dias, algumas semanas, ninguém ouve falar dele. Robespierre julga tê-lo vencido: o pontapé deve ter bastado para o impertinente. Mas quando não se vê nem se ouve nada de Fouché, isso significa que ele trabalha subterraneamente, tenaz, obstinado, como uma toupeira. Visita os comitês, procura ligar-se a vários deputados, é amável, solícito com as pessoas e procura ganhá-los. Despende mais energia entre os jacobinos, junto aos quais a palavra hábil e insinuante vale mais e entre os quais suas ações de Lyon lhe valeram méritos. Ninguém sabe muito bem o que quer, o que planeja, o que pretende esse homem insignificante e atarefado, que manipula todos os fios.

E de repente tudo se esclarece, inesperadamente para todos e mais ainda para Robespierre, pois no dia 18 Prairial, Joseph Fouché é eleito por grande maioria como presidente do clube dos jacobinos.

ROBESPIERRE ESTREMECE: ninguém considerava possível tal ousadia. Só agora ele reconhece o adversário astuto e audaz em Fouché. Ao longo dos últimos dois anos, nunca mais um homem atacado publicamente por ele teve a coragem de lhe opor resistência. Todos sempre desapareciam, mal seu olhar os atingia: Danton se refugiara em sua casa de campo, os girondinos na província, os outros ficavam em suas casas e não apareciam mais. E esse homem impertinente, que seu dedo apontara como impuro em plena Assembleia Nacional, refugia-se no santuário, no que há de mais sagrado na Revolução, o clube dos jacobinos, e ali usurpa a maior dignidade que pode ser alcançada por um patriota. Pois não se deve esquecer o imenso poder moral que esse clube tinha nesse último ano da Revolução. A prova de fogo mais plena e pura para um patriota é a de ser aceito pelo clube dos jacobinos, e ser dele expulso, rejeitado, marca qualquer um para o cadafalso. Generais, líderes populares, políticos, todos baixam a cabeça diante desse tribunal, dessa instância suprema, quase religiosa do espírito burguês. É como se esse clube representasse a guarda pretoriana da Revolução. E esses pretorianos, esses republicanos mais rígidos, honestos, inflexíveis elegeram Joseph Fouché como seu dirigente! A ira de Robespierre é desmedida. Pois em pleno dia esse patife invadiu o seu reino, os seus domínios, justamente no local onde ele mesmo acusa os seus inimigos, onde aguça a própria força no círculo dos eleitos. E se agora ele, Maximilien de Robespierre, quiser fazer um

discurso, precisará pedir a autorização de Joseph Fouché, submeter-se aos caprichos de um Joseph Fouché?

Imediatamente Robespierre concentra todas as suas forças. É preciso vingar com sangue essa derrota. Que Fouché saia, imediatamente, não apenas da cadeira de presidente, mas também da sociedade dos patriotas! Logo lança alguns burgueses de Lyon contra Fouché, que o acusam, e quando este, surpreso, sempre mais desamparado no duelo verbal, se defende de forma canhestra, Robespierre intervém e adverte os jacobinos a “não se deixarem iludir por falsários”. Tal primeiro golpe quase consegue derrubar Fouché. Mas este ainda tem em suas mãos a presidência e, com isso, os meios de suspender os debates antes da hora. De forma bastante inglória, interrompe a discussão e se refugia na sombra para preparar um novo ataque.

Mas agora Robespierre está prevenido. Reconheceu a tática de Fouché e sabe que esse homem não aceita o duelo e sempre se retrai para preparar seus golpes baixos. Não basta apenas fustigar um intrigante tão obstinado, é preciso persegui-lo até o último esconderijo e esmagá-lo com os pés. É preciso apertar o seu pescoço até que ele perca o ar, eliminá-lo, definitivamente e para sempre.

Por isso Robespierre ataca mais uma vez. Renova sua acusação pública contra Fouché junto aos jacobinos e exige que ele compareça à próxima sessão para se justificar. Fouché obviamente se acautela. Conhece a sua força e sua fraqueza, e não quer dar a Robespierre o triunfo de humilhá-lo olho no olho perante três mil pessoas. Melhor voltar à sombra, deixar-se vencer e ganhar tempo, tempo precioso! Escreve uma carta polida aos jacobinos, explicando que não quer apresentar desculpas publicamente antes que os dois comitês tenham tomado uma decisão sobre sua conduta e pedindo que seu julgamento seja adiado.

Robespierre pula sobre essa carta como sobre uma presa. Agora a ordem é capturá-lo, destruir Joseph Fouché definitivamente. O discurso que profere contra Fouché no dia 23 Messidor é o ataque mais exasperado, o mais perigoso e bilioso que Robespierre jamais lançou contra um adversário.

As primeiras palavras já deixam claro que Robespierre não queria apenas atingir o seu inimigo, mas matá-lo, que não queria humilhá-lo, mas eliminá-lo. Ele começa com uma pretensa tranquilidade. A primeira explicação ainda soa tibia, quando diz que o “indivíduo” Fouché não lhe interessa: “No passado tive algumas ligações com ele, pois o tinha na conta de um patriota, e quando o denuncio, isto ocorre menos por causa de seus crimes e mais porque ele se esconde para cometer outros, e porque o considero o chefe da conspiração que precisamos abortar. Examino a carta que acaba de nos ser lida e vejo que ela foi escrita por um homem que, acusado, se recusa a se justificar perante os seus concidadãos. Eis o início de um sistema de tirania, pois quem se recusa a se justificar diante de uma sociedade popular à qual pertence ataca a autoridade dessa mesma sociedade. É espantoso que o mesmo homem que antes buscava a aprovação da sociedade a despreze no momento em que é denunciado, e que pareça implorar, por assim dizer, a ajuda da Convenção contra os jacobinos.” Robespierre deixa irromper seu ódio pessoal e usa até mesmo a feiura física de Fouché para humilhá-lo: “Temerá ele, por acaso, os olhos e os ouvidos do povo?”, ironiza. “Temerá que a sua triste figura evidencie os seus crimes? Que seis mil olhos fixos sobre ele lhe descubram nos olhos a sua alma, embora a natureza os tenha feito tão perfidamente disfarçados? Temerá ele que a sua língua revele a confusão, a contradição de um homem culpado? Qualquer pessoa sensata precisa reconhecer que o temor é a única razão de sua conduta. Ora, qualquer um que teme o

olhar de seus concidadãos é culpado. Eu convoco aqui Fouché para o tribunal. Que ele se justifique e diga quem, se ele ou nós, guarda com mais dignidade os direitos de uma representação popular, e quem de nós destruiu com mais coragem todas as facções.” Ele prossegue, chamando-o de “impostor vil e desprezível”, cujo comportamento é a confissão do crime, e faz insinuações pérfidas sobre “homens cujas mãos estão repletas de rapinas e de crimes”, concluindo com as palavras ameaçadoras: “Fouché se caracterizou suficientemente, só fiz estas observações para que os conspiradores saibam de uma vez por todas que não escaparão à vigilância do povo.”

Embora estas palavras anunciem claramente uma sentença de morte, a Assembleia obedece a Robespierre. E, sem hesitação, expulsa, por falta de dignidade, o seu ex-presidente do clube dos jacobinos.

AGORA JOSEPH FOUCHÉ está marcado para a guilhotina como uma árvore para o machado. Uma expulsão do clube dos jacobinos equivale a um estigma; uma acusação de Robespierre, ainda mais uma tão exasperada, é sinal de condenação praticamente certa. Fouché agora traja a sua camisa mortuária em plena luz do dia. A partir de então, sua prisão é esperada a qualquer hora, principalmente por ele próprio. Há muito que já não dorme em casa, temendo que os guardas venham buscá-lo à noite, como aconteceu com Danton e Desmoulins. Ele se esconde na casa de amigos, corajosos, porque haja coragem para abrigar alguém tão abertamente declarado proscrito, para conversar com ele publicamente! A polícia do Comitê de Salvação Pública chefiada por Robespierre espiona seus passos e informa com quem ele se relaciona e a quem visita. Há um cerco invisível em torno dele, preso em todos os seus movimentos e candidato ao cutelo.

De fato, entre todos os setecentos deputados, Fouché é o que mais perigo corre, e não parece haver possibilidade de salvação. Ele ainda tenta mais uma vez se agarrar aos jacobinos, mas o punho feroz de Robespierre o arranca de lá; agora sua cabeça repousa nos ombros por um fio. Pois o que pode esperar da Convenção, esse rebanho covarde e intimidado que bale um “sim” servil quando o Comitê exige um deles para a guilhotina? Sem resistir, entregaram todos os seus antigos líderes ao tribunal revolucionário, Danton, Desmoulins, Vergniaud, só para não chamar a atenção por sua resistência - por que não entregariam também Fouché? Os homens antes tão corajosos e passionais estão agora sentados em seus bancos mudos, medrosos, perplexos. O veneno terrível do medo, que gasta os nervos e esmaga a alma, paralisa-lhes a vontade.

Mas esse sempre foi o segredo do veneno: ele contém o seu antídoto, poderes terapêuticos que podem ser destilados, extraindo-se dele os seus poderes ocultos. Assim - paradoxalmente - o medo que Robespierre inspira pode significar o meio de se salvar dele. É difícil perdoar alguém que nos obriga incessantemente a ter medo durante semanas, meses; que pela incerteza destrói a alma e paralisa a vontade: nunca a humanidade ou uma parte dela, um grupo individual, suportou a ditadura de um único homem sem o odiar. E esse ódio dos oprimidos fermenta subterraneamente em todos os círculos. Cinquenta, sessenta deputados, que, como Fouché, não ousam mais pernoitar em suas casas mordem o lábio quando Robespierre passa por eles, muitos cerram os punhos atrás das costas enquanto aclamam seus discursos com júbilo. Quanto mais tempo e com mais rigor o Incorruptível reina, mais cresce a indignação contra o seu arbítrio prepotente. Pouco a pouco ele atingiu e ofendeu a todos: a ala direita por mandar os girondinos para o cadafalso, a ala esquerda por jogar no cesto as cabeças dos extremistas, o Comitê de

Salvação Pública por obrigá-lo a aceitar a sua vontade, os aproveitadores por ameaçá-los em seus negócios, os ambiciosos por obstruir-lhes o caminho, os invejosos pelo fato de deter o poder e os comodistas por não se aliar a eles. Se fosse possível catalisar esse ódio de cem cabeças, essa covardia disseminada em uma única vontade, em uma só lança que perfurasse o coração de Robespierre, todos estariam salvos – Fouché, Barras, Tallien, Carnot, todos os seus inimigos secretos. Mas para isso seria preciso primeiro convencer esses fracos de que estão ameaçados por Robespierre, seria necessário alargar a esfera do temor e da desconfiança, aumentar artificialmente a tensão que ele exala. Seria preciso fazer pesar sobre os nervos de cada um o torpor plúmbeo, essa pressão da incerteza dos discursos sombrios de Robespierre, tornar o temor ainda mais temível, o medo ainda pior: só então a massa seria suficientemente corajosa para atacá-lo.

É aqui que Fouché entra em ação. De manhã cedo até tarde da noite ele vai sorrateiramente de um deputado a outro, murmura sobre as novas listas de proscrição que Robespierre estaria preparando em segredo. E a cada um ele sussurra: “Seu nome está na lista” ou “Você estará na próxima leva”. E, de fato, aos poucos vai espalhando o pânico subterraneamente, pois perante esse Catão, esse homem tão incorruptível, poucos deputados têm a consciência inteiramente limpa. Um pode não ter sido muito consciencioso no manuseio do dinheiro público, outro ter contradito Robespierre alguma vez, o terceiro tido casos com mulheres (todos esses crimes aos olhos do puritano republicano), o quarto pode ter tido ligações amistosas com Danton ou qualquer outro dos cento e cinquenta condenados, o quinto ter abrigado um condenado em sua casa, o sexto recebido uma carta de um emigrante. Em resumo, todos tremem, cada um considera possível um ataque contra si, ninguém se vê

suficientemente puro para fazer jus às rígidas exigências de moral burguesa impostas por Robespierre. E Fouché continua correndo de um para o outro, tal qual a lançadeira de um tear, tecendo fios, atando novas malhas, cada vez enredando mais gente nessa rede de desconfiança e suspeita. Mas é um jogo perigoso, pois é apenas uma teia de aranha que ele tece, e um único movimento brusco de Robespierre, uma palavra de traição pode arreventá-la.

A maioria das interpretações históricas não enfatizou suficientemente esse papel secreto, desesperado, perigoso e insidioso de Fouché na conjuração contra Robespierre, e nas mais superficiais delas o seu nome nem mesmo é mencionado. A história muitas vezes é escrita pelos fatos visíveis, e assim os estudiosos desses últimos dias da Revolução geralmente se limitam a narrar o gesto patético de Tallien mostrando na tribuna a espada com a qual quer perfurar seu coração, a súbita energia de Barras, que convoca as tropas, o discurso acusador de Bourdon – em suma, citam os atores do grande drama que se desenrola no dia 9 Termidor sem, no entanto, reparar em Fouché. De fato, naqueles dias ele não foi visto no palco da Convenção. Sua atuação foi nos bastidores, desempenhou o papel mais difícil de diretor dessa peça temerosamente perigosa. Foi ele quem determinou os cenários, treinou os atores, ensaiou invisivelmente no escuro e deu as senhas – sempre no escuro, a sua esfera real de ação. Mas, se os historiadores mais tarde esqueceram o seu papel, foi Robespierre quem, consciente de sua presença ativa, em pleno dia deu a Fouché o seu nome verdadeiro: *chef de la conspiration*.

POIS ESSE ESPÍRITO DESCONFIADO, cético, percebe que algo está sendo secretamente tramado contra ele. Percebe-o por causa da repentina resistência contra ele nos comitês e

com mais clareza ainda por causa da exagerada cortesia e submissão de alguns deputados que sabe serem seus inimigos. Robespierre sente que um golpe no escuro está sendo planejado, e ele também conhece a mão que conduzirá esse golpe, o *chef de la conspiration*, e se precavê. Cuidadosamente, põe suas antenas para funcionar: uma polícia própria, espiões particulares relatam a Robespierre passo a passo cada caminhada, cada reunião, cada conversa de Tallien, de Fouché e dos outros conspiradores; cartas anônimas o previnem ou o estimulam a assumir a ditadura e destruir os inimigos antes que estes se reúnam. Para confundi-los e atrapalhá-los, ele de repente assume a máscara da indiferença quanto ao poder político. Não aparece mais na Convenção, nem no Comitê de Salvação Pública. Acompanhado de um grande cachorro terra-nova, é visto perambulando só, um livro na mão, silencioso, nas ruas ou nos bosques vizinhos, aparentemente ocupado apenas com os seus amados filósofos e indiferente ao poder.

Mas ao retornar ao seu quarto, à tarde, debruça-se laboriosamente durante horas em seu grande discurso. Trabalha sem descanso, e o manuscrito revela inúmeras modificações e complementos, pois esse grande discurso decisivo, com o qual pretende esmagar de uma vez todos os seus inimigos, deve surgir inesperadamente e ser cortante como um machado, pleno de lances retóricos, intelectualmente brilhante e polido pelo ódio. Com essa arma, ele quer atacar os surpresos deputados antes que eles se reúnam e se entendam. Emprega toda a sua energia em afiar a lâmina e untá-la de um veneno mortal, e esse trabalho terrível custa-lhe longos e preciosos dias.

Porém não há mais tempo a perder, pois os espiões relatam de maneira cada vez mais insistente a realização de reuniões secretas. No dia 5 Termidor, uma carta de Fouché cai nas mãos de Robespierre, dirigida à sua irmã,

em que diz secretamente: “Não temo as difamações de Maximilien de Robespierre... Em pouco tempo você ouvirá falar do desfecho dessa questão, que, como espero, se resolverá a favor da República.” Tudo está para acontecer, e Robespierre está advertido. Manda chamar seu amigo Saint-Just e se tranca com ele em seu estreito sótão da rue Saint-Honoré. Ali, determinam o dia e o método do ataque. Em 8 Termidor, Robespierre pretende surpreender e paralisar a Convenção com o seu discurso. E no dia 9, Saint-Just exigirá as cabeças dos inimigos, as cabeças dos rebeldes no Comitê e, principalmente, a de Joseph Fouché.

A TENSÃO SE TORNA INSUPORTÁVEL, também os conspiradores sentem a eletricidade nas nuvens. Mas ainda hesitam em atacar o homem mais poderoso da França, em cujas mãos repousam todos os poderes, a administração e o exército, os jacobinos e o povo, a glória e a força de um nome irrepreensível. Ainda parecem inseguros, indecisos para afrontar numa batalha aberta esse gigante da Revolução, e alguns já mudam de opinião, falam em retirada e reconciliação. A conspiração penosamente arrebanhada corre o risco de se desintegrar.

Nesse momento, o destino, mais genial do que todos os poetas, joga um peso decisivo na balança. É justamente a Fouché que cabe acender o pavio. Pois nesses dias, Fouché, perseguido por todas as matilhas, constantemente ameaçado pelo aço da lâmina, além de seu infortúnio político ainda vive uma desgraça suprema em sua vida particular. Duro, frio, intrigante e pouco comunicativo, dentro do lar esse homem estranho é o melhor marido, o mais amoroso pai de família. Ama apaixonadamente a sua mulher assustadoramente feia e sobretudo a menininha nascida nos dias do seu consulado e que ele batizou com suas próprias mãos na praça de Nevers com o nome de

Nièvre. Essa pequena criança pálida e delicada, a sua paixão, fica gravemente doente naqueles dias de Termidor, e à preocupação com a sua própria vida acrescentam agora os cuidados com a de sua filha. Prova cruel: ele sabe que o pequeno ser amado e fraco está morrendo junto à sua mulher, mas, perseguido por Robespierre, não pode se manter em vigília junto à cama da filha, pois é obrigado a se esconder em casas de estranhos e até em águas-furtadas. Em vez de cuidar dela e escutar-lhe a respiração fugidia, é obrigado a correr com os pés em chamas de um deputado para outro, mentir, mendigar, suplicar, defender sua própria vida. Transtornado, o coração dilacerado, o infeliz erra incansavelmente nesses dias tórridos de julho (os mais quentes dos últimos anos) sem poder assistir ao sofrimento e à morte de sua amada filha.

No dia 5 ou 6 Termidor, a provação chega ao fim. Fouché acompanha um pequeno ataúde até o pátio da igreja; a criança morreu. Desgraças como essa endurecem a alma. Depois da morte da filha, ele já não teme mais a própria morte. Uma nova audácia, a do desespero, forja a sua vontade. E como os conspiradores ainda hesitam e querem adiar a batalha, Fouché, que não tem mais nada a perder na terra senão a sua vida, pronuncia enfim a palavra decisiva: "Amanhã é preciso atacar." Esta frase foi dita no dia 7 Termidor.

Nasce a manhã de 8 Termidor, um dia histórico. De manhã, o calor abrasador de julho pesa sobre a cidade, que não sabe de nada. Só na Convenção reina, desde cedo, uma estranha inquietação: nos cantos, os deputados formam grupos e cochicham entre si, nunca se viram tantas pessoas estranhas e curiosas nos corredores e nas galerias. O segredo e a tensão vagam pela sala, pois inexplicavelmente correram rumores de que hoje Robespierre chamará os inimigos às contas. Talvez alguém tivesse espionado Saint-Just, vendo quando ele regressava à noite do quarto

fechado, e a Convenção conhece muito bem o efeito dessas reuniões secretas. Ou será que é Robespierre quem tem informações sobre os planos de guerra de seus adversários?

Todos os conspiradores, todos aqueles que se sabem ameaçados, examinam medrosos os rostos de seus colegas: será que um deles - e quem teria sido? - espalhou o segredo perigoso? Robespierre tomará a dianteira, ou será que vão conseguir esmagá-lo antes que ele faça uso da palavra? A massa insegura e covarde da maioria - *le Marais*, o Pântano - os trairá ou protegerá? Todos hesitam e tremem. Assim como o calor do céu plúmbeo sobre a cidade, uma agitação moral pesa ameaçadoramente sobre a Assembleia.

Efetivamente: mal é aberta a sessão, Robespierre pede a palavra. Ele está solene como naquela festa para o Ser Supremo, trajando a já histórica casaca azul-celeste com meias de seda brancas. Lentamente, com uma gravidade intencional, sobe à tribuna. Só que, dessa vez, não traz uma tocha em suas mãos, mas segura, como os lictores os cabos dos machados, um objeto cilíndrico, um rolo de papel: seu discurso. Saber o seu nome inscrito nessas folhas fechadas equivale à morte, e por isso as conversas e o zumbido nos bancos terminam abruptamente. Os deputados acorrem do jardim e das galerias e ocupam seus lugares. Cada um examina ansiosamente a expressão desse rosto estreito tão conhecido. Glacial, fechado em si mesmo, impenetrável ante toda a curiosidade, Robespierre lentamente desenrola o seu discurso na tribuna. Para aumentar a tensão, antes de começar a leitura com seus olhos míopes, ele ergue o olhar e o faz circular pela Assembleia hipnotizada, devagar, frio e ameaçador, da direita para a esquerda, da esquerda para a direita, de baixo para cima, de cima para baixo. Ali estão eles, seus poucos amigos, os muitos incertos e o grupo covarde dos conjurados, que esperam pela sua destruição.

Olho no olho, ele os fita. Só não enxerga um homem. Um único entre seus inimigos falta nessa hora decisiva: Joseph Fouché.

Curioso: o nome desse ausente, de Joseph Fouché, é o único citado nos debates. E é precisamente o seu nome que incendeia a última e decisiva batalha.

ROBESPIERRE FALA LONGAMENTE, prolixo e enfadonho. Como de hábito, ameaça pessoas não especificadas com o machado, fala de conjurações e conspirações, de indignos e de criminosos, de traidores e de maquinações, sem citar nomes. Basta-lhe hipnotizar a Assembleia: amanhã, Saint-Just desferirá o golpe mortal contra as vítimas paralisadas. Durante três horas ele deixa o seu discurso vago e repleto de verborragias prolongar-se até o nada, e quando ele finalmente termina, a Assembleia está mais irritada do que assustada.

A princípio, nenhuma mão se move. A insegurança encobre todos. Ninguém sabe se esse silêncio indica uma derrota ou uma vitória, os debates é que decidirão.

Finalmente, um de seus fiéis requer que a Convenção aprove a impressão do discurso, concordando com ele. Ninguém se opõe. Covarde, servil e, de certa forma, aliviada por não terem sido reclamadas novas cabeças, novas detenções, a maioria concorda. Nessa hora, no último momento, levanta-se um dos conjurados - cujo nome pertence à história -, Bourdon de l'Oise, e contesta a decisão de se publicar o discurso. E essa voz liberta todas as outras. A covardia cerra fileiras e se associa numa coragem desesperada; um atrás do outro acusa Robespierre de não formular claramente suas explicações e ameaças, demanda que indique com clareza a quem quer acusar. Em quinze minutos, a cena muda: Robespierre, o

atacante, é obrigado a passar à defesa; atenua o seu discurso, declara que não acusou nem culpou ninguém.

Então ressoa a voz estridente de um deputado sem importância, que grita: “E Fouché?” O nome foi pronunciado, o nome daquele que ele já qualificou uma vez como líder da conjuração, como traidor da Revolução. Agora Robespierre poderia, precisaria atacar. Mas estranhamente, inexplicavelmente, ele recua: “Não quero ocupar-me dele agora, só ouço a voz do meu dever.”

ESSA RESPOSTA EVASIVA está entre os segredos que Robespierre levou para o túmulo. Por que pouparia o seu inimigo mais ferrenho quando sente que se trata de uma questão de vida ou morte? Por que não o esmaga, por que não ataca o ausente, o único ausente? Por que não libera assim todos os outros que se sentem ameaçados e que sem dúvida sacrificariam Fouché a fim de se salvar? Naquela noite, afirma Saint-Just, Fouché teria tentado se aproximar mais uma vez de Robespierre. Pretexto ou verdade? Diversas testemunhas o teriam visto sentado num banco com Charlotte Robespierre, sua ex-noiva: será que ele, de fato, ainda teria tentado persuadir a solteirona a interceder junto ao irmão por ele? Teria o desesperado tido a intenção de trair os conjurados para salvar a própria cabeça? Ou queria ele fingir arrependimento e devoção a Robespierre para encobrir a conspiração? Teria esse homem de duas faces jogado com cartas duplas, como o fez mil vezes? E estaria o incorruptível e igualmente ameaçado Robespierre disposto a poupar o mais odiado dos inimigos naquela hora só para se manter no poder? Teria sido esse recuo diante de uma acusação de Fouché o sinal de um acordo secreto ou apenas uma fuga?

Não se sabe. Um véu de mistério encobre a figura de Robespierre até hoje, tantos anos depois, jamais a história

adivinhará o que se passou dentro desse homem impenetrável. Nunca se lhe conhecerão os últimos pensamentos, se ele efetivamente quis a ditadura para si ou a República para todos, se quis salvar a República ou usurpá-la, como Napoleão. Ninguém conheceu seus pensamentos mais secretos, os pensamentos de sua última noite, a noite do 8 para o 9 Termidor.

POIS AQUELA É A SUA ÚLTIMA NOITE, em que tudo se decidirá. O espectro da guilhotina vagueia ao luar dessa noite sufocante de julho. Amanhã sua lâmina gelada cortará as vértebras da nuca do trio Tallien, Barras e Fouché ou de Robespierre? Nenhum dos seiscentos deputados dorme naquela noite, ambos os partidos se armam para a batalha final. Ao sair da Convenção, Robespierre corre até os jacobinos. Trêmulo de excitação, lê para eles o discurso rejeitado pelos deputados, à luz de velas de sebo. Aplausos loucos o aclamam mais uma vez, a última vez, mas ele, pleno de pressentimentos amargos, não se engana com esses três mil ruidosos ao seu redor, e afirma que o discurso é o seu testamento. Enquanto isso, seu assecla Saint-Just luta desesperadamente até o amanhecer no Comitê contra Collot, Carnot e os outros conjurados. Ao mesmo tempo, nos corredores da Convenção é tramada a rede que amanhã apanhará Robespierre. Duas vezes, três vezes, a lançadeira corre no tear, os fios vão da direita para a esquerda, do partido da Montanha até a antiga Reação, até que, na luz da manhã, formaram um pacto firme, que não pode mais ser rompido. Nesse momento reaparece Fouché, de repente, porque a noite é o seu elemento, a intriga a sua esfera verdadeira de ação. Seu rosto plúmbeo, ainda mais pálido com a ansiedade, vaga como um espectro pelas salas mal-iluminadas. Ele sussurra, adula, promete, amedronta, assusta e ameaça um por um, e não descansa

antes que o pacto esteja concluído. Às duas da manhã, todos os adversários concordam em abater o inimigo comum, Robespierre. Só agora Fouché pode finalmente descansar.

JOSEPH FOUCHÉ TAMBÉM FALTA à sessão de 9 Termidor. Mas pode fazê-lo sossegadamente, pois sua obra foi concluída, a rede amarrada e por fim a maioria está resolvida a não deixar mais escapar com vida aquele homem demasiadamente forte e perigoso. Apenas Saint-Just, o escudeiro de Robespierre, começa o discurso mortal preparado contra os conjurados, Tallien já o interrompe, pois o combinado na véspera era não deixar falarem os dois poderosos oradores, Saint-Just e Robespierre. Ambos precisam ser estrangulados antes de discursarem, antes de acusarem, e assim, agora habilmente guiados pelo presidente complacente, um orador após o outro lança-se à tribuna, e quando Robespierre quer se defender sua voz é abafada por gritos, berros, pelo tamborilar de pés e mãos. A covardia reprimida de seiscentas almas inseguras, o ódio e a inveja de semanas e meses lançam-se agora contra o homem diante do qual todos tremiam. Às seis da tarde, tudo está decidido, Robespierre é proscrito e levado para a prisão; em vão seus amigos, os verdadeiros revolucionários, que admiram nele a alma dura e apaixonada da República, o libertam e o levam para a Prefeitura a fim de salvá-lo: à noite, as tropas da Convenção tomam de assalto essa fortaleza da Revolução e, às duas da manhã, vinte e quatro horas depois que Fouché e seus asseclas concluíram o pacto para a sua destruição, Maximilien de Robespierre, o inimigo de Fouché e ainda na véspera o homem mais poderoso da França, está estendido sobre duas cadeiras na antessala da Convenção, coberto de sangue e com o maxilar quebrado. A grande fera foi capturada, Fouché está

salvo. No dia seguinte, a carreta segue guinchando para o local da execução.

Acabou-se o terror, mas também o espírito inflamado da Revolução, a era heroica. Chegou a hora dos herdeiros, dos jogadores e aproveitadores, dos saqueadores e das almas duplas, dos generais e agiotas, a hora da gente nova. Chegou também, como era de supor, a hora de Joseph Fouché.

ENQUANTO O CARRO leva lentamente Maximilien de Robespierre e seus aliados pela rue Saint-Honoré até a guilhotina, mesmo caminho percorrido por Luís XVI, Danton, Desmoulins e incontáveis outras vítimas, ouve-se o som da curiosidade entusiasmada. Mais uma vez, uma execução torna-se uma festa popular: bandeiras e galhardetes tremulam nos telhados, os gritos de aclamação ecoam em todas as janelas, uma onda de alegria envolve Paris. Quando a cabeça de Robespierre cai no cesto, um grito único de júbilo extático ressoa pela gigantesca praça. Os conjurados se espantam: por que será que o povo aplaude tão apaixonadamente a execução desse homem, ainda ontem venerado como um Deus por Paris, pela França? E, na entrada da Convenção, Tallien e Barras admiram-se ainda mais com a tumultuada aclamação popular por terem matado o tirano e lutado contra o Terror. Pois, ao abater esse homem superior, não tiveram outra intenção senão livrar-se de um santarrão incômodo que os vigiava demais - mas nenhum deles pensou em deixar a guilhotina enferrujar ou acabar com o terror. Ao perceber agora quão impopulares se tornaram as execuções em massa e quanto poderiam ganhar em popularidade ao atribuir *a posteriori* motivos humanitários à sua vingança pessoal, decidem rapidamente aproveitar-se desse mal-entendido. Doravante afirmarão - já que do túmulo não se

responde mais nada - que foi Robespierre o único responsável por todos os atos violentos da Revolução, enquanto eles sempre foram os apóstolos da clemência contra todos os rigores e exageros.

A importância histórica desse 9 Termidor não reside na execução de Robespierre, e sim na atitude covarde e mentirosa de seus sucessores. Pois até então a Revolução reivindicara para si todos os direitos e assumira toda a responsabilidade, e a partir desse dia ela admite, medrosa, também ter cometido injustiças, e seus líderes começam a renegá-la. Toda fé espiritual, toda concepção do mundo se fragmenta no momento em que renega seu direito incondicional, sua infalibilidade. E quando os tristes vencedores Tallien e Barras insultam os corpos de seus grandes predecessores Danton e Robespierre, chamando-os de assassinos, e se sentam medrosos nas bancadas da direita, dos moderados, dos inimigos secretos da República, não traem apenas a história e o espírito da Revolução, mas a si próprios.

Cada um espera ver a seu lado Fouché, o principal conjurado, o inimigo mais ferrenho de Robespierre. Ele, o mais ameaçado, o chefe da conspiração, deveria ter direito a um pedaço especialmente suculento do saque. Estranhamente, porém, Fouché não toma assento junto aos outros na bancada da direita, mas assume o seu velho lugar na Montanha, junto dos extremistas, e se cobre de silêncio. Pela primeira vez, pasmem, ele não se une à maioria.

POR QUE FOUCHÉ age de forma tão obstinada?, perguntaram-se muitos então mais tarde. A resposta é simples: porque ele pensa com mais inteligência e clarividência do que os outros, porque o seu raciocínio político superior analisa a situação com mais profundidade do que as fracas cabeças de Tallien e Barras, aos quais apenas o perigo deu uma

energia temporária. O antigo professor de física conhece a lei das forças em movimento, segundo a qual uma onda não permanece imóvel no ar. Ela precisa avançar ou recuar, isso ele sabe. Se começar a recuar, se uma Reação tiver início, ela não parará, como não parou a Revolução; assim como esta, a onda irá até o fim, até o seu extremo, até a violência. Depois, essa aliança amarrada às pressas se romperá forçosamente, e todos os pioneiros da Revolução estarão perdidos. Porque com as novas ideias mudam também perigosamente os critérios para os feitos de ontem. O que na véspera era considerado dever republicano e virtude - como, por exemplo, fuzilar mil e seiscentas pessoas e saquear as igrejas - passará necessariamente a ser classificado como crime, os acusadores de ontem serão os acusados de amanhã. Fouché, que tem um peso grande na consciência, não está disposto a partilhar o enorme engano dos outros "termidorianos", como se chamam os vencedores de Robespierre, e que se agarram medrosos à roda da Reação. Ele sabe que não adianta: quando a Reação começa a rolar, ela atropela todos. Só por esperteza e previdência, Fouché permanece fiel à esquerda, aos radicais, pois pressente que dentro em breve os mais ousados serão sacrificados.

E Fouché tem razão. Para ganhar popularidade e afirmar um humanismo que nunca existiu, os termidorianos sacrificam os mais enérgicos dos procônsules. Executam Carrier, que afogou seis mil pessoas no Loire, Joseph Le Bon, o tribuno de Arras, e Fouquier-Tinville. Para agradar à direita, mandam chamar de volta os setenta e três membros expulsos da Gironda, e percebem tarde demais que, ao fortalecerem a Reação, tornaram-se dependentes dela. Obedientes, são agora obrigados a acusar seus próprios auxiliares na luta contra Robespierre, como Billaud-Varenne e Collot d'Herbois, o colega de Fouché em Lyon. A Reação ameaça Fouché cada vez mais. Dessa vez,

ele ainda se salva, renegando covardemente qualquer responsabilidade em Lyon (apesar de ter assinado cada um dos decretos em conjunto com Collot) e mentindo ter sido perseguido por Robespierre por sua moderação excessiva. De fato, com isso o esperto consegue ludibriar a Convenção por algum tempo. É-lhe permitido continuar deputado impunemente, enquanto Collot é enviado para a “guilhotina seca”, isto é, para as ilhas assoladas por epidemias das Índias Ocidentais, onde morre depois de alguns meses. Mas Fouché é inteligente demais para já se sentir seguro depois dessa primeira defesa. Ele sabe que as paixões políticas são implacáveis, sabe que a Reação precisa sempre de novas vítimas, como a Revolução, enquanto não se lhe quebram os dentes, e que sua sede de vingança só cessará quando o último jacobino estiver sendo julgado e a República destruída. E dessa forma ele só vislumbra uma salvação para a Revolução, à qual está indissolúvelmente ligado pelo sangue que derramou: é a sua renovação. Mais uma vez, o mais ameaçado de todos, assim como há seis meses, inaugura sozinho, contra as forças superiores, uma luta desesperada pela sua vida.

TODA VEZ QUE SE TRATA de poder e de sua própria existência, Fouché desenvolve forças espantosas. Ele vê que pelo caminho legal não se pode mais impedir a Convenção de perseguir os antigos terroristas. Por isso, não sobra outro meio senão aquele que tantas vezes funcionou durante a Revolução: o terror. Já antes, quando os girondinos e o rei foram condenados, os deputados covardes e cautelosos (entre eles o então ainda conservador Joseph Fouché) foram intimidados mobilizando-se a rua contra o Parlamento, buscando nas periferias os batalhões de trabalhadores com sua energia proletária e seu ímpeto irresistível e içando na Prefeitura a bandeira vermelha da

revolta. Por que não voltar a lançar essa velha guarda da Revolução, os assaltantes da Bastilha e os homens do dia 10 de agosto, contra a Convenção que se tornou covarde e esmagar com seus punhos o seu poder? Só o pavor da revolta, da irritação proletária poderia intimidar os termidorianos. Por isso Fouché resolve insuflar o povo de Paris, as massas, e colocá-lo contra os seus inimigos e acusadores.

Naturalmente, Fouché é prudente demais para ir aos subúrbios, proferir discursos revolucionários e incendiários ou distribuir panfletos incitadores entre o povo, como fazia Marat, correndo risco de vida. Ele não gosta de se expor, foge das responsabilidades. Sua maestria não é o discurso barulhento e arrebatador; ela consiste em cochichar, manter-se escondido atrás de outrem. E mais uma vez ele encontra um homem apropriado, ousado e resoluto, que o encobre com a sua sombra.

Em Paris vagueia então, proscrito e oprimido, um republicano sincero e apaixonado, François Babeuf, que se faz chamar Gracchus Babeuf. Coração generoso, inteligência medíocre. Proletário de baixa extração, antigo geômetra e impressor, ele só tem algumas poucas ideias primitivas, mas que alimenta com paixão viril e aquece na brasa de uma convicção verdadeiramente republicana e socialista. Prudentes, os burgueses republicanos e o próprio Robespierre afastaram as ideias socialistas e às vezes até bolcheviques de Marat sobre a repartição igualitária da fortuna; eles preferiram falar muito, muito de liberdade, muito de fraternidade, mas pouco da igualdade em se tratando de dinheiro e propriedade. Babeuf retoma as ideias de Marat, já meio destroçadas, anima-as com o seu sopro e as carrega como uma tocha pelos bairros proletários de Paris. E essa chama pode crescer subitamente, consumir em poucas horas Paris e o país inteiro, pois aos poucos o povo começa a compreender a

traição que os termidorianos cometeram contra a Revolução do povo em proveito próprio. É atrás desse Gracchus Babeuf que Fouché se esconde. Não se mostra publicamente com ele, de braços dados, mas em segredo o atíça a incitar o povo. Convence-o a escrever brochuras sediciosas e corrige ele mesmo as provas de impressão. Só assim, pensa ele, só quando os trabalhadores se levantarem, quando os subúrbios avançarem com tambores e picaretas, essa Convenção covarde se conscientizará. A República só pode ser salva através do terror, de medo e intimidação, só um impulso enérgico vindo da esquerda pode equilibrar essa tendência perigosa para a direita. E esse homem correto, crédulo, sincero lhe serve maravilhosamente bem como líder para esse ataque ousado, que significa risco de vida; dá para se esconder bem atrás de suas largas costas de operário. Babeuf, por outro lado, que se faz chamar orgulhosamente de Gracchus e tribuno do povo, sente-se muito honrado em ser aconselhado pelo célebre deputado Fouché. Sim, diz ele, eis aí ainda um republicano honesto, que continuou sentado nos bancos da Montanha, que não se mancomunou com a juventude dourada e os fornecedores de armas. Com prazer ele recebe seus conselhos e, empurrado por essas mãos hábeis, parte para o ataque contra Tallien, os termidorianos e o governo.

Mas Babeuf, bondoso e sincero, é o único que Fouché consegue ludibriar. O governo reconhece logo a mão que porta a arma contra ele, e Tallien acusa Fouché em sessão pública de ser o mandante de Babeuf. Como sempre, Fouché prontamente renega o seu aliado, assim como fez com Chaumette entre os jacobinos e Collot em Lyon. Diz que só conhece Babeuf superficialmente, que condena seus exageros - enfim, recusa-o com a maior rapidez. E como sempre o contragolpe atinge o chefe aparente: Babeuf será logo preso e fuzilado no pátio de um quartel (é sempre o

outro que paga com seu sangue pelas palavras e pela política de Fouché).

A ofensiva ousada de Fouché fracassou, ele não conseguiu mais do que chamar a atenção para si, o que não foi bom. Pois agora todos se lembram novamente de Lyon e dos campos de Brotteaux encharcados de sangue. Sempre mais, e com energia redobrada, a Reação açula os acusadores nas províncias em que ele agiu. Mal repele com esforço os ataques vindos de Lyon, já vêm os de Nevers e Clamecy. Cada vez mais, e cada vez com mais barulho, Joseph Fouché é acusado de terrorismo perante a Convenção. Ele se defende com esperteza, energia e não sem alguma sorte; até mesmo Tallien, o seu adversário, tenta protegê-lo, pois agora ele também passa a ter medo da Reação e quer salvar a própria cabeça. Tarde demais: em 22 Termidor de 1795, um ano e doze dias depois da queda de Robespierre, após longos debates, Fouché é acusado pelos seus atos de terrorismo.

E em 23 Termidor é decidida a sua prisão. Assim como a sombra de Danton agarrou Robespierre, a sombra de Robespierre agora agarra Fouché.

Mas - o que o hábil político calculou certo - esse é o Termidor do quarto ano da República, não mais do terceiro. Em 1794, uma acusação significava uma ordem de prisão, e a prisão equivalia à morte: alguém que tinha sido trazido de véspera para a Conciergerie era interrogado no dia seguinte e à tarde já estava na carroça a caminho da guilhotina. Mas em 1795 não é mais a mão de aço do Incorruptível que segura as rédeas do tribunal, as leis se tornaram mais flexíveis, com alguma habilidade pode-se passar por entre os seus buracos. E Fouché não seria Fouché se ele, que tantas vezes se viu perigosamente enredado, não conseguisse passar por essas redes frouxas. Através de astúcias e ardis, ele consegue evitar a prisão imediata e obtém um prazo para responder, para justificar-

se, e tempo era tudo naquela época. Bastava ficar no escuro para ser esquecido, bastava ficar quieto enquanto os outros gritavam para não ser incomodado. Seguindo a famosa receita de Sieyès – que durante todos os anos de terror tivera assento na Convenção sem abrir a boca, e que, perguntado mais tarde sobre o que havia feito durante todo aquele tempo, deu sorrindo a genial resposta “*J’ai vécu*”, eu vivi! –, seguindo essa receita, Fouché agora se finge de morto, como fazem os animais para evitar serem abatidos. Pois o hábil farejador dos ventos sente que todo o esplendor e toda a força dessa Convenção só vai durar mais algumas semanas, mais alguns meses.

É assim que Fouché salva sua vida, o que é muito naquele tempo. Na verdade, salva somente a vida, e não o seu nome e a sua posição, pois não é reeleito para a nova assembleia. Vão foi o extraordinário esforço expedido, esbanjadas a paixão, a esperteza, a ousadia e a traição: somente a própria vida ele pode conservar. Ele não é mais Joseph Fouché de Nantes, deputado do povo, não é mais professor dos oratorianos: não passa de uma pessoa proscrita e desprezada, sem título, sem fortuna, sem importância, uma sombra miserável protegida apenas pela escuridão.

E durante três anos ninguém mais na França pronunciará o seu nome.

Ministro do Diretório e do Consulado

1799-1802

ALGUÉM JÁ COMPÔS um hino ao exílio, essa força criadora do destino que eleva o homem na queda, e que, sob o duro constrangimento da solidão, reúne novamente e de maneira diferente as forças quebrantadas da alma? Os artistas sempre condenaram o exílio como aparente empecilho ao crescimento, como intervalo inútil, como cruel interrupção. Mas o ritmo da natureza requer tais cesuras violentas. Porque só conhece a vida quem já mergulhou nas profundezas. Só um revés confere ao homem sua força impetuosa integral. Principalmente o gênio criador precisa dessa solidão temporária forçada para medir, das profundezas do desespero, do banimento, o horizonte e a extensão de sua verdadeira missão. As mensagens mais importantes da humanidade vieram do exílio; os criadores das grandes religiões, Moisés, Cristo, Maomé, Buda, todos foram obrigados primeiro a penetrar no silêncio do deserto, longe dos homens, antes de pronunciar a palavra decisiva. A cegueira de Milton, a surdez de Beethoven, a prisão de Dostoiévski, o cárcere de Cervantes, o aprisionamento de Lutero no castelo de Wartburg, o exílio de Dante e o desterro voluntário de Nietzsche na gelada região da Engadina, na Suíça, tudo isso foram exigências secretas de seus próprios gênios, contrárias à vontade do ser humano. Também na esfera inferior, terrestre, do mundo político, uma retirada temporária confere ao estadista uma nova percepção, uma reflexão mais aguda e uma forma melhor de calcular o jogo das forças em ação. Por isso, nada de melhor pode acontecer a uma carreira do que a sua

interrupção temporária, pois quem sempre vê o mundo do alto de uma nuvem, do alto da torre de marfim e do poder, só conhece o sorriso dos submissos e a sua perigosa solicitude: quem tem o poder sempre nas mãos esquece o seu verdadeiro valor. Nada enfraquece mais o artista, o general, o estadista do que o sucesso permanente conforme sua vontade e desejo; só no fracasso o artista conhece a sua verdadeira relação com a obra, só na derrota o general reconhece seus erros e só na desgraça o estadista adquire verdadeira clarividência política. Uma riqueza constante amolece o caráter, aplausos constantes entorpecem, só a interrupção confere nova tensão e elasticidade criadora ao ritmo que se desenrola no vácuo. Só a desgraça abre uma perspectiva profunda e larga da realidade do mundo. O exílio é uma dura lição, mas todo exílio significa ensinar e aprender: ele forma a vontade do fraco, decide o indeciso e torna mais rígido ainda quem já é severo. Para o homem verdadeiramente forte, o exílio não reduz, antes aumenta sua força.

O EXÍLIO DE JOSEPH FOUCHE durou mais de três anos, e a ilha solitária e inóspita para a qual foi enviado chama-se Pobreza. Ontem ainda procônsul e um dos líderes do destino da Revolução, ele despenca dos mais altos degraus do poder para uma escuridão tal, tamanhas sujeira e lama, que seus rastros se perdem. Barras, o único que o viu neste período, pinta um quadro comovente do miserável sótão onde Fouché mora com sua feia mulher e dois filhos pequenos ruivos e doentios, albinos de rara fealdade. Num cômodo sujo e abafado, aquecido pelo sol, num quinto andar, esconde-se agora esse homem derrotado, cujas palavras já fizeram tremer dezenas de milhares de pessoas e que dentro de alguns anos voltará ao leme do destino da Europa como duque de Otranto. Mas agora ele não sabe

com que dinheiro comprar o leite para as crianças, pagar o aluguel mesquinho e ainda por cima defender sua miserável vida diante dos invisíveis e incontáveis inimigos, contra os vingadores de Lyon.

Ninguém, nem mesmo o seu mais fiel e exato biógrafo, Madelin, sabe indicar com precisão como Joseph Fouché ganhou seu pão durante esses anos de miséria. Ele não ganha mais seu salário de deputado, perdeu a fortuna da família durante a revolta de São Domingos, ninguém ousa empregar publicamente ou dar ocupação ao “carniceiro de Lyon”, todos os amigos o abandonaram, todos o evitam. Dizem que participou de negociatas obscuras - e, não é lenda, o futuro duque de Otranto ocupou-se com a engorda de porcos. Mas logo depois escolheu uma tarefa ainda menos limpa: virar espião a serviço de Barras, único entre os novos poderosos que continua sempre recebendo o derrotado com uma estranha compaixão.

Obviamente não na sala de audiências do ministério, mas em algum outro lugar na sombra, Barras atira ao incansável pedinte uma ou outra negociata, um fornecimento superfaturado para o exército, uma viagem de inspeção, sempre algum pequeno provento que ajuda o importuno a sobreviver mais duas semanas. Mas essas tentativas múltiplas revelam o verdadeiro talento de Fouché. Pois Barras já então tinha diversos planos políticos, desconfiava dos colegas e precisava de um espião particular, um informante e delator subterrâneo que não pertencesse à polícia oficial, uma espécie de detetive particular. Para isso, Fouché se presta magnificamente bem. Espiona e vigia, penetra nas casas pelas escadas dos fundos, inquire todas as pessoas que conhece e leva secretamente a vil espuma da opinião pública para Barras. E quanto mais ambicioso Barras se torna, quanto mais vorazmente seus planos visam a um golpe de Estado, mais ele precisa de Fouché. Há muito tempo incomodam-no os

dois homens mais honestos do Diretório (o Conselho dos Cinco que agora manda na França), principalmente Carnot, o homem mais reto da Revolução Francesa, e Barras planeja livrar-se deles. Mas quem planeja um golpe de Estado e inicia conjurações precisa antes de mais nada de auxiliares sem escrúpulos, homens prontos para tudo, *bravos e bulos*, como dizem os italianos. Homens sem caráter, porém confiáveis dentro dessa falta de caráter. Fouché serve como ninguém para exercer essa função. O exílio torna-se a sua escola para a carreira, e nela ele desenvolve o seu talento futuro de mestre da polícia.

FINALMENTE, depois de uma longa e tenebrosa noite no gelo, nas trevas da da pobreza, Fouché respira um novo ar da manhã. Há no país um novo soberano, um novo poder que nasce, e ele decide pôr-se a seu serviço. Esse novo poder é o dinheiro. Mal Robespierre e os seus amigos estão no caixão, o dinheiro todo-poderoso ressuscita, e com ele mil cortesãos bajuladores e servis. Carruagens com cavalos bem-tratados e arreios novos, com mulheres encantadoras vestidas de tafetá e musselina, sentadas seminuas como deusas gregas, voltam a percorrer as ruas. No Bois de Boulogne, a juventude dourada passeia a cavalo, com apertados calções de nanquim branco e casacas amarelas, marrons e vermelhas. As mãos cheias de anéis seguram elegantes chicotes com cabos dourados, que gostam de usar contra os antigos terroristas. As lojas de perfumes e os ourives fazem bons negócios, de repente surgem quinhentos, seiscentos salões de dança e cafés, constroem-se vilas elegantes e compram-se casas, vai-se ao teatro, especula-se, aposta-se, compra-se e vende-se e jogam-se milhares de francos atrás das cortinas de damasco do Palais Royal. O dinheiro está de volta, soberano, impertinente, audacioso.

Mas onde esteve o dinheiro na França entre 1791 e 1795? Sempre existiu, mas se escondeu. Assim como na Alemanha e na Áustria na época do pânico dos comunistas, em 1919, os ricos subitamente se fingiram de mortos e lamentaram-se, vestindo roupas rasgadas, porque quem, sob Robespierre, tolerasse a seu redor o menor sinal de luxo, quem apenas se aproximasse do luxo era visto como *mauvais riche*, um “mau rico” (expressão de Fouché), e passava por suspeito. Era perigoso ser considerado rico. Mas agora só os ricos são considerados. E, felizmente (como sempre em meio ao caos), inicia-se uma época magnífica para fazer dinheiro. Pois as fortunas mudam de mãos, bens imobiliários são vendidos: ganha-se com isso. As propriedades dos emigrados são leiloadas: ganha-se com isso. Aos condenados, confisca-se a fortuna: ganha-se com isso. O valor dos *assignats* cai diariamente, uma violenta febre inflacionária sacode o país: ganha-se com isso. Em tudo é possível fazer ganhos, basta ter mãos ousadas e larápias e boas ligações com o governo.

Mas é sobretudo uma fonte que jorra de modo incomparavelmente belo: a guerra. Já no início de 1791, alguns poucos (assim como alguns poucos o fizeram em 1914) descobriram que era possível tirar vantagens da guerra devoradora de homens e destruidora de valores, mas então Robespierre e Saint-Just, os incorruptíveis, saltaram ferozmente à garganta dos aproveitadores, os *accapareurs*. Agora, no entanto, depois que - graças a Deus! - esses Catões foram eliminados e a guilhotina enferruja no porão, os aproveitadores e fornecedores do exército pressentem tempos dourados. Agora pode-se fornecer sapatos de má qualidade por um preço alto, encher os bolsos com adiantamentos e requisições. O pressuposto, naturalmente, é conseguir os pedidos. Por isso, tais falcatruas sempre exigem um intermediário certo, alguém com credibilidade e capaz de abrir a porta dos

fundos do estábulo para que os especuladores se locupletem na manjedoura do Estado e da guerra.

Para tais negociatas, Joseph Fouché é agora o homem certo. A miséria o fez perder inteiramente a consciência republicana, ele aboliu com tranquilidade o ódio ao dinheiro; é fácil comprar barato um homem esfomeado. E, por outro lado, ele dispõe das melhores “relações”, uma vez que transita (na condição de espião) pela antessala de Barras, presidente do Diretório. Assim, da noite para o dia, o comunista radical de 1793, que queria assar o “pão da igualdade”, torna-se íntimo dos novos banqueiros republicanos e lhes arranja, contra uma boa comissão, todos os seus desejos e negócios. Um exemplo: o especulador Hinguerlot, um dos mais ousados e inescrupulosos da República (por quem Napoleão nutre um ódio feroz), enfrenta uma acusação incômoda. Fora longe demais em seus negócios e generoso demais com o seu bolso. Agora está ameaçado por um processo que pode custar-lhe muito dinheiro e talvez até a vida. O que fazer nesses casos (naquela época e também hoje)? Procurar alguém que tenha boas relações com “os de cima”, que tenha influência política ou particular e que possa “resolver” essa questão desagradável. Hinguerlot dirige-se, pois, a Fouché, o informante de Barras, que logo engraxa seus sapatos e corre até o todo-poderoso (a carta foi publicada nas memórias de Barras). E efetivamente o negócio sujo é abafado de forma silenciosa e indolor. Em agradecimento, Hinguerlot dá a Fouché uma percentagem em seus negócios de fornecimentos para o exército, nas jogadas na Bolsa e - *l'appétit vient en mangeant*, a fome vem à medida que se come. Em 1797, Fouché descobre que o cheiro do dinheiro é bem melhor que o do sangue de 1793 e, graças a suas novas “relações” - de um lado, com o novo mundo financeiro, do outro, com o governo corrupto -, funda uma empresa de fornecimentos para o exército de

Scherer. Os soldados do bravo general terão botas de má qualidade e sentirão frio em seus sobretudos finos, serão derrotados nas planícies da Itália, mas o mais importante é que a companhia Fouché-Hinguerlot, talvez também o próprio Barras, obterão gordos lucros. Desapareceu o nojo ao “metal vil e corruptor”, que o ultrajacobino e supercomunista Fouché proclamava aos quatro ventos eloquentemente ainda há três anos, foram esquecidos os acessos de ódio contra os “maus ricos”, esqueceu-se também que “o bom republicano não precisa de mais do que pão e ferro e quarenta escudos de renda” – agora, o mote é enriquecer. Pois no exílio Fouché conheceu o poder do dinheiro, e a ele serve como a qualquer outro poder. Ele sofreu demais, dolorosamente demais, a tenebrosa baixezca na sujeira do desprezo e das privações – agora concentra todas as forças para subir até aquela esfera onde por dinheiro se compra o poder e, no poder, se faz dinheiro. A primeira galeria foi aberta nessa mais lucrativa das minas, o primeiro passo foi dado no caminho fantástico que o conduz de um sótão miserável num quinto andar até uma residência ducal, e do nada para uma fortuna de vinte milhões de francos.

AGORA QUE FOUCHÉ se livrou do peso incômodo dos princípios revolucionários, tornou-se mais ágil: da noite para o dia, está novamente pronto para atuar. Seu amigo Barras não faz apenas obscuras transações de dinheiro, mas também negociatas políticas sujas. Sem que ninguém perceba, ele quer vender a República a Luís XVIII contra um título ducal e uma boa quantia de dinheiro. Nisso, só o incomoda a presença de colegas honestos, de espírito republicano, como Carnot, que ainda acreditam na República e não querem compreender que os ideais só existem para que se possa lucrar com eles. No golpe de

Estado de 18 Frutidor, em que Barras se livra desses incômodos vigias, Fouché sem dúvida ajudou muito o seu sócio através de manobras subterrâneas, pois mal o seu protetor Barras se tornou senhor absoluto do Conselho dos Cinco, Fouché já se apresenta para cobrar o seu preço. Quer que Barras o empregue na política, no exército, em qualquer lugar, qualquer missão onde possa encher os bolsos e se recuperar dos anos de miséria. Barras, que precisa desse homem, não pode dizer “não” ao capataz de seus negócios sujos, mas, apesar de tudo, o nome de Fouché, o “carniceiro de Lyon”, ainda cheira demasiado a sangue derramado para que possa comprometer-se abertamente com ele em Paris depois dessa lua de mel com a Reação. Assim, Barras o envia como representante do governo à Itália, junto do exército, e depois para a República Batava, na Holanda, para conduzir negociações secretas. Pois Barras sabe por experiência própria que Fouché é um mestre no jogo subterrâneo das intrigas, e dentro em breve o saberá melhor no próprio corpo.

Em 1798, portanto, Fouché é representante da República Francesa: está pronto para agir. Desenvolve agora na diplomacia o mesmo sangue-frio que tivera outrora na sua missão sangrenta; especialmente na Holanda, obtém resultados rápidos. Envelhecido por experiências trágicas, amadurecido por tempos tempestuosos, moldado na forja dura da miséria, Fouché mantém a sua velha energia, aliada a uma nova prudência. Em pouco tempo, os novos senhores reconhecem: eis um homem que pode ser usado, que salta conforme o vento e dança conforme o dinheiro, servil para com os de cima, implacável para com os de baixo, o marujo hábil e certo num mar revolto. E como a nau do governo joga cada vez mais perigosamente e ameaça naufragar a cada instante em seu rumo incerto, no dia 3 Termidor o Diretório toma uma decisão inesperada: da noite para o dia, Joseph Fouché, que se encontra na

Holanda em missão secreta, é nomeado ministro da Polícia da República Francesa.

JOSEPH FOUCHÉ, MINISTRO! Paris estremece como se tivesse ouvido um tiro de canhão. Recomeçará o terror? Por que teriam soltado da corrente esse cão sanguinário, o carniceiro de Lyon, o profanador de hóstias e saqueador de igrejas, o amigo do anarquista Babeuf? Mandarão também voltar (Deus nos livre!) das ilhas paludosas da Guiana Collot d'Herbois e Billaud, e voltará a guilhotina a ser colocada na praça da República? Irão assar novamente o "pão da igualdade", reintroduzir os comitês filantrópicos, que extorquiam o dinheiro aos ricos? Paris, que já recuperou a tranquilidade, com mil e quinhentos salões de dança, suas lojas esplendorosas, sua juventude dourada, se apavora - os ricos e os burgueses tremem de novo como em 1792. Só os jacobinos, os derradeiros republicanos, ficam contentes. Finalmente, depois de terríveis perseguições, um dos seus voltou ao poder - o mais ousado, o mais radical, o mais inflexível. Agora a Reação ficará em xeque, a República expurgada dos monarquistas e conspiradores!

Mas, curioso!, depois de alguns dias, uns e outros se perguntam: esse ministro da Polícia realmente se chama Joseph Fouché? Mais uma vez comprovam-se as sábias palavras de Mirabeau (que ainda hoje se aplicam aos socialistas): jacobinos, quando ministros, não são mais ministros jacobinos. Pois os mesmos lábios de onde antes escorria sangue transborda agora o unguento das palavras de conciliação. Ordem, tranquilidade e segurança - estas palavras se repetem sempre nas proclamações policiais do ex-terrorista, e o combate à anarquia é a sua prioridade máxima. A liberdade de imprensa deve ser restringida, os eternos discursos dos agitadores precisam terminar. Ordem, ordem, tranquilidade e segurança - nenhum

Metternich, nenhum Seldnitzki, nenhum arquirreacionário do império austríaco redigiu decretos mais conservadores do que Joseph Fouché, o “carniceiro de Lyon”.

Os burgueses respiram aliviados: como esse Saulo se transformou num são Paulo! Mas os verdadeiros republicanos deliram de indignação em suas salas de reunião. Eles aprenderam pouco nesses anos, continuam proferindo discursos furiosos, discursos e discursos; ameaçam o Diretório, os ministros e a Constituição com citações de Plutarco. Comportam-se de forma selvagem, como se Danton e Marat ainda estivessem vivos, como se ainda pudessem juntar centenas de milhares de pessoas dos subúrbios tocando os sinos a rebate. Ainda assim, sua importuna balbúrdia inquieta o Diretório. “O que se pode fazer contra isso?”, assediam os colegas o recém-eleito ministro da Polícia.

“Fechar o clube”, responde ele, imperturbável. Incrédulos, os outros olham-no, e perguntam quando pretende tomar essa medida ousada. “Amanhã”, responde Fouché calmamente.

E, DE FATO, na noite seguinte Fouché, o antigo presidente dos jacobinos, vai ao clube radical na rue du Bac. Foi lá que nos últimos anos palpitou o coração da Revolução. Ainda estão lá os mesmos homens diante dos quais Robespierre, Danton, Marat e ele próprio proferiram discursos apaixonados: depois da queda de Robespierre, da derrota de Babeuf, é só no Club de Manège que sobrevive a lembrança dos dias tumultuados da Revolução. Mas Fouché não é nada sentimental. Quando quer, consegue esquecer de forma assustadoramente rápida o seu passado. O antigo professor de matemática do Oratório sempre mede apenas o paralelogramo das forças reais. Ele sabe que o ideal republicano já acabou, que os melhores líderes, os homens

de ação, estão enterrados: todos os clubes decaíram e não passam de congregações sociais onde se fala muito. Em 1799, a cotação das citações de Plutarco e das palavras patrióticas caiu junto com a dos *assignats*; falou-se demais e imprimiu-se muito papel-moeda. A França - e quem sabe disso melhor do que o ministro da Polícia, que controla a opinião pública?! - está farta de advogados e oradores e inovadores, só quer tranquilidade, ordem, paz e finanças honestas. Assim como ocorre depois de alguns anos de guerra, também depois de alguns anos de revolução, depois de um período de êxtase comunitário, o egoísmo irreprimível do indivíduo e da família volta a fazer valer seus direitos.

Um dos republicanos, um dos que já não têm mais valor, está em meio a um discurso incendiário quando a porta se abre e entra Fouché, em uniforme de ministro, acompanhado de policiais. Com um olhar frio, ele examina a assembleia que se surpreende: que lamentáveis adversários! Os homens de ação, os líderes espirituais da Revolução, seus heróis e bravos lutadores há muito tempo já não existem. Só restaram os tagarelas, e contra esses basta um gesto decidido. Sem hesitar, ele sobe à tribuna; pela primeira vez em seis anos os jacobinos ouvem sua voz gelada e sóbria, não para conclamá-los à liberdade e ao ódio contra os déspotas, mas para ouvir o homem magro simplesmente declarar que o clube está fechado. A surpresa é tão grande que ninguém resiste. Eles não se agitam, não se atiram, como sempre juraram fazer, com punhais contra o destruidor da liberdade. Gaguejam, recuam e deixam a sala consternados. Fouché calculou certo: contra homens luta-se, mas parlapatões devem ser abatidos com um só gesto.

Assim que a sala é evacuada, ele se dirige tranquilamente até a porta, fecha-a e guarda a chave no

bolso. E com a volta da chave na fechadura termina, por assim dizer, a Revolução Francesa.

UM CARGO, quase sempre, é feito por quem o ocupa. Quando Joseph Fouché assume o ministério da Polícia, recebe uma função totalmente subalterna, uma espécie de subprefeitura do ministério do Interior. Sua função é a de vigiar e informar, recolher e transportar, como um carroceiro, o material para a política interna e externa, com o qual os senhores do Diretório depois construirão como se fossem reis. Mas apenas três meses após Fouché assumir esse poder, seus protetores percebem, assustados, espantados e já desarmados, que ele supervisiona não apenas os de baixo mas também os de cima, que o ministro da Polícia controla os outros ministros, o Diretório, os generais, toda a política. Sua rede compreende todos os escalões e todos os assuntos, em suas mãos desembocam todas as informações, ele faz política ao lado da política, guerra ao lado da guerra, estende os limites de sua competência para toda parte, até que, finalmente, Talleyrand, irritado, redefine a posição do ministro da Polícia: “O ministro da Polícia é um homem que se ocupa de tudo o que lhe diz respeito, e também de tudo o que não lhe diz respeito.”

É grandiosa essa complicada máquina, esse aparelho de controle universal de um país inteiro. Mil notícias desembocam diariamente no prédio do quai Voltaire, pois ao cabo de alguns meses esse mestre já espalhou espiões, agentes secretos e denunciadores por todo o país. Mas não se imagine que esses denunciadores sejam os detetives pequeno-burgueses de praxe, que vão descobrir os boatos do dia junto aos porteiros e nas tabernas, nos bordéis e nas igrejas: os agentes de Fouché vestem também galões dourados e casacas de diplomata ou vestidos de renda,

conversam nos salões do faubourg Saint-Germain ou penetram, trajados de patriotas, nas sessões secretas dos jacobinos. As listas de seus agentes contêm marqueses e duquesas com os nomes mais sonoros da França, e Fouché pode mesmo vangloriar-se (coisa fantástica!) de ter a seu serviço a maior dama do Estado, Joséphine Bonaparte, a futura imperatriz. Comprou o secretário de seu futuro amo e imperador, corrompeu o cozinheiro do rei Luís XVIII em Hartwell, na Inglaterra. Todo boato chega aos seus ouvidos, toda carta chega aos seus olhos. No exército, entre os comerciantes, os deputados, na taberna e na Assembleia, o ministro da Polícia, invisível, escuta tudo, e todas essas mil informações acumulam-se diariamente sobre a sua mesa de trabalho. Ali, as denúncias - algumas exatas e importantes, outras que não passam de boatos - são examinadas, peneiradas e comparadas, até que mil mensagens cifradas resultem em uma informação clara.

Porque informação é tudo: na guerra como na paz, na política como no mundo das finanças. O verdadeiro poder da França de 1799 não é mais o terror, e sim o saber. Saber detalhes sobre cada um destes tristes termidorianos, quanto dinheiro ele aceita, por quem é corrompido, por quanto se vende, para mantê-lo em xeque e assim fazer de um superior um subordinado; conhecer as conspirações, em parte para reprimi-las, em parte para estimulá-las, mantendo-se sempre do lado certo na política; saber antecipadamente as notícias do teatro da guerra e das negociações de paz, para poder operar na Bolsa com homens servis do mercado financeiro e desse modo enfim construir uma fortuna. Assim, essa máquina de informação produz constantemente dinheiro nas mãos de Fouché, e o dinheiro, por sua vez, serve como lubrificante para mantê-la sempre funcionando sem ruído. Das casas de jogo, dos bordéis, dos bancos, suas mãos recolhem milhões em forma de contribuições discretas, que, por outro lado, servem

para corromper, e essa corrupção traz novas informações, e assim jamais falha essa máquina terrível e intrincada da polícia que um único homem criou a partir do nada em poucos meses graças à sua imensa energia de trabalho e ao seu gênio psicológico.

Mas o que é mais genial nessa incomparável máquina de Fouché é que ela só funciona quando é manejada por ele. Em algum lugar existe um parafuso secreto: retirado, ela para. Desde o primeiro momento, Fouché pensou na eventualidade de cair em desgraça. Ele sabe que, se for despedido, bastará uma manobra para inutilizar imediatamente a máquina que construiu. Porque não foi para o Estado, nem para o Diretório, nem para Napoleão que esse homem ávido de poder criou sua obra, mas unicamente para si próprio. Ele não transmite aos superiores, como seria o seu dever, o resultado da destilação obtida quimicamente em suas retortas; só informa o que quer, de forma egoísta e inescrupulosa. Para que tornar mais espertos esses paspalhos do Diretório e deixá-los ver o seu jogo? Só deixa sair do seu laboratório aquilo que lhe convém, que é estritamente necessário para o seu próprio proveito, conservando com cuidado em seu arsenal particular todas as outras flechas e os venenos para suas vinganças pessoais e assassinatos políticos. Fouché sabe sempre mais do que o Diretório supõe que ele saiba, e por isso ele se torna, ao mesmo tempo, perigoso e indispensável para todos. Ele conhece as negociações de Barras com os monarquistas, as pretensões de Bonaparte à Coroa, as manobras políticas ora dos jacobinos, ora dos reacionários, mas jamais revela tais segredos no momento em que os conhece, apenas quando lhe parece vantajoso. Às vezes favorece as conspirações, outras vezes combatê-las, às vezes ele as provoca artificialmente, outras vezes as desmascara ruidosamente (e advertindo os participantes para se protegerem em tempo); sempre joga um jogo duplo,

triplo, quádruplo. Enganar e trair todos torna-se pouco a pouco sua paixão. Isto requer empenho total em termos de energia e tempo: e Fouché, que trabalha dez horas por dia, não economiza energia nem tempo. Prefere ficar sentado da manhã à noite em seu escritório examinando todos os documentos e ocupando-se pessoalmente de cada processo em vez de permitir o acesso aos segredos da Polícia a uma segunda pessoa. Ele interroga sozinho, a portas fechadas, em seu gabinete, todos os acusados importantes, para que só ele - e nem mesmo seus subalternos - conheça os detalhes decisivos, e dessa forma, pouco a pouco, como confessor oficioso de todo o país, conhece os segredos de muita gente. Mais uma vez reina pelo terror, como outrora em Lyon, só que agora não é mais pelo cutelo brutal e mortífero, e sim pelo veneno moral do medo, da culpa, do sentir-se espionado e descoberto, que tira o ar de milhares de pessoas. A máquina de 1792, a guilhotina - inventada para reprimir toda resistência ao Estado -, é um instrumento tosco comparado com a máquina policial intrincada e intelectualmente superior de Joseph Fouché de 1799.

FOUCHÉ TOCA como artista perfeito esse instrumento que ele construiu para o seu próprio uso. Ele conhece o segredo supremo do poder: usufrui secretamente dele, serve-se dele com parcimônia. Distantes estão os tempos de Lyon, quando ferozes guardas da Revolução, baionetas em punho, impediam a entrada aos aposentos do todo-poderoso. Agora as senhoras do faubourg Saint-Germain se acotovelam em sua antessala, e ele as recebe de bom grado. Sabe bem o que elas querem. Uma implora que o nome de um parente seja excluído da lista dos emigrados, outra quer arranjar um bom emprego para um primo, a terceira deseja fazer sustar um processo constrangedor. Para que desagradar a

algum partido, aos jacobinos ou aos monarquistas, aos moderados ou aos bonapartistas, enquanto não se sabe quem comandará o leme amanhã? Dessa forma, o outrora temido terrorista desempenha o papel do homem de uma conciliação encantadora; publicamente, em seus discursos e proclamações, fulmina com violência os monarquistas e anarquistas, mas secretamente, às ocultas, adverte-os e corrompe-os. Ele evita processos ruidosos, sentenças ferozes: basta-lhe o gesto da violência no lugar da violência, o poder oculto porém real do Estado no lugar das falsas insígnias que Barras e seus colegas ostentam em seus chapéus de plumas.

Dessa maneira, em poucos meses o demônio Fouché se transforma no favorito de todos, pois nenhum ministro ou estadista é mais popular do que aquele com quem se pode falar, que deixa as pessoas ganharem dinheiro e até as auxilia nisso, que ajuda a conseguir um cargo, que faz concessões e que gentilmente faz vista grossa, contanto que ninguém queira aprofundar-se demais na política ou pôr obstáculos em seus próprios planos. Pois não vale mais comprar as pessoas e lisonjeá-las do que fazer avançar os canhões? Não basta chamar as cabeças irrequietas para o seu gabinete secreto e mostrar-lhes, pronta e assinada, a sua sentença de morte numa gaveta, em vez de executá-la? É verdade que, quando há um tumulto real, sua conhecida mão severa entra em ação de forma impiedosa. Mas o antigo terrorista desenvolve uma tolerância quase sacerdotal com quem fica calado e não se mostra recalcitrante. Conhece o fraco da humanidade pelo dinheiro, pelo luxo, pelos pequenos vícios, pelos prazeres pessoais – que os tenha, pois! É só manter-se quieta. Os grandes banqueiros, perseguidos na República por todas as maltas, agora podem especular e lucrar sem medo. Fouché os alimenta com informações, e eles retribuem com uma parte dos lucros. A imprensa, cão feroz e sanguinário na

época de Marat e Desmoulins, abana o rabo e deita-se a seus pés: ela também prefere doces ao chicote. Em pouco tempo, o barulho dos patriotas privilegiados é substituído pelo silêncio dos que estão em meio a uma boa refeição; Fouché atirou um osso para cada um ou os espantou para um canto da sala com algumas chicotadas. E já seus colegas e todos os partidos sabem que é tão agradável e lucrativo ter Fouché como amigo como é desagradável obrigá-lo a mostrar as garras sob as patas de veludo; dessa forma, por saber tudo e comprometer todos pelo seu silêncio, esse homem, outrora o mais desprezado de todos, tem agora uma infinidade de amigos. A cidade bombardeada no Ródano ainda não foi reconstruída, mas as chacinas de Lyon já estão esquecidas, e Fouché é o querido de todos.

JOSEPH FOUCHÉ É O PRIMEIRO a receber as melhores notícias sobre tudo o que se passa no reino. Graças a uma vigilância que tem mil cabeças e mil ouvidos, ninguém tem tanto acesso a todas as dobras dos acontecimentos, ninguém está mais informado sobre a força ou a fraqueza dos partidos e dos homens do que esse observador calculista e de nervos gelados em sua máquina registradora que indica todas as oscilações da política.

Assim, passam-se apenas algumas semanas, alguns meses, e Joseph Fouché vê claramente: o Diretório está perdido. Os cinco homens estão desunidos, guerreiam-se pelas costas e esperam apenas um momento para derrubar-se mutuamente. Os exércitos derrotados, as finanças em desordem, o país inquieto - isto não pode durar. Fouché fareja uma próxima mudança de vento. Agentes o informam que Barras está negociando secretamente com Luís XVIII para vender a República à dinastia dos Bourbon mediante uma coroa ducal. Seus colegas, por outro lado, flertam com

o duque de Orléans ou sonham com o restabelecimento da Convenção. Mas todos, todos sabem: a situação está insustentável. Pois a nação é sacudida por levantes interiores, os *assignats* se tornam papel sem valor, os soldados falham; se uma força nova não aglutinar as forças dispersas, a República cairá.

Somente um ditador pode ajudar, e todos os olhares interrogam o vácuo para achar alguém. “Precisamos de uma cabeça e de uma espada”, declara Barras a Fouché, secretamente julgando ser ele próprio essa cabeça e procurando a espada adequada. Mas Hoche e Joubert, os vitoriosos, morreram numa ocasião ruim para a sua carreira, Bernadotte ainda se comporta jacobino demais, e Bonaparte, o herói de Arcole e Rivoli, aquele do qual todos sabem que seria as duas coisas, a espada e a cabeça, foi enviado por medo para longe, manobra sem objetivo determinado no deserto egípcio. Acreditam não poder contar com ele, que está a muitas milhas de distância.

Mas, entre todos os ministros, só Fouché já sabe então que o general Bonaparte, que todos julgam ainda à sombra das pirâmides, não está tão distante e em breve desembarcará na França. Mandaram-no para longe, esse homem demasiado ambicioso, demasiado popular, autoritário; talvez até tenham respirado aliviados quando Nelson destruiu a frota em Abuquir, pois que importância têm alguns milhares de mortos para intrigantes e políticos, desde que um concorrente seja eliminado? Agora dormem sossegados, acreditam-no preso a seu exército e nem pensam em chamá-lo de volta. Nem um instante sonham em supor que ele pudesse ter a audácia de transferir, por vontade própria, o comando para um outro general e vir incomodá-los em suas poltronas – eles contam com todas as possibilidades, menos com a volta de Bonaparte.

Porém Fouché sabe mais do que eles, e de melhor fonte. Pois o melhor, mais bem informado, mais leal de seus

espiões, que lhe conta tudo e lhe leva cada carta, cada notícia, não é outro senão a própria mulher de Bonaparte, Joséphine Beauharnais. Corromper essa criatura leviana, nascida na colônia, não é uma tarefa difícil, porque a louca esbanjadora está sempre precisando de dinheiro, e ainda que Napoleão lhe dê generosamente centenas de milhares de francos dos cofres públicos, eles se evaporam como gotas d'água nas mãos dessa mulher que compra trezentos chapéus e setecentos vestidos por ano, que não sabe poupar dinheiro nem a sua reputação e que, nesse momento, não está em bons lençóis. Meu Deus - enquanto o pequeno general de sangue quente, que queria levá-la consigo para o país dos mamelucos, estava em campanha, ela dormiu com um rapaz gentil e bonito, talvez com vários, quem sabe, até com o seu antigo amante, Barras. Os burros irmãos intrigantes Joseph e Lucien não gostaram disso e imediatamente relataram os fatos a seu marido feroso e ciumento como um tigre. Assim, ela precisa de alguém que a ajude, que vigie os irmãos espiões, que controle toda correspondência. Por isso, e também por alguns maços de ducados - Fouché especifica em suas *Memórias* que foram mil luíses de ouro -, a futura imperatriz fornece a Fouché todos os segredos, principalmente o mais importante e mais perigoso, o da volta de Bonaparte, que se aproxima.

A Fouché basta estar informado. Obviamente, o ministro da Polícia nem pensa em informar seus superiores. Nesse momento, apenas estreita a amizade com a mulher do pretendente à Coroa, tira proveito da notícia em surdina e aguarda o desfecho que, como já sabe, não tardará a acontecer.

NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 1799, o Diretório manda chamar Fouché às pressas. O telégrafo ótico traz uma notícia inacreditável: Bonaparte retornou do Egito e desembarcou

em Fréjus, por decisão própria, sem ter sido chamado de volta. O que fazer? Prender imediatamente o general que abandonou seu exército sem ordem, como um desertor, ou recebê-lo polidamente? Fouché, que se finge mais surpreso do que os outros, aconselha a moderação. É preciso aguardar, aguardar! Porque ele ainda não decidiu se ficará a favor ou contra Bonaparte; ele quer deixar os acontecimentos se desenrolarem com tranquilidade. Mas enquanto os cinco cabeças desmiolados do Diretório ainda discutem animadamente se convém perdoar Bonaparte apesar de sua deserção ou se devem prendê-lo, a voz do povo já se manifestou. Avignon, Lyon, Paris o recebem como triunfador, todas as cidades em sua passagem estão iluminadas, nos palcos dos teatros a notícia é anunciada aos espectadores que aplaudem, entusiasmados: não é um simples subordinado que volta, mas um senhor, uma grande potência. Mal retorna à sua casa na rue Chantereine (que, em sua homenagem, será em breve rebatizada como rue Victoire), os amigos acorrem, inclusive os que acham útil ser considerados como tais. Generais, deputados, ministros, até mesmo Talleyrand, prestam reverência ao homem da espada, não demora muito e também o ministro da Polícia vai visitá-lo. Ele chega à rue Chantereine e se faz anunciar a Bonaparte. Mas, para este, o senhor Fouché parece ser uma visita indiferente e desimportante. Ele o deixa esperar na antessala durante uma boa hora, como se fora um pedinte importuno. Fouché, o nome não lhe diz muito, não o conhece pessoalmente, talvez apenas se lembre que o portador desse nome representou um papel bastante triste durante os anos do terror em Lyon; talvez também já tenha encontrado um pequeno informante policial, decadente e rasgado, na antessala de seu amigo Barras. Em todo caso, não é ninguém relevante, talvez um pequeno picareta que obteve um ministério sem importância com suas manobras. Homens desse tipo podem ficar esperando. Com efeito, Joseph Fouché aguarda

pacientemente durante uma hora inteira na antessala do general, e aguardaria ainda mais uma ou duas na poltrona que um criado condoído lhe deu, se Réal, um dos conjurados de Bonaparte para o próximo golpe de Estado, não tivesse visto por acaso, em situação tão deplorável, o todo-poderoso, a cujas audiências Paris inteira ocorre. Assustado com essa perigosa impolidez, ele se precipita ao gabinete do general, explica-lhe o enorme erro de fazer esperar de modo tão insultuoso esse homem que, com um só gesto, pode fazer explodir toda a conspiração. Imediatamente, Bonaparte vem e insiste para que Fouché entre no gabinete, onde conversa com ele por duas horas sem testemunhas.

Pela primeira vez, os dois homens estão frente a frente cuidadosamente, um examina e analisa o outro para tentar descobrir se lhe servirá para as suas finalidades pessoais. E homens superiores sempre se reconhecem uns aos outros. Fouché reconhece de imediato no dinamismo inaudito desse homem poderoso o gênio incoercível do domínio; Bonaparte reconhece de imediato em Fouché com seu olhar ferino o auxiliar útil, que se pode empregar para tudo, que compreende tudo com rapidez e sabe agir com energia. Ninguém - conta ele mais tarde em Santa Helena - expôs-lhe a situação da França e do Diretório de forma tão sucinta e clara como Fouché nessa primeira conversa de duas horas. E que Fouché, entre cujas virtudes normalmente não se destaca a franqueza, contasse logo toda a verdade ao candidato à Coroa revela que também ele estava decidido a colocar-se à sua disposição. Já nessa primeira hora os papéis estão distribuídos: amo e servo, aquele que cria um universo e o político que conhece bem o seu tempo: agora, são parceiros no jogo.

FOUCHÉ CONFIA EM BONAPARTE com uma solícitude incomum já nesse primeiro encontro. Mas não se lhe entrega inteiramente. Por prudência, não participa publicamente da conjuração que derrubará o Diretório e fará de Bonaparte o senhor único. Mantém-se leal a seu princípio de vida: jamais tomar partido em definitivo enquanto a vitória não estiver decidida. Mas acontece algo peculiar: nas semanas seguintes, o ministro da Polícia da França, que normalmente tem ouvidos apurados e olhos penetrantes, é acometido de um mal estranho: de repente, fica cego e surdo. Não ouve nada dos vários boatos que se espalham pela cidade sobre um golpe de Estado que estaria sendo preparado, não vê nada das cartas que lhe passam em mãos. Todas as suas informações em geral tão confiáveis parecem falhar como por um golpe de mágica, e enquanto dois dos cinco membros do Diretório já são cúmplices do complô e o terceiro está quase aderindo à causa, o ministro da Polícia nem suspeita de uma conspiração militar - quer dizer, finge não saber de nada.

Seus relatórios diários para o Diretório não contêm uma linha sequer sobre o general Bonaparte ou sobre seus asseclas cujas espadas já retinem com impaciência; mas para o outro lado, o de Bonaparte, ele tampouco escreve uma linha, nem uma palavra. Através do silêncio, ele trai o Diretório, através do silêncio, ele serve a Napoleão e espera, espera, espera. Nesses momentos de tensão, dois minutos antes da decisão, sua natureza anfíbia se sente melhor. Ser temido por dois partidos e cortejado por dois partidos, sentindo, ao mesmo tempo, oscilar em suas próprias mãos o ponteiro da balança, é para esse intrigante o maior dos prazeres. Esses segundos em que o teatro do mundo se encaminha para decisões são o mais maravilhoso de todos os jogos, cuja tensão não se compara à das mesas de jogos ou à de Eros! Saber que nesses minutos é possível acelerar ou frear os acontecimentos e, ao mesmo tempo,

ter a consciência de que, por isso mesmo, é preciso controlar-se e não se imiscuir, por maior que seja a tentação, nada fazer além de assistir a tudo com a curiosidade irrequieta, prazerosa, quase viciosa do psicólogo - essa volúpia é a única que inflama esse espírito frio, a única que excita esse sangue turvo, ralo, quase aguado. Somente esse tipo de prazer psicologicamente perverso e intelectualmente lascivo é capaz de embebedar o homem sóbrio e desprovido de nervos que é Fouché. E é nesses segundos tensos pouco antes do desfecho decisivo que a sua gravidade de hábito mal-humorada é animada por uma espécie de alegria cruel e cínica. Pois como o gozo intelectual se distenderia, se não através da alegria, através de uma ironia benigna ou maligna? Assim, Fouché graceja precisamente quando outros correm o máximo perigo, ele graceja como o juiz de investigação com Raskólnikov, de maneira espirituosa e verdadeiramente diabólica, no exato instante em que o culpado sente o arrepio do pânico. Justamente então ele gosta de mistificar, e é assim que dessa vez também arma, no momento mais perigoso, uma bela comédia cujo palco de certa forma está sobre um barril de pólvora. Poucos dias antes do golpe de Estado (obviamente, ele sabe a data marcada), ele dá uma pequena recepção.

Bonaparte, Réal e outros são convidados para essa festa íntima, e de repente, enquanto estão à mesa, percebem que a lista está completa, que o ministro da Polícia convidou a sua casa, portanto, toda a camarilha que conspira contra o Diretório. O que significa isso? Inquietos, Bonaparte e seus cúmplices trocam olhares. Haverá já guardas à porta para liquidar de uma vez todo esse ninho do golpe de Estado? Talvez um ou outro se lembre daquele fatídico almoço que Pedro o Grande deu aos Strelitz e no qual o algoz serviu as suas cabeças como sobremesa. Mas esse tipo de crueldade não acontece com Fouché - ao contrário. Quando, para

surpresa geral dos conjurados, finalmente entra mais um convidado, que (a brincadeira é realmente diabólica!) é justo o presidente Gohier, alvo da conjuração, eles testemunham um diálogo surpreendente. O presidente pergunta ao ministro da Polícia pelos últimos acontecimentos. “Ah, sempre a mesma coisa”, responde Fouché, levantando negligentemente as pálpebras, sem fixar o olhar em ninguém. “Sempre os mesmos boatos de conspirações. Mas eu sei o que acho disso. Se houvesse de fato uma conspiração, teríamos em breve a prova na praça da Revolução.”

Essa suave alusão à guilhotina arrepia os conjurados assustados como uma faca gelada nas costas. Eles não sabem: Fouché estaria ironizando a eles ou ao presidente? Não o sabem, e talvez nem Fouché o saiba, porque ele só tem um único prazer na Terra: o gosto pela ambiguidade, o atrativo que queima e o perigo excitante da duplicidade.

DEPOIS DESSA BRINCADEIRA, o ministro da Polícia volta a cair em sua estranha letargia até a hora do golpe, permanece cego e surdo enquanto a metade do Senado já foi corrompida e o exército conquistado para a causa. É curioso: conhecido por levantar-se sempre cedo, primeiro a chegar na repartição, no 18 Brumário, dia do golpe de Estado napoleônico, Joseph Fouché dorme um sono profundo durante a manhã. Se pudesse, dormiria o dia inteiro, mas dois emissários do Diretório tiram-no da cama e informam o estupefato e surpreso ministro sobre os estranhos acontecimentos no Senado, sobre a reunião das tropas e o já evidente golpe de Estado. Joseph Fouché esfrega os olhos e mostra-se devidamente surpreso (embora tenha conferenciado até tarde na véspera com Bonaparte). Mas agora infelizmente não pode mais dormir ou fingir que está dormindo. O ministro da Polícia precisa

se vestir e ir ao Diretório, onde o presidente Gohier o recebe bruscamente, sem deixar tempo para que continue representando a comédia da surpresa. “Era seu dever informar-nos sobre uma tal conjuração, e sem dúvida a sua polícia devia saber da sua existência”, brada ele. Fouché aceita a reprimenda com calma e pede instruções, como faria o mais fiel dos servidores. Mas Gohier recusa asperamente. Diz que, se o Diretório tiver ordens a dar, dá-las-á aos que sejam dignos de sua confiança. Fouché sorri por dentro: esse paspalho não sabe que o Diretório já não manda mais nada, que dois dos cinco já desertaram e o terceiro se vendeu! Mas para que dar lições a paspalhos? Inclina-se friamente e vai para o seu posto.

Para que serve esse posto, Fouché ainda não sabe muito bem - ministro da Polícia do antigo ou do novo governo, segundo a vitória de um ou outro. Somente as vinte e quatro horas seguintes decidirão entre o Diretório e Bonaparte. O primeiro dia começou bem para Napoleão Bonaparte: o Senado, movido a promessas e lubrificando a dinheiro, cumpre todos os seus desejos, nomeia-o comandante das tropas e transfere o local das sessões da Câmara Baixa, o Conseil des Cinq Cents [Conselho dos Quinhentos], para Saint-Cloud, onde não há batalhões de operários, nem opinião pública, nem “povo”, mas apenas um belo parque que pode se tornar hermético com duas companhias de granadeiros. Mas com isso a partida está longe de estar ganha, pois entre esses quinhentos ainda há algumas dúzias de incômodos homens que não se deixam corromper nem intimidar, talvez até um que, quem sabe, queira defender a República com punhal e pistola contra o pretendente à Coroa. É preciso, portanto, manter o sangue-frio, não se deixar arrebatado por simpatias, de um lado, ou bagatelas, como o juramento de fidelidade, de outro. É preciso manter a calma, esperar, ter cuidado, até que as decisões tenham sido tomadas.

E Fouché mantém o sangue-frio. Mal Bonaparte partiu para Saint-Cloud à frente de sua cavalaria, mal o seguiram, em suas carroças, os grandes conjurados como Talleyrand, Sieyès e algumas dúzias de outros, quando, de repente, por ordem do ministro da Polícia, as barreiras em torno de Paris são fechadas. Ninguém mais pode deixar a cidade, ninguém pode entrar nela, salvo os mensageiros do ministro da Polícia. Nenhum dos oitocentos mil habitantes de Paris, portanto, pode saber se o golpe de Estado foi bem ou malsucedido, salvo esse homem único e determinado. De meia em meia hora, um mensageiro lhe traz informações sobre os eventos durante o golpe, mas ele ainda não toma nenhuma decisão. Se Bonaparte triunfar, obviamente à noite Fouché será seu ministro e fiel servidor; se ele fracassar, Fouché continuará o fiel servidor do Diretório, pronto para prender o “rebelde”. As informações que ele recebe parecem promissoras, porque, enquanto Fouché continua senhor dos seus nervos de forma magnífica, Bonaparte, que lhe é muito superior, perde completamente o controle dos seus: esse 18 Brumário, que dá a Bonaparte o domínio absoluto sobre a Europa, ironicamente talvez tenha sido o dia mais fraco na vida pessoal do grande homem. Resoluto à frente dos canhões, Bonaparte fica sempre perturbado quando se trata de ganhar pessoas através de palavras; acostumado, há anos, a comandar, perdeu a capacidade de seduzir. Ele é capaz de agarrar uma bandeira e cavalgar à frente de seus granadeiros, ele pode esmagar exércitos inteiros. Mas esse soldado de aço é incapaz de intimidar, do alto da tribuna, alguns advogados republicanos. Muitas vezes se descreveu a cena em que o general invencível, nervoso com os protestos e ataques dos deputados, gagueja frases ingênuas e ocas como “o Deus das batalhas está comigo...” e se atrapalha de forma tão lamentável que os amigos rapidamente o chamam para descer da tribuna. Só as baionetas de seus soldados salvam o herói de Arcole e Rivoli de uma derrota humilhante por

alguns advogados ruidosos. Só quando ele está novamente a cavalo, senhor e ditador, e ordena a seus soldados que evacuem a sala, volta a fluir força da sua espada para a sua mente perturbada.

Às sete da noite tudo está decidido, e Bonaparte é o cônsul e senhor absoluto da França. Tivesse ele sido vencido ou derrotado pelo voto, imediatamente Fouché teria fixado em todos os muros de Paris uma patética proclamação em que se leria: “Uma conspiração vil foi descoberta” etc. Mas como Bonaparte venceu, ele logo explora a vitória. E não é através de Bonaparte, mas através do ministro da Polícia Fouché que Paris é informada no dia seguinte do fim da República e do início da ditadura napoleônica. “O ministro da Polícia comunica aos seus concidadãos”, diz a declaração mentirosa, “que o Conselho em Saint-Cloud esteve reunido para debater os interesses da República, quando o general Bonaparte, que viera ao Conselho dos Quinhentos para lhe desvendar as manobras revolucionárias, quase foi vítima de um assassino. Mas o gênio da República salvou o general. Todos os republicanos podem se tranquilizar ... porque de agora em diante seus desejos serão satisfeitos. Os fracos podem tranquilizar-se, pois estão protegidos pelos fortes; e somente terão a temer os que fomentam agitações, desnorteiam a opinião pública e preparam a desordem. Todas as medidas foram tomadas para derrotá-los.”

Mais uma vez, Fouché virou a casaca com sucesso conforme o vento. E sua passagem para o lado do vencedor se processa de maneira tão ousada, tão descarada, que aos poucos já se começa a conhecê-lo em meios mais distantes. Algumas semanas mais tarde aparece num teatro de um subúrbio parisiense uma alegre comédia, *La girouette de Saint-Cloud* [O catavento de Saint-Cloud], compreendida por todos, aplaudida por todos, em que, com nomes ligeiramente modificados, a sua conduta ambígua e ao

mesmo tempo cautelosa é parodiada. Naturalmente Fouché, enquanto censor, poderia ter proibido tais gracejos com a sua pessoa, mas por sorte possuía bastante espírito para não fazer nada disso. Pois ele nem mesmo esconde o seu caráter, ou melhor, a falta dele. Ao contrário, ostenta a sua inconstância e a sua natureza incalculável por conferir-lhe uma aura especial. Que riam dele, contanto que lhe obedecam, contanto que o temam.

BONAPARTE É O VENCEDOR do dia, Fouché o seu auxiliar secreto, pela sua traição - a verdadeira vítima é Barras, que manda no Diretório. Esse dia lhe dá uma lição de alcance histórico sobre a ingratidão. Pois esses dois homens que o eliminam em conjunto e o mandam embora com uma gorjeta milionária como se fosse um mendigo incômodo há dois anos eram as suas criaturas, seus devedores, que ele tirara do nada. Bonachão, leviano, um folgazão, deixando a cada qual a sua parte, tirara da rua, no real sentido da expressão, esse pequeno oficial de artilharia, de tez azeitonada, expulso de toda parte e quase proscrito, prendera-lhe no casaco remendado os galões de general; fizera dele comandante de Paris de um dia para o outro, passando por cima de todas as cabeças, empurrara-lhe a sua própria amante, enchera seus bolsos de dinheiro, conseguira-lhe o alto comando do exército italiano e, assim, construía-lhe a ponte para a imortalidade. Da mesma forma, tirara Fouché do seu sujo apartamento de quinto andar, salvara a sua cabeça da guilhotina, impedira que morresse de fome num tempo em que todos se afastaram dele, ajudara-o a se reerguer e enchera todos os seus bolsos de ouro. E esses dois homens, que lhe deviam a vida, unem-se dois anos mais tarde e o lançam na mesma lama da qual ele os retirara. A história universal, que não é de forma alguma um código de moral, não conhece nenhum

exemplo mais completo de ingratidão absoluta do que a conduta de Napoleão e Fouché contra Barras no 18 Brumário.

Mas a ingratidão de Napoleão contra o seu protetor tem ao menos a desculpa do gênio. A sua força lhe confere um direito particular, porque o caminho do gênio rumo às estrelas pode, quando necessário, passar por cima dos homens, pode abusar das aparências menores e efêmeras para realizar o sentido profundo, o mandamento oculto da história. A ingratidão de Fouché, no entanto, nada mais é do que aquela, muito mais frequente, do amoral, que ingenuamente só pensa em si e em seus proveitos. Quando quer, Fouché consegue esquecer todo o seu passado de maneira terrível e assustadora, e a sua carreira dará outras provas espantosas dessa sua maestria. Quinze dias mais tarde, ele já manda para Barras, o homem que o salvou da guilhotina seca e do exílio, a ordem formal de se exilar, e manda apreender todos os seus documentos e papéis, entre os quais talvez estejam as suas cartas pedindo favores e os seus relatórios denunciadores.

Barras, ferido à morte, cerra os dentes; ainda hoje podemos ouvi-los rangendo nas suas *Memórias*, quando cita os nomes de Bonaparte e de Fouché. Mas resta-lhe um consolo ao saber que os dois se uniram. Profeticamente, ele pressente que um se vingará do outro. Não continuarão amigos por muito tempo.

DE INÍCIO, claro, nos primeiros meses de sua colaboração, o cidadão ministro da Polícia dedica-se de corpo e alma a servir ao cidadão cônsul. Porque nos documentos oficiais ainda se escrevia “cidadão”; ainda basta à ambição de Bonaparte ser o primeiro cidadão da República. Colocado diante de uma tarefa gigantesca, que ultrapassaria as forças de qualquer outro, ele manifesta naqueles anos a

plenitude e a multiplicidade de seu gênio juvenil; nunca a figura de Bonaparte aparece mais grandiosa, criativa e humana do que naquele período de reorganização. Transformar a Revolução em princípios, manter suas realizações, moderando ao mesmo tempo os excessos, terminar a guerra pela vitória e em seguida dar a essa vitória o seu verdadeiro sentido através de uma paz firme e honesta - eis a ideia sublime à qual o novo herói se entrega, com a clarividência de um espírito que penetra tudo e, ao mesmo tempo, com a energia tenaz e aplicada de quem trabalha dez horas por dia apaixonadamente.

O período hercúleo de Napoleão não são os feitos, celebrados sempre pela lenda, os ataques da cavalaria ou as nações conquistadas; não são Austerlitz, Eylau e Valladolid. A façanha de Napoleão são os anos em que a França derrocada e esfacelada pelos partidos volta a constituir um Estado poderoso, em que os *assignats* sem valor dão lugar a uma moeda verdadeira e o recém-criado Código Napoleônico forja o direito e os costumes em formas rígidas e contudo humanas - são os anos em que o estadista genial e poderoso saneia o Estado com igual perfeição em todos os domínios da administração e pacifica a Europa. Esses anos, e não os anos militares, são os verdadeiramente criativos, e nunca seus ministros atuaram de forma mais íntegra, dinâmica e leal a seu lado do que nessa época. Também em Fouché Napoleão Bonaparte encontra um servidor perfeito, inteiramente de acordo com ele na convicção de terminar a guerra civil negociando e sendo indulgente em vez de optarem por execuções e condenações violentas. Em poucos meses, Fouché restabelece a paz completa no país, acaba com os últimos ninhos de terroristas e de realistas, limpa as ruas dos ataques à mão armada, e a sua energia burocrática, precisa nos mínimos detalhes, subordina-se de bom grado aos grandes planos políticos de Bonaparte. Obras importantes e

fecundas sempre unem os homens: aqui, o servidor encontrou o seu amo e o amo, o servidor de que precisava.

ESTRANHAMENTE, é possível indicar com precisão o dia e a hora em que nasceu a primeira desconfiança de Bonaparte em relação a Fouché, embora o episódio tenha permanecido quase sempre oculto em meio à profusão de acontecimentos daqueles anos intensos. Somente o olhar de falcão do psicólogo Balzac, habituado a descobrir o que é essencial no que parece ordinário, a reconhecer no pequeno detalhe a força motriz, descobriu esse momento (dando-lhe, é verdade, alguns toques de ficção). A pequena cena ocorre durante a campanha da Itália, que iria decidir entre a Áustria e a França. No dia 20 de janeiro de 1800, os ministros estão reunidos em Paris com os conselheiros que têm voz deliberativa, todos num singular estado de espírito. Um mensageiro chegou do campo de batalha de Marengo com más notícias. Anuncia que Bonaparte foi totalmente derrotado e que o exército francês estaria em franca retirada. Cada um dos membros da reunião pensa imediatamente a mesma coisa: impossível conservar como primeiro cônsul um general derrotado; todos pensam logo num sucessor. Nunca se soube se algum dos membros manifestou ou não abertamente essa necessidade, mas é indubitável que houve preparativos para um golpe, e os irmãos de Napoleão o perceberam. Carnot foi mais longe, querendo restabelecer o antigo Comitê de Salvação Pública; e, provavelmente, de acordo com o seu caráter, Fouché, em vez de apoiar lealmente o cônsul pretensamente vencido, deve ter permanecido cautelosamente mudo, para poder ficar ao lado do antigo senhor ou do novo, segundo a necessidade. Mas no dia seguinte chega um segundo estafeta que anuncia exatamente o contrário, a esplêndida vitória de Marengo: à

última hora, o general Desaix veio em auxílio de Bonaparte com a genialidade da intuição militar e transformou a derrota em um triunfo. O primeiro cônsul Bonaparte volta alguns dias mais tarde cem vezes mais forte do que quando partiu, e agora seguro de seu poder. Incontestavelmente, ele soube logo que todos os seus ministros e homens de confiança o abandonaram logo na primeira notícia sobre uma derrota, e a primeira vítima é Carnot, que avançou demais: ele perde seu ministério. Os outros, inclusive Fouché, permanecem em seus postos. Não há como provar a infidelidade desse homem mais do que prudente, mas tampouco há como evidenciar a fidelidade. Ele não se comprometeu, mas também não deu provas de seu mérito, mostrando-se, pois, o que sempre foi: confiável na vitória, nada confiável na derrota. Bonaparte não o demite, não o repreende, não o pune. Mas, a partir desse dia, não confia mais nele.

ESSE PEQUENO EPISÓDIO, quase totalmente escondido na sombra da história, tem muitas consequências psicológicas. Ele revela com extrema nitidez que um governo fundado unicamente na espada e na vitória sempre cai na primeira derrota, e que um soberano a quem falta a legitimidade natural do sangue e dos antepassados é obrigado rapidamente a criar uma nova legitimidade para si.

Consciente de sua força, pleno daquele otimismo inflexível que é próprio dos gênios durante a sua ascensão, Bonaparte poderia estar disposto a esquecer tal aviso, mas seus irmãos não o esquecem. Porque - quantas vezes as interpretações omitem esse fato - Napoleão não veio à França sozinho, mas cercado de um clã familiar esfomeado e ávido pelo poder. A princípio, teria bastado à mãe e aos quatro irmãos desempregados que seu Napolione, o filho que liderava a família, casasse com a filha de um rico

fabricante, para arranjar alguns vestidos para suas irmãs. Agora que ele galgou um grau tão alto e inesperado do poder, todos se agarram com unhas e dentes para que ele puxe toda a família para cima; eles também querem o esplendor, querem transformar toda a França, e mais tarde o mundo inteiro, em um fideicomisso da família Bonaparte; e essa avidez grosseira e indecente, insaciável e sem um lampejo de gênio pressiona o irmão a tomar providências no sentido de transformar seu poder, que depende da vontade popular, num poder independente e duradouro, numa monarquia hereditária. Exigem que funde para eles uma dinastia, tornando-se rei ou imperador; querem que se divorcie de Joséphine para se casar com uma princesa de Baden - ninguém ousa ainda pensar na irmã do czar ou numa filha dos Habsburgo! E com suas intrigas perpétuas o afastam cada vez mais de seus antigos companheiros, de suas velhas ideias, empurram-no da República para a Reação, da liberdade para o despotismo.

Joséphine, esposa do cônsul, está só e bastante desamparada diante desse clã sempre intrigante, insaciável, antipático. Ela sabe que cada passo para o alto, para a autocracia, distancia Bonaparte dela, porque ela não pode dar ao rei ou ao imperador o que a ideia dinástica exige como primeiro e único dever: o príncipe herdeiro e, com ele, a perpetuação do poder. Só alguns poucos conselheiros de Bonaparte estão a seu lado (sempre coberta de dívidas, ela não tem dinheiro para distribuir), e o mais fiel, no momento, é Fouché. Desconfiado, há muito ele observa como a ambição de Bonaparte cresce extraordinariamente com os seus êxitos extraordinários, com que tenacidade ele classifica todo homem sinceramente republicano de terrorista e anarquista e demanda sua perseguição. Com o seu olhar agudo e desconfiado, Fouché vê que, para tomar emprestada a expressão de Victor Hugo, "*déjà Napoléon perçait sous*

Bonaparte” (“já Napoleão desponta em Bonaparte”), o imperador aparece perigosamente por trás do general e o César dominador sob o cidadão. Acorrentado à República para toda a vida, por conta de seu voto contra o rei, Fouché tem todo interesse na manutenção desta e numa forma de Estado republicana. Por isso teme tudo o que é monárquico, por isso luta secreta e abertamente ao lado de Joséphine.

O clã não lhe perdoa a opção. E, com ódio corso, espia cada um de seus passos, para lançar ao fosso o quanto antes, ao primeiro tropeção, esse homem incômodo que atrapalha os seus negócios.

O CLÃ ESPERA longa e impacientemente. De repente aparece a oportunidade de passar uma rasteira em Fouché. No dia 24 de dezembro de 1800, Bonaparte vai à Ópera para assistir à estreia parisiense de *A criação*, de Haydn, quando na estreita rue Nicaise, pouco atrás de sua carruagem, um gêiser de projéteis, pólvora e estilhaços vai pelos ares de forma tão violenta que a explosão lança destroços por cima das casas: um atentado, a famosa máquina infernal. Só a rapidez louca com que o cocheiro (que diziam estar bêbado) conduzia a carruagem salvou o primeiro cônsul, mas quarenta pessoas jazem ensanguentadas na rua, e a carruagem salta como um animal ferido, levantada pelo deslocamento do ar. Pálido, rosto de mármore, Bonaparte segue seu caminho até a Ópera para mostrar seu sangue-frio ao público entusiasmado. Com o rosto indiferente, imutável, ele escuta as suaves melodias de Haydn e agradece os aplausos estrepitosos com forçada tranquilidade, enquanto a seu lado Joséphine, sacudida por um ataque de nervos, não consegue ocultar as lágrimas.

Ao voltar da ópera, seus ministros e conselheiros de Estado percebem que esse sangue-frio não passa de uma

encenação. A sua ira se descarrega principalmente contra Fouché; como um louco, ele ataca o homem lívido e imóvel: diz que ele, como ministro da Polícia, deveria ter descoberto semelhante complô há muito tempo, mas que, ao contrário, poupava com uma indulgência criminosa os seus amigos, antigos corresponsáveis, os jacobinos. Calmamente, Fouché externa a sua opinião contrária, dizendo que até então não há provas de que os autores do atentado fossem jacobinos, e que, pessoalmente, está convencido de que conspiradores monarquistas e o dinheiro inglês foram os protagonistas. Mas a calma dessa réplica irrita ainda mais o primeiro cônsul: “São os jacobinos, os terroristas, esses bandidos em revolta contínua, que estão em rebelião constante e se levantam em massa contra todos os governos. São os mesmos canalhas que, para me matar, não hesitam em massacrar milhares de pessoas. Mas eu terei de lhes mostrar uma justiça que se verá de longe.” Fouché ainda ousa exprimir suas dúvidas pela segunda vez. Então, o curso de sangue quente quase se joga contra o ministro, a ponto de Joséphine ser obrigada a intervir e segurar o braço do esposo para acalmá-lo. Mas Bonaparte a repele e, com uma torrente de palavras, acusa Fouché de todos os assassinatos e crimes dos jacobinos, dos julgamentos de dezembro em Paris, dos afogamentos em Nantes, dos massacres dos prisioneiros em Versalhes - uma alusão clara ao carniceiro de Lyon, mostrando que ele se lembra bem do passado de Fouché. Quanto mais Bonaparte grita, mais obstinadamente Fouché se cala. Nenhum músculo se move em sua máscara pétrea enquanto as acusações caem sobre ele, enquanto os irmãos de Napoleão e os cortesãos fitam com olhares irônicos o ministro da Polícia que finalmente abriu uma brecha para ser acusado. Frio como uma pedra, ele rechaça todas as suspeitas; frio como uma pedra, deixa as Tulherias.

Sua queda parece inevitável, pois Napoleão faz ouvidos moucos a todos os pedidos de Joséphine em favor de Fouché. “Não foi ele próprio um dos líderes? Afinal não sei o que ele fez em Lyon e no Loire? Só Lyon e o Loire explicam a conduta de Fouché”, grita ele, indignado. Já tem início um jogo de adivinhação em torno do nome do novo ministro da Polícia, já Joseph Fouché, caído em desgraça, começa a ser evitado pelos cortesãos, já Joseph Fouché parece, como tantas vezes antes, definitivamente eliminado.

NOS DIAS SEGUINTEs a situação não melhora. Bonaparte não se deixa convencer de que não foram os jacobinos que organizaram o atentado; exige medidas, castigos severos. E quando Fouché insinua para ele e outros que está seguindo outras pistas, é tratado com ironia e desprezo. Todos os imbecis riem e caçoam desse tolo ministro da Polícia que não quer desvendar esse caso claro; todos os seus inimigos comemoram triunfantes a sua obstinada persistência no erro.

Fouché não responde a ninguém. Não discute, cala. Cala-se durante quinze dias, cala-se e obedece sem replicar, mesmo quando recebe ordem de organizar uma relação de cento e trinta extremistas e antigos jacobinos destinados a serem mandados à Guiana, isto é, para a “guilhotina seca”. Sem hesitar, redige o decreto que acaba com os últimos *montagnards*, os últimos partidários da Montanha, os discípulos de seu amigo Babeuf, Topino e Aréna, que não cometeram outro crime a não ser dizer publicamente que Napoleão roubara alguns milhões na Itália para comprar o trono de autocrata. Contra sua convicção, assiste a algumas deportações e execuções; cala como um sacerdote que, obrigado pelo segredo de confissão, assiste de lábios cerrados à condenação de um inocente. Porque há muito

tempo Fouché já está na pista certa, e enquanto uns o ironizam, enquanto Bonaparte lhe recrimina diariamente a sua tola obstinação, acumulam-se em seu gabinete inacessível as provas definitivas e cabais de que o atentado na verdade foi preparado pelos *chouans*, pelo partido monarquista. E enquanto no Conselho de Estado e nas antessalas das Tulherias ele exhibe uma indiferença fria e negligente contra todos os ataques, em seu gabinete secreto trabalha febrilmente com os melhores agentes. Dinheiro, muito dinheiro, é oferecido como prêmio, todos os espiões e investigadores da França são mobilizados, toda a cidade é chamada a depor.

A égua estraçalhada em cem pedaços que puxava a máquina infernal já foi identificada, assim como o seu antigo dono; já se tem a descrição exata dos homens que a compraram, e, graças à magistralmente concebida *biographie chouannique* (o índice inventado por Fouché que contém todos os nomes e sinais fisionômicos dos emigrantes e monarquistas, de todos os *chouans*)... Fouché ainda silencia. Ainda deixa que façam troça dele, deixa que os inimigos triunfem. Os últimos fios são juntados rapidamente numa trama indestrutível; só mais alguns dias, e a aranha venenosa estará presa. Só mais alguns dias! Porque Fouché, excitado em sua ambição e humilhado em seu orgulho, não quer uma vitória pequena ou média sobre Bonaparte e todos os que o acusam de estar desinformado; ele também quer um Marengo, um triunfo definitivo, esmagador.

EIS QUE, de repente, quinze dias mais tarde, ele ataca. O complô foi inteiramente desvendado, todas as pistas esclarecidas. Conforme Fouché vaticinara, seu líder era o mais temido de todos os *chouans*, Cadoudal, e monarquistas confessos, pagos com dinheiro inglês, eram

seus auxiliares. A informação cai como um raio sobre os seus inimigos. Agora, percebem que cento e trinta pessoas foram condenadas injusta e iniquamente, com exagerado atrevimento ironizaram esse homem impenetrável; mais forte, mais respeitado, mais temido do que nunca, o infalível ministro da Polícia se apresenta perante a opinião pública. Com um misto de ira e admiração, Bonaparte olha para esse calculista de aço, que mais uma vez teve razão com os seus frios cálculos. Contra a sua vontade, é obrigado a admitir: “Fouché julgou melhor do que muitos outros. Ele tem razão. É preciso vigiar os emigrados que voltaram à França, os *chouans* e todos os membros desse partido.” No entanto, o episódio só faz com que Bonaparte tenha mais consideração para com Fouché, mas nenhuma amizade. Pois nunca os autocratas ficam gratos a alguém que chama a sua atenção para um erro, uma injustiça cometida, e é imortal a história de Plutarco sobre um soldado que salvou a vida do rei ameaçado na batalha e, em vez de fugir imediatamente, como um sábio lhe havia aconselhado, confia na gratidão do rei e acaba perdendo a cabeça. Os reis não amam as pessoas que os veem num momento de fraqueza, e as naturezas despóticas não gostam dos conselheiros que se mostram, ainda que por uma única vez, mais inteligentes que eles.

NUM CÍRCULO TÃO ESTREITO quanto o da polícia, Fouché conquistou o maior dos triunfos. Mas quão pequeno é esse triunfo em comparação aos de Bonaparte nos dois últimos anos do Consulado! O ditador coroou uma série de vitórias com a mais bela de todas, a paz definitiva com a Inglaterra, com a Concordata com a Igreja; graças à sua energia e sua superioridade metódica e criadora, as duas maiores potências do universo não são mais inimigas da França. O país está pacificado, as finanças foram organizadas, as

lutas internas terminadas, as oposições distendidas; a riqueza começa a florescer, a indústria se desenvolve novamente, as artes se reanimam, uma “época augusta” começou, e não está longe a hora em que Augusto passará a se chamar César. Fouché, que conhece cada nervo e cada pensamento de Bonaparte, sabe exatamente para onde aponta a ambição do corso: sabe que não lhe basta o primeiro lugar na República, mas que ele quer que esse país salvo por ele seja seu e da sua família para toda a vida, para a eternidade. Em público, o cônsul da República jamais expressa esse tipo de ambição antirrepublicana, mas secretamente faz compreender a seus confidentes que gostaria que o Senado lhe demonstrasse sua gratidão através de um ato especial de confiança, um *témoignage éclatant* - um testemunho retumbante. No fundo de seu coração, anseia por um Marco Antônio, por um servidor confiável e leal, que pudesse reclamar para ele a Coroa imperial, e Fouché, o astucioso e flexível, poderia garantir sua gratidão eterna.

Mas Fouché se recusa a desempenhar esse papel; ou melhor, ele não se recusa abertamente. Mas na sombra, com uma aparente solicitude, procura contrariar tais intenções. Afronta os irmãos de Napoleão, o clã dos Bonaparte, fica do lado de Joséphine, que treme de medo e preocupação desse último passo do marido rumo à monarquia, pois sabe que, assim, em breve deixará de ser sua esposa. Fouché a adverte de não resistir abertamente: “Permaneça calma”, diz ele, “a senhora atrapalha inutilmente o caminho de seu marido. Suas preocupações o aborrecem, seus conselhos o ofenderiam.” Fiel a seu temperamento, ele tenta fazer fracassar, através de manobras subterrâneas, esses ambiciosos desejos, e quando Bonaparte, falsamente modesto, ainda não diz abertamente o que quer e, por outro lado, o Senado propõe um “testemunho retumbante”, Fouché é um dos que

sussurram aos senadores que o grande homem, como leal republicano, só deseja uma coisa: que prorroguem por dez anos o seu posto de primeiro cônsul. Convencidos de estarem assim homenageando e alegrando Bonaparte, tomam essa resolução solenemente. Mas Bonaparte, que reconhece a farsa e os seus autores, espuma de raiva quando lhe transmitem essa miserável gorjeta. Com palavras frias, despede os enviados. Quando alguém já sente uma coroa imperial de ouro pesar sobre a cabeça, dez miseráveis anos de prorrogação não passam de uma noz oca que se esmaga desdenhosamente com os pés.

Então, finalmente Napoleão joga fora a máscara da modéstia e expressa clara e inequivocamente a sua vontade: o consulado vitalício! E sob o levíssimo véu de suas palavras reluz, já visível para todos, a futura coroa imperial. E Bonaparte já é nesse momento tão poderoso que o povo torna lei a sua vontade através de uma maioria de milhões de votos e o escolhe para soberano vitalício (como eles e ele pensam). A República terminou, tem início a monarquia.

A quadrilha dos irmãos e das irmãs, o clã da família corsa jamais perdoa Fouché por ter posto tantos obstáculos no caminho do impaciente candidato à Coroa rumo ao seu desejo decisivo. Por isso, insistem impacientemente junto a Bonaparte: por que conservar ainda o sujeito inconveniente que lhe segurou o estribo agora que ele está tão firme na sela? Por que, se o país se pronunciou por unanimidade a favor do consulado vitalício, se as diferenças foram sanadas de forma feliz, as dissensões eliminadas, por que conservar um guarda tão exageradamente zeloso, que vigia não só o país mas também as suas próprias tramoias obscuras? Fora com ele! Eliminá-lo, demiti-lo, esse eterno intrigante e criador de dificuldades! Sem cessar, impacientes, tenaz e perseverantemente, pressionam o irmão ainda indeciso.

No fundo, Bonaparte compartilha a mesma opinião. Também ele se sente incomodado com esse homem que sabe demais e quer saber sempre mais ainda, essa sombra vil e cinzenta que acompanha a sua luz. Mas é preciso um pretexto para demitir precisamente o ministro que se distinguiu tanto, que goza de respeito ilimitado no país. Além disso, esse homem tornou-se poderoso com ele: seria melhor não fazer dele um inimigo declarado. Meteu suas mãos em todos os segredos, ficou a par de maneira inquietadora das intimidades - nem sempre muito limpas - do clã corso, e por isso não convém ofendê-lo bruscamente. Por isso, inventam uma saída hábil para poupá-lo, para fazer parecer ao mundo externo que a demissão de Fouché não seja sinal de que caiu em desgraça: não mandam embora o ministro Joseph Fouché, mas explicam que ele desempenhou tão perfeita e magistralmente bem a sua função, que uma instância de controle dos cidadãos, um ministério da Polícia, se tornou completamente inútil. Não se demite, pois, o ministro, mas suprime-se o ministério da Polícia, a função, e, com isso, livram-se dele.

Para poupar esse homem sensível do golpe rude, jogando-o na rua, o ato de demissão é cuidadosamente embrulhado em algodão. Fouché é indenizado pela perda de suas funções com um assento no Senado, e numa carta em que Bonaparte anuncia essa nomeação, lê-se literalmente: "O cidadão Fouché, ministro da Polícia em circunstâncias difíceis, por seu talento e seu dinamismo, sua lealdade ao governo, sempre correspondeu a todas as exigências que os acontecimentos lhe colocaram. Ao dar-lhe um assento no Senado, o governo sabe que, quando as circunstâncias voltarem a exigir um ministro da Polícia, não encontrarão outro mais digno de sua confiança." Além disso, Bonaparte, que percebeu quão bem o outrora comunista se reconciliara com seu antigo inimigo, o dinheiro, constrói para ele uma magnífica ponte de ouro

para a aposentadoria. Quando, ao prestar contas, o ministro lhe entrega dois milhões e quatrocentos mil francos como saldo do caixa da Polícia, Bonaparte lhe dá logo a metade de presente, isto é, um milhão e duzentos mil francos. Além disso, Fouché, que antes desprezava o dinheiro, que há uma década ainda vituperava furiosamente contra o “metal vil e corruptor”, recebe, com o título de senador, a senatoria de Aix, um pequeno principado que vai de Marselha a Toulon e cujo valor é estimado em dez milhões de francos. Bonaparte o conhece bem; sabe que Fouché tem as mãos irrequietas de um intrigante que ama o jogo e, como não pode amarrá-las, prefere enchê-las de ouro. Eis por que raramente no curso da história um ministro terá sido demitido com mais honras e mais prudência do que Joseph Fouché.

Ministro do imperador

1804-1811

EM 1802, Joseph Fouché, ou melhor, Sua Excelência o Senador Joseph Fouché, atendendo ao desejo suavemente enérgico do primeiro cônsul, retira-se para a vida privada, da qual saíra dez anos antes. Uma década incrível, carregada de assassinatos e fatídica, transformadora e perigosa – mas Fouché soube aproveitar bem o tempo. Não se refugia, como em 1794, em um sótão miserável e sem calefação, mas adquire uma bela casa na rue Cerruti, que pertencera a um dos “vis aristocratas” ou “ricos infames”. Instala uma magnífica residência de verão em Ferrières, futura residência dos Rothschild, e seu principado na Provence e o Senado de Aix lhe enviam regularmente boas rendas. Ele também exerce com maestria a nobre arte da alquimia de fazer tudo virar ouro. Seus protegidos na bolsa de valores dão-lhe participação nos negócios, ele amplia com vantagens suas propriedades imobiliárias – mais alguns anos, e o autor do primeiro manifesto comunista terá se tornado o segundo cidadão mais rico da França, o maior latifundiário do país. O tigre de Lyon tornou-se um prodigioso hamster, um capitalista inteligente e econômico e um mestre da usura.

Essa fantástica fortuna do arrivista político não muda, no entanto, o seu espartanismo inato e disciplinado dos tempos de claustro. Com os seus quinze milhões, Joseph Fouché não vive muito diferente do tempo em que, à custa de muito esforço, conseguia juntar quinze vinténs em seu sótão; não fuma, não bebe, não gasta dinheiro com mulheres ou vaidades. Como um honesto fazendeiro,

passeia pacificamente pelos campos com os filhos - mais três nasceram depois que os dois primeiros morreram por inanição -, dá pequenas recepções de tempos em tempos, assiste aos saraus musicais dos amigos de sua mulher, lê livros e tem prazer em conversas inteligentes: a sua paixão demoníaca pelo jogo de azar da política, pelas emoções e pelos perigos da política universal se oculta bem no fundo desse cidadão sóbrio e ossudo. Seus vizinhos não notam nada disso, só veem o honesto administrador de suas propriedades, o excelente pai de família, o esposo amoroso. E quem não o conheceu no exercício de suas funções oficiais não pode imaginar o desejo represado atrás do silêncio, e cada vez mais irrequieto, de voltar a aparecer e participar da política.

Olhar de Medusa do poder! Quem lhe viu o rosto não pode mais desviar os olhos dela e permanece enfeitiçado e encantado. Quem alguma vez experimentou a embriaguez do poder e do comando não pode mais dela se libertar. Folheie-se a história universal à procura de exemplos de renúncia voluntária: exceto Sila e Carlos V, mal se encontrará uma dúzia, entre milhares e dezenas de milhares, que tenha renunciado ao prazer quase sacrílego de dirigir os destinos de milhões. Assim como o jogador não pode largar o jogo, o ébrio a bebida e o caçador a caça, Joseph Fouché não consegue largar a política. A tranquilidade o tortura, e enquanto, com indiferença fingida, faz o papel do Cincinato no arado, seus dedos já coçam e os nervos tremem na ânsia de segurar novamente as cartas do jogo da política. Embora demitido do serviço ativo, ele continua exercendo voluntariamente funções de polícia e, para exercitar a pena e não cair totalmente no esquecimento, envia semanalmente informações secretas ao primeiro cônsul. Isso o diverte, ocupa-lhe descompromissadamente o espírito de intrigante, sem no entanto satisfazê-lo inteiramente. O afastamento aparente

nada mais é do que uma espera febril por voltar a segurar as rédeas e sentir o poder sobre os homens, poder sobre o destino do universo, poder!

Por muitos indícios, Bonaparte percebe a impaciência crescente de Fouché, mas prefere não tomar conhecimento dela. Enquanto puder, prefere manter na sombra esse homem de inteligência e força de trabalho inquietantes. Desde que se começou a notar a força de vontade desse homem subterrâneo, ninguém aceita os seus serviços, a não ser que se precise deles incondicionalmente e para trabalhos perigosos. O cônsul lhe presta alguns favores, emprega-o em diversos negócios, agradece suas ótimas informações, convida-o a assistir de vez em quando ao conselho de ministros e, acima de tudo, deixa-o ganhar dinheiro e enriquecer, para que se mantenha em silêncio. Mas há uma coisa que se recusa inflexivelmente a fazer, enquanto é possível: voltar a empregá-lo e restaurar o ministério da Polícia. Enquanto Bonaparte está forte, enquanto não comete erros, não precisa de um servidor tão crítico e superior. Para a felicidade de Fouché, no entanto, Bonaparte comete erros. Antes de tudo, comete o imperdoável erro histórico de não mais se contentar em ser Bonaparte e, além da autoconfiança, além do triunfo de sua personalidade singular, cobiça o fastidioso brilho da legitimidade, o fausto de um título. Esse homem, que não precisa temer a ninguém graças ao seu poder e à sua personalidade única e gigantesca, tem medo das sombras do passado, da aura impotente dos Bourbon e Livross. E assim, violando o direito internacional, deixa-se convencer por Talleyrand a mandar prender o duque d'Enghien em território neutro e fuzilá-lo - um ato para o qual Fouché inventou a célebre frase: "Foi mais do que um crime, foi um erro."

Essa execução cria em torno de Bonaparte um vácuo de medo e terror, de hostilidade e ódio. E, pouco tempo

depois, ele acha melhor colocar-se novamente sob a proteção do Argos de mil olhos, sob a guarda da polícia.

E há mais: no ano de 1804, o cônsul Bonaparte necessita novamente de um auxiliar hábil e sem escrúpulos para a sua suprema ascensão. Volta a precisar de alguém que lhe segure o estribo. O que dois anos antes ainda se lhe afigurava como mais alta satisfação de sua ambição, o Consulado vitalício, já não basta mais a esse homem alçado ao cume por todas as asas do sucesso. Não quer mais ser apenas o primeiro dos cidadãos, mas senhor e amo de seus súditos. Deseja refrescar sua fronte escaldante com o círculo de ouro de uma coroa imperial. Mas quem quer se tornar César precisa de um Antônio, e embora Fouché tenha durante muito tempo desempenhado o papel de Brutus (e outrora até o de Catilina), ele, esfomeado por dois anos de abstinência política, mostra-se totalmente disposto a pescar essa coroa imperial no pântano em que se transformou o Senado. Dinheiro e boas promessas servem de isca, e assim o mundo assiste ao estranho espetáculo do antigo presidente do clube dos jacobinos, hoje Excelência, trocando suspeitos apertos de mão nos corredores do Senado e pressionando e conchavando tanto que até alguns servis bizantinos apresentam a moção de “criar uma instituição que destrua para sempre a esperança dos conspiradores, assegurando a permanência do governo além da morte de seu líder”. Descascando-se os excessos dessa frase, encontra-se em seu cerne a intenção de transformar o cônsul vitalício Bonaparte no imperador hereditário Bonaparte. E é provavelmente da pena de Fouché (que escreve tão bem com óleo quanto com sangue) que sai a petição incrivelmente servil do Senado que conclama Bonaparte a “terminar sua obra, tornando-a imortal”. Poucos ajudaram com tanto afinco a cavar a sepultura definitiva da República como Joseph Fouché de Nantes, ex-deputado da Convenção, ex-presidente do clube

dos jacobinos, o “carniceiro de Lyon”, o inimigo dos tiranos e outrora o mais republicano de todos os republicanos.

A recompensa não tarda. Assim como o cidadão Fouché fora outrora nomeado pelo cidadão cônsul Bonaparte, depois de dois anos de exílio dourado, em 1804, o Sr. Senador Fouché volta a ser nomeado ministro por Sua Majestade o Imperador Napoleão. Pela quinta vez, Joseph Fouché presta um juramento de fidelidade. O primeiro foi ainda ao governo monarquista; o segundo, à República; o terceiro, ao Diretório; o quarto, ao Consulado. Mas Fouché tem apenas quarenta e cinco anos; quanto tempo ainda lhe restará para novos juramentos, novas fidelidades e infidelidades! E é com forças renovadas que ele se atira novamente ao adorado elemento, nas ondas e no vento, obrigando-se, por juramento, a obedecer ao novo imperador e no, entanto, obedecendo unicamente à sua própria e irrequieta paixão.

JÁ POR UMA DÉCADA, os dois personagens, Napoleão e Fouché, se enfrentam no palco do mundo - ou melhor, nos bastidores -, ligados pelo destino, apesar de uma mútua e clarividente resistência. Napoleão não gosta de Fouché e Fouché não gosta de Napoleão - repletos de uma secreta antipatia, um usa o outro, ligados unicamente pela atração dos polos contrários. Fouché conhece bem o caráter demoníaco, grandioso e perigoso de Napoleão; sabe que, durante décadas, o mundo não haverá de produzir outro gênio tão superior, tão digno de ser servido. Napoleão, por outro lado, sabe que ninguém jamais o compreenderá melhor do que esse olhar de espião e espelho, sóbrio, claro e reflexivo, esse laborioso talento político que pode ser usado para tudo, tanto para o bem quanto para o mal, e a quem só falta uma coisa para se tornar o mais perfeito dos servidores: a incondicionalidade da dedicação, a lealdade.

Porque Fouché nunca será servidor, e muito menos laçao de alguém. Jamais sacrificará inteiramente a sua independência intelectual e a sua vontade própria a uma causa estranha. Ao contrário: à medida que os antigos republicanos, mascarados pela nova nobreza, entregam-se ao fascínio do imperador, à medida que conselheiros se degradam e transformam em bajuladores e adutores, mais endurece a espinha dorsal de Fouché. Claro que não se pode contradizer abertamente, com opiniões contrárias, o imperador cada vez mais cesariano, cada vez mais teimoso, porque há muito já não existem no palácio das Tulherias a camaradagem sincera e a liberdade plena de falar de cidadão para cidadão. O imperador Napoleão, que exige ser chamado de “*sire*” pelos antigos camaradas de guerra e mesmo (como devem ter sorrido!) pelos próprios irmãos, e entre todos os seres humanos mortais só se deixa tratar por “tu” pela mulher, não deseja mais receber conselhos de seus ministros. O cidadão ministro Fouché não procura mais o cidadão cônsul Bonaparte de peitilho sem colarinho e caminhando sem constrangimento: agora, o ministro Joseph Fouché é recebido pelo imperador Napoleão em audiência com a gola bordada a ouro rija e alta em torno do pescoço, envolto no uniforme pomposo da corte, meias de seda preta e sapatos engraxados, repleto de condecorações, chapéu na mão. E o “senhor” Fouché é obrigado, logo à entrada, a se inclinar respeitosamente perante o antigo conjurado e camarada, antes de dirigir-se a ele por “Vossa Majestade”. Chega com uma reverência, parte com uma reverência, aceita as ordens dadas bruscamente sem réplica, em vez de manter conversas mais íntimas. Não há resistência possível contra a opinião desse que é o mais intempestivo de todos os homens voluntariosos.

Ao menos abertamente. Fouché conhece Napoleão bem demais para querer impingir a sua vontade quando há

dissensão. Aceita ser mandado e aceita as ordens como todos os outros bajuladores e ministros servis da época imperial, com a pequena diferença de que nem sempre obedece. Quando é encarregado de efetuar prisões com as quais não concorda, manda avisar os ameaçados antes ou, quando precisa puni-los, faz saber expressamente por toda parte que se trata de uma ordem do imperador, e não de um desejo seu. Já os atos de boa vontade, de amabilidade, esses ele distribui como se fossem favores seus. Quanto mais voluntarioso se mostra Napoleão - e, de fato, é surpreendente como o seu temperamento dominador se torna cada vez mais onipotente e autocrático à medida que cresce o seu poder -, tanto mais amável e conciliador se mostra Fouché. E assim, sem uma só palavra contra o imperador, apenas com pequenos gestos, sorrisos e silêncios, ele constrói sozinho uma oposição visível, porém intangível, ao novo regime da soberania do direito divino. Há muito tempo já não se dá mais ao trabalho perigoso de impingir-lhe verdades; sabe que isso não leva a nada com imperadores e reis, mesmo quando alguma vez se chamaram Napoleão. Apenas sorratamente, de contrabando, às vezes insere em seus relatórios diários algumas pequenas verdades. Em vez de dizer "eu acho" ou "eu penso", correndo o risco de ser censurado por essa independência de espírito e de opinião, ele escreve em seus relatórios "consta que..." ou "um embaixador teria dito que"; assim, Fouché consegue sempre salpicar na torta trufada das notícias picantes alguns grãos de pimenta sobre a família imperial. Pálido, Napoleão é obrigado a engolir a leitura de toda a sujeira, toda a vergonha de suas irmãs como "boatos", e além disso maldades dolorosas contra si próprio, notícias incisivas e cáusticas, com as quais a mão hábil de Fouché condimenta intencionalmente o boletim. Sem pronunciar uma única palavra, esse maldito criado serve verdades desagradáveis de tempos em tempos a seu incômodo amo e aprecia, polido e alheio, como o duro

soberano se engasga com elas durante a leitura. Assim, Fouché se delicia com uma pequena vingança contra o tenente Bonaparte, o qual, depois que vestiu o manto imperial, só quer ver seus antigos conselheiros tremendo e de espinha curvada.

É EVIDENTE, pois, que não é bom o clima entre esses dois homens. Assim como Fouché não é um criado agradável para Napoleão, Napoleão não é um amo agradável para Fouché. Nem uma única vez ele aceita com confiança e tranquilidade um relatório de polícia. Examina cada linha com seu olhar de falcão à procura do menor deslize, do menor descuido; e então troveja, censura o ministro como se fosse um colegial, totalmente entregue ao seu temperamento desenfreado de curso. Os contínuos, aqueles que olham pelo buraco da fechadura, seus colegas do conselho de ministros são unânimes em relatar como seu sangue-frio irrita ainda mais o imperador. Mas mesmo sem o testemunho deles (porque é preciso examinar todas as memórias daquela época com uma lupa) fica-se bem informado, pois a dura e rude voz de comando ressoa até mesmo nas cartas: “Parece-me que a polícia não vigia a imprensa com o rigor necessário”, ensina Napoleão ao velho mestre da Polícia, ou o repreende: “Tudo leva a crer que não se sabe ler no ministério da Polícia: não se faz nada lá.” Ou: “Recomendo não ultrapassarem o âmbito de suas funções e não se imiscuírem nos negócios da política externa.” Centenas de relatórios dão conta de que Napoleão o recriminava implacavelmente também diante de testemunhas, diante dos ajudantes-de-ordens e do Conselho de Estado, e quando a cólera lhe espuma nos lábios não hesita em lembrá-lo de Lyon, do seu tempo de terrorista, e classificá-lo de regicida, de traidor. Mas Fouché, observador impassível, que depois de dez anos

conhece toda a tessitura desses acessos de cólera - os quais sabe serem muitas vezes fruto de seu sangue quente incontrolável, mas também que Napoleão os insere como farsa com perfeita lucidez -, não se deixa intimidar pelas tempestades genuínas nem pelas teatrais, como aconteceu com o ministro austríaco Cobenzl, que tremeu de medo quando o imperador lhe atirou aos pés um precioso vaso de porcelana.

Fouché não se deixa desviar nem pela cólera fictícia nem pela ira verdadeira do imperador. Com o seu rosto descolorado, feito uma máscara de gesso, sem um piscar de olhos, sem trair a emoção com um único nervo, ele aguenta a chuva de palavras caindo sobre ele; apenas, talvez, quando deixa o aposento, um sorriso irônico ou mau lhe encrespa os lábios. Nem sequer treme quando o imperador lhe grita: “Traidor, eu deveria mandar fuzilá-lo” - mas responde profissionalmente, sem mudar a entonação da voz: “Não é essa a minha opinião, *sire*.” Cem vezes é demitido, ameaçado de proscricção e de destituição, mas deixa a sala com a mesma tranquilidade, sabendo perfeitamente que no dia seguinte o imperador o chamará de volta. E sempre tem razão. Porque apesar de sua desconfiança, de sua ira e de seu ódio secreto, durante dez anos, até a última hora, Napoleão não consegue se livrar dele.

Esse poder de Fouché sobre Napoleão, que intrigava todos os contemporâneos, nada tem de mágico ou de hipnótico. É um poder calculado e adquirido pelo trabalho, pela habilidade e pela observação sistemática. Fouché sabe muito, sabe talvez demais. Ele conhece todos os segredos imperiais não apenas pelas confidências do imperador, mas também contra a vontade deste, e, por ser ilimitadamente bem-informado, mantém em xeque o imperador e também todo o país. Através da própria esposa de Napoleão, Joséphine, ele conhece os mais íntimos detalhes do leito

conjugal, através de Barras, todos os degraus da escada em caracol por onde ascendeu. Graças às suas relações com os homens do dinheiro, controla tudo o que diz respeito à fortuna pessoal do imperador. Não lhe escapa uma única das negociatas sujas da família Bonaparte, das histórias de jogo dos irmãos e das aventuras messalínicas de Pauline. Nem mesmo as aventuras extraconjugais de Napoleão lhe são estranhas.

Quando, às onze da noite, envolto em uma capa emprestada e quase totalmente disfarçado, Napoleão sai por uma porta secreta das Tulherias para visitar uma amante, Fouché sabe no dia seguinte para onde foi a carruagem, quanto tempo o imperador permaneceu na casa, a que horas voltou. Um belo dia, ele até constrange o senhor do universo com a informação de que sua amante o trai com um ator de terceira categoria. Graças a um secretário corrupto, Fouché recebe uma cópia de cada documento importante do gabinete do imperador, e mais de um lacaios, de grau maior ou menor, recebe uma gratificação mensal da caixa secreta do ministro da Polícia por transmitir-lhe informações confiáveis de todas as conversas no palácio: de dia e de noite, à mesa ou na cama, Napoleão é vigiado por seu ministro demasiado zeloso. Impossível ocultar-se um segredo dele. Assim, o imperador é obrigado, queira ou não, a confiar nele. E esse conhecimento de tudo e de todos dá a Fouché esse poder único sobre os homens que Balzac tanto admirava.

Com o mesmo zelo com que Fouché vigia todos os negócios, planos, ideias e palavras do imperador, ele se esforça por ocultar dele os seus próprios. Não confia ao imperador nem a mais ninguém suas verdadeiras intenções e seus trabalhos, do acúmulo gigantesco de informações só fornece o que lhe convém. Todo o resto fica trancado na gaveta do ministro da Polícia. Fouché não permite a ninguém ter acesso a esse seu tesouro supremo; coloca

toda a sua paixão a serviço da volúpia magnífica de permanecer indecifrável, impenetrável, imperscrutável, um posto de que ninguém pode duvidar. Embalde Napoleão põe alguns espiões em seu encalço. Fouché os engana ou ainda se aproveita deles para enviar de volta ao logrado mandante relatórios completamente falsos e vergonhosos. Com o correr dos anos, esse jogo de espionagem e contraespionagem entre os dois se torna cada vez mais insidioso e odioso, sua postura recíproca é abertamente desonesta - não, realmente não há um ambiente claro e límpido entre os dois homens, dos quais um quer ser senhor demais e o outro não quer ser suficientemente criado. Quanto mais Napoleão se torna poderoso, mais Fouché o atrapalha. Quanto mais forte Fouché, mais o detesta Napoleão.

Atrás dessa oposição particular de diferenças intelectuais amontoa-se, pouco a pouco, toda a gigantesca tensão crescente da época. Pois a cada ano que passa desenham-se na França com nitidez crescente uma vontade e uma contravontade: o país quer finalmente a paz, mas Napoleão quer cada vez mais a guerra. O Bonaparte de 1800, herdeiro e ordenador da Revolução, ainda pensava em uníssono com o seu país, o seu povo, os seus ministros. Mas o Napoleão de 1804, o imperador da nova década, há muito já não pensa mais no seu país e no seu povo, e sim unicamente na Europa, no universo, na imortalidade. Depois de ter se desincumbido magistralmente da tarefa que lhe foi confiada, ele se impõe, no excesso de suas forças, novas missões bem mais difíceis, e, dessa forma, aquele que pôs ordem no caos joga novamente no caos os próprios feitos, a própria ordem. Não se quer dizer com isso que a sua inteligência, límpida e cristalina como um diamante, tenha-se turvado, longe disso. Apesar de todos os seus demônios, a inteligência matematicamente exata e precisa de Napoleão permanece de uma lucidez grandiosa

até o último minuto quando, já moribundo, escreve com a mão trêmula o seu testamento, aquela obra-prima. Mas a sua inteligência já perdeu há muito a medida terrestre, e como poderia ser diferente depois de ter cumprido o inverossímil? Como, depois de ganhos tão inauditos contra todas as regras do jogo universal, a alma, habituada a riscos tão desmedidos, não teria o desejo de ultrapassar o inacreditável por façanhas ainda mais inacreditáveis?

Napoleão não está louco, nem mesmo em suas aventuras mais insanas, e tampouco foram insanos Alexandre, Carlos XII ou Cortez. Apenas, como estes, perdeu a medida real do possível ao longo de vitórias inauditas, e é justamente esse ardor furioso em lucidez intelectual, grandioso espetáculo natural do espírito, magnífico como uma tempestade mistral num céu claro, que produz aqueles feitos que são simultaneamente crimes de um único indivíduo junto a centenas de milhares e um enriquecimento lendário da humanidade. A expedição de Alexandre da Grécia à Índia, até hoje fabulosa, a conquista de Cortez, a marcha de Carlos XII de Estocolmo a Poltava, a caravana de seiscentos mil homens que Napoleão arrasta da Espanha a Moscou, proezas ao mesmo tempo da coragem e da petulância, equivalem na nossa história moderna aos combates de Prometeu e dos Titãs contra os deuses na mitologia grega: *hybris* e heroísmo, em todos os casos o máximo sacrilégio de tudo o que é possível obter na Terra. Mal sente a coroa sobre as têmporas, é para esse limite extremo que ruma Napoleão. Com os sucessos, crescem os projetos; com as vitórias, aumenta a audácia; e com os triunfos sobre o destino, a vontade de desafiá-lo cada vez mais ousadamente. Não espanta que as pessoas ao seu redor – se as fanfarras da vitória ainda não as ensurdeceram nem os sucessos as cegaram –, os inteligentes e refletidos, como Talleyrand e Fouché, comecem a tremer. Eles pensam na

sua época, no presente, na França, enquanto Napoleão pensa unicamente na posteridade, na lenda, na história.

Esse contraste entre a razão e a paixão, entre os caracteres lógicos e os demoníacos, que se repete sempre na história, surge na França logo após a virada do século, junto com os grandes personagens. A guerra engrandeceu Napoleão, tirou-o do nada e o colocou num trono imperial. Natural, portanto, que ele queira sempre uma nova guerra e adversários cada vez maiores e mais poderosos. Sob o ponto de vista numérico, suas façanhas aumentam de maneira fantástica. Em Marengo, em 1800, ele venceu com trinta mil homens; cinco anos mais tarde, lança trezentos mil em campanha; mais cinco anos, e arranca um milhão de homens do país cansado de guerra e exangue. Ficaria claro como água, mesmo para o último cabo do seu exército e o mais palerma dos camponeses, que tal mania de guerra (nos termos cunhados por Stendhal, *guerromanie* ou *courromanie*) levará, em última análise, a uma catástrofe, e Fouché foi profético ao dizer certa vez a Metternich, cinco anos antes de Moscou: “Depois de derrotá-los, só restarão a Rússia e a China.” Só um homem não compreende isso ou tapa os olhos para não enxergar: Napoleão.

Quem viveu os segundos antes de Austerlitz e depois os momentos antes de Marengo e Eylau - história universal condensada em duas horas! - não tem mais nenhum prazer em receber cortesãos uniformizados nos bailes palacianos, ficar sentado na Ópera solenemente decorada ou ouvir discursos maçantes de deputados. Não, seus nervos só vibram quando, à frente de suas tropas e em alta velocidade, invade países inteiros, esmaga exércitos, derruba reis com um gesto dos dedos como se fossem peças de xadrez e coloca outros em seu lugar; quando a cúpula dos Invalides se torna uma floresta farfalhante de bandeiras e o recém-criado Tesouro se enche do saque precioso de toda a Europa. Ele não pensa senão em

regimentos, corpos de exércitos, exércitos, e considera a França, o país inteiro, o mundo inteiro como um jogo, algo que lhe pertence (*“la France, c’est moi”*). Mas alguns dos seus ainda insistem na opinião de que a França pertence, em primeiro lugar, a si própria, que seus filhos, seus cidadãos não deveriam servir para coroar o clã corso e para fazer de toda a Europa um fideicomisso dos Bonaparte. Com crescente descontentamento eles veem como, ano após ano, as listas de convocação para as armas são afixadas nas portas das cidades, como os jovens de dezoito e dezenove anos são arrancados de seus lares para irem morrer estupidamente - ou pelo menos em nome de algo que não se pode apreender - nas fronteiras de Portugal, nos desertos gelados da Polônia e da Rússia. Assim, uma oposição cada vez mais ferrenha se levanta entre ele, que só ergue o olhar para as estrelas, e os homens sensatos, que enxergam o cansaço e a impaciência de seu país. E como seu espírito intransigente e autocrático já não se deixa aconselhar pelos próximos, eles começam a refletir secretamente sobre uma maneira de fazer parar essa roda que corre incessantemente e impedir sua queda inevitável no abismo. Pois o momento virá em que a razão e a paixão se divorciarão em definitivo e se combaterão abertamente, em que arrebentará a luta entre Napoleão e o mais inteligente dos seus servidores.

ESSA RESISTÊNCIA SECRETA contra a paixão guerreira e a falta de medida de Napoleão termina por aproximar até mesmo os mais encarniçados adversários entre os seus conselheiros: Fouché e Talleyrand. Os dois ministros mais hábeis de Napoleão, as pessoas psicologicamente mais interessantes de sua época, não se estimam - provavelmente por serem parecidos em muitos aspectos. Ambos são racionais, sóbrios, realistas, cínicos e discípulos

inescrupulosos de Maquiavel. Ambos passaram pela escola da Igreja e pela ardente escola superior da Revolução. Ambos têm o mesmo sangue-frio implacável em matéria de dinheiro e de honra, servem com a mesma falta de lealdade e de escrúpulos à República, ao Diretório, ao Consulado, ao Império e ao Rei. A cada instante, esses dois peculiares representantes da versatilidade se encontram no palco do mundo - disfarçados de revolucionários, de senadores, de ministros, de servidores do rei. E, precisamente por pertencerem à mesma raça espiritual e receberem os mesmos papéis diplomáticos, odeiam-se com o conhecimento frio e o bom rancor dos rivais.

Ambos pertencem ao mesmo tipo amoral, mas, semelhantes no caráter, são de origem diferente. Talleyrand, senhor de Périgord, arcebispo de Autun, de antiga família nobre, já trazia a sotaina violeta como chefe eclesiástico de toda uma província quando o pequeno e desimportante filho de negociantes e desprezível professorzinho Joseph Fouché ainda ensinava matemática e latim a uma dúzia de escolares no mosteiro em troca de alguns vinténs mensais. Um já era encarregado de negócios da República francesa em Londres e orador célebre nos Estados Gerais quando o outro ainda tentava pescar o seu mandato nos clubes revolucionários com diligência e bajulação. Talleyrand veio de cima para a Revolução, ele desceu os três degraus da carruagem até o Terceiro Estado como um soberano, saudado por aclamações respeitadas, enquanto Fouché subiu até lá à custa de muitas intrigas.

Essas diferenças de origem conferem ao caráter de ambos, que é parecido, um matiz especial. Talleyrand, homem de atitudes afetadas, serve com a condescendência indiferente e fria de um fidalgo, Fouché com a atividade diligente e esperta de um carreirista. Em suas semelhanças, ao mesmo tempo também diferem, e se ambos amam o dinheiro, Talleyrand o ama à maneira de um

gentil-homem, para gastá-lo, para fazê-lo rolar abundantemente na mesa de jogo e com mulheres; já Fouché, filho de comerciantes, capitalista, quer acumular o dinheiro e fazê-lo render juros. Para Talleyrand, o poder é apenas um meio para chegar ao prazer, ele lhe dá as melhores e mais nobres oportunidades de conseguir usufruir de todas as coisas sensuais no mundo, como luxo, mulheres, arte e a boa mesa, enquanto Fouché, mesmo várias vezes milionário, continua espartano, monacal, econômico. Nenhum dos dois consegue renegar sua origem social: nunca, nem nos dias mais selvagens do Terror, Talleyrand, o senhor de Périgord, foi um verdadeiro republicano e homem popular; mesmo enquanto duque de Otranto, apesar do uniforme cintilante de ouro, Joseph Fouché nunca foi verdadeiramente aristocrata.

O mais brilhante, encantador, talvez também o mais importante dos dois é Talleyrand. Produto de uma estirpe antiga e erudita, forjado pelo espírito do século XVIII, ele ama o jogo diplomático como um dos vários jogos excitantes possíveis, mas detesta o trabalho. Desagrada-lhe ter que escrever pessoalmente uma carta; se pudesse, esse refinado gozador mandaria outros fazerem o trabalho pesado, contentando-se em colher os resultados com suas mãos delicadas e cheias de anéis. Basta-lhe sua intuição, que o faz penetrar com olhar fulgurante as situações mais complicadas. Psicólogo nato e escolado, ele perscruta todas as ideias, como diz Napoleão, e fortalece em cada pessoa exatamente o que ele quer. É mestre nos volteios ousados, nas concepções rápidas, nas mudanças hábeis em momentos perigosos, mas despreza ter que lidar com detalhes, trabalhar com suor e aplicação. Desse amor ao menor esforço, à forma mais concentrada das decisões espirituais, origina-se também sua especial habilidade para sofisticados jogos de palavras, os aforismos. Não escreve longos relatórios; julga uma situação ou uma pessoa com

uma só palavra, brilhantemente burilada. Já a Fouché, por outro lado, falta essa aptidão para a compreensão rápida do mundo. Como as abelhas, acumula com incontáveis pessoas, num laborioso ir e vir, milhares e milhares de observações que então, somadas e combinadas, dão resultados conscienciosos e infalíveis. Seu método é o analítico, o de Talleyrand o intuitivo; seu talento é a aplicação, o de Talleyrand a agilidade intelectual. Nenhum artista poderia inventar um par mais oposto do que a história o fez colocando esses dois personagens - o preguiçoso e genial improvisador Talleyrand e o calculista lúcido, de mil olhos, Fouché - ao lado de Napoleão, o gênio completo que reúne em si os talentos de ambos, a capacidade de enxergar longe e perto, paixão e laboriosidade, conhecimento do mundo e visão do mundo.

Ninguém, no entanto, se odeia mais do que espécimes da mesma raça. Por isso, por puro instinto e epidermicamente, Talleyrand e Fouché se odeiam. Desde o primeiro dia o grão-senhor tem ojeriza ao trabalhador laborioso, ao redator de relatórios e catador de boatos, o frio espião Fouché; e Fouché, por outro lado, irrita-se com a leviandade, a prodigalidade, a indolência feminina de Talleyrand. Por isso atiram-se dardos envenenados. Talleyrand sorri: “Fouché só despreza tanto os homens porque se conhece muito a si próprio.” Por sua vez, Fouché ironiza, quando Talleyrand é nomeado vice-chanceler: *“Il ne lui manquait que ce vice-là.”*^b Quando podem, atrapalham-se mutuamente; onde podem, aproveitam a oportunidade para prejudicar um ao outro. O fato de ambos, o ágil e o laborioso, se completarem tanto em suas aptidões torna-os importantes para Napoleão como ministros, e o fato de ambos se odiarem tão ferozmente também lhe convém de forma magnífica, porque graças a esse ódio se vigiam melhor um ao outro do que o fariam com espiões diligentes. Fouché lhe comunica aplicadamente toda corrupção, toda

nova libertinagem ou negligência de Talleyrand; e Talleyrand serve-lhe apressadamente toda nova intriga, toda manobra de Fouché, e assim Napoleão se sente ao mesmo tempo servido e vigiado por essa estranha dupla. Psicólogo superior, Napoleão se aproveita da rivalidade entre os dois ministros da melhor maneira possível para estimulá-los e, ao mesmo tempo, mantê-los na rédea.

DURANTE ALGUNS ANOS toda Paris se diverte com essa tenaz hostilidade entre os dois rivais, Fouché e Talleyrand. Todos assistem às infatigáveis variantes dessa comédia representada ao pé do trono como se fosse uma cena de Molière, e riem-se ao verem os dois servidores do soberano se atijando, provocando-se com palavras ferinas, enquanto seu mestre, olímpicamente superior, assiste a essa briga que lhe é proveitosa. Mas, enquanto ele e todos os outros esperam ver a divertida brincadeira de gato e rato, os dois sutis atores de repente trocam os papéis e começam a cooperar de verdade. Pela primeira vez, o descontentamento de ambos contra o amo torna-se mais forte do que a sua rivalidade. Estamos em 1808, e Napoleão começa mais uma guerra, a mais inútil e insensata de todas: a campanha contra a Espanha. Em 1805, derrotou a Áustria e a Rússia; em 1807 esmagou a Prússia, reduziu a vassallos os Estados alemães e italianos, e não tinha o menor motivo para uma inimizade com a Espanha. Mas o seu bobo irmão Joseph (dentro de alguns anos, o próprio Napoleão admitirá ter “se sacrificado por imbecis”) também quer uma coroa e, como não há nenhuma disponível, decide tomá-la à dinastia espanhola, ferindo o direito internacional. Mais uma vez rufam os tambores, marcham os batalhões, o dinheiro penosamente acumulado jorra do Tesouro, e mais uma vez Napoleão embriaga-se com a perigosa volúpia das vitórias. Esse furor

bélico indomável agora começa a ficar insuportável mesmo para os mais insensíveis; tanto Fouché como Talleyrand desaprovam essa guerra inventada por um pretexto, que fará a França sangrar ainda durante sete anos, e, como o imperador não quer escutar nem um nem outro, os dois, sem perceber, aproximam-se. Sabem que Napoleão amassa suas cartas, seus conselhos, e os joga num canto; há muito tempo os políticos estão impotentes contra os marechais, os generais, os militares, e mais ainda contra o clã corso, cujos membros querem rapidamente esconder o passado pobre num manto de príncipe. Assim, eles tentam protestar em público e, como estão proibidos de falar, decidem representar uma pantomima, um golpe teatral: unem-se ostensivamente.

Não se sabe quem foi o dramaturgo que preparou a cena, se Talleyrand ou Fouché. Eis o que se passou: enquanto Napoleão combate na Espanha, Paris esbalda-se incessantemente em festas e mundanismos - todos estão habituados a ver guerra todos os anos, é como a neve no inverno e as chuvas no verão. Também na casa do grão-chanceler, na rue Saint-Florentin, numa bela noite de dezembro de 1808 (em que Napoleão escreve ordens para o exército em algum quarto sórdido de Valladolid) cintilam mil luzes de velas e a música sussurra. Belas mulheres, que Talleyrand ama tanto, uma sociedade ofuscante, altos conselheiros de Estado e embaixadores estrangeiros estão ali reunidos. Todos conversam animadamente, dançam e se divertem. De repente, surgem murmúrios e sussurros em todos os cantos, a dança é interrompida, os convidados se agrupam, espantados: acaba de entrar um homem que ninguém esperava - o magro Cassius, Fouché, que, como todos sabem, Talleyrand odeia ferozmente e que até então nunca pusera os pés naquela casa. Mas, vejam só, com rebuscada polidez o ministro das Relações Exteriores vai mancando ao encontro do ministro da Polícia, saúda-o com

amabilidade como se fora um convidado querido e amigo e toma-o gentilmente pelo braço. Bajulando-o ostensiva e publicamente, o conduz através do salão, depois entram numa sala vizinha, sentam-se num sofá e conversam em voz baixa, provocando uma imensa curiosidade em todos os presentes.

Na manhã seguinte, toda Paris está a par do grande acontecimento. Em toda parte não se fala de outra coisa senão dessa súbita e tão abertamente declarada conciliação, e todos compreendem o que ela significa. Quando gato e rato se unem tão intempestivamente, só pode ser contra o cozinheiro: a amizade entre Fouché e Talleyrand só pode significar a desaprovação aberta dos ministros contra o próprio amo, contra Napoleão. Imediatamente, todos os espiões correm para descobrir qual a intenção desse complô. Em todas as embaixadas escrevem-se relatórios urgentes. Metternich informa Viena por correio especial que “essa união corresponde aos desejos de uma nação cansada ao extremo”, mas os irmãos e as irmãs de Napoleão também tocam o alarme e enviam ao imperador essa fantástica notícia através de um estafeta.

A NOTÍCIA VOA para a Espanha, e Napoleão volta a Paris ainda mais rápido, como que impelido por um golpe de chicote. Não manda nem chamar seus confidentes ao receber a carta. Cerra os lábios e toma logo as providências para a partida: essa aproximação entre Talleyrand e Fouché lhe parece mais terrível do que uma batalha perdida. A velocidade de sua volta é frenética: no dia 17, deixa Valladolid, no dia 18 está em Burgos, dia 19 em Bayonne, não para em lugar nenhum, os cavalos exaustos são substituídos às pressas; no dia 22 ele irrompe como um furacão nas Tulherias, e no dia 23 já revida a

espirituosa comédia de Talleyrand com outra cena dramática. Toda a tropa engalanada de ouro, os cortesãos, os ministros e os generais são colocados cuidadosamente como comparsas: é preciso que se veja publicamente como o general abate com o punho a menor rebelião contra a sua vontade. Na véspera, já chamara Fouché e lhe passara um sabão a portas fechadas. Fouché, acostumado a essas duchas, desculpara-se com palavras hábeis, esquivando-se. Para esse homem servil, basta um pontapé, pensou o imperador; Talleyrand, por ser o mais forte, o mais poderoso, teria que pagar a conta. A cena foi descrita muitas vezes, e a história conhece poucas mais dramáticas.

Primeiro o imperador começa criticando de modo geral a perfídia de alguns durante a sua ausência. Depois, irritado pela fria indiferença de Talleyrand, volta-se para ele, que, calmo e displicente, o braço apoiado no friso, está encostado na lareira de mármore. Agora toda a lição calculada para ser uma comédia vira um acesso real de ira diante de toda a corte: o imperador cobre com os piores insultos esse homem mais velho e experiente do que ele, chama-o de ladrão, de perjuro, apóstata, criatura venal, que venderia o próprio pai por dinheiro, acusa-o pelo assassinato do duque d'Enghien e pela guerra com a Espanha. Nenhuma lavadeira ofenderia mais grosseiramente suas vizinhas do que Napoleão o faz com o duque de Périgord, o veterano da Revolução, o primeiro diplomata da França.

Os presentes congelam. Todos se sentem constrangidos, todos sabem que o imperador faz uma triste figura. Só Talleyrand - com uma tal couraça de indiferença contra esses ataques que, segundo a lenda, teria caído no sono durante a leitura de um panfleto contra ele - permanece impassível, arrogante demais para perceber tais grosserias como insultos. Serenada a tormenta, ele deixa o aposento mancando sobre o assoalho reluzente e, já na antessala,

contenta-se em proferir uma dessas frases envenenadas que ferem mais mortalmente do que as mais barulhentas punhaladas: “Que pena que um homem tão ilustre seja tão mal-educado!”, diz ele, indiferente, enquanto um criado lhe veste o manto.

Na mesma noite Talleyrand é destituído de seu posto de camarista, e, curiosos, todos os desafetos abrem nos próximos dias o *Moniteur* para ler, entre as notícias de Estado, também a informação da demissão de Fouché. Mas enganam-se. Fouché fica. Como sempre, durante um ataque, ele se posicionou atrás de alguém mais forte que lhe serve de para-raios. Lembremos que Collot, seu cúmplice nos fuzilamentos de Lyon, foi deportado para as ilhas paludosas, Fouché ficou; Babeuf, seu associado na luta contra o Diretório, foi fuzilado, Fouché ficou. Seu protetor, Barras, foi obrigado a fugir do país, Fouché ficou. E dessa vez também é só o protagonista, Talleyrand, quem cai, e Fouché fica. Os governos, as formas de governo, as opiniões, os homens mudam, tudo cai e desaparece no torvelinho veloz do fim do século, e só um homem fica sempre no mesmo lugar, em todos os postos, com todos os modos de pensar: Joseph Fouché.

FOUCHÉ FICA NO PODER, e mais: sua influência está fortalecida pelo fato de o mais inteligente, o mais habilidoso e o mais independente dos conselheiros de Napoleão ter recebido o laço de seda e sido substituído por uma vaca de presépio que só diz sim. Mais importante ainda - além de seu desafeto Talleyrand, também o amo incômodo sai de cena temporariamente. Estamos em 1809, e Napoleão, como faz todos os anos, dirige mais uma guerra, dessa vez contra a Áustria.

A ausência de Napoleão de Paris e dos negócios é sempre o melhor que pode acontecer a Fouché. E quanto

mais longe, quanto mais tempo durar a ausência, melhor – Áustria, Espanha, Polônia, mais ainda Fouché deseja que ele volte ao Egito. Pois sua luz excessivamente forte ofusca todos os que o cercam; sua presença sobressalente e criadora paralisa, pela sua dominância, a vontade de todos. Quando ele está a cem léguas de distância, comandando batalhas e forjando novos planos de campanha, Fouché pode brincar um pouco de senhor do destino e não precisa se contentar em ser um fantoche naquela mão rude e enérgica.

Enfim, aparece a oportunidade para Fouché, finalmente, pela primeira vez! Mil oitocentos e nove é um ano fatídico para Napoleão. Nunca, apesar de incontáveis sucessos externos, sua situação militar esteve tão periclitante. Na Prússia arrebatada, na Alemanha mal domada, dezenas de milhares de franceses se encontram isolados, quase indefesos, em guarnições para vigiar centenas de milhares de homens que só esperam ser chamados às armas. Bastará uma segunda vitória dos austríacos como a de Aspern, e uma revolta, uma indignação dos povos, arrebentará forçosamente do Elba ao Ródano. Na Itália, as coisas tampouco vão muito bem. O tratamento brutal recebido pelo papa indignou todo o país, assim como a humilhação da Prússia revoltou toda a Alemanha, e, nisso tudo, a França está cansada. Se fosse possível dar um novo golpe contra essa potência militar imperial esparramada por toda a Europa, do Ebro ao Vístula, quem sabe se isso não derrubaria o colosso de bronze, já fortemente abalado? E esse golpe é planejado pelos ingleses, os arqui-inimigos de Napoleão. Eles decidem penetrar diretamente até o coração da França, enquanto as tropas do imperador estão espalhadas em Aspern, Roma e Lisboa, apoderar-se do porto de Dunquerque, conquistar a Antuérpia e forçar uma revolta dos belgas. Calculam que Napoleão está longe com

seus exércitos treinados, seus marechais e seus canhões, e que o país está desarmado diante deles.

Mas Fouché está vigilante, o mesmo Fouché que, em 1793, aprendeu na Convenção como se chamam dez mil recrutas às armas em algumas semanas. De lá para cá, sua energia não diminuiu, mas ele só pôde esgotá-la no escuro, em pequenos ardis e manobras. Apaixonadamente, ele se atira agora na missão de mostrar à nação e ao mundo inteiro que Joseph Fouché não é apenas um boneco nas mãos de Napoleão, e que, em caso de necessidade, também sabe agir com tanto vigor e objetividade como o próprio imperador. Finalmente é preciso mostrar, aproveitando essa maravilhosa oportunidade que caiu do céu, que todo destino militar e moral não depende unicamente daquele homem. Com ousadia desafiadora ele sublinha, em suas proclamações, que Napoleão não é indispensável. “Provemos à Europa que, se o gênio de Napoleão pode dar brilho à França, sua presença não é necessária para repelir o inimigo”, escreve aos prefeitos das municipalidades e confirma, através de seus atos, essas palavras intrépidas e autoritárias. Mal é informado, no dia 31 de agosto, do desembarque dos ingleses na ilha de Walcheren, Fouché reclama, na qualidade de ministro da Polícia e também do Interior (posto que ocupa interinamente), a convocação dos guardas nacionais, que desde os dias da Revolução estão tranquilamente trabalhando em suas aldeias como alfaiates, serralheiros, sapateiros e fazendeiros. Os outros ministros se espantam. Como alguém ousa tomar uma medida de tão longo alcance por conta própria, sem autorização do imperador? Principalmente o ministro da Guerra, indignado com o fato de um civil, um profano, se intrometer em sua função sagrada, resiste como pode, dizendo que é preciso primeiro pedir autorização em Schönbrunn - onde Napoleão se instalara com sua comitiva - para a mobilização. Que cumpre aguardar as ordens do

imperador e não alarmar a França. Mas o imperador, como de hábito, está a quinze dias de viagem, e Fouché não teme alarmar a França. Afinal, o próprio Napoleão não o fizera tantas vezes? No seu íntimo, deseja provocar esse alvoroço. E, assim, resoluto, assume a responsabilidade por tudo. Em nome do imperador - que não sabe de nada - os tambores e as ordens conclamam cada homem nas províncias ameaçadas a contribuir para a defesa imediata. E, outra audácia: Fouché nomeia comandante-em-chefe do exército improvisado o conde Bernadotte, exatamente aquele entre os generais que Napoleão mais odeia, apesar de ser cunhado de seu irmão, e que já puniu e mandou para o exílio. Fouché o traz de volta, para ele tanto faz se o imperador aprova sua decisão. Importa-lhe apenas que o sucesso lhe dê a razão contra todos.

Essa ousadia nas horas decisivas é que dá a Fouché traços de verdadeira grandeza. Esse espírito nervoso, laborioso, se consome impacientemente no desejo de grandes tarefas, e sempre só lhe dão pequenas missões que ele desempenha brincando. É natural, portanto, que a força excedente procure um escape e liberdade através de intrigas maldosas e geralmente sem sentido. Mas no momento em que esse homem - assim como em Lyon e, mais tarde, depois da queda de Napoleão, em Paris - é colocado diante de uma missão verdadeiramente histórica, digna de seu talento, ele a cumpre de forma magistral. A cidade de Flessingue, que Napoleão, em suas cartas, classificou de inexpugnável, cai poucos dias depois nas mãos dos ingleses, como Fouché o predissera. Mas, durante esse tempo, o novo exército que ele criou sem autorização conseguiu pôr a Antuérpia em condições de defender-se, e, assim, a expedição dos ingleses termina numa derrota total e muito dispendiosa. Pela primeira vez, desde que Napoleão segura o leme do Estado, um ministro ousou no país, por iniciativa própria, desfraldar a bandeira,

desenrolar a vela, seguir o seu próprio rumo, e foi precisamente por essa independência que ele conseguiu salvar a França num momento fatídico. Desde esse dia, Fouché tem um novo valor e uma nova autoestima.

Enquanto isso, chegaram a Schönbrunn as cartas em que o chanceler e o ministro da Guerra reportam a audácia desse ministro civil. Convocou a guarda nacional, pôs o país em estado de guerra! Todos esperam que Napoleão puna a usurpação de poderes e demita Fouché. Mas, para espanto de todos, antes ainda de saber como foram bem-sucedidas as medidas tomadas por Fouché, o imperador aprova, contra todos, a sua atitude decidida e ágil. O chanceler recebe um puxão de orelhas: “Estou aborrecido por não ter feito uso de seus poderes para agir em circunstâncias tão extraordinárias. À primeira informação, o senhor devia ter convocado vinte mil, quarenta mil ou cinquenta mil guardas nacionais.” E escreve literalmente ao ministro da Guerra: “Só vejo o sr. Fouché que fez o que pôde e sentiu o erro, permanecendo numa passividade perigosa e desonrosa.” Assim, os colegas medrosos, prudentes ou incompetentes não foram apenas sobrepujados por Fouché, mas também intimidados pela aprovação de Napoleão. E, apesar de Talleyrand e do chanceler, Fouché ocupa o primeiro lugar na França. Ele foi o único a provar que não sabe só obedecer, mas também mandar.

Sempre se verá que Fouché sabe agir magistralmente bem em momentos de risco. Ponham-no diante da situação mais difícil, ele a resolverá graças à sua energia clara e ousada. Deem-lhe o nó mais complicado, ele o desmanchará. No entanto, por mais que ele consiga solucionar uma situação, não domina a mais difícil das artes políticas: saber afastar-se em tempo. Onde quer que coloque as mãos, não consegue mais tirá-las. E é precisamente quando consegue desemaranhar o nó que

uma volúpia diabólica de jogador o impele a embaraçar novamente o fio.

Dessa vez não é diferente. Graças à sua agilidade, ao vigor com que colhe rapidamente e desfere o golpe, o pérfido ataque de flanco foi repellido. Com terríveis perdas humanas e materiais, maiores ainda em termos de prestígio, os ingleses tiveram que embarcar o seu exército nos navios e voltaram para casa. Agora, pode-se tranquilamente operar a retirada, mandar para casa com agradecimentos e legiões de honra os guardas nacionais convocados. Mas a ambição de Fouché foi atiçada. Foi bom demais poder brincar de imperador, convocar às armas três províncias, dar ordens, redigir proclamações, fazer discursos e mostrar o punho aos colegas fracos. E tudo isso vai acabar agora? Agora que ele sente voluptuosamente a própria energia desenvolver-se a cada dia, a cada hora? Não, Fouché não quer saber disso. Melhor continuar brincando de ataque e defesa, mesmo que seja preciso inventar o inimigo. Prefere continuar rufando os tambores, rasgar o país, criar inquietação e movimento. Assim, sob o pretexto de um suposto desembarque em Marselha planejado pelos ingleses, ele ordena uma nova mobilização. A guarda nacional é convocada no Piemonte, na Provence e até em Paris, para surpresa geral, apesar de não se ver o inimigo nem perto nem longe, nem no campo nem na costa. A única razão é que Fouché foi tomado pela embriaguez e pelo desejo longamente reprimido de organizar e mobilizar, para que possa extravasar a energia há muito represada e travada nele, graças à ausência do senhor do universo.

Mas contra quem todos esses exércitos? A pergunta ecoa por todo o país, cada vez mais espantado. Os ingleses não mostram a cara. Pouco a pouco, mesmo os mais complacentes de seus colegas ficam desconfiados: o que pretende esse homem impenetrável com todas essas mobilizações? Eles não entendem que é apenas uma

secreta paixão de jogador que se embebeda com a sua própria atividade. E como não conseguem vislumbrar em parte alguma nem mesmo a ponta de uma baioneta, nenhum inimigo, enquanto esses formidáveis alistamentos militares aumentam a cada dia, eles começam a atribuir a Fouché planos mirabolantes. Uns pensam que ele prepara um levante, outros que queira voltar a proclamar a República, caso o imperador sofra um segundo Aspern ou um novo Friedrich Staps tenha mais sorte com um atentado. E, imediatamente, carta após carta chega ao quartel-general em Schönbrunn, dando conta de que Fouché enlouqueceu ou virou um conspirador. Por fim Napoleão, apesar de sua benevolência, se alarma. Vê que Fouché exagerou e que é preciso aparar-lhe as asas. O tom de suas cartas torna-se severo. Repreende-o, classifica-o de um “Dom Quixote, que luta contra moinhos de vento”, e escreve no velho tom: “Todas as informações que recebo anunciam-me que guardas nacionais foram convocados no Piemonte, no Languedoc, na Provence, no Dauphiné. O que diabos se pretende fazer com tudo isso, quando não há necessidade, e nada disso poderia acontecer sem ordens minhas?” Assim, Fouché é obrigado, muito a contragosto, a abdicar da brincadeira de mandar, entregar o ministério do Interior e um, dois, três, era uma vez, voltar para o seu canto, contentar-se em brincar de ministro da Polícia de seu senhor, que volta coberto de triunfo, cedo demais para o seu gosto.

SEJA COMO FOR, mesmo tendo extrapolado, Fouché foi o único entre os ministros amedrontados que, numa situação de alto risco para a pátria, fez algo certo na hora oportuna. Assim, Napoleão não pode recusar-lhe as honras que já dera a tantos outros. Agora que uma nova nobreza floresce na terra ensanguentada da França, agora que todos os

generais, ministros e servidores foram enobrecidos, chega a vez de Fouché, o antigo inimigo dos aristocratas.

O título de conde já lhe havia sido conferido antes na surdina. Mas o antigo jacobino deve subir ainda mais nessa frágil escada dos graus de nobreza. No dia 15 de agosto de 1809, no palácio de Sua Majestade Apostólica, o imperador da Áustria, nos salões de gala de Schönbrunn, o antigo tenentezinho corso assina e sela um pergaminho de pele de asno autorizando Joseph Fouché doravante a se fazer chamar - reverência! - duque de Otranto. Ele nunca combateu em Otranto e jamais viu com os próprios olhos essa paisagem do sul da Itália, mas um título de nobreza estrangeira tão retumbante convém excelentemente para mascarar um antigo arquirrepublicano, pois quando se enche a boca para pronunciar o seu nome esquece-se que atrás do duque oculta-se o algoz de Lyon, o velho Fouché do pão da igualdade e dos confiscos de propriedades. E, para que ele se sinta um verdadeiro fidalgo, são-lhe ainda conferidas as insígnias do seu ducado: um brasão reluzente de novo.

Mas, curioso: teria sido a intenção de Napoleão fazer essa alusão perigosa ou foi o heraldista oficial que se permitiu por conta própria um gracejo psicológico? Seja como for, o brasão do duque de Otranto exhibe, como motivo central, uma coluna dourada, o que vai bem com esse apaixonado amante do ouro. E em torno da coluna está enrodilhada uma cobra - provavelmente também uma delicada alusão à flexibilidade diplomática do novo duque. Napoleão deve ter mesmo tido a seu serviço heraldistas inteligentes, pois não se poderiam inventar armas mais características para Joseph Fouché.

^b Trocadilho que pode ser entendido como “Só lhe faltava esse vício”, usando o duplo sentido do termo “*vice*”. Em francês no original. (N.T.)

A luta contra o imperador

1810

UM GRANDE EXEMPLO sempre estraga ou enaltece toda uma geração. Quando surge um homem como Napoleão Bonaparte, os que o cercam têm a escolha de se apequenar e desaparecer frente à sua grandeza ou, diante do seu exemplo, concentrar todas as forças até o limite extremo. Os homens em torno de Napoleão só podem se transformar em escravos ou em rivais: no longo prazo, sua presença tão poderosa não tolera os medíocres.

Fouché foi um dos homens que Napoleão tirou de seu equilíbrio. Envenenou-lhe a alma com o perigoso exemplo da insatisfação, com a necessidade demoníaca de ter que sempre se ultrapassar. Agora ele também quer expandir sem cessar os limites de seu poder, como o seu amo, agora ele também não se contenta mais com a espera tranquila, com uma alegria moderada. Por isso, que decepção não sofre quando Napoleão retorna em triunfo de Schönbrunn e volta a tomar as rédeas do poder! Como foram magníficos os meses em que pôde agir a seu bel-prazer, convocar os exércitos, lançar proclamações, tomar decisões contra a vontade de seus colegas medrosos, ser finalmente o senhor de um país e jogar na grande mesa do destino universal! E agora Joseph Fouché voltará a ser apenas o ministro da Polícia, vigiar os descontentes e os linguarudos, redigir seus aborrecidos boletins diários a partir dos informes de espões, ocupar-se de bobagens como saber quem será a amante atual de Talleyrand ou quem provocou a queda das cotações na bolsa de valores na véspera. Não, desde que sentiu a mão no leme dos acontecimentos universais, da

grande política, todo o resto não passa de ninharias e de ocupações desprezíveis para esse espírito irrequieto e ávido de ação. Quem algum dia participou desse jogo não se satisfaz com semelhantes bagatelas. É preferível mostrar mais uma vez que, mesmo ao lado de Napoleão, ainda há espaço para agir, e essa ideia não o abandona mais.

Mas o que ainda se poderia fazer ao lado de alguém que subjugou a Rússia, a Alemanha, a Áustria, a Espanha e a Itália, a quem o imperador da mais antiga dinastia da Europa deu uma arquiduquesa como esposa, que derrubou o papa e o domínio milionário de Roma e fundou em Paris um império universal? A ambição nervosa, febril e ciumenta de Fouché procura por todos os lados uma tarefa. E, com efeito, ao edifício do domínio universal só falta agora a última ameia, a paz com a Inglaterra - só assim a obra estaria completa. E é esse último feito, de alcance europeu, que Joseph Fouché quer conseguir sozinho, sem Napoleão, contra Napoleão.

A Inglaterra de 1809 é ainda, assim como era em 1795, o arqui-inimigo, o rival mais perigoso da França. Defronte dos portões de São João d'Acre, ante as trincheiras de Lisboa, em todos os cantos do mundo, a vontade de Napoleão esbarrou na força fria, racional e metódica dos anglo-saxões, que lhe arrancam a outra metade do mundo, o mar. Ele não consegue fisgá-los e eles não conseguem detê-lo, ambos se esforçam há quase vinte anos em tentativas sempre renovadas para eliminar um ao outro. Ambos se enfraqueceram terrivelmente nessa luta insensata e ambos já estão cansados, sem o admitirem. Os bancos na França, na Antuérpia e em Hamburgo estão falindo desde que a Inglaterra lhes impediu o comércio; em troca, no rio Tâmisa acumulam-se navios carregados de mercadoria não vendida. As rendas de ingleses e franceses caem cada vez mais, e nos dois países os comerciantes, os

banqueiros e os homens inteligentes pressionam por um acordo e iniciam discretamente os primeiros passos para uma negociação. Mas a Napoleão parece importante que o seu bobo irmão Joseph continue com a coroa real da Espanha e sua irmã Carolina com a de Nápoles. Assim, ele rompe as negociações de paz penosamente abertas por intermédio da Holanda e intima os aliados com o seu punho de aço para que não recebam navios ingleses, joguem suas mercadorias no mar, e cartas ameaçadoras já seguem para a Rússia para que esta também se submeta ao bloqueio continental. Mais uma vez a paixão estrangula a razão, e a guerra ameaça perpetuar-se caso, à última hora, o partido favorável à paz não tome coragem e comece a agir.

Fouché também participara dessas negociações prematuramente abortadas com a Inglaterra. Ele arranjava para o imperador e para o rei da Holanda um intermediário, um financista francês, o qual, por sua vez, arrumara um holandês, e este arranjava um intermediário inglês. Sobre essa ponte de ouro é que passavam - como em toda guerra, e em todos os tempos - as tentativas secretas de acordo entre os governos. Agora, no entanto, o imperador mandou bruscamente suspender as negociações. Isso não agrada a Fouché. Por que não continuar? Afinal, negociar, regatear, prometer e enganar são o seu maior prazer. Então, ele forja o plano ousado. Decide-se a prosseguir as negociações por conta própria, aparentemente por ordem do imperador, assim fazendo acreditar, aos próprios agentes como aos ingleses, que o imperador trabalha pela paz, quando, na verdade, é apenas o duque de Otranto quem manipula os fios. É uma aventura louca, um imprudente abuso do nome do imperador e de suas próprias funções de ministro, um atrevimento histórico sem igual. Mas segredos desse tipo, esses jogos ambíguos e labirínticos, que mistificam ao mesmo tempo três ou quatro pessoas, são a paixão desse intrigante nato e

completo que é Fouché. Como um colegial que gosta de fazer caretas atrás do professor, ele adora pregar uma boa peça ao imperador, disfarçadamente, e, tal qual o moleque atrevido, arrisca-se de bom grado a levar uma surra ou ser repreendido unicamente pelo prazer que lhe causa essa insolência, essa urdidura. Cem vezes, já vimos, ele se diverte com essas manobras políticas, mas nunca se permitiu um feito mais intrépido, onipotente e perigoso do que negociar com o ministério inglês das Relações Exteriores sobre a paz entre França e Inglaterra, aparentemente em nome do imperador, mas na realidade contra a vontade deste.

É genial o estratagema preparado. Fouché utiliza-se dos serviços de um de seus obscuros financistas, o banqueiro Ouvrard, que mais de uma vez já escapou de ser preso. Napoleão despreza esse vil indivíduo por causa de sua má reputação, mas isso pouco incomoda Fouché, que trabalha com ele na bolsa de valores. Ele se sente seguro com esse homem, pois já o socorreu mais de uma vez em situações difíceis e sabe que o tem nas mãos. Fouché manda Ouvrard ao banqueiro holandês Le Labouchère, um homem influente, que de boa-fé procura seu sogro, o banqueiro Baring, em Londres, o qual, por sua vez, o põe em contato com o gabinete inglês. E agora começa uma ciranda louca: Ouvrard, evidentemente, acredita que Fouché esteja agindo em nome do imperador e faz crer ao governo holandês que sua missão é oficial. Tal confirmação basta para que os ingleses levem as negociações a sério. Dessa forma, a Inglaterra acredita estar negociando com Napoleão, mas na realidade negocia com Fouché, que obviamente nem cogita informar o imperador sobre a marcha secreta dos acontecimentos. Ele quer deixar o negócio amadurecer bem, para depois, aplainadas as dificuldades, apresentar-se de repente como o *deus ex machina* perante o imperador e o povo francês e dizer orgulhosamente: “Eis a paz com a

Inglaterra! O que todos queriam e desejavam, o que nenhum de nossos diplomatas conseguiu, eu, o duque de Otranto, consegui sozinho com o meu trabalho!”

MAS QUE LÁSTIMA! Um pequeno e tolo acaso acaba estragando essa partida de xadrez tão magnificamente excitante. Napoleão viajou para a Holanda com a sua jovem esposa, Maria Luísa, para visitar o irmão Luís. Uma recepção estrondosa o faz esquecer a política. Mas um belo dia o seu irmão, o rei Luís, supondo, evidentemente, como todo mundo, que as negociações secretas com a Inglaterra prosseguiam com o consentimento do imperador, pergunta-lhe pelo progresso dos entendimentos. Napoleão fica sobressaltado. Lembra-se, então, de ter encontrado agora mesmo na Antuérpia aquele maldito Ouvrard. O que estaria acontecendo? O que significa esse vaivém entre a Inglaterra e a Holanda? Mas não deixa transparecer sua surpresa. Displícitamente, pede ao irmão que lhe mande oportunamente a correspondência do banqueiro holandês. Isto é feito logo, e na volta da Holanda para Paris Napoleão lê os documentos: de fato, é uma negociação da qual ele não tinha o menor conhecimento. Com uma ira desmedida, fareja logo a pista do caçador furtivo, o duque de Otranto, que uma vez mais se move em terreno alheio. Mas esse astucioso o fez astucioso, e Napoleão disfarça suas suspeitas com uma enganadora polidez, para não alertar e deixar escapar o hábil Fouché. Só confia o assunto ao comandante da sua polícia militar, Savary, duque de Rovigo, e lhe ordena que prenda imediatamente, mas com discrição, o banqueiro Ouvrard, confiscando-lhe todos os papéis.

Só depois disso, no dia 2 de junho, três horas depois dessa ordem, ele convoca seus ministros a Saint-Cloud e pergunta diretamente, sem rodeios, ao duque de Otranto

até que ponto ele conhece certas viagens do banqueiro Ouvrard, e se não foi ele próprio talvez quem o enviou a Amsterdã. Fouché, surpreso, mas sem adivinhar a cilada em que caiu, age como faz sempre quando é apanhado. Assim como ocorreu durante a Revolução com Chaumette e no Diretório com Babeuf, ele tenta se livrar da dificuldade entregando o cúmplice. Ah, sim, Ouvrard, aquele indivíduo desagradável que se intromete em tudo, e, além disso, toda essa história é tão banal, uma brincadeira, uma criancice! Mas Napoleão tem pulso forte e não o deixa escapar assim tão facilmente. “Não são manobras sem importância”, repreende ele. “É uma falta inaudita alguém se permitir negociar com o inimigo pelas costas de seu soberano, em condições que ele não conhece e provavelmente jamais aprovará. Significa ferir a ética, algo que nem o governo mais fraco toleraria. Ouvrard tem que ser preso imediatamente.” Agora Fouché começa a se sentir mal. Era o que faltava, prender Ouvrard! Ele bateria com a língua nos dentes! Assim, tenta, com várias desculpas, dissuadir o imperador dessa medida. Mas o imperador, que sabe que, a essa altura, o seu policial já prendeu o banqueiro, limita-se a ouvir ironicamente o homem que acabou de desmascarar. Agora ele conhece o verdadeiro autor de toda a manobra ousada, e os documentos apreendidos na casa de Ouvrard logo revelarão todo o jogo de Fouché.

O raio despenca das nuvens de desconfiança há tanto tempo acumuladas. No dia seguinte, um domingo, depois da missa (apesar de alguns anos antes ter prendido o papa, voltou a ser piedoso, como genro de Sua Majestade Apostólica), Napoleão convoca todos os ministros e dignitários da corte para a audiência matutina. Falta só um: o duque de Otranto. Apesar de ministro, não fora convocado. O imperador convida o conselho a sentar-se em torno da mesa e começa, sem rodeios, com a pergunta: “O que os senhores pensam sobre um ministro que abusa de

seu poder e, sem conhecimento de seu soberano, inicia o contato com uma potência estrangeira? Que conduz negociações em bases inventadas por ele, comprometendo, dessa forma, a política do Estado? Que punição há em nossos códigos para tal falta no cumprimento do dever?” Depois dessa pergunta severa, o imperador olha em volta, certo de que eles se apressarão em sugerir o exílio ou outra punição infamante. Mas os ministros, apesar de adivinharem logo contra quem se dirige a flecha, cobrem-se de um silêncio constrangedor. No fundo, todos dão razão a Fouché, que interveio energicamente em favor da paz, e como genuínos servidores alegram-se com a peça audaciosa que ele pregou ao autocrata. Talleyrand (que não é mais ministro, mas foi convocado para essa importante questão por ser alto dignitário) sorri consigo: lembra-se de como foi humilhado, há dois anos, e agora se regozija com a situação constrangedora em que estão metidos os dois homens a quem não estima, Napoleão e Fouché. Finalmente, o grão-chanceler Cambacères rompe o silêncio e diz, conciliador: “Sem dúvida, esse é um erro que merece punição severa, a não ser que o culpado tenha se deixado levar por excesso de zelo.” “Excesso de zelo!”, irrompe, iracundo, Napoleão. A resposta não lhe convém, porque ele não quer desculpas, e sim um exemplo severo, um castigo visível para toda forma de independência. Exaltado, ele descreve todos os acontecimentos e pede aos presentes que lhe proponham um sucessor para Fouché.

Mas, de novo, nenhum dos ministros se apressa a opinar numa questão tão delicada - o medo que todos têm de Fouché vem logo depois do medo que têm de Napoleão. Finalmente, Talleyrand ajuda, como sempre em situações espinhosas, com um comentário espirituoso. Vira-se para o vizinho e diz, à meia-voz: “Sem dúvida o sr. Fouché cometeu um erro, mas se eu tivesse que nomear-lhe um sucessor - e eu nomearia um sucessor - não seria outro

senão o próprio Fouché.” Descontente com os seus ministros, que ele próprio transformou em autômatos e covardes, Napoleão suspende a sessão e chama o chanceler ao seu gabinete. “Realmente, não vale a pena consultar esses senhores. O senhor viu que sugestões úteis me deram. Mas não creia que pensei seriamente em consultá-los, sem ter tomado a minha decisão. Fiz a minha escolha. O duque de Rovigo será o ministro da Polícia.” E antes que este possa dizer se quer ou não aceitar uma sucessão tão desagradável, o imperador o cumprimenta ainda na mesma noite com a ordem brusca: “O senhor é ministro da Polícia. Preste juramento e comece a trabalhar.”

A DEMISSÃO DE FOUCHÉ vira logo assunto do dia, e a opinião pública põe-se de pronto a seu lado. Nada carregou a esse ministro ambíguo mais simpatias do que, exatamente, a sua resistência contra o czarismo ilimitado e insuportável - para o povo francês, que ama a liberdade - de um homem que ascendeu graças à Revolução. E ninguém concorda que enfim procurar a paz com a Inglaterra, mesmo contra a vontade do imperador apaixonado pela guerra, seja um crime passível de punição. Todos os partidos, os monarquistas, os republicanos, os jacobinos, assim como os embaixadores estrangeiros, deploram unanimemente que a queda do último ministro independente de Napoleão acarrete o fracasso da paz. Até mesmo no palácio, no seu próprio quarto de dormir, Napoleão encontra em Maria Luísa, sua segunda esposa, assim como ocorreu com a primeira, uma defensora de Fouché. Ela lamenta a demissão da única pessoa de seu convívio que seu pai, o imperador da Áustria, apontara como confiável. Nada exprime mais claramente o real estado de espírito da França de então do que o fato de a desaprovação do imperador aumentar o prestígio de alguém perante a

opinião pública, e o novo ministro da Polícia, Savary, resumiu a impressão acachapante da demissão de Fouché nestes termos característicos: “Acredito que a notícia da eclosão de uma peste não teria trazido mais horror do que a minha nomeação como ministro da Polícia.” De fato, ele, Joseph Fouché, ganhou poder com o imperador nesses dez anos!

O eco dessa impressão chegou também a Napoleão, não se sabe por que caminhos. Pois mal deu o golpe, tirando Fouché de sua função, apressa-se em tratá-lo com luvas de pelica. Posteriormente, a demissão é pintada de ouro, como em 1802, e usada para outra finalidade. O duque de Otranto recebe o título honorário de conselheiro de Estado pela perda do ministério da Polícia e é nomeado embaixador da monarquia em Roma.

E nada caracteriza melhor o estado de espírito do imperador, hesitante entre o temor e a cólera, entre acusação e agradecimento, entre amargura e conciliação, do que a carta de demissão, destinada só para o uso pessoal de Fouché. “Sr. duque de Otranto, conheço os serviços que tem me prestado, e acredito em sua dedicação à minha pessoa e em seu zelo para o meu serviço. Mesmo assim, não me é possível deixá-lo o posto de ministro, seria perdoar demais. A função de um ministro da Polícia exige confiança plena e irrestrita, e essa confiança não pode mais existir desde que o senhor pôs em jogo a minha tranquilidade e a do Estado num assunto de extrema importância, o que a meu ver não pode ser desculpado por motivos louváveis. A sua visão peculiar das tarefas de um ministro da Polícia não se coaduna com o bem-estar do Estado. Sem duvidar de sua dedicação e fidelidade, eu seria obrigado a vigiá-lo sempre, o que me ocuparia demais. Essa vigilância seria necessária por causa das muitas coisas que o senhor pratica por conta própria, sem saber se correspondem à minha vontade e aos meus projetos. ... Não

posso esperar que o senhor mude sua maneira de agir, uma vez que os reiterados sinais do meu desagrado ao longo dos últimos anos não causaram nenhuma mudança. Apoiado na pureza de suas intenções, o senhor não quis compreender que se pode causar muito mal com a intenção de fazer o bem. Minha confiança em seu talento e fidelidade não está abalada. Espero encontrar logo uma oportunidade para prová-lo, utilizando-os a meu serviço.”

Como uma chave secreta, essa carta abre as portas para a relação íntima entre Napoleão e Fouché; releia-se essa pequena obra-prima para perceber como em cada frase se cruzam vontade e contravontade, respeito e aversão, medo e uma secreta admiração. O autocrata quer ter um escravo e está furioso por encontrar uma pessoa autônoma. Ele quer afastá-lo mas teme fazer dele um inimigo. Lamenta perdê-lo mas ao mesmo tempo está contente por ver-se livre do homem perigoso.

MAS JUNTO com o amor-próprio de Napoleão cresceu, na mesma proporção, o do seu ministro, e a simpatia geral fortalece-o mais ainda. Não, o duque de Otranto não se deixa mandar embora assim tão facilmente. Napoleão verá como ficará o seu ministério da Polícia quando Fouché tiver saído, e o sucessor, ao ter a audácia de querer substituí-lo, perceberá que está sentado num ninho de vespas e não numa poltrona ministerial. Não foi para um bigodudo de dedos toscos como Savary, um novato na diplomacia, que ele criou ao longo de dez anos esse instrumento afinado, não foi para que um aprendiz se sirva dele inabilmente e divulgue como feito seu o que o antecessor construiu penosamente durante dias e noites. Não, nada disso acontecerá assim de modo tão cômodo como os dois imaginavam. Ambos, Napoleão e Savary, saberão que um

Joseph Fouché não sabe só fazer reverências, mas também é capaz de mostrar os dentes.

Fouché está decidido a não se retirar de cabeça baixa. Ele não quer uma paz vergonhosa, nem uma capitulação tranquila. Tampouco resistirá abertamente, não é louco a esse ponto, não é da sua natureza. Só quer fazer uma pequena troça, jocosa e divertida, que alegrará Paris e fará Savary aprender que existem boas armadilhas nos domínios do duque de Otranto. É preciso sempre lembrar o estranho e diabólico traço de caráter que faz com que precisamente a mais extrema irritação provoque em Fouché uma espécie de humor negro, e também que sua coragem, quando cresce, não se torna viril, torna-se ao contrário uma valentia grotescamente perigosa. Quando alguém se aproxima demais, ele não bate com o punho, mas usa o chicote do ridículo, ironizando sempre o outro. Tudo o que há de paixão nesse homem contido e fechado explode nesses momentos espumando e borbulhando, e esses lances de aparente humor em plena cólera são os que melhor revelam ao mesmo tempo o que há de subterraneamente fervente, de diabólico e demoníaco em sua natureza.

Uma boa peça ele pregará, pois, ao seu sucessor! Não deve ser difícil inventar uma, sobretudo por se tratar de um paspalho ingênuo. O duque de Otranto veste seu uniforme de gala e toma um ar especialmente polido para receber seu sucessor. E, de fato, mal aparece Savary, o duque de Rovigo, ele o cobre de amabilidades. Não apenas o felicita pela nomeação honrosa, mas praticamente agradece por poder ver-se livre dessa função que o cansa e que já há muito lhe pesava sobre os ombros. Ah, e está tão feliz, tão satisfeito por poder descansar um pouco desse trabalho enorme. Porque realmente esse ministério é uma carga enorme e ingrata, o duque em breve o verá, principalmente por não estar habituado. Enfim, Fouché está disposto a ser-

lhe agradável, pondo rapidamente em ordem o ministério que está um pouco desordenado, já que a sua demissão aconteceu tão de inopino. Isso exigirá alguns dias, mas, se o duque de Rovigo estiver de acordo, ele, Fouché, fará ainda esse trabalho, e enquanto isso sua esposa, a duquesa de Otranto, poderá tratar tranquilamente da mudança. O bom Savary, duque de Rovigo, não percebe a armadilha. Apenas fica agradavelmente surpreso com tanta amabilidade por parte de um homem que todos descrevem como mau e astucioso, e agradece polidamente a fineza extraordinária. Claro, poderá ficar o tempo que quiser, diz ele, inclinando-se e apertando comovido a mão desse bom homem tão mal julgado pelos outros.

Que pena não se ter podido ver e desenhar o rosto de Joseph Fouché no momento em que a porta se fecha atrás do sucessor enganado. Imbecil, acredita mesmo que ainda vou pôr ordem e arrumar cuidadosamente para as suas mãos toscas, em pastas organizadas, os últimos segredos que juntei em dez anos de penoso trabalho? Pensa que ainda vou azeitar e limpar para você a máquina maravilhosa que inventei e que, silenciosamente, com suas rodas e engrenagens, absorve e processa as informações de um reino inteiro? Imbecil, vai ter uma grande surpresa!

Imediatamente, começa um trabalho louco. Fouché chama um amigo de confiança para ajudá-lo. Trancam a porta para o gabinete e começam a arrancar rapidamente todos os documentos importantes e secretos dos dossiês. Fouché leva para o seu uso pessoal todos os papéis acusadores e reveladores que ainda poderão servir-lhe de armas, todo o resto é incinerado, sem dó. Para que Savary precisa saber quem fazia o papel de espião no nobre bairro de Saint-Germain, no exército, na corte? Isso lhe facilitaria muito o trabalho. Portanto, ao fogo todas as listas! Para Savary só restarão os nomes dos denunciantes e espiões sem valor, dos porteiros e das prostitutas que não trazem

nada de importante mesmo. As pastas são esvaziadas com a rapidez de um relâmpago. Desaparecem os valiosos registros com os nomes dos monarquistas no exterior e dos correspondentes secretos. Tudo é desorganizado artificialmente, os arquivos são saqueados, os autos marcados com números falsos, os códigos misturados e, ao mesmo tempo, os principais empregados do futuro ministro são contratados como espiões para que continuem passando seus relatórios ao antigo e verdadeiro amo. Fouché solta e quebra cada parafuso nessa gigantesca máquina, para que a engrenagem não funcione mais e o movimento pare completamente na mão do ingênuo herdeiro. Assim como os russos incendiaram a sua cidade sagrada, Moscou, para que Napoleão não pudesse encontrar lá um confortável quartel, assim Fouché destrói e mina subterraneamente a querida obra de sua vida. Quatro dias e quatro noites arde a lareira, quatro dias e quatro noites dura esse trabalho diabólico. E, sem que ninguém na vizinhança tivesse a menor suspeita, os segredos do reino se esboroam como matéria impalpável pela chaminé ou vão para os armários de Ferrières.

Depois, mais uma reverência especialmente polida, especialmente amável diante do sucessor que tudo ignora: "Por favor, tome lugar!" Um aperto de mãos e um agradecimento arditamente recebido. Agora, o duque de Otranto deveria tomar uma carruagem expressa para ocupar a embaixada em Roma. Mas ele prefere passar mais um tempo no seu castelo, em Ferrières. Ali, tremendo de impaciência e volúpia interior, espera pelo primeiro grito de cólera do sucessor enganado, logo que este perceba a peça que lhe pregou Joseph Fouché.

NÃO É QUE essa pequena peça foi magnificamente concebida, admiravelmente representada e levada a cabo

com ousadia? Mas infelizmente Fouché cometeu um pequeno engano nessa animada mistificação. Ele pensou que poderia se divertir com o duque inexperiente e aprendiz, esse ministro de chupetas. Mas esqueceu que o substituto foi nomeado por um amo que não admite troças. De qualquer forma, Napoleão já está observando com olhar desconfiado o comportamento de Fouché. Não lhe agrada essa longa demora na transição, esse adiamento indefinido de sua partida para Roma. Além disso, o inquérito contra Ouvrard, o comparsa de Fouché, trouxe um resultado inesperado: a informação de que Fouché já mandara notas para o gabinete inglês através de outro intermediário. E brincar com Napoleão nunca fez bem a ninguém. De repente, no dia 17 de junho, um bilhete incisivo é disparado como um golpe de chicote para Ferrières: “Sr. duque de Otranto, solicito que me mande o relatório que o senhor, para sondar lorde Wellesley, entregou a um sr. Fagan, que por sua vez lhe trouxe uma resposta desse lorde que jamais chegou ao meu conhecimento.” Esse áspero som de fanfarras seria capaz de despertar um morto. Mas Fouché, inebriado de autossuficiência e euforia, não se apressa em responder. Enquanto isso, nas Tulherias jogaram óleo no fogo. Savary descobriu o saque do ministro da Polícia e informou tudo, consternado, ao imperador. Imediatamente voam para Ferrières um segundo e um terceiro bilhetes, nos quais o imperador ordena que Fouché “entregue imediatamente todo o portfólio ministerial”. O secretário do gabinete transmite pessoalmente o comando, com a ordem expressa de apreender imediatamente os documentos. Acabou a brincadeira, começou a luta.

ACABOU A BRINCADEIRA, efetivamente, e Fouché deveria admiti-lo. Mas parece que o diabo o empurra a medir forças com o homem mais poderoso do mundo, Napoleão. Pois ele

explica ao emissário, contra toda a verdade, que lamenta infinitamente, mas não guarda mais nenhuma carta. Queimou tudo. Ninguém acredita nisso, é claro, muito menos Napoleão. Ele o adverte uma segunda vez, de forma mais dura e urgente: é conhecida a sua impaciência. Mas agora a falta de razão se torna teimosia, a teimosia se transforma em insolência, a insolência vira desafio. Pois Fouché repete que não tem mais nenhum papel e justifica essa pretensa destruição de documentos particulares do imperador de uma forma quase chantagista. Sua Majestade, diz ele com ironia, honrou-o com uma tal confiança que, quando um de seus irmãos provocava seu desagrado, ele o incumbia de chamá-lo de volta ao dever. E como cada um dos irmãos, por sua vez, informava as suas queixas, julgara seu dever não guardar tais cartas. Também as irmãs de Sua Majestade, diz ele, nem sempre estiveram ao abrigo das calúnias, e o próprio imperador tinha-o julgado digno de receber a confiança desses boatos, encarregando-o ainda de pesquisar o que dera causa a tais maledicências. Isso é claro, mais do que claro: Fouché sinaliza ao imperador que sabe muito e não está disposto a ser tratado como um laçao. O mensageiro compreende a ameaça de chantagem e deve ter tido trabalho em transmitir uma resposta tão insolente de forma mais aceitável ao seu amo. O imperador explode. Ele se enfurece tanto que o duque de Massa precisa acalmá-lo e, para resolver essa questão aborrecida, dispõe-se a ir ele mesmo advertir o recalcitrante a entregar os papéis sursurpiados. Uma segunda intimação é feita pelo novo ministro da Polícia, o duque de Rovigo. Mas Fouché responde a todos com a mesma polidez e determinação: lamentavelmente, levado por excessiva discricção, queimara os papéis. Pela primeira vez, um homem na França afronta abertamente o imperador.

É DEMAIS. Assim como Napoleão por dez anos menosprezou Fouché, também Fouché subestima Napoleão quando acredita poder intimidá-lo com algumas indiscrições. Resistir a ele perante todos os ministros, a ele, a quem o czar Alexandre, o imperador da Áustria, o rei da Saxônia ofereceram suas filhas, diante de quem todos os reis alemães e italianos tremem como colegiais! A ele, diante do qual todos os exércitos da Europa sucumbem, essa múmia pálida, esse intrigante ossudo num manto ducal ainda novo, negar obediência? Não, assim não se brinca com Napoleão. Imediatamente, ele convoca Dubois, o chefe da sua polícia particular, e tem um acesso de ira diante dele contra o “miserável, infame Fouché”. Na sua ira, ele vai e vem, com passos duros e rudes, e começa a bradar: “Que ele não espere que vai fazer comigo o que fez com seu Deus, com a Convenção e o Diretório, que ele vendeu e traiu torpemente. Vejo mais longe do que Barras, comigo a coisa não será tão fácil, mas advirto-o a ter cuidado comigo. Sei que ele tem em seu poder notas e instruções minhas, e insisto em que devolva-as a mim. Se ele se recusar, ordene que dez policiais o prendam e ponha-o na prisão e, por Deus, eu lhe mostrarei como se pode terminar rapidamente um processo.”

Agora, tudo se complicou. Agora, até um Fouché começa a se sentir em perigo. Quando Dubois aparece, Fouché, o duque de Otranto, ex-ministro da Polícia, é obrigado a deixar seu antigo subordinado lacrar todos os seus papéis, algo que poderia ser perigoso se o prudente já não tivesse há muito tempo separado as cartas essenciais e importantes. Mas ele começa a compreender que sua resistência é inútil. Às pressas, escreve várias cartas, uma para o imperador, outras para diversos ministros, para se queixar da desconfiança que se tem dele, o mais honesto, sincero, reto, fielmente devotado dos ministros, e em uma dessas cartas chama a atenção a seguinte frase

encantadora: *“Il n’est pas dans mon caractère de changer”*, “Meu caráter não costuma mudar” (palavras escritas preto no branco de próprio punho pelo camaleão Fouché). E, assim como aconteceu há quinze anos com Robespierre, ele espera poder evitar a catástrofe através de uma rápida conciliação. Toma uma carruagem, vai a Paris para apresentar pessoalmente ao imperador suas explicações ou até mesmo suas desculpas.

Tarde demais. Fouché jogou demais, brincou demais, não há mais conciliação nem acordo possíveis: quem desafiou publicamente Napoleão deve ser humilhado publicamente. Uma carta é escrita a Fouché, dura, curta e incisiva, como Napoleão nunca terá escrito a nenhum outro ministro: “Sr. duque de Otranto, não desejo mais os seus serviços. O senhor deve viajar dentro do prazo de vinte e quatro horas para a sua senadoria.” Nenhuma palavra mais sobre a sua nomeação para embaixador em Roma; uma demissão seca e brutal, e ainda por cima o banimento. Ao mesmo tempo, o ministro da Polícia recebe a ordem de supervisionar o imediato cumprimento desse édito.

A TENSÃO FORA demasiado grande, o jogo muito ousado, e eis que se produz o inesperado: Fouché desmorona completamente, como um sonâmbulo que, passando ingenuamente sobre todos os telhados, despertado de súbito por um chamado brusco, despenca para o vácuo, assustado com a sua própria louca situação. O mesmo homem que continuava raciocinando de maneira clara e sóbria a dois passos da guilhotina soçobra lamentavelmente sob o golpe de Napoleão.

Esse dia 3 de junho de 1810 é o Waterloo de Joseph Fouché. Seus nervos arrebatam, ele se precipita à casa do ministro para obter um passaporte para o estrangeiro e, trocando de cavalo em cada estação, dispara sem

interrupções até a Itália. Ali, corre como um rato espavorido sobre uma chapa ardente, de um lugar para outro. Ora está em Parma, ora em Florença, ora em Pisa, ora em Livorno, em vez de, como lhe foi ordenado, dirigir-se para a sua senadoria. Mas o pânico o agita furiosamente. Só quer uma coisa: estar longe do alcance de Napoleão, longe do seu punho terrível! Nem mesmo a Itália lhe parece segura, é ainda Europa, e toda a Europa está submetida a esse homem terrível. Em Livorno, freta um navio para ir à América do Norte, o país da segurança, da liberdade, mas a embarcação volta à terra por causa de tempestades, enjoos e medo dos cruzadores ingleses, e assim o enlouquecido dispara em zigue-zague de porto em porto, de cidade em cidade, implora o auxílio das irmãs de Napoleão, dos soberanos e dos amigos, some, reaparece para grande aborrecimento dos policiais que procuram a sua pista e sempre voltam a perdê-la. Em suma, comporta-se como um louco, totalmente doido de pavor, e oferece pela primeira vez - ele, o homem sem nervos - um exemplo verdadeiramente clínico de um total colapso nervoso.

Nunca Napoleão esmagou tão completamente um adversário com um único gesto, uma seca punhalada, do que este que fora o mais ousado e mais sereno dos seus servidores. Esse jogo de esconder e aparecer, esse febril ir e vir dura semanas, sem que se possa adivinhar ao certo (nem mesmo o seu magistral biógrafo Madelin o sabe, e talvez nem o próprio biografado) o que Fouché queria e para onde pretendia ir. Parece que somente dentro da carruagem em movimento ele se sente seguro de escapar à vingança imaginária de Napoleão, o qual sem dúvida nem pensa mais seriamente em fisgar o seu servidor desobediente. Napoleão apenas quis impor a sua vontade, reaver seus papéis, e isso ele conseguiu. Pois enquanto Fouché, ensandecido, histérico, mata os cavalos de cansaço na Itália, sua mulher, em Paris, age com muito mais razão.

Ela capitula em seu lugar. Não pode haver dúvida de que a duquesa de Otranto, para salvar o marido, devolveu discretamente a Napoleão os papéis que ele retivera de maneira perversa, pois jamais um daqueles documentos íntimos que Fouché insinuava ter em seu poder voltou a se tornar público. Como os documentos de Barras, comprados pelo imperador, e os papéis das outras testemunhas incômodas de sua ascensão, os papéis de Fouché relacionados com Napoleão desapareceram sem deixar o menor vestígio. O próprio Napoleão ou, mais tarde, Napoleão III, devem ter destruído todos os documentos que não se coadunavam com a história oficial.

Fouché finalmente recebe a magnânima autorização de voltar à sua senadaria em Aix. A grande tempestade serenara, o raio só atingiu os nervos de Fouché, e não sua medula. No dia 25 de setembro, o perseguido chega ao seu castelo, “pálido e cansado e denotando um total atordoamento pela incoerência de suas ideias e palavras”. Mas terá bastante tempo para recompor-se e curar os nervos, pois quem alguma vez se revoltou contra Napoleão estará afastado por muito tempo dos negócios públicos. O ambicioso deve pagar pela sua brincadeira de mau gosto: mais uma vez, a onda o atira nas profundezas. Durante três anos, Fouché ficará sem dignidade nem emprego. Começa o seu terceiro exílio.

Intermezzo involuntário

1810-1815

COMEÇA O TERCEIRO EXÍLIO de Joseph Fouché. Em seu esplêndido castelo de Aix, o ministro de Estado demitido, o duque de Otranto, vive como um príncipe soberano. Tem agora cinquenta e dois anos, esgotou até o fim todas as tensões e todos os jogos, todos os sucessos e as contrariedades da vida política; e, no jogo das ondas do destino, a constante alternância entre fluxo e refluxo. Conheceu a benevolência dos poderosos e o desespero do abandono, foi pobre a ponto de não ter o pão de cada dia e depois infinitamente rico, foi amado e odiado, festejado e proscrito. Agora pode enfim repousar em sua praia dourada, duque, senador, excelência, ministro, conselheiro de Estado e multimilionário, não devendo nada a ninguém, só à sua própria vontade. Tranquilamente, passeia em sua carruagem armoriada, faz visitas nas casas da nobreza, recebe homenagens entusiasmadas em sua província e simpatias secretas de Paris, está livre do esforço aborrecido de ter que lidar diariamente com funcionários imbecis e um amo despótico.

Quem visse o seu comportamento satisfeito, acreditaria que *procul negotiis*, longe dos afazeres, o duque de Otranto se sente bem. Mas uma passagem (incontestavelmente autêntica) de suas (normalmente duvidosas) *Memórias*^c revela quão farsesco é esse contentamento: “O hábito inveterado de saber de tudo me perseguiu, e por isso sucumbi a ele no tédio de um exílio agradável, porém monótono.” E o que faz o “*charme de sa retraite*”, o “encanto de seu retiro”, segundo ele próprio confessa, não

é a paisagem amável da Provence, mas uma verdadeira trama feita de bilhetes e espionagens provindas de Paris. “Com o auxílio de amigos sinceros e de fiéis emissários, instituí uma correspondência secreta apoiado por vários boletins regulares de Paris, que complementavam um ao outro. Em uma palavra, eu tinha a minha polícia particular em Aix.” Esse homem irrequieto pratica por esporte o que lhe foi proibido fazer oficialmente e, se não pode mais pisar nos ministérios, deseja pelo menos olhar pelos buracos das fechaduras por intermédio de olhos estranhos, participar das reuniões com ouvidos estranhos e, acima de tudo, descobrir uma ocasião de se oferecer novamente e retomar lugar nas mesas de jogo da história.

Mas o duque de Otranto ainda terá que ficar bastante tempo afastado dos negócios, porque Napoleão não precisa dele. Ele está no auge do poder, subjuguou a Europa, é o genro do imperador da Áustria e é - maior de todos os desejos! - pai de um rei de Roma. Perante ele, todos os príncipes alemães e italianos se inclinam humildemente, gratos pelo favor que lhes faz de lhes deixar suas coroas e corozinhas; o último e único inimigo, a Inglaterra, já cambaleia e hesita. Esse homem se tornou tão poderoso que pode dispensar, sorrindo, auxiliares a um tempo tão hábeis e tão pouco confiáveis como Fouché. Só agora que tem tanto tempo para refletir calma e tranquilamente, o sr. duque deve estar compreendendo toda a louca arrogância que o levou a medir forças com esse homem mais poderoso. O imperador nem sequer lhe dá a honra de odiá-lo - na imensa altura onde o destino o colocou e elevou, ele nem percebe mais o pequeno inseto que outrora se abrigou em seu manto e que ele fez cair com um peteleco. Ele não presta atenção nem em sua insistência, nem em sua ausência. Fouché, para ele, não existe mais. E nada mostra mais claramente a esse desprezado o pouco-caso que Napoleão faz dele agora do que a autorização que recebe

para finalmente poder voltar para o seu castelo em Ferrières, a duas horas de Paris. Mais perto do que isso, naturalmente, o imperador não o deixa vir. Paris e as Tulherias continuam interditas para esse homem que ousou desafiá-lo.

Durante esses dois anos vazios, Joseph Fouché só é chamado uma única vez ao palácio imperial. Napoleão prepara a guerra contra a Rússia: dessa vez, como todos os outros desaprovaram a guerra, Fouché também deve dar a sua opinião. Se for possível acreditar nele, foi apaixonadamente contra a guerra, e até apresenta (caso não tenha sido falseado *a posteriori*) o memorando que se encontra nas suas memórias; mas Napoleão há muito só quer ver confirmada a própria vontade, só deseja a aprovação cega das suas palavras. Todo aquele que lhe desaconselha a guerra parece duvidar de sua grandeza. Dessa forma, Fouché é friamente mandado de volta para o seu castelo, para o seu exílio ocioso, enquanto o imperador parte para Moscou com seiscentos mil soldados, para a mais ousada e louca de suas ações.

UM RITMO SINGULAR rege a vida estranha e cheia de alternâncias de Joseph Fouché. Quando ele sobe, tudo o que faz é bem-sucedido, quando cai, o destino vira-se contra ele. Agora que ele se vê obrigado a esperar, azedo e descontente, na sombra da desgraça, em seu castelo afastado, longe da esfera dos acontecimentos, justamente agora, quando a sua decepção necessita de ajuda psicológica, de leal sinceridade, de terno consolo, justamente agora ele perde a única pessoa que o acompanhou durante vinte anos com amor, perseverança e energia em todas as suas perigosas jornadas: sua esposa. Em seu primeiro exílio, no seu sótão, ele perdera os dois primeiros filhos, que amava acima de tudo; nesse terceiro

exílio, é a sua companheira que se vai. Essa perda atinge o homem aparentemente insensível no âmago de sua alma. Pois se era infiel e caprichoso para com todos os partidos e todas as ideias, esse sujeito impenetrável sempre foi ternamente fiel à sua feia mulher, o esposo mais atencioso, o pai mais preocupado. Assim como atrás da máscara do homem seco de gabinete se esconde o jogador intelectual e intrigante, também atrás do homem perigoso e indigno de confiança se oculta, tímido e invisível, um esposo de fidelidade burguesa como só se encontra na província, um solitário que só se sente seguro e bem no estreito círculo de sua família. O que existia de bondade secreta e retidão nas profundezas desse diplomata astucioso, ele dedicava secretamente e com um amor dissimulado a essa companheira que só vivia para ele; nunca aparecia em festas da corte, banquetes e recepções, nunca se imiscuía em seus jogos perigosos. Bem no íntimo de sua vida privada, ele encontrava nela um contraponto muito útil a tudo o que havia de incerto, lúdico e mutável em sua natureza política, e agora esse apoio desaparece quando mais precisa dele. Pela primeira vez, sente-se nesse homem frio como pedra uma verdadeira comoção, pela primeira vez, percebe-se em suas cartas um tom muito caloroso, sincero e humano.

Quando amigos o pressionam para reivindicar novamente o ministério da Polícia depois que o seu sucessor, o duque de Rovigo, para gáudio geral de toda Paris, se fez prender sem resistir durante o ridículo golpe de um semilouco, ele recusa qualquer volta ao mundo político: “Meu coração está fechado para todas as loucuras humanas. O poder não é mais nenhum atrativo para mim, o repouso não é apenas uma condição adequada na minha atual situação, mas é também a única necessária. Os negócios públicos só me oferecem a imagem do tumulto, dos embaraços e dos perigos.” O sempre sagaz parece ter-se tornado, através da

cartilha da dor, verdadeiramente sábio. Uma profunda necessidade de calma, de relaxamento interior depois de um tempo de ambições eternas e insensatas apoderou-se desse homem que envelheceu desde que viu morrer a companheira de vinte anos fecundos a seu lado. O prazer da intriga parece ter-se apagado nele para sempre, a ânsia de ter o poder parece finalmente quebrada nesse espírito sempre em movimento e irrequieto.

Mas, ironia trágica!, a única e primeira vez em que Fouché, habitualmente irrequieto, só quer tranquilidade e nenhum cargo público, seu adversário Napoleão lhe impõe um à força.

NÃO FOI POR AMOR, por amizade, por confiança que Napoleão chamou mais uma vez Fouché para servi-lo, mas por desconfiança e uma aguda insegurança. Pela primeira vez, o imperador volta vencido. Não volta a Paris à frente de um exército, a cavalo, cercado de bandeiras, passando sob o Arco do Triunfo, mas no meio da noite, como um fugitivo, com o manto até o queixo para não ser reconhecido. O exército mais impressionante que jamais criou caiu congelado na neve russa, e, junto com a aura da invencibilidade, todos os seus amigos desapareceram. Todos os imperadores e reis que ainda na véspera e na antevéspera curvavam a espinha até o chão diante dele lembram-se com uma rapidez constrangedora de sua dignidade diante do imperador vencido.

Um universo em armas levanta-se contra o seu severo amo. Da Rússia vêm os cossacos a cavalo, da Suécia o antigo rival Bernadotte como inimigo, o próprio sogro, o imperador Francisco, prepara seus armamentos na Boêmia, a Prússia saqueada e subjugada se levanta com um entusiasmo sedento de vingança - as sementes nefastas de tantas guerras levianas agora florescem na terra queimada,

arada e sofrida da Europa, e nesse outono amadurecerão nos campos de Leipzig. Em toda parte começa a balançar e rachar o gigantesco edifício erigido durante dez anos por uma vontade única de dominação universal, e os irmãos Bonaparte fogem da Espanha, da Westfália, da Holanda e da Itália. Agora, para Napoleão, trata-se de desenvolver energia suprema. Com um olhar clarividente magnífico, com uma força de trabalho decuplicada, ele prepara tudo para o último e decisivo combate. Quem ainda pode carregar uma mochila ou montar um cavalo na França é chamado às armas, de toda parte, da Espanha, da Itália, tropas experimentadas são transferidas para preencher as vagas que o inverno russo devorou com suas mandíbulas de gelo. Dia e noite, milhares de operários forjam espadas e canhões nas fábricas, fazem-se moedas de ouro com os tesouros escondidos, buscam-se as economias nas caixas-fortes secretas das Tulherias, põem-se as fortalezas em estado de alerta, e, enquanto a leste e oeste os exércitos marcham pesadamente rumo a Leipzig, redes diplomáticas são estendidas em todas as direções. Não deve restar nenhuma posição fraca e incerta, nenhuma brecha nesse férreo arame farpado que há de cercar a França; todas as eventualidades devem ter sido previstas, e a segurança tem de estar garantida tanto na linha de frente como na retaguarda. Pois não pode acontecer uma segunda vez, como durante a campanha da Rússia, que um doido ou alguém mal-intencionado abale ou destrua a confiança do povo em Napoleão. Nenhum homem inseguro deve ficar, nenhum homem perigoso deixará de ser vigiado.

O imperador pensa em cada fator do poder antes dessa última batalha decisiva, em cada eventualidade, em cada risco possível. Eis por que pensa também nesse homem que poderá se tornar perigoso, Joseph Fouché. Vê-se que ele não o esqueceu, apenas o desdenhou enquanto era poderoso. Agora que Napoleão está ficando inseguro,

precisa tomar cuidado. Nem um único inimigo possível pode ficar-lhe pelas costas, em Paris, e, como Napoleão não conta Fouché entre os seus amigos, ele decide que Fouché deverá deixar Paris.

Na verdade, não há motivo plausível para prendê-lo e encarcerá-lo numa fortaleza para que esse espírito irrequieto e intrigante deixe de urdir suas manobras. Mas também não deve ficar solto. O melhor seria atar as mãos a esse jogador, dando-lhe uma função, de preferência bem longe de Paris. Em vão, em meio ao tumulto dos negócios e das preparações bélicas no quartel-general em Dresden, procura-se uma tal função, que possa parecer ao mesmo tempo honrosa e ofereça segurança. Não é fácil encontrá-la. Mas Napoleão já está impaciente para saber fora de Paris esse amigo das trevas. E como não se encontra nenhum posto para Fouché, inventa-se um, dando-se a ele um cargo em “Cucolândia-nas-Nuvens”: a administração dos territórios ocupados na Prússia. Um belo emprego, digno, de primeira linha sem dúvida, que só tem um pequeno defeito, ligado a um “se”: essa regência só pode começar se Napoleão conquistar a Prússia. E os acontecimentos bélicos não parecem indicar isso, pois Blücher ameaça seriamente o flanco do imperador na Saxônia, e portanto tudo não passa de uma investidura farsesca num posto inexistente quando o imperador escreve para o duque de Otranto no dia 10 de maio: “Fiz-lhe informar que é minha intenção, logo que invada o território do rei da Prússia, mandar chamá-lo para colocá-lo à frente do governo desse país. Nada disso pode ser sabido em Paris. Tudo deve indicar que o senhor partiu para a sua casa de campo, quando, na verdade, enquanto o julgam por lá, já estará a meu lado. Só a imperatriz sabe de sua partida. Saúdo a ocasião de receber brevemente novos serviços e novas provas de sua dedicação.” Assim escreve o imperador, precisamente por não confiar nessa

“dedicação”. Contrafeito, desconfiado, compreendendo imediatamente a intenção secreta do seu amo, o duque de Otranto prepara sua partida para Dresden. “Vi logo”, dizem suas *Memórias*, “que, por temor à minha presença em Paris, o imperador quis me conservar como refém junto a si.” Por isso o futuro regente da Prússia não se apressa muito para chegar ao Conselho de Estado em Dresden, porque sabe que, em verdade, não se quer receber seus conselhos no Estado, mas atar-lhe as mãos. Só chega no dia 29 de maio, e a primeira frase com que o imperador o saúda é: “Chega tarde, sr. duque!”

Naturalmente não se fala mais, em Dresden, do pretexto cômico de lhe dar o governo da Prússia, o momento é demasiado grave para brincadeiras desse tipo. Mas agora o imperador o tem seguro nas mãos, e felizmente encontra-se outro cargo para afastá-lo do teatro dos acontecimentos. Não é um cargo parecido com o outro, nas alturas de Cucolândia-nas-Nuven ou na Lua, mas a centenas de quilômetros de Paris: o governo da Ilíria. O velho camarada de Napoleão, o general Junot, que administrava a província, enlouqueceu subitamente. Portanto vagou uma cela para desobedientes. Assim, com maldisfarçada ironia, o imperador entrega essa soberania efêmera a Joseph Fouché, que, como sempre, não recusa, inclina-se obedientemente e declara-se disposto a partir logo.

ILÍRIA! Esse nome evoca operetas, e, de fato, que estado multicolorido é esse, em que o último tratado de paz juntou, à força, pedaços de Frioul, da Caríntia, da Dalmácia, da Ístria e de Trieste. Um estado sem unidade, sem sentido ou função, que tem como capital a pequena cidade provinciana e agrícola de Laibach, um monstro híbrido, gerado por uma vontade ébria de governar e uma diplomacia cega. Fouché só encontra lá cofres quase

vazios, algumas dúzias de funcionários entediados, bem poucos soldados e uma população desconfiada, que só aguarda a retirada dos franceses. O arcabouço desse Estado artificial e construído às pressas está rachando por toda parte. Alguns tiros de canhão e todo o edifício cambaleante ruirá. E é o próprio sogro de Napoleão, o imperador Francisco, quem logo dispara contra o genro, acabando com todo o esplendor ilírio.

Fouché não pode nem pensar em resistir seriamente com seus poucos regimentos, que, constituídos em sua maioria por croatas, estariam dispostos a passar para o lado de seus antigos camaradas ao primeiro tiro. Por isso, desde o primeiro dia, ele não faz outra coisa senão preparar a retirada e, para mascará-la habilmente, assume na aparência os modos grandiosos de um soberano despreocupado, dá bailes e recepções, ordena orgulhosos desfiles das tropas durante o dia, enquanto, à noite, os cofres e os documentos do governo são levados em segredo para Trieste. Todo o seu trabalho de senhor e soberano limita-se a evacuar o país cuidadosamente, passo a passo, com o menor prejuízo possível, e nessa retirada estratégica manifestam-se novamente com maestria o seu velho sangue-frio, a sua energia pronta para a ação. Passo a passo, ele recua, sem perdas, de Laibach para Görz, de Görz para Trieste, de Trieste para Veneza, levando consigo da efêmera Ilíria quase todos os seus funcionários, o tesouro e muito material precioso. Mas o que importa a perda dessa província ridícula?! Porque, nesses dias, Napoleão perde a maior e última de suas grandes batalhas, a batalha das nações em Leipzig e, com isso, o domínio do mundo.

FOUCHÉ SE DESINCUMBIU de suas funções de uma maneira perfeita e digna. Agora que não há mais a Ilíria a

administrar, sente-se de novo livre e, naturalmente, quer voltar para Paris. Mas essa não é a intenção de Napoleão. Justo agora Fouché não poderá de forma alguma voltar a Paris: “Fouché é um homem que, nas atuais condições, não se pode deixar em Paris.” Essas palavras, pronunciadas em Dresden, valem ainda mais depois de Leipzig. Ele precisa ser afastado, para longe, bem longe, a qualquer preço. Em meio à tarefa gigantesca de organizar a defesa de uma força cinco vezes maior, o imperador tenta inventar rapidamente uma outra missão para o personagem incômodo, que o torne inofensivo enquanto dure o resto da campanha. É preciso dar-lhe algo para que possa brincar de diplomata e de intrigante, mas é preciso evitar que seus dedos inquietos se imiscuem nos negócios em Paris! Assim, Napoleão o encarrega de ir primeiro a Nápoles (Nápoles é longe!), para chamar de volta às suas funções Murat, rei de Nápoles e cunhado de Napoleão – que está mais preocupado com o seu próprio reino do que com o império –, e fazê-lo vir ao socorro do imperador com o exército.

A história não revela claramente até que ponto Fouché cumpriu essa missão, se ele realmente tentou convencer o velho general da cavalaria napoleônica à fidelidade ou se o fortaleceu na sua traição. De qualquer forma, o principal objetivo do imperador foi atingido: manter Fouché durante quatro meses do outro lado dos Alpes, a mil milhas de distância, preso em intermináveis ocupações. Enquanto os austríacos, os prussianos e os ingleses já marcham sobre Paris, ele é obrigado a ir e vir – na realidade, sem motivo concreto – entre Roma e Florença e Nápoles, entre Lucca e Gênova, gastando a sua energia e o seu tempo numa missão insolúvel. Porque aqui também os austríacos avançam continuamente. Depois da Ilíria, também a Itália – o segundo Estado onde lhe foi designado intervir – está perdida. Finalmente, no início de março, o imperador

Napoleão não tem mais país para onde possa empurrar esse homem incômodo, e nem na própria França tem mais nada para proibir ou ordenar.

Assim, no dia 11 de março, Joseph Fouché volta à sua pátria, atravessando os Alpes, após ter sido mantido afastado de qualquer manobra política na França durante quatro meses pela genial clarividência do imperador. E quando, por fim, consegue romper a corrente, ele chega exatamente quatro dias tarde demais.

EM LYON, Fouché é informado de que as tropas dos três imperadores marcham sobre Paris. Em poucos dias, portanto, Napoleão terá caído e um novo governo terá sido formado. É claro que a sua ambição o consome por impaciência *d'avoir les mains dans la pâte*, de meter as mãos na massa, tirando para si as melhores partes. Mas o caminho direto para Paris está bloqueado pelas tropas que avançam, e Fouché é obrigado a fazer uma longa volta por Toulouse e Limoges. Finalmente, no dia 8 de abril, sua carruagem atravessa as barreiras de Paris. Com um olhar, ele reconhece: chegou tarde demais. E quem chega tarde demais perde a razão. Napoleão o puniu mais uma vez por todas as suas intrigas e manobras secretas, mantendo-o longe enquanto ainda pudesse vir pescar em águas turvas. Agora, Paris capitulou, Napoleão abdicou, Luís XVIII é rei e o novo governo está completamente formado sob a presidência de Talleyrand. Esse maldito capenga estava presente na hora certa e trocou rapidamente de lado, mais rápido do que Fouché. O czar da Rússia já reside na casa de Talleyrand, o novo rei cobre-o de provas de confiança, ele distribuiu todos os ministérios a seu bel-prazer e não reservou nenhum para o duque de Otranto, que estava ocupado sem objetivo concreto em administrar a Ilíria e fazer diplomacia na Itália. Ninguém esperou por ele,

ninguém se importou com ele, ninguém quer nada dele, ninguém deseja o seu conselho ou auxílio. Mais uma vez Joseph Fouché, como tantas outras vezes na vida, é um homem vencido.

Durante muito tempo, ele não quer acreditar que o tenham abandonado com tanta indiferença, ele, o grande adversário de Napoleão. Ele se oferece, aberta e secretamente. É visto na antessala de Talleyrand, nas casas do irmão do rei, do embaixador inglês, nos salões do Senado, por toda parte. Mas ninguém o escuta. Escreve cartas - uma delas para Napoleão, a quem aconselha emigrar para a América -, e manda ao mesmo tempo uma cópia para o rei Luís XVIII, para se tornar bem-visto por ele. Mas não obtém resposta. Peticiona junto aos ministros por um cargo digno. Eles o recebem polida e friamente, mas não fazem o que quer. Faz-se apresentar por mulheres e antigos protegidos, mas tudo em vão. Ele cometeu o erro mais imperdoável na política: chegou tarde demais. Todos os postos estão ocupados e nenhum dignitário pensa em levantar-se voluntariamente para dar o seu lugar ao duque de Otranto só para ser amável. Assim, nada resta ao ambicioso senão fazer as malas e voltar para o seu castelo em Ferrières. Agora que a esposa faleceu, ele só tem um ajudante: o tempo. Ele sempre o ajudou, e ajudará mais uma vez.

COM EFEITO. Fouché não tarda em sentir o cheiro de pólvora no ar. Quando se tem ótimos ouvidos, ouve-se em Ferrières o ranger de um trono ameaçado. O novo amo, Luís XVIII, comete erro após erro. Agrada-lhe ignorar a Revolução e esquecer que, depois de vinte anos de direitos civis, a França não quer voltar a se curvar perante umas vinte linhagens nobres. Ele menospreza ainda todo o perigo da classe pretoriana dos oficiais e generais que, postos a meio-

soldo, reclamam descontentes do mesquinho comportamento do rei ridículo. Ah! Se Napoleão voltasse, haveria logo mais uma boa e linda guerra. Então seria possível sair e saquear países inimigos, fazer carreira e segurar firme as rédeas na mão. Rumores suspeitos já circulam de um quartel para outro, o exército já começa a preparar uma conspiração, e Fouché, que nunca cortou totalmente o cordão umbilical que o liga à sua criação, a polícia, escuta e ouve muita coisa que lhe dá o que pensar. Sorri consigo mesmo: o bom rei teria sabido muitas notícias interessantes, se tivesse nomeado o duque de Otranto como ministro da Polícia. Mas para que alertar esses cortesãos? Até agora, foi sempre nas reviravoltas, na brusca mudança de ventos, que Fouché ascendeu. Por isso ele se mantém quieto, esconde-se e não se move, prendendo a respiração como um lutador antes do combate.

NO DIA 5 DE MARÇO DE 1815, um estafeta adentra correndo as Tulherias com a notícia surpreendente de que Napoleão teria se evadido de Elba e desembarcado com seiscentos homens em Fréjus em 1º de março. Com sorrisos de desprezo, os cortesãos recebem essa notícia. Naturalmente, eles sempre disseram que esse Napoleão Bonaparte, de quem fazem tanto caso, não goza de todas as suas faculdades mentais. Então, esse imbecil quer lutar com seiscentos homens - que ridículo! - contra o rei que tem atrás de si todo o exército e a Europa! Nada de excitação, nada de preocupação - com um punhado de policiais será possível dominar esse miserável aventureiro. O marechal Ney, velho companheiro de armas de Napoleão, recebe ordem de capturá-lo. Enchendo a boca, ele promete ao rei não apenas prender o agitador, mas ainda "exibi-lo numa gaiola de ferro pelo país afora". Luís XVIII e seus

fiéis põem à mostra a sua falta de preocupação em Paris, pelo menos durante os primeiros oito dias, e o *Moniteur* interpreta toda a história de forma engraçada. Porém logo as notícias ruins se multiplicam. Napoleão não encontrou resistência em parte alguma, todos os regimentos mandados para impedir-lhe a passagem reforçam o seu exército inicialmente minúsculo, e o mesmo marechal Ney, que devia prendê-lo e trancá-lo numa gaiola de ferro, passa-se com armas e bandeiras para o seu antigo amo. Napoleão já entrou em Grenoble, está em Lyon; mais uma semana e sua profecia se cumprirá, a águia imperial pousará de novo nas torres de Notre Dame.

Agora o pânico eclode na corte. O que fazer? Que diques opor a essa avalanche? O rei e os seus conselheiros, condes e príncipes, reconhecem tarde demais que foi bobagem afastar-se do povo e querer esquecer que entre 1792 e 1815 houve algo parecido com uma revolução na França. Então, é preciso depressa fazer-se amar, é preciso mostrar rapidamente a esse povo burro que ele é verdadeiramente amado, que se respeitam os seus desejos e direitos, é preciso rapidamente passar a governar de forma republicana e democrática - geralmente, sempre quando já é tarde, os imperadores e reis descobrem que têm um coração democrático. Mas como conquistar os republicanos? Muito fácil: dando um ministério a alguém deles que seja bastante radical, que dará imediatamente uma coloração vermelha à bandeira branca com flores de lis. Mas onde encontrar esse homem? Refletem e lembrem-se de repente de um certo Joseph Fouché que, ainda há algumas semanas, vinha fazer reverências em todas as antessalas e inundou a mesa do rei e de seus ministros com propostas. Sim, esse é o homem certo, que pode ser usado sempre e para tudo. Depressa, vamos buscá-lo em seu esconderijo. Sempre quando um governo se encontra em dificuldades, seja o Diretório, o Consulado, o Império ou a

Monarquia, sempre quando se precisa de um bom intermediário, alguém que pode equilibrar as coisas e organizar tudo, procura-se o homem com a bandeira vermelha, o caráter menos confiável e o diplomata mais confiável - Joseph Fouché.

Dessa forma, o duque de Otranto tem a satisfação de ver os mesmos condes e príncipes que ainda há poucas semanas o trataram friamente e lhe viravam as costas agora se dirigirem a ele com urgência respeitosa e lhe oferecerem uma pasta ministerial, quase impondo a sua aceitação. Mas o velho ministro da Polícia conhece bem demais a situação política para querer comprometer-se com os Bourbon na décima primeira hora. Ele sente que a agonia já deve ter chegado quando o chamam com a urgência com que se chamaria um médico. Por isso ele recusa polidamente, sob vários pretextos, e insinua que poderiam tê-lo chamado um pouco antes. Quanto mais perto chegam as tropas de Napoleão, mais se desfaz o conceito de honra na corte do rei. Com cada vez mais insistência, advertem e pressionam Fouché para assumir o governo, até o próprio irmão de Luís XVIII o chama para uma reunião secreta. Mas dessa vez Fouché permanece inabalável - não por firmeza de caráter, mas porque não gosta do cheiro de peixe podre e porque se sente bastante confortável na gangorra entre Luís XVIII e Napoleão. Agora é tarde demais, diz ele ao irmão do rei, e aconselha que o rei procure um lugar seguro, pois toda a aventura napoleônica não durará muito tempo, e enquanto isso ele fará tudo para atrapalhar o imperador. Assim, ele guarda uma carta na manga e pode ser considerado um aliado, se os Bourbon triunfarem. Por outro lado, se Napoleão vencer, poderá afirmar com orgulho que não aceitou a oferta dos Bourbon. Esse sistema de resseguro para ambos os lados funcionou muitas vezes, não há por que não empregá-lo

mais uma vez: passar, ao mesmo tempo, como fiel servidor de dois amos, do imperador e do rei.

Mas dessa vez será ainda mais animado: como sempre, nas viradas decisivas do destino na vida de Fouché a tragédia se transforma em comédia. Pois uma coisa os Bourbon aprenderam com Napoleão: em tempos perigosos, não se deve deixar em flanco desprotegido um homem como Fouché. Assim, três dias antes da partida do rei, enquanto Napoleão avança rapidamente sobre Paris, a polícia recebe ordens de prender Fouché como suspeito por ter se recusado a se tornar ministro do rei, e de afastá-lo da capital.

O ministro da Polícia encarregado de executar a desagradável ordem de prisão chama-se - a história realmente adora surpresas originais! - Bourrienne. Trata-se do mais íntimo amigo de juventude de Napoleão, seu colega na Escola de Guerra, companheiro no Egito e secretário particular durante longos anos, que conheceu todos os confidentes de Napoleão e sabe muito bem quem é Fouché. Por isso ele se assusta um pouco quando o rei lhe confia a missão de prender Fouché, o duque de Otranto. Permite-se duvidar se a medida é realmente oportuna. E como o rei reitera a ordem energicamente, volta a balançar a cabeça e adverte que isso não será muito fácil. Esse velho peixe já passou por muitas represas e barragens e não se deixará capturar em plena luz do dia. Para prender tal homem, é preciso ter mais tempo e muita habilidade. Mas a ordem é dada. E, de fato, no dia 16 de março de 1815, às onze horas da manhã, os policiais cercam a carruagem de Fouché em pleno boulevard e declaram-no preso com base na ordem de Bourrienne. Fouché, que jamais perde o sangue-frio, sorri desdenhosamente: "Não se prende um antigo senador no meio da rua." E, antes que os agentes, que tanto tempo foram seus subalternos, possam se recuperar do susto, ele já deu ordem ao cocheiro para fustigar os cavalos, e a

carruagem dispara rumo à sua residência. Estupefatos, os policiais ficam parados boquiabertos, engolindo a poeira da carruagem que se afasta. Bourrienne tinha razão: não é tão fácil pegar um homem que escapou incólume a um Robespierre, a um decreto da Convenção e a um Napoleão.

Quando os policiais enganados relatam ao seu ministro que Fouché lhes escapou, Bourrienne aperta o cerco. Agora trata-se de sua autoridade, e ele não pode admitir que se faça troça dele dessa forma. Imediatamente, manda cercar a casa na rue Cerutti por todos os lados e vigiar o portão, e um destacamento fortemente armado sobe as escadas para pegar o fugitivo. Mas Fouché preparou mais uma peça para ele, um daqueles magníficos e inigualáveis golpes de mestre que quase sempre faz só nas situações mais difíceis, mas tensas. É justamente em meio ao perigo, como já vimos várias vezes, que ele é tomado por esse desejo de escarnecer e enganar os outros. Assim, o esperto impostor recebe com muita educação os funcionários que o querem prender e examina a ordem de prisão. Sim, é válida, e é claro que ele nem pensa em resistir a uma ordem de Sua Majestade o Rei. Pede que os senhores tomem lugar e esperem, pois ele só tem algumas coisas pequenas a resolver, e virá imediatamente. Os outros esperam respeitosamente que ele acabe de se vestir, afinal não se deve pegar um senador, um ex-ministro e um dignitário da corte pelo braço como se fosse um pivete ou mesmo algemá-lo. Esperam reverentemente, esperam durante algum tempo, até que, por fim, a demora lhes parece suspeita. Depois, como Fouché não volta, eles entram na sala vizinha e descobrem - verdadeira cena de comédia em meio ao tumulto político - que Fouché lhes escapou.

Assim como no cinema, que ainda não tinha sido inventado, esse homem de cinquenta e seis anos encostara uma escada na parede externa e, enquanto os policiais o aguardavam no salão, pulara, com uma agilidade

surpreendente para a sua idade, para o jardim adjacente da rainha Hortênsia, pondo-se dali em segurança. Naquela noite, toda Paris riu-se do caso. Naturalmente, uma peça dessas não dura muito, pois o duque de Otranto é por demais conhecido para que pudesse ficar muito tempo escondido. No entanto Fouché mais uma vez calculou certo, calculou que, agora, seria uma questão de não mais que algumas horas, porque o rei e os seus fiéis precisam se preocupar em não serem presos pela cavalaria de Napoleão, que avança. Nas Tulherias, as malas são feitas às pressas, e com a sua feroz ordem de prisão o rei Luís XVIII não conseguiu nada mais do que passar a Fouché um atestado público de fidelidade (que nunca existiu) para com Napoleão, fidelidade essa em que Napoleão não acreditará. Mas quando ele ouve a história do truque bem-sucedido desse artista político, ele ri e diz com uma espécie de admiração furiosa: *“Il est décidément plus malin qu’eux tous.”* Decididamente, ele é o mais esperto de todos.

^c Neste estudo quase nunca me refiro às *Memórias* do duque de Otranto, publicadas em 1824 em Paris, pois indubitavelmente foram escritas por mãos estranhas, embora com material em parte autêntico. Até hoje a ciência procura saber até que ponto esse homem ambíguo colaborou na preparação do livro, mas até segunda ordem continua valendo a frase espirituosa de Heinrich Heine, que escreveu sobre o “homem notoriamente falso”: “Ele foi tão longe em sua falsidade a ponto de ainda publicar memórias falsas depois de sua morte.”

A luta final com Napoleão

1815 - Os Cem Dias

MEIA-NOITE DO DIA 19 de março de 1815. Doze carruagens entram no pátio das Tulherias, escuro e deserto. Abre-se uma porta lateral secreta. Sai um criado, com uma tocha na mão. Atrás dele arrasta-se, sustentado à direita e à esquerda por dois fiéis fidalgos, um homem gordo e asmático, respirando com dificuldade - Luís XVIII. À vista desse rei enfermo que, mal regressou de quinze anos de exílio, é de novo obrigado a fugir da sua pátria, todos os presentes ficam compungidos. A maioria cai de joelhos, enquanto içam à carruagem esse homem velho, desprovido de dignidade em razão da própria decrepitude e pela situação trágica em que se encontra. Então, os cavalos começam a trotar, as outras carruagens seguem, e durante alguns minutos ainda se ouve o barulho dos cascos dos cavalos da guarda sobre o calçamento duro. Depois, o pátio imenso recai na sombra e no silêncio, até a manhã raiar, até a manhã do dia 20 de março, o primeiro dos cem dias do imperador que voltou da ilha de Elba.

A primeira a chegar é a curiosidade. De narinas trêmulas e ávidas, ela ronda o palácio, farejando para descobrir se a caça já fugiu do imperador. São negociantes, ociosos, transeuntes desocupados. Medrosos ou alegres, dependendo do temperamento e da situação, cochicham entre si, passando as últimas informações. Às dez horas, é já densa e compacta a multidão. E como é sempre a massa que dá coragem ao indivíduo, ouvem-se os primeiros brados: “Viva o imperador!” e “Abaixo o rei!”. Subitamente, chega a cavalaria - oficiais que o rei havia posto a meio-

soldo. Com a volta do imperador belicoso, eles sentem o cheiro de guerra, emprego, soldo integral, legiões de honra, promoções. Sob o comando do general Exelman, ocupam as Tulherias com aplausos e júbilos, sem encontrar resistência (e como a transição ocorrera de forma tão confortável, sem derramamento de sangue, as bolsas de valores subiram alguns pontos). Ao meio-dia, a bandeira tricolor volta a tremular sobre o velho palácio real sem que um único tiro tenha sido disparado.

E já aparecem oportunistas, os “fiéis” da corte imperial, as damas do palácio, os criados, os copeiros, os cozinheiros, os antigos conselheiros de Estado e mestres de cerimônias, aqueles que não puderam servir nem ganhar no regime da flor de lis branca, toda a nova nobreza que Napoleão tirou dos escombros da Revolução e levou para o palácio. Todos estão vestidos de gala, os generais, os oficiais, as damas: cintilam os diamantes, as espadas, as condecorações. As salas estão abertas e preparadas para receber o novo amo, rapidamente retiram-se os emblemas reais – sobre a seda das poltronas reais brilha de novo, em vez do lis monárquico, a abelha napoleônica. Cada um deseja ardentemente estar logo em seu posto para ser considerado “fiel” desde a primeira hora. Enquanto isso, anoitece. Como nos bailes e nas grandes recepções, os criados em libré acendem todos os candelabros e todas as velas; o brilho das janelas do palácio novamente imperial chega até o Arco do Triunfo, atraindo enormes massas de curiosos para os jardins das Tulherias.

Finalmente, às nove da noite, uma carruagem chega a todo galope, protegida e flanqueada à direita, à esquerda, na frente e atrás por cavaleiros de todos os postos e patentes, que brandem entusiasticamente suas espadas (em breve precisarão delas contra os exércitos da Europa). Gritos de “Viva o imperador!” explodem no meio dessa multidão compacta e ecoam nas amplas vidraças das

janelas. Como uma única onda exaltada, a maré entusiasmada se joga contra a carruagem, e os soldados são obrigados a proteger o imperador com a ponta das espadas do perigoso assalto em delírio. Em seguida, agarram-no e atravessam respeitosamente a balbúrdia ensurdecidora carregando, pela escadaria acima do velho palácio, a presa sagrada, o grande deus da guerra. Erguido nos ombros de seus soldados, os olhos cerrados com o excesso de felicidade, um sorriso estranho, quase de sonâmbulo, nos lábios, ele, que há vinte dias deixou a ilha de Elba como banido, retoma o seu lugar no trono do império francês. É o último triunfo de Napoleão Bonaparte. Pela última vez, ele vive uma ascensão tão incrível, um voo de sonhos que o eleva das trevas para o cimo do poder. Pela última vez, retumbam no seu ouvido as aclamações que lhe são tão caras. Durante um minuto, dez minutos ele saboreia, de olhos fechados e coração admirado, esse elixir embriagador do poder. Depois, manda fechar as portas do palácio, dispensa os oficiais e chama os ministros: começa o trabalho. O homem precisa defender o que o destino lhe deu.

Os salões estão abarrotados à espera do imperador regressado. Mas a decepção vem com a primeira olhada: os que lhe permaneceram fiéis não são nem os melhores, nem os mais inteligentes, nem os mais importantes. Ele vê cortesãos, muitos cortesãos, pessoas ávidas por um emprego e curiosos, muitos uniformes, mas poucas cabeças. Quase todos os marechais, verdadeiros camaradas de sua ascensão, estão ausentes, sem justificativa. Ficaram em seus castelos ou passaram para o lado do rei, no melhor dos casos permanecem neutros, muitas vezes são até hostis. Entre os ministros, o mais esperto e hábil, Talleyrand, não está ali. Entre os novos reis não estão os próprios irmãos, as irmãs, e, pior: nem a esposa e o filho. Ele vê muitos candidatos e poucas pessoas dignas na

multidão; ainda ecoam no seu sangue os brados de júbilo, e já a sua clarividência começa a perceber no meio do triunfo o primeiro calafrio do perigo. De repente, um murmúrio alegre e crescente nos vestíbulos, e os uniformes e as casacas bordadas abrem passagem respeitosamente. Uma carruagem retardatária acaba de chegar, trazendo alguém que não terá de esperar, que oferecerá seus serviços sem, no entanto, pedir. Da carruagem sai uma figura esguia, pálida, bem conhecida de todos: o duque de Otranto. Lentamente, indiferente, os olhos frios e impenetráveis, ele atravessa a passagem, sem agradecer, e precisamente essa calma natural e célebre provoca o entusiasmo. “Lugar para o duque de Otranto”, gritam os criados. Os que o conhecem melhor repetem o grito um pouco diferente: “Abram lugar para Fouché. Ele é o homem de quem o imperador mais precisa agora!” Ele já está eleito, designado, reclamado pela opinião pública antes que o imperador possa tomar uma decisão. Não chega como pedinte, mas como uma potência, majestoso e grave. Napoleão realmente não o faz esperar, manda logo chamar o mais antigo de seus ministros, o mais fiel de seus inimigos. Sabe-se tão pouco dessa conversa como daquela primeira, quando Fouché ajudou o general fugitivo do Egito a ascender ao Consulado e se uniu a ele pelos laços de uma fidelidade infiel. Mas quando, depois de uma hora, Fouché deixa o gabinete do imperador, é novamente seu ministro, pela terceira vez ministro da Polícia.

Ainda estão úmidas as letras que anunciam no *Moniteur* a nomeação do duque de Otranto para ministro de Napoleão e já ambos, o imperador e o ministro, arrependem-se de voltar a trabalhar juntos. Fouché está decepcionado: esperava um posto melhor. Há muito tempo que o cargo secundário de ministro da Polícia não basta à sua ambição glacial e ardente. Se esse posto em 1796 representava uma salvação e uma honra para o ex-jacobino

Joseph Fouché, meio esfomeado, banido e desprezado, agora, em 1815, não passa de uma miserável sinecura para o milionário e popular duque de Otranto. Sua autoestima cresceu com o sucesso. Agora, só o grande jogo universal o fascina, o jogo de azar da diplomacia europeia, tendo o continente como mesa de jogo e países inteiros como participantes. Durante dez anos, Talleyrand, o único que lhe equivalia, lhe barrou o caminho. Agora que o perigoso rival desafia Napoleão e tenta, em Viena, coligar as baionetas de toda a Europa contra o imperador, Fouché julga ser o único capaz de requisitar para si o ministério do Exterior. No entanto, desconfiado, e com razão, Napoleão recusa essa importante pasta a suas mãos hábeis, demasiadamente hábeis e por isso indignas de sua confiança. Só lhe entrega - a contragosto - o ministério da Polícia por saber que é preciso jogar algumas migalhas de poder a esse homem perigosamente ambicioso para que ele não morda. E, mesmo nessa estreita repartição, ainda põe um espião no calcanhar de Fouché, nomeando comandante da polícia militar o inimigo mais feroz, o duque de Rovigo. Dessa forma, no primeiro dia de sua nova aliança renova-se o velho jogo: Napoleão coloca sua própria polícia no encaixe do ministro da Polícia. E Fouché faz a sua própria política ao lado e atrás da política do imperador. Ambos se traem, ambos com cartas abertas. Mais uma vez é preciso decidir quem triunfará a longo prazo: o mais forte ou o mais hábil, o sangue-quente ou o sangue-frio.

Contra a vontade, Fouché aceita o ministério. Mas aceita. Esse soberbo e apaixonado jogador intelectual tem um defeito trágico: não consegue permanecer passivo, nem por uma hora sequer consegue ser apenas espectador no jogo do universo. Precisa ter sempre as cartas nas mãos, jogar, cortar, trair, enganar, dobrar a aposta e triunfar. Precisa estar sempre sentado a uma mesa, não importa qual seja, do rei, do imperador ou da República. Importante é

participar, *avoir les mains dans la pâte*, ter as mãos na massa, não importa qual seja, apenas ser ministro, à direita ou à esquerda do imperador ou do rei, importa roer o osso do poder. Nunca terá a força moral ou ética, a serenidade ou o orgulho, de recusar qualquer naco do poder que lhe atirem. Sempre aceitará qualquer serviço que lhe derem, não lhe importam os homens ou os princípios - jogar é tudo.

Da mesma forma, é a contragosto que Napoleão aceita novamente os serviços de Fouché. Ele conhece há dez anos esse homem que caminha nas trevas e sabe que ele não serve a ninguém e apenas segue a sua paixão pelo jogo. Sabe que ele o abandonará como o cadáver de um gato morto, ele o abandonará no momento mais perigoso, assim como abandonou e traiu os girondinos, os terroristas, Robespierre e os termidorianos, seu salvador Barras, o Diretório, a República e o Consulado. Mas precisa dele, ou acredita precisar - assim como Napoleão fascina Fouché pelo seu gênio, Fouché fascina Napoleão pela sua utilidade. Rechaçá-lo seria um erro vital; nem Napoleão ousa ter Fouché como inimigo num momento tão incerto. Assim, ele escolhe o mal menor - ocupá-lo, desviar a sua atenção por meio de tarefas e funções e ser servido por ele, ainda que infielmente. "Só recebi a verdade através de traidores", dirá o vencido mais tarde em Santa Helena, pensando em Fouché. Ainda em sua cólera extrema transparece respeito diante das qualidades excepcionais desse homem mefistofélico, pois não há nada que o gênio suporte menos do que a mediocridade; e, sendo conscientemente traído, Napoleão ainda se sabe compreendido por Fouché. Eis por que, como alguém morrendo de sede bebe uma água que sabe envenenada, Napoleão prefere ter como servidor esse homem esperto e pouco confiável do que alguém fiel e incompetente. Dez anos de inimizade ferrenha às vezes unem mais do que uma amizade medíocre.

DURANTE MAIS DE DEZ ANOS Fouché serviu a Napoleão, o ministro serviu ao amo, o intelecto serviu ao gênio, e durante esses dez anos sempre foi o vencido. Em 1815, na luta final, a bem da verdade desde o início é Napoleão o mais fraco. Mais uma vez, a última, saboreou a embriaguez da fama, quando o destino o levou inesperadamente sobre asas de águia da ilha estrangeira para o trono imperial. Regimentos cem vezes mais poderosos que os dele atiram ao chão as armas quando veem o seu manto. Em vinte dias, o banido, que desembarcou com seiscentos homens, marcha sobre Paris à frente de um exército e volta a dormir na cama dos reis da França, com o trovejar das aclamações ainda ressoando nos ouvidos. Mas que despertar nos dias seguintes! Como se esboroa rápido o sonho fantástico diante da sobriedade da realidade.

Ele é de novo imperador, mas só no nome, pois o universo, antes submisso a seus pés, não o reconhece mais como senhor. Escreve cartas e proclamações, declarações de paz apaixonadas. Elas são acolhidas com um sorriso e um dar de ombros e não merecem nem mesmo a honra de uma resposta. Seus mensageiros para o imperador, os reis e os príncipes são presos nas fronteiras como contrabandistas e eliminados sem piedade. Uma única carta chega a Viena por vias secretas: Metternich a atira, sem abri-la, sobre a mesa de negociações. O vazio se instala em torno de Napoleão, os antigos amigos e camaradas estão dispersos aos quatro ventos. Berthier, Bourrienne, Murat, Eugène Beauharnais, Bernadotte, Augereau, Talleyrand estão em suas propriedades ou então servem aos inimigos.

Em vão, ele quer se iludir ou iludir os outros. Manda preparar faustosamente os aposentos da imperatriz e do rei de Roma, como se fossem voltar para ele no dia seguinte, mas na realidade Maria Luísa flerta com o seu chichisbéu Neipperg, e o seu filho brinca em Schönbrunn com

soldados de chumbo austríacos, bem vigiado sob os olhos do imperador Francisco. Nem o próprio país reconhece mais a bandeira tricolor. Levantes irrompem no sul e a oeste. Os camponeses estão fartos dos eternos recrutamentos e atiram nos guardas que querem requisitar seus cavalos para a artilharia. Nas ruas são afixados cartazes irônicos que decretam em nome de Napoleão: “Artigo primeiro. Ser-me-ão fornecidas trezentas mil vítimas anuais. Artigo segundo. Dependendo das circunstâncias, esse número será elevado para três milhões. Artigo terceiro. Todas essas vítimas serão levadas de carruagem para o matadouro.”

Não há mais dúvidas, o mundo quer paz, e todas as pessoas razoáveis estão prontas para mandar para o inferno o regressado indesejado, caso ele não garanta a paz e - trágico destino! -, agora que, pela primeira vez, o imperador-soldado realmente quer tranquilidade para ele e para o mundo, contanto que lhe deixem a Coroa, o mundo não acredita mais nele. Os bons burgueses, cheios de medo pelas suas poupanças, não partilham o entusiasmo dos oficiais a meio-soldo e dos guerreiros profissionais, para quem a paz atrapalha os negócios, e mal Napoleão, forçado pela necessidade, lhes dá o direito ao voto, eles o preterem, elegendo exatamente aqueles que ele perseguiu violentamente durante quinze anos e manteve na sombra: os revolucionários de 1792, Lafayette e Lanjuinais. Nenhum aliado, poucos verdadeiros fiéis, ninguém com quem ele possa se aconselhar em seu círculo mais estreito: mal-humorado e sombrio, o imperador vagueia pelo palácio deserto. Seus nervos e sua tensão se enfraquecem; ora grita descontroladamente, ora cai numa apática letargia. Muitas vezes, ele se deita durante o dia para dormir: um cansaço interno, não do corpo, mas da alma, abate-o durante horas como a golpes de macete. Certa vez, Carnot o encontrou em seus aposentos, lágrimas nos olhos,

olhando fixamente o retrato do filho, o rei de Roma; seus íntimos ouvem-no queixar-se de que sua boa estrela o abandonara. De alguma forma, sua bússola interna sente que o zênite do sucesso já fora ultrapassado; eis por que a agulha de sua vontade treme incerta e oscila de um polo ao outro. A contragosto, sem muita esperança, pronto para qualquer entendimento, o favorito do sucesso parte enfim para a guerra. Mas a deusa Vitória nunca paira por cima de uma cabeça humildemente curvada.

Assim é o Napoleão de 1815, senhor e imperador na aparência e por um favor do destino, vestido apenas com uma sombra de poder. A seu lado, Fouché está, precisamente naqueles anos, na plenitude de sua força. A razão aguda como aço, sempre escondida na bainha da astúcia, não se gasta tanto quanto a paixão. Nunca Fouché se mostrou intelectualmente mais hábil, mais jeitoso, mais intriguista, mais ousado do que durante aqueles cem dias entre o restabelecimento e a queda do império. Não é para Napoleão, e sim para ele, o salvador, que todos os olhares se voltam, esperançosos. Todos os partidos – fenômeno fantástico! – confiam mais nesse ministro do imperador do que no próprio imperador. Luís XVIII, os republicanos, os monarquistas, Londres, Viena, todos veem em Fouché o único homem com o qual se pode negociar de verdade, e a sua razão fria, calculista inspira mais confiança num mundo exausto e ávido de paz do que o gênio de Napoleão, flamejante e vacilante nos ventos da confusão. Aqueles que recusam ao “general Bonaparte” o título de imperador respeitam o crédito pessoal de Fouché. As mesmas fronteiras em que os agentes oficiais da França imperial são detidos e jogados na cadeia abrem-se, como por chaves mágicas, aos enviados do duque de Otranto. Wellington, Metternich, Talleyrand, Orléans, o czar e os reis, todos recebem satisfeitos e com máxima polidez seus emissários, e de repente aquele que traiu a todos passa a ser o único

jogador digno de confiança no jogo universal. Basta que levante um dedo, e a sua vontade é feita. A Vendeia se insurge, uma luta sangrenta está para acontecer - mas basta que Fouché mande um enviado para evitar a guerra civil com uma única reunião.

“Para que”, diz ele, calculando abertamente, “para que sacrificar ainda sangue francês? Dentro de alguns meses o imperador terá triunfado ou estará perdido. Para que lutar por algo que nos cairá no colo sem luta? Deponham as armas e esperem!” Convencidos por essas explanações sóbrias e nada sentimentais, os generais monarquistas concluem o pacto desejado. No exterior e no país, todos se dirigem sempre logo a Fouché. Nenhuma decisão no Parlamento é tomada sem ele, e Napoleão é obrigado a ver, impotente, como o seu servidor lhe paralisa o braço quando quer golpear, como dirige as eleições no país contra ele e como barra o caminho da sua vontade despótica com um Parlamento de convicções republicanas. Debalde tenta livrar-se dele agora, mas terminou o tempo de autocracia, quando conseguia empurrar para o ócio com alguns milhões o duque de Otranto, como se fosse um criado incômodo. Hoje seria mais fácil para o ministro derrubar o imperador do seu trono do que o imperador demitir o duque de Otranto do ministério.

Essas semanas de política obstinada porém refletida, ambígua porém clara, estão entre as mais perfeitas da diplomacia da história universal. Até mesmo um adversário pessoal, o idealista Lamartine, é obrigado a render tributo ao gênio maquiavélico Fouché.

“É preciso reconhecer”, escreve, “que ele revelou uma rara audácia e um sangue-frio ativo. Diariamente, avalizava suas intrigas com a própria cabeça, e poderia ter caído ao primeiro sinal de vergonha ou de raiva de Napoleão. De todos os sobreviventes da época da Convenção, era o único que não se mostrava gasto nem cansado em sua intrepidez.

Cruelmente imprensado pelo seu jogo ousado entre a tirania, que voltava ao palco, e a liberdade, que tentava renascer, entre Napoleão, que sacrificava a pátria em nome de seus interesses, e a França, que não queria ser imolada em nome de um único homem, Fouché intimidou o imperador, adulou os republicanos, acalmou a França, acenou para a Europa, sorriu para Luís XVIII, negociou com as cortes, correspondeu-se com o sr. Talleyrand através de gestos, e assim mantinha tudo em suspenso – um papel cêntuplo, difícil, ao mesmo tempo baixo e elevado, mas imenso, ao qual a História ainda não deu a devida atenção. Um papel sem nobreza de alma, mas não sem patriotismo e heroísmo, em que um súdito se coloca na altura de seu amo, um ministro acima de seu soberano. Árbitro entre império, Restauração e liberdade, árbitro pela duplicidade. Mesmo condenando Fouché, a História não poderá negar-lhe durante esse período dos cem dias uma ousadia de atitude, uma superioridade no manejo dos partidos e uma grandeza nas intrigas que o igualariam aos principais estadistas do século, se houvesse verdadeiros estadistas sem dignidade de caráter nem virtude.”

FOI COM ESSA LUCIDEZ que o julgou Lamartine, poeta, estadista e contemporâneo, ainda no eco dos acontecimentos. A lenda napoleônica, forjada cinquenta anos mais tarde, quando dez milhões de mortos já estavam enterrados e as devastações na Europa saneadas, é, naturalmente, muito mais severa e injusta para com Fouché. Toda lenda heroica sempre é uma espécie de província intelectual da história. Como toda província, exalta todas as virtudes que ela não precisa reechar: sacrifícios humanos ilimitados, devoção exclusiva mesmo para a loucura heroica, morte heroica no exterior, fidelidade insensata. A lenda napoleônica com sua técnica

obrigatória do preto e branco só conhece os “fiéis” e os “traidores”, não diferencia entre o primeiro Napoleão, o cônsul, que devolveu ao seu país a paz e a ordem através de sua inteligência e energia, e o último Napoleão, César desvairado, para quem a guerra se tornara uma mania, que, por amor fanático ao poder, incessantemente arrastava sem escrúpulos o mundo para aventuras assassinas e que disse a Metternich as seguintes palavras, dignas de Tamerlão: “Um homem como eu pouco se importa com a vida de um milhão de pessoas.”

Todos os homens racionais da França que quiseram enfrentar com moderação a ambição louca desse possesso, que corria como um cego rumo ao seu próprio fim, todos aqueles que se recusavam a se acorrentar servilmente como cães a seu carro de Jagrená - Talleyrand, Bourrienne e Murat -, todos esses são atirados com cólera dantesca no seu inferno, e principalmente Fouché é para eles o traidor entre os traidores, o advogado do diabo. Segundo eles, Fouché, vendido de antemão a Luís XVIII e à Europa, teria voltado em 1815 para o ministério unicamente para se aproximar do imperador e apunhalá-lo pelas costas no momento certo. De acordo com essa versão, ele teria mandado dizer aos monarquistas já no dia da partida do rei, 20 de março: “Salvem o rei, eu me encarrego de salvar a monarquia.” E no dia em que assumiu a pasta ministerial, teria confidenciado ao seu Sancho Pança: “Minha primeira tarefa é a de sabotar todos os planos do imperador, em três meses estarei mais poderoso do que ele e, se ele não me fuzilar até lá, terá de ajoelhar-se diante de mim” - profecia que, infelizmente, é exata demais para não ter sido inventada *a posteriori*.

Mas imputar a Fouché que ele tenha entrado no ministério de Napoleão desde o início como partidário de Luís XVIII, como espião pago pelo rei, significaria subestimá-lo enormemente; significaria sobretudo

desconhecer a magnífica complexidade psicológica e o mistério demoníaco de seu caráter. Não que Fouché, amoralista absoluto e maquiavélico, não fosse capaz dessa ou daquela traição. Mas tal vileza seria muito simples, muito pouco atraente para o seu espírito temerário e viciado no jogo. Trair *um* só homem, mesmo que esse homem seja um Napoleão, não faz o seu gênero. Trair a todos, esse é sempre o seu único prazer, não dar certeza a ninguém, atrair todos, jogar com todos e contra todos ao mesmo tempo, jamais agir segundo planos preconcebidos, mas segundo os seus nervos, ser Proteu, o deus da transformação. Ele não é um Franz Moor, um Ricardo III, um simples intrigante – só o papel iridescente, capaz de surpreender a si mesmo, pode entusiasmar sua natureza de diplomata apaixonado. Ele ama a dificuldade pela dificuldade, ele a potencializa artificialmente à segunda e à quarta potências, não se contenta em ser um simples traidor – quer ser traidor múltiplo, inteiro, essencial.

De fato, aquele que melhor o conheceu, Napoleão, disse sobre ele em Santa Helena as palavras profundas: “Só conheci um único traidor verdadeiro, perfeito: Fouché!” Traidor completo e não ocasional, natureza que encorpa o gênio da traição, eis o que ele foi, pois a traição era menos a sua intenção, sua tática, do que a sua natureza essencial. Talvez a melhor maneira de lhe compreender a natureza fosse compará-lo aos espiões duplos tão conhecidos em tempos de guerra, que entregam os segredos às potências estrangeiras para conseguir outros mais preciosos, e que nesse ir e vir acabam sem saber a qual potência servem verdadeiramente; espiões pagos pelas duas partes sem ser leais a nenhuma, fiéis apenas ao jogo, ao jogo ambíguo das idas e vindas, do “estar no meio”, uma paixão quase etérea, absolutamente mortal e diabólica.

Só quando a balança pende definitivamente para um lado a razão volta a entrar em ação, para embolsar os ganhos:

só quando a vitória está decidida é que Fouché se posiciona. Assim foi na Convenção, no Diretório, no Consulado e no Império. Durante o combate, ele não está com ninguém; no final do combate, sempre fica com o vencedor. Se Grouchy não tivesse chegado tarde, Fouché - pelo menos por algum tempo - teria sido ministro convicto de Napoleão. Como ele perde a batalha, abandona-o. E sem se defender disse, com o seu habitual cinismo, as palavras decisivas sobre a sua postura durante os cem dias: "Não fui eu quem traiu Napoleão, foi Waterloo."

Seja como for, compreende-se que Napoleão ficasse possesso com esse jogo duplo de seu ministro. Pois ele sabe: dessa vez, é a sua cabeça que está em jogo. Todas as manhãs, como acontece há mais de uma década, esse homem magro e seco, o rosto lívido e exangue contrastando com a casaca escura bordada com palmas de ouro, entra no seu gabinete e faz o relatório da situação - um relatório excelente, claro, irrefutável. Não há quem compreenda melhor os acontecimentos, não há quem exponha melhor a situação do mundo, perscrutando e enxergando tudo, do que Fouché, sente Napoleão. Ao mesmo tempo, ele percebe que Fouché não lhe diz tudo o que sabe. Napoleão tem conhecimento de que emissários das potências estrangeiras vão até Fouché. De manhã, ao meio-dia e à noite, seu próprio ministro de gabinete recebe a portas fechadas, mantém reuniões e relações sobre as quais não informa uma única palavra a ele, o imperador. Mas o objetivo disso será mesmo, como Fouché o quer fazer crer, ganhar informações, ou estarão sendo tramadas intrigas secretas? Incerteza atroz para um homem perseguido, cercado por cem inimigos! Em vão, ele ora o interroga amigavelmente, ora o adverte insistentemente, ora o cobre de suspeitas grosseiras: a boca de lábios finos fica sempre fechada, os olhos insensíveis como vidro. Impossível penetrar a alma de Fouché, arrancar-lhe o seu

segredo. Assim, Napoleão treme: como apanhá-lo em flagrante? Como saber se esse homem, que vê todas as cartas, o trai ou trai os seus inimigos? Como apanhar esse inapanhável? Como penetrar esse inexpugnável?

Finalmente - que alívio! - uma pista, um rastro, quase uma prova. Em abril, a polícia secreta - isto é, a polícia contratada pelo imperador para vigiar o seu ministro da Polícia - descobre que um pretenso funcionário de um banco vienense teria chegado a Paris e se encontrado com o duque de Otranto. Imediatamente procuram esse emissário, prendem-no e o levam - naturalmente sem que Fouché o saiba - para um pavilhão do Eliseu, na presença de Napoleão. Ali ameaçam-no de morte e o amedrontam até ele confessar ter trazido uma carta de Metternich para Fouché, escrita com tinta simpática e destinada a preparar uma reunião na Basileia entre homens de confiança. Napoleão espuma de raiva: cartas com tais práticas do ministro de seu inimigo para o seu ministro, isso significa alta traição. Seu primeiro pensamento é o óbvio: mandar prender o servidor infiel e confiscar seus papéis. Mas seus confidentes o dissuadem, dizendo que não há ainda provas e que a experimentada cautela do duque certamente não terá deixado nenhum rastro de suas manobras entre seus papéis.

Assim, o imperador resolve pôr à prova a devoção de Fouché. Manda chamá-lo e fala com uma dissimulação que não lhe é habitual, que aprendeu com o seu próprio ministro, sondando a situação e a possibilidade de iniciar negociações com a Áustria. Fouché, sem saber que aquele emissário contou tudo, não fala uma palavra sobre a carta de Metternich. Indiferente, aparentemente indiferente, o imperador se despede, agora sem dúvidas quanto à patifaria de seu ministro. Mas para fazê-lo cair por completo na armadilha ele encena - apesar de toda a sua irritação - uma fina comédia com todos os quiproquós de

uma peça de Molière. Por intermédio do agente, descobriu-se a senha para a reunião com o confidente de Metternich.

Assim, o imperador envia um de seus confidentes, instruído para se apresentar como homem de confiança de Fouché; naturalmente, o agente austríaco contar-lhe-á todos os segredos, e o imperador enfim saberá não apenas que Fouché o traiu, mas também em que extensão. O emissário de Napoleão parte na mesma noite: em dois dias Fouché terá sido desmascarado e cairá em sua própria armadilha.

CONTUDO, por mais que se seja rápido, não se consegue apanhar com a mão uma cobra ou uma enguia, animais de sangue-frio. Como toda comédia perfeita, a peça encenada pelo imperador tem também uma contrapartida, ou seja, uma dupla intriga. Assim como Napoleão mantém uma polícia secreta atrás de Fouché, também Fouché tem seus agentes e espiões pelas costas de Napoleão: seus investigadores não trabalham com menos presteza que os do imperador.

AINDA NO MESMO DIA em que o agente de Napoleão parte para esse baile de máscaras a se realizar no Hotel dos Três Reis, na Basileia, Fouché já está a par de tudo, pois um dos “homens de confiança” de Napoleão lhe confidenciou toda a encenação. E aquele que ia ser surpreendido surpreende o seu amo na manhã seguinte, durante o relatório de praxe. No meio da conversa, passa de repente a mão pela testa com a fleugma de alguém que esqueceu um detalhe desimportante: “Ah, *sire*, esqueci-me de dizer-lhe que recebi um bilhete de Metternich, afinal tem havido tanta coisa mais importante. Além disso, o seu emissário não me entregou o pó para tornar a escrita visível, e eu acreditei

primeiro tratar-se de uma brincadeira. Enfim, só agora posso lhe relatar o fato.” O imperador não se contém: “O senhor é um traidor”, exclama ele, “eu deveria mandar enforcá-lo.”

“Não sou dessa opinião, Vossa Majestade”, responde o ministro mais inabalável e impassível. Napoleão treme de raiva. Mais uma vez escapou-lhe o Fra Diavolo, com essa confissão que, contra a sua vontade, veio cedo demais. E o agente que, dois dias mais tarde, lhe traz o relatório sobre a reunião na Basileia, vem com poucas informações decisivas e muitas desagradáveis. Poucas informações decisivas porque o comportamento do agente austríaco revelou que Fouché, o prudente, foi cauteloso demais para comprometer-se claramente e que limitou-se a jogar seu jogo preferido pelas costas do seu amo, tendo em suas mãos todas as possibilidades. Mas o enviado também traz muitas notícias desagradáveis: as potências se declaram de acordo com qualquer governo para a França, menos o de Napoleão Bonaparte. Irado, o imperador cerra o lábio. Sua força ofensiva foi paralisada. Ele quis golpear o tenebroso Fouché pelas costas, mas nesse duelo na sombra recebeu ele mesmo a ferida mortal.

O MOMENTO OPORTUNO foi perdido devido à atitude de Fouché. Napoleão sabe-o bem: “Está evidente que ele me traiu”, diz aos confidentes, “e eu me arrependo de não tê-lo demitido antes que me contasse a intriga com Metternich. Agora a chance está perdida, e não tenho mais pretexto. Ele espalharia por toda parte que eu sou um tirano.” Com perfeita lucidez, o imperador reconhece a sua inferioridade, mas continua lutando até o último minuto na tentativa de atrair para si esse homem de duas faces ou surpreendê-lo e esmagá-lo. Tenta de todas as formas. Emprega a confiança, a amabilidade, a condescendência e

a cautela, mas a sua vontade forte se estilhaça contra essa pedra fria e brilhantemente polida em todas as suas facetas. Podem-se fragmentar diamantes ou jogá-los fora, jamais penetrá-los.

Finalmente, o imperador, torturado pela desconfiança, perde o controle. Carnot conta a cena em que se revela dramaticamente a impotência do imperador diante de seu algoz. “O senhor me trai, duque de Otranto, tenho provas”, grita Napoleão um dia em pleno Conselho de Ministros, dirigindo-se ao homem impassível. Agarrando na mesa uma faca de marfim, diz: “Tome essa faca e enterre-a no meu peito, seria mais leal do que o que faz. Só dependeria de mim mandar fuzilá-lo, e o mundo inteiro aplaudiria esse ato de justiça. Se me perguntar por que não o faço, é porque o desprezo e porque o senhor não pesa sequer um grama em minha balança.” Vê-se que a sua desconfiança já se transformou em cólera, seus tormentos em ódio. Nunca ele perdoará a esse homem tê-lo desafiado como o fez, e Fouché sabe disso. Mas ele analisa todas as parcas possibilidades que Napoleão ainda tem de manter o poder. “Dentro de quatro semanas, estaremos livres desse furioso”, diz ele a um amigo, lúcido e calmo. Por isso nem pensa em fechar um acordo. Um dos dois – Napoleão ou ele – terá que desaparecer depois da batalha decisiva. Sabe que Napoleão anunciou que seu primeiro mensageiro depois da vitória levará a Paris a demissão de Fouché, talvez até a ordem de prisão. Subitamente, o relógio recua vinte anos, até 1793, quando o mais poderoso do seu tempo, Robespierre, também resolveu que em quinze dias rolaria uma cabeça, a de Fouché ou a dele. Mas nesse meio-tempo o duque de Otranto ficou mais autoconfiante. Com ar superior, lembra aquela ameaça a um de seus amigos que o alertam contra a ira de Napoleão e acrescenta, sorrindo: “Mas foi a dele que rolou.”

NO DIA 18 DE JUNHO, os canhões defronte aos Invalides começam a troar. A população de Paris enche-se de entusiasmo. Há quinze anos conhece essa voz de bronze. É o sinal de uma vitória, uma batalha bem-sucedida. Derrota total de Blücher e Wellington, anuncia o *Moniteur*. Alegres, as multidões correm aos boulevards. A opinião pública, ainda hesitante há poucos dias, transforma-se de repente em fidelidade ao imperador e entusiasmo. Só o termômetro mais sensível de todos, o das cotações da bolsa de valores, baixa quatro pontos, porque cada vitória de Napoleão significa a prolongação da guerra. E só um homem treme interiormente ao ouvir o barulho dos canhões: Fouché. A ele, a vitória do déspota pode custar a cabeça.

Mas, trágica ironia! À mesma hora em que os canhões franceses, em Paris, troam pela vitória, os ingleses, em Waterloo, esmagam as colunas da infantaria e da guarda. Enquanto a capital se ilumina, sem saber de nada, os cavalos prussianos perseguem, levantando poeira, os últimos fragmentos do exército francês em fuga.

Ignorante dos acontecimentos, Paris tem ainda um segundo dia cheio de confiança. Só em 20 de junho começam a chegar as terríveis notícias. Pálidos, de lábios crispados, falando baixo, os moradores contam uns aos outros os rumores inquietantes. Nos aposentos, na rua, na bolsa de valores, nas casernas, em toda parte as pessoas sussurram e comentam uma catástrofe, enquanto os jornais se calam, paralisados. Todos falam, hesitam, reclamam, queixam-se ou têm ainda esperanças na capital atemorizada.

Só um homem age: Fouché. Mal tomou conhecimento de Waterloo (naturalmente, bem antes dos outros), ele considera Napoleão um cadáver incômodo do qual precisa se livrar logo. Na mesma hora toma a enxada para cavar-lhe a cova. Sem perder tempo, escreve ao duque de Wellington, para estabelecer contato com o vencedor desde

a primeira hora. Ao mesmo tempo, com previsão psicológica sem igual, adverte os deputados que o primeiro ato de Napoleão será demiti-los todos. “Voltará mais furioso do que nunca e reivindicará a ditadura.” Urge, portanto, barrar-lhe o caminho. À noite, o Parlamento já está persuadido a participar do jogo, e o conselho ministerial também foi ganho contra o imperador. Napoleão perde a última possibilidade de retomar o poder, e isso antes de ter posto os pés em Paris. O senhor da hora não é mais Napoleão Bonaparte, mas - finalmente! Finalmente! - Joseph Fouché.

Pouco antes do amanhecer, envolta no manto preto da noite como se fosse uma mortalha, uma carruagem em mau estado (a outra, com o tesouro imperial, a espada e os documentos, fora capturada por Blücher) atravessa os portões de Paris e do Eliseu. Aquele que há seis dias escrevera pateticamente numa proclamação dirigida ao exército “Para todo francês que tenha coragem, chegou o momento de vencer ou morrer” não venceu nem morreu. Mas em Waterloo e em Ligny outros sessenta mil homens morreram por ele. Agora, ele voltou para casa como o fez depois do Egito e da Rússia, para salvar o poder. Intencionalmente, fizera demorar a viagem a fim de chegar em segredo, coberto pela escuridão. E em vez de ir diretamente às Tulherias, junto aos representantes do povo francês em seu palácio imperial, esconde seus nervos fatigados no palácio do Eliseu, menor e mais afastado.

É um homem cansado e alquebrado que desce da carruagem, balbuciando palavras sem nexos e confusas, procurando explicações e desculpas sobre o inevitável. Um banho quente distende seus nervos. Só depois convoca o Conselho. Inquietos, oscilando entre a ira e a compaixão, respeitosa mas sem respeito interior, os conselheiros ouvem as palavras vagas e febris do derrotado que delira novamente, falando dos cem mil homens que chamará às

armas, da requisição dos cavalos de luxo, que lhes apresenta cálculos (a eles, que sabem que nem cem homens podem ser conseguidos no país exangue) de duzentos mil homens que ele poderá opor aos aliados dentro de quinze dias. Os ministros, entre os quais Fouché, baixam a cabeça. Sabem que tais delírios são apenas as últimas convulsões daquela imensa vontade de poder que se recusa a morrer dentro desse gigante. Exatamente como Fouché previra, ele reivindica a ditadura, a reunião de todos os poderes militares e políticos em suas mãos. Talvez só a reivindique para que seus ministros recusem, para lhes poder imputar mais tarde a culpa de terem perdido a derradeira chance de vitória (os tempos presentes conhecem analogias para tais transformações!).

Mas todos os ministros se exprimem com prudência, cada um deles receando ofender com palavras ásperas esse homem que sofre e delira. Só Fouché não precisa falar. Ele silencia, pois já agiu e tomou todas as providências a fim de impedir essa última ofensiva de Napoleão para ter o poder. Com curiosidade objetiva - a de um médico ao observar com frieza clínica as violentas convulsões de um paciente terminal e que já calcula quando o pulso parará e a resistência se quebrará -, ele ouve, sem compaixão, esses inúteis discursos. Nenhuma palavra sai dos seus lábios finos e pálidos. O que contam as palavras desesperadas de um moribundo, um homem perdido e abandonado? Ele sabe que, enquanto o imperador delira para fazer os outros delirarem também com seus sonhos fantásticos, a mil passos dali, nas Tulherias, o Conselho reunido está decidindo com uma lógica impiedosa, de acordo com as ordens e a vontade de Fouché, finalmente sem obstáculos.

Ele mesmo não aparece na reunião dos deputados desse dia 21 de junho, exatamente como naquele 9 Termidor. Tinha - e isso lhe basta - organizado suas baterias na sombra, desenhado o plano da batalha, escolhido o homem

certo e o momento certo para o ataque: Lafayette, o adversário trágico e quase grotesco de Napoleão. Tendo regressado há um quarto de século como herói da guerra de independência norte-americana, jovem aristocrata já coroado de glória nos dois mundos, vanguardista das novas ideias, favorito de seu povo, Lafayette conhecera cedo demais todos os êxtases do poder. E então, de repente, um pequeno corso, um tenentinho qualquer de sobretudo rasgado e sapatos gastos, saiu do nada, dos aposentos de Barras, e em dois anos se apoderou de tudo o que ele projetara e construía, roubando-lhe o lugar e a glória. Essas coisas não se esquecem. Magoado, o gentil-homem ofendido ficou em suas terras, enquanto o outro, vestido com o manto bordado de imperador, recebia a seus pés os príncipes da Europa, inaugurando um novo e mais rígido despotismo do gênio para substituir o despotismo da nobreza. Esse sol que sobe cada vez mais alto não projetou nenhum raio, nenhum favor sobre os campos afastados do marquês de Lafayette, e quando este vem a Paris em suas roupas simples o arrivista nem lhe dá atenção. As fardas bordadas dos generais, os uniformes dos marechais talhados em sangue eclipsaram-lhe a glória já empoeirada. Lafayette estava esquecido, durante vinte anos ninguém lhe pronunciara o nome. Seus cabelos ficaram grisalhos, sua figura esbelta emagrecera e secara, ninguém o chamara, nem para o exército, nem para o Senado. Deixaram-no desdenhosamente plantar rosas e batatas em La Grange. Não, um ambicioso nunca esquecerá isso. E quando o povo, em 1815, lembrando-se da Revolução, volta a eleger como representante seu antigo favorito, e Napoleão se vê obrigado a dirigir-lhe a palavra, Lafayette responde friamente e com reserva, orgulhoso e sincero demais para ocultar sua inimizade.

Mas agora, incentivado por Fouché, ele se adianta, e o ódio represado nele aparenta ser inteligência e vigor. Pela

primeira vez, ouve-se de novo a voz do velho paladino na tribuna: “Ao levantar pela primeira vez em tantos anos a voz que os velhos amigos da liberdade reconhecerão, sinto-me chamado a falar-lhes dos perigos da pátria, cuja salvação depende agora unicamente dos senhores.” Pela primeira vez, a palavra “liberdade” voltou a ser pronunciada, e isso significa nesse momento livrar-se de Napoleão. A proposta de Lafayette afasta, de antemão, qualquer tentativa de dissolver a Câmara, de tentar mais um golpe de Estado. Entusiasmados, os deputados decidem que a representação popular ficará reunida em assembleia permanente e declarará traidor da pátria quem tentar dissolvê-la.

É evidente a quem se destina essa mensagem dura. Mal a recebe, Napoleão sente o murro que o fere no rosto. “Eu deveria ter mandado embora essa gente antes da minha partida”, diz ele, furioso. “Agora, já é tarde.” Em verdade, não é tarde demais. Ele ainda poderia salvar a coroa imperial para seu filho se renunciasse a tempo, para garantir a sua liberdade, poderia ainda atravessar os mil passos do Eliseu até o Parlamento e, pela sua presença, impor sua vontade a esse rebanho de carneiros inseguros. Mas a história universal mostra sempre o mesmo fenômeno espantoso, que faz com que precisamente as personalidades mais enérgicas sejam acometidas de uma estranha insegurança, de uma paralisia d’alma, no momento crítico da decisão. Wallenstein antes de sua queda, Robespierre na noite de 9 Termidor e não menos os líderes da última guerra [Primeira Guerra Mundial] revelam uma fatídica indecisão nos momentos em que a precipitação seria um erro menor.

Napoleão parlamenta, discute perante os poucos ministros que o escutam com indiferença. Na hora em que se decidirá seu futuro, ele examina esterilmente todos os erros do passado; acusa, delira, fala com um *pathos*

genuíno e teatral, mas sem coragem. Fala, mas não age. E como se a história não se repetisse dentro de um ciclo de vida, como se as analogias não fossem sempre os erros de raciocínio mais perigosos, ele manda seu irmão Luciano ao Parlamento para substituí-lo como orador e ganhar os deputados, como fizera no 18 Brumário. Mas naquela época Luciano tinha a seu lado, como eloquente advogado, a vitória do irmão, e como cúmplices granadeiros poderosos e generais decididos. Além disso, Napoleão esqueceu uma coisa fatal: os dez milhões de mortos nesses quinze anos que se passaram. E quando Luciano sobe à tribuna e acusa o povo francês de abandonar ingratamente a causa do irmão, de repente a cólera contida da nação contra seu algoz irrompe em Lafayette. Palavras inesquecíveis, que caem como centelhas num barril de pólvora, detonando com um golpe a última esperança de Napoleão. “Como?”, troveja ele. “Como o senhor ousa nos acusar de termos faltado ao nosso dever para com o seu irmão? Esquece as ossadas de nossos filhos, nossos irmãos, que atestam em toda parte nossa fidelidade? Durante dez anos, nos desertos da África, nas margens do Guadalquivir, do Tejo e do Vístula, e nos campos gelados de Moscou, três milhões de homens deram suas vidas por um homem que agora ainda quer lutar com o nosso sangue contra a Europa. Isto é o suficiente, mais do que o suficiente para um só homem! Agora, é o nosso dever salvar a pátria.” Os aplausos retumbantes deveriam ensinar a Napoleão que estava na hora de abdicar voluntariamente. Mas nada parece mais difícil no mundo do que renunciar ao poder. Napoleão hesita. E essa hesitação custa a seu filho o império e a ele próprio a liberdade.

Fouché perde a paciência. Se esse incômodo homem não quiser sair voluntariamente, então terá que ir à força. Basta colocar a alavanca no lugar certo para fazer tombar sua aura colossal. Durante a noite, ele persuade os

deputados que lhe são devotados, e na manhã seguinte a Câmara exige a abdicação. Mas nem isso parece bastante claro àquele que sente borbulhar nas veias as ondas do poder. Napoleão continua parlamentando com um e com outro, até que, manipulado por Fouché, Lafayette pronuncia a palavra decisiva: “Se ele demorar a abdicar, proporei sua destituição.”

Os deputados concedem uma hora ao senhor do mundo para sair de forma honrosa, uma hora para que o poderoso homem renuncie definitivamente, mas, assim como ocorreu em 1814 diante de seus generais em Fontainebleau, ele aproveita essa hora de modo teatral, não político. “O quê?”, exclama ele, indignado. “Violência? Se for assim, não renunciarei. A Câmara é um bando de jacobinos e ambiciosos, que eu deveria ter denunciado à nação e mandado embora. Mas posso recuperar o tempo perdido.” Na realidade, ele quer se fazer rogar mais insistentemente, para aumentar seu sacrifício. De fato, assim como os generais em 1814, seus ministros lhe falam cheios de respeito. Só Fouché silencia. As notícias continuam chegando, o ponteiro do relógio continua a andar. Finalmente, o imperador lança um olhar a Fouché - um olhar, como relatam as testemunhas, repleto de ironia e ódio passional. “Escreva a esses senhores”, grita, “que fiquem tranquilos. Vou satisfazê-los.” Imediatamente Fouché escreve a lápis algumas linhas num pedaço de papel, que manda para a Câmara, comunicando que a destituição não será mais necessária, e Napoleão vai para outra sala, para ditar os termos de sua renúncia ao seu irmão Luciano.

Alguns minutos depois, ele volta ao gabinete principal. A quem entregar o documento de tão graves consequências? Ironia atroz: àquele que o pressionou a escrevê-lo, e que está à espera, imóvel como Hermes, o mensageiro implacável. Sem uma palavra, o imperador estende-lhe o

papel. Sem uma palavra, Fouché recebe o documento tão dificilmente obtido e inclina-se.

Mas essa foi sua última reverência a Napoleão.

FOUCHÉ, O DUQUE DE OTRANTO, faltou à sessão da Câmara. Agora, que a vitória está certa, ele entra e sobe lentamente os degraus da tribuna, levando na mão o papel de importância histórica. Essa mão de intrigante, fina e dura, deve ter tremido de orgulho naquele momento, pois pela segunda vez ele triunfa sobre o homem mais poderoso da França, e esse 22 de junho é, para ele, um novo 9 Termidor. Em meio a um silêncio emocionante, ele pronuncia, frio e impassível, algumas palavras de adeus para seu antigo amo - flores artificiais jogadas num túmulo recém-aberto. Depois disso, nada de sentimentalismos! Não se arrancou o poder a esse gigante para deixá-lo cair por terra, à mercê de qualquer espertalhão. Agora trata-se de agir, aproveitar o momento, esperado durante anos. Assim, Fouché propõe a eleição de um governo provisório, um Diretório de cinco homens, certo de antemão de ser um dos escolhidos. Mais uma vez, no entanto, a sua autonomia desejada durante tanto tempo ameaça escapar-lhe. Ele consegue passar uma perna em seu concorrente mais perigoso, Lafayette, que com a sua retidão e seus princípios republicanos lhe prestou tão bons serviços. Mas no primeiro turno Carnot obtém 324 votos e Fouché apenas 293, de modo que a presidência do novo governo provisório cabe incontestavelmente a Carnot.

Mas é nesse momento decisivo, a um centímetro do poder, que o esperto jogador Fouché executa mais um de seus volteios infames e extraordinários. Segundo a matemática eleitoral, a presidência cabe a Carnot, e Fouché mais uma vez seria o segundo homem desse governo, quando ele quer ser o primeiro, o chefe absoluto.

Por isso ele recorre a uma cilada de mestre: mal se reuniu o Conselho dos Cinco e Carnot vai tomar posse da presidência, Fouché propõe aos colegas, como se fosse uma coisa muito natural, que se constituam. “O que quer dizer ‘constituir-se’?”, pergunta Carnot, surpreso. “Bem”, diz ingenuamente Fouché, “eleger o nosso presidente e o secretário.” E acrescenta logo, com modéstia: “Naturalmente, dar-lhe-ei o meu voto para a presidência.” Carnot se deixa enganar e responde, com polidez: “E eu lhe dou o meu.” Mas dois dos membros já foram secretamente convencidos por Fouché. Assim, ele tem três votos contra dois, e antes que Carnot possa compreender que foi enganado Fouché está instalado na poltrona presidencial. Depois de Napoleão e de Lafayette, Carnot, o homem mais popular, também recebeu uma rasteira e caiu, e em seu lugar o homem mais esperto, Joseph Fouché, é o dono do destino da França. Em cinco dias, de 13 a 18 de junho, o imperador perdeu o poder. Em cinco dias, de 17 a 22 de junho, Joseph Fouché apoderou-se dele, deixando finalmente de ser servidor e sendo pela primeira vez o senhor absoluto da França, livre, divinamente livre para entregar-se ao jogo amado e perturbador da política universal.

SUA PRIMEIRA MEDIDA será livrar-se do imperador. Até mesmo a sombra de um Napoleão oprime um Fouché, e assim como Napoleão não se sentia bem enquanto sabia que esse impenetrável Fouché estava em Paris, Fouché não se sente livre para respirar enquanto não houver algumas léguas de distância entre ele e o sobretudo cinzento. Assim, evita falar-lhe pessoalmente. Para que sentimentalismos? Limita-se a enviar-lhe bilhetes ditados, envoltos no fino papel cor-de-rosa da benevolência. Mas logo rasga também esse envelope de polidez e mostra sem piedade ao imperador

derrotado a sua impotência. Atira ao cesto uma proclamação patética de despedida que Napoleão endereçou ao seu exército, e, espantado, no dia seguinte Napoleão procura inutilmente no *Moniteur* suas palavras imperiais. Fouché proibiu sua divulgação! Fouché está censurando o imperador! Mal consegue crer na audácia sem limites com que o seu antigo servidor o trata, mas termina sendo empurrado com tal insistência pelo punho duro que se refugia em Malmaison. Ali resiste. Não quer partir, apesar de se aproximarem os dragões do exército de Blücher, apesar das advertências insistentes de Fouché de que deveria ser razoável e desaparecer. Mas quanto mais perto se sente de sua queda, mais Napoleão se aferra ao poder. E finalmente, quando a carruagem já está pronta para partir no pátio, lembra-se ainda de um gesto grandioso. Ele se oferece - ele, o imperador - para comandar as tropas como simples general, a fim de vencer ou morrer. Mas Fouché, o objetivo, não leva a sério esses oferecimentos românticos. "Esse homem estará fazendo troça de nós?", grita, furioso. "A sua presença à frente do exército seria apenas um novo desafio à Europa, e o caráter de Napoleão não permite atribuir-lhe qualquer indiferença em relação ao poder."

Ele critica o general por ter a audácia de lhe transmitir semelhante recado em vez de fazer o imperador seguir viagem, e ordena-lhe que tome disposições para fazer logo partir o incômodo homem. Quanto a Napoleão, nem lhe dá resposta. Os vencidos, para ele, não valem nem um pouco de tinta.

AGORA ELE ESTÁ LIVRE, alcançou a meta. Depois de ter se livrado de Napoleão, Joseph Fouché, o duque de Otranto, está com cinquenta e seis anos, finalmente só e sem freio no topo do poder. Que voltas infinitas através do labirinto

de um quarto de século: o pequeno e pálido filho de comerciantes tornou-se professor eclesiástico triste e tonsurado, depois tribuno do povo e procônsul, em seguida duque de Otranto, servidor de um imperador, e agora não serve mais ninguém, tornou-se único senhor da França. É o triunfo da intriga sobre a ideia, da habilidade sobre o gênio. Uma geração de imortais em torno dele caiu nas trevas. Mirabeau está morto, Marat foi assassinado, Robespierre, Desmoulins e Danton guilhotinados, seu colega de proconsulado, Collot, banido para as ilhas paludosas da Guiana, Lafayette liquidado, todos os seus camaradas da Revolução desapareceram. Enquanto ele agora decide na França, livremente eleito por todos os partidos, Napoleão, o senhor do mundo, foge para o litoral sob um disfarce miserável, com passaporte falso identificando-o como secretário de um pequeno general. Murat e Ney esperam para ser fuzilados, e os pequenos reis feitos pela benevolência de Napoleão e que pertencem à família Bonaparte vagueiam de bolsos vazios e sem territórios, de esconderijo em esconderijo. Toda a geração coberta pelas glórias de uma guinada sem precedentes na história caiu. Só ele ascendeu, graças à sua paciência obstinada, trabalhando na sombra e nos subterrâneos.

Agora os ministros, o Senado e a representação popular são como cera na sua mão. Os generais, normalmente tão autoritários, tremem pelas suas pensões e se subordinam, mansos como cordeiros, ao novo presidente.

OS CIDADÃOS E O POVO de todo o país esperam sua decisão, Luís XVIII manda-lhe emissários, Talleyrand seus cumprimentos, Wellington, o vencedor de Waterloo, envia-lhe comunicados confidenciais - pela primeira vez, os fios do destino do universo correm livre e deliciosamente pelas suas mãos. Uma tarefa imensa o aguarda: proteger um país

derrotado e vencido dos inimigos que se aproximam, impedir uma resistência patética e inútil, conseguir condições aceitáveis para encontrar a forma de Estado e o soberano apropriados, fazer sair do caos uma nova norma e uma ordem durável. Isso tudo exige maestria, uma extrema agilidade do espírito, e, na verdade, durante essas horas em que todo mundo perde o sangue-frio, as medidas de Fouché revelam a maior energia, e seus planos, que seguem às vezes caminhos duplos e quádruplos, mostram uma segurança surpreendente. É amigo de todos, para enganar a todos e fazer apenas o que lhe parece pessoalmente certo e necessário. Apesar de parecer reivindicar o filho de Napoleão diante do Parlamento, a República perante Carnot e o duque de Orléans perante os aliados, em surdina ele empurra o leme para o antigo rei Luís XVIII. Imperceptivelmente, com manobras silenciosas e hábeis, e sem que seus camaradas mais próximos percebam para onde se dirige, ele navega através de um pântano de corrupção até os monarquistas e negocia o governo que lhe foi confiado com os Bourbon, enquanto continua representando o papel de bonapartista e republicano no conselho ministerial e na Câmara. Sob o ponto de vista psicológico, essa solução era a única acertada. Só uma capitulação rápida perante o rei pode assegurar tranquilidade e uma transição sem atritos para uma França esgotada, arruinada e inundada por tropas estrangeiras. Só Fouché com o seu senso de realidade compreende logo essa necessidade e a concretiza contra a resistência do Conselho, do povo, do exército, da Câmara e do Senado, por vontade e força próprias.

Apesar de toda a inteligência de Fouché nesses dias, falta-lhe uma virtude - tragicamente, a mais nobre de todas, a mais pura: esquecer a si próprio e aos seus interesses. Essa última virtude exigiria que renunciasse depois desse golpe de mestre, aos cinquenta e seis anos, no

auge do sucesso, dez ou vinte vezes milionário, respeitado e comemorado por seu tempo e pela história. Mas quem ficou vinte anos sedento de poder, quem se alimentou dele durante vinte anos e ainda não está saciado, torna-se incapaz de abrir mão. Assim como Napoleão, Fouché não consegue renunciar um minuto antes que lhe deem o golpe fatal. E como não tem mais nenhum amo a trair, só lhe resta trair-se a si próprio, trair o seu próprio passado. Devolver a França derrotada agora a seu antigo senhor foi naquele momento uma verdadeira proeza política, certa e ousada. Fazer pagar essa decisão com a gorjeta de um posto ministerial do rei foi vileza e mais do que um crime: foi tolice. E é essa tolice que comete esse homem furiosamente ambicioso, só para “ter as mãos na massa” durante mais um tempinho – comete sua primeira e maior tolice, o gesto irremissível que para sempre o envilece perante a história. Subiu mil degraus com habilidade, paciência e destreza. Com um mau jeito do joelho ele rola escada abaixo.

Para sabermos como se deu a venda do poder para Luís XVIII em troca de uma pasta de ministro existe felizmente um documento peculiar, um dos poucos que registram palavra por palavra uma conversa diplomática de Fouché, habitualmente tão prudente. Durante os Cem Dias, um partidário resolutivo do rei, o barão de Vitrolles, reunira um exército em Toulouse para combater Napoleão. Preso e levado a Paris, o imperador quis mandar fuzilá-lo imediatamente, mas Fouché se imiscuía. Sempre era a favor da clemência, sobretudo em se tratando de inimigos dos quais poderia precisar mais tarde. Contentaram-se, pois, em deixar o barão de Vitrolles na prisão militar até o julgamento do caso por um conselho de guerra. Mas a 23 de junho, ao saber que Fouché era o senhor da França, a esposa do prisioneiro acorre a ele para pedir-lhe que soltasse Vitrolles. Fouché concede logo, pois quer estar nas

boas graças dos Bourbon. No dia seguinte, o barão de Vitrolles, líder dos monarquistas, vem agradecer ao duque de Otranto.

Então, teve lugar uma amigável conversa política entre o chefe do governo eleito pelos republicanos e o monarquista. Fouché diz-lhe:

- Então, o que pretende fazer?

- Pretendo viajar para Ghent, minha carruagem aguarda lá fora.

- É o melhor que pode fazer, pois aqui o senhor não está seguro.

- O senhor não tem nada a mandar para o rei?

- Não, nada. Diga somente a Sua Majestade que pode contar com a minha dedicação e que não depende de mim seu pronto regresso às Tulherias.

- Mas acredito que depende unicamente do senhor que isso seja o quanto antes.

- Menos do que o senhor pensa. As dificuldades são imensas. No entanto a Câmara simplificou tudo. O senhor sabe - diz Fouché sorrindo - que ela proclamou Napoleão II?

- O quê, Napoleão II?

- Naturalmente, tínhamos que começar por isso.

- Mas suponho que não deva ser levado a sério...

- Sim. Quanto mais penso nisso, mais estou convencido de que a nomeação não tem sentido. Mas o senhor não pode imaginar quantas pessoas ainda têm simpatia por esse nome. Alguns de meus colegas, sobretudo Carnot, estão convencidos de que com Napoleão II tudo está salvo.

- E quanto tempo durará essa brincadeira?

- Provavelmente tanto tempo quanto precisarmos para nos livrarmos de Napoleão I.

- E depois, o que deve acontecer?

- Como vou saber? Em momentos como esse é difícil prever o dia seguinte.

- Mas se o sr. Carnot, o seu colega, tem tanta simpatia por Napoleão II, o senhor não escapará facilmente a essa combinação.

- Bah, não conhece Carnot. Para fazê-lo mudar de opinião bastará proclamar o governo do “povo francês”. “Povo francês”, quando ele ouve isso...

E os dois põem-se a rir. O duque de Otranto eleito pelos republicanos, que faz troça de seu colega, e o emissário monarquista. Começam a entender-se.

- Muito bem, vai dar certo - retoma a conversa o barão de Vitrolles -, mas espero que depois de Napoleão II e do “povo francês” pensem nos Bourbon.

- Naturalmente - responde Fouché -, depois será a vez do duque de Orléans.

- Como, o duque de Orléans? - exclama o barão de Vitrolles, surpreso. - O duque de Orléans?! Mas o senhor acredita que o rei consinta aceitar uma coroa assim passeada, assim rebaixada?

Fouché apenas se cala e sorri.

Mas o barão de Vitrolles já entendeu. Com essa conversa astuciosamente irônica e aparentemente desimportante, Fouché já lhe mostrou suas intenções. Ele o fez sentir claramente que, se quiser, encontrará dificuldades, que no lugar de Luís XVIII também podem ser proclamados Napoleão II ou o povo francês ou o duque de Orléans, mas que ele, Fouché, não tem predileção especial por nenhuma das possibilidades e que estaria disposto a eliminá-las em proveito de Luís XVIII, se... essa palavra “se” não é sequer pronunciada, mas o barão de Vitrolles entendeu, talvez num sorriso, no olhar, talvez num gesto. Seja como for, ele decide de repente cancelar sua viagem e ficar em Paris junto a Fouché, sob condição de poder corresponder-se livremente com o rei, claro. Propõe suas condições: vinte e

cinco passaportes para os seus agentes, destinados a Ghent, quartel-general do rei. “O senhor terá cinquenta, cem, quantos quiser”, responde, bem-humorado, o ministro da Polícia republicano ao representante dos inimigos da República. “Além disso, quero ter uma reunião por dia com o senhor.” Mais uma vez, o duque responde bem-humorado: “Uma vez não é suficiente. Duas vezes: uma de manhã e uma à noite.” Agora o barão de Vitrolles pode permanecer tranquilamente em Paris e negociar com o rei sob o manto protetor do duque de Otranto, informando-o de que os portões de Paris estarão abertos para ele, se... bem, se Luís XVIII estiver disposto a aceitar o duque de Otranto como ministro do novo governo monarquista.

QUANDO PROPÕEM a Luís XVIII deixar que os portões de Paris se abram comodamente para ele por Fouché, contra a gorjeta de um posto ministerial, o Bourbon, habitualmente calmo, espuma. “Nunca!”, grita aos primeiros que querem pôr na lista esse nome execrado. E, efetivamente, que absurda pretensão querer que aceite em sua casa um regicida, um dos que assinaram a sentença de morte de seu próprio irmão, um ex-sacerdote, ateu furioso e servidor de Napoleão. “Nunca!”, grita, indignado. Mas a história conhece esses “nunca!” dos reis, dos políticos e dos generais. Quase sempre são o prelúdio de uma capitulação. Paris não vale uma missa? Desde Henrique IV, os reis, seus antepassados, não fizeram semelhantes *sacrifici dell’intelletto*, sacrifícios do espírito e da consciência, em nome do poder?

Pressionado por todos os lados, pelos cortesãos, pelos generais, por Wellington e principalmente por Talleyrand (que, por ser um bispo casado, precisa que haja na corte alguém com biografia mais recriminável que ele), Luís XVIII começa a hesitar. Todos lhe asseguram que só um

homem poderia abrir-lhe os portões de Paris sem resistência, só Fouché. Só ele, o homem de todos os partidos e de todas as opiniões, que melhor segurou o estribo a todos os pretendentes da Coroa, é capaz de evitar derramamento de sangue. Além disso, asseguram, o velho jacobino há muito já se tornou um honrado conservador. Arrependeu-se e traiu Napoleão. Enfim, para descarregar sua consciência (dizem que gritou: “Pobre irmão, se pudesse me ver agora!”), o rei se confessa e se declara pronto para receber Fouché secretamente em Neuilly, pois ninguém em Paris deve saber que um líder eleito pelo povo vende seu país por um lugar de ministro, e um pretendente ao trono a sua honra por uma coroa de rei. Na sombra, tendo como única testemunha um bispo renegado, esse negócio, o mais vergonhoso da história moderna, é levado a bom termo entre o ex-jacobino e aquele que ainda não é rei.

É lá em Neuilly que se passa essa cena tenebrosa e fantástica, digna de Shakespeare ou de Aretino: o rei Luís XVIII, descendente de São Luís, recebe um dos assassinos do seu irmão, Fouché, sete vezes perjuro, ministro da Convenção, do imperador e da República, para o ouvir prestar juramento, o seu oitavo juramento de fidelidade. E Talleyrand, ex-bispo, depois republicano, depois servidor do imperador, é quem conduz o camarada. Para melhor caminhar, o manco Talleyrand coloca o braço sobre o ombro de Fouché - “o vício apoiado no crime”, como Chateaubriand ironizou -, e assim os dois ateístas e oportunistas se aproximam fraternalmente do herdeiro de São Luís. Primeiro, uma profunda reverência. Depois, Talleyrand assume o dever constrangedor de propor ao rei, como ministro, o assassino do irmão. O homem magro está mais pálido do que o normal quando se ajoelha diante do “tirano”, do “déspota”, para prestar juramento e lhe beijar a mão onde corre o mesmo sangue que ele ajudou a

derramar, e jurar, pelo nome do mesmo Deus cujas igrejas ele saqueou e profanou em Lyon com seus asseclas. Mesmo para um Fouché, trata-se de uma situação e tanto!

Por isso o duque de Otranto continua pálido quando deixa a sala de audiência do rei. Agora é a vez de o coxo Talleyrand apoiá-lo. Não diz uma palavra. Nem mesmo as observações irônicas desse cínico bispo sem mitra que lia a missa como joga cartas podem arrancá-lo do seu silêncio patético. À noite, ele volta a Paris, para as Tulherias, com o decreto da sua nomeação no bolso, para ir ao encontro de seus colegas que nada sabem, que amanhã porá na rua e depois de amanhã desterrará - sem dúvida, não deve ter se sentido muito bem entre eles. Esse mais infiel dos servidores chegou a ser livre, mas - contradição maravilhosa do destino! - almas subalternas nunca suportam a liberdade, sentem-se incessantemente impelidas a refugiar-se em nova servidão. E assim Fouché, ontem ainda poderoso e independente, curva-se novamente diante de um amo, acorrenta novamente suas mãos livres à galera do poder (tomando-o pelo leme do destino). Mas em breve trará o ferrete das galés, a cicatriz do ferro em brasa.

No dia seguinte, as tropas dos aliados entram nas Tulherias. Conforme a combinação secreta, ocupam-nas e simplesmente barram as portas aos deputados. Isso dá a Fouché, aparentemente surpreso, um pretexto bem-vindo para sugerir aos colegas que se demitam do governo em protesto contra as baionetas. Enganados pelo gesto patético, eles caem na cilada. Assim, o trono está subitamente vago, como fora combinado. Durante um dia inteiro, não há governo em Paris. E Luís XVIII só precisa se aproximar dos portões de Paris, aclamado pelo público comprado por seu novo ministro da Polícia para ser recebido entusiasticamente como salvador. A França voltou a ser um reino.

Só agora os colegas de Fouché compreendem como foram ardilosamente trapaceados. No *Moniteur*, leem qual foi o preço da traição. Nesse momento, arrebenta o furor no honrado, probo, íntegro (e só um pouco limitado) Carnot: “Traidor, aonde devo ir agora?”, pergunta ele com desdém ao recém-nomeado ministro da Polícia monarquista.

Com o mesmo desprezo, Fouché responde: “Aonde quiser, imbecil.”

E com esse diálogo lacônico e típico dos dois antigos jacobinos, os últimos do 9 Termidor, acaba o drama mais surpreendente dos tempos modernos, a Revolução e a sua resplandecente fantasmagoria: a passagem de Napoleão pela história universal. Terminou a época das aventuras heroicas, começa a era da burguesia.

Queda e fim

1815-1820

NO DIA 28 DE JULHO DE 1815 - findos os cem dias do interlúdio napoleônico -, o rei Luís XVIII volta à sua cidade, Paris, numa carruagem magnífica, puxada por cavalos brancos. A recepção é grandiosa, Fouché trabalhou bem. Alegres multidões circundam a carruagem, as casas estão decoradas com bandeiras brancas, e quem não pôde arranjá-las rapidamente pôs nas janelas guardanapos e toalhas amarrados em bengalas. À noite, a cidade cintila com mil luzes, e na exuberância da alegria dança-se até mesmo com os oficiais das guarnições inglesa e prussiana. Não se ouve um grito hostil, a polícia que está de sobreaviso é desnecessária, de fato o novo ministro da Polícia do rei cristianíssimo trabalhou com excelência para o novo soberano. Nas Tulherias, o mesmo palácio onde ainda há um mês se comportava respeitosamente como o mais leal servidor de seu imperador Napoleão, o duque de Otranto aguarda o rei Luís XVIII, irmão do “tirano” que, há vinte e dois anos, ele condenou à morte no mesmo prédio. Mas agora ele se inclina profunda e deferentemente diante do descendente de São Luís, e nas suas cartas ele assina “de Vossa Majestade respeitosamente o mais devotado súdito” (palavras literais que se encontram numa dúzia de relatórios manuscritos de Fouché). De todas as reviravoltas de suas acrobacias de caráter, essa é a mais ousada - mas também é a última - na corda bamba da política. Por enquanto, tudo parece se encaminhar com perfeição. Enquanto o rei não estiver firme em seu trono, não desdenha apoiar-se num sr. Fouché. Além disso, ainda

precisa desse Fígaro que é tão bom malabarista. Em primeiro lugar, trata-se de resolver as eleições, pois na corte deseja-se ter uma maioria leal no Parlamento, e para isso o “experimentado” republicano e homem do povo serve como ninguém. Além disso, ainda há algumas tarefas sanguinárias a resolver, por que não se servir dessa luva usada? Depois, pode-se jogá-la fora, e assim não será preciso sujar as mãos reais.

Já nos primeiros dias é preciso resolver uma dessas tarefas sujas. No exílio, o rei prometera anistiar e não perseguir aqueles que durante os Cem Dias tinham servido ao usurpador. Mas, uma vez sentado à mesa, as coisas são diferentes: raramente os reis se sentem obrigados a cumprir o que prometeram quando eram pretendentes à Coroa. Rancorosos e vaidosos de sua lealdade, os monarquistas exigem, agora que o rei está firme na sela, a punição de todos aqueles que durante os Cem Dias desertaram a bandeira das flores de lis. Pressionado pelos monarquistas, sempre mais realistas do que o rei, Luís XVIII acaba cedendo. E a constrangedora missão de organizar a lista dos proscritos cabe ao ministro da Polícia.

Missão que não agrada ao duque de Otranto. Será mesmo necessário punir pessoas por semelhante bagatela, só porque agiram sensatamente, passando-se para o lado do mais forte, do vencedor? Além disso, o ministro da Polícia do rei cristianíssimo não ignora que o primeiro nome a pôr nessa lista deveria ser o do duque de Otranto, o ministro da Polícia de Napoleão, o seu próprio nome. Situação constrangedora! A princípio Fouché tenta escapar com uma astúcia a essa desagradável tarefa. Em vez de uma lista contendo, como desejado, os trinta ou quarenta principais culpados, ele traz primeiro algumas grandes folhas de papel com trezentos ou quatrocentos nomes, até mesmo mil, como pretendem alguns, e exige que todos sejam punidos ou então ninguém. Acredita que o rei não

terá coragem e que assim a questão estará resolvida, mas, infelizmente para ele, o ministério é presidido por uma raposa de sua espécie, Talleyrand. Esse nota logo que o seu amigo Fouché acha a pílula amarga, e insiste em que a engula. Sem piedade, faz rever a lista até sobrarem apenas quatro dúzias de nomes e deixa a Fouché a tarefa penosa de assinar com o seu nome essas sentenças de morte e de banimento.

O mais inteligente para Fouché seria agora pegar o chapéu e bater a porta do palácio. Mas várias vezes já aludimos ao ponto fraco de Fouché: sua ambição tem todas as habilidades, exceto saber renunciar a tempo. Fouché preferirá suportar o desfavor, o ódio e a amargura a deixar voluntariamente uma poltrona ministerial. Assim, para indignação geral aparece uma lista de proscricção, referendada pelo ex-jacobino, contendo os nomes mais famosos e nobres da França. Entre eles estão Carnot, “o organizador da vitória”, o criador da República, e o marechal Ney, o vencedor de incontáveis batalhas, o salvador dos destroços do exército na campanha da Rússia, todos os seus camaradas do governo provisório, os últimos de seus camaradas da Convenção e da Revolução. Encontram-se nessa terrível lista de morte e de proscricção todos os nomes daqueles que, durante as últimas duas décadas, trouxeram glória à França. Só falta um único nome, o de Joseph Fouché, duque de Otranto.

Na verdade, esse nome não falta, também está na lista, mas não consta do texto principal como um dos ministros acusados ou proscritos, e sim como ministro do rei, enviando à morte ou ao exílio todos os seus camaradas - como algoz.

O REI NÃO LHE PODE recusar certa gratidão pelo rude golpe que o ex-jacobino deu na própria consciência, humilhando-

se desse modo. Uma última e suprema honra está agora reservada a Joseph Fouché. Viúvo há cinco anos, quer casar-se novamente. O mesmo homem que outrora era sedento pelo “sangue dos aristocratas” quer agora unir-se matrimonialmente com sangue azul. Ele pretende casar-se com uma condessa de Castellane, da alta aristocracia, ou seja, desse “bando de criminosos que deve cair sob a espada da lei”, como ele costumava pregar gentilmente em Nevers. Mas desde então - e viram-se vários exemplos vistosos disso - o ex-jacobiníssimo e sanguinário Joseph Fouché mudou radicalmente de opinião. Quando, agora, vai à igreja no dia 1º de agosto de 1815, não é para destruir com o martelo os “vergonhosos emblemas do fanatismo”, os crucifixos e altares, como fez em 1793, mas para receber humildemente com sua nobre noiva a bênção de um homem coberto com a mesma mitra que ele - lembrem-se! - colocara em 1793 sobre as orelhas de um asno. Segundo as tradições da nobreza - e um duque de Otranto sabe o que se tem de fazer quando se casa com uma condessa de Castellane -, o contrato de casamento é assinado pelas principais famílias da corte e da nobreza, e como primeira testemunha o rei Luís XVIII assina de próprio punho esse documento único na história universal, servindo de testemunha mais digna e ao mesmo tempo mais indigna do assassino do seu irmão.

Era muito, era demais. Porque justamente essa suprema falta de pudor de um regicida, tomando como testemunha de casamento o irmão do rei guilhotinado, provoca grande irritação nos meios da nobreza. Esse miserável trãnsfuga, esse monarquista de véspera (ou de antevéspera?), reclamam eles, porta-se como se fizesse realmente parte da corte e da nobreza. Para que se precisa ainda desse homem, “o mais nojento resto da Revolução”, que mancha o ministério com a sua presença repugnante? Certo, ajudou a reconduzir o rei a Paris, emprestou sua mão venal para

assinar a proscrição de alguns dos melhores homens da França. Mas agora é preciso mandá-lo embora. Os mesmos aristocratas que, enquanto o rei esperava impacientemente diante dos portões de Paris, pressionavam-no a nomear o duque de Otranto para o ministério para evitar derramamento de sangue, esses mesmos senhores de repente não querem mais saber do duque de Otranto, eles só se lembram obstinadamente de um certo Joseph Fouché que massacrara em Lyon a tiros de canhão centenas de sacerdotes e nobres e que exigiu a morte de Luís XVI. De repente, o duque de Otranto nota, quando atravessa a antecâmara do rei, que vários fidalgos não o saúdam mais ou lhe dão as costas com desprezo provocador. Libelos inflamados contra o “carniceiro de Lyon” aparecem subitamente e passam de mão em mão. Uma nova sociedade patriótica – os “francos regenerados”, antecessores dos atuais “*Camélots du Roi*” e dos “Húngaros Acordados”^d – realiza reuniões e pede categoricamente que a bandeira das flores de lis seja afinal purificada dessa nódoa de vergonha.

Mas Fouché não se rende tão facilmente quando se trata do poder, ao qual se agarra com unhas e dentes. No relatório secreto de um espião encarregado de vigiá-lo lê-se como procura segurar-se de todos os lados. Afinal, os soberanos inimigos ainda se encontram no país, e eles podem defendê-lo contra os servidores mais realistas do que o rei. Fouché visita o imperador da Rússia, passa horas conferenciando com Wellington e o embaixador da Inglaterra, manda pelos ares todas as minas diplomáticas ao tentar, de um lado, ganhar o povo através de uma queixa contra as tropas do invasor, e de outro, meter medo ao rei através de relatórios exagerados. Envia o vencedor de Waterloo ao rei Luís XVIII para que interceda por ele, mobiliza banqueiros, mulheres e os últimos amigos. Não, não quer ir embora, sua consciência pagou um preço muito

alto, e por isso ele se defende agora como um desesperado. E, efetivamente, durante algumas semanas consegue manter-se com a cabeça fora d'água, nadando ora de lado, ora de costas, hábil. Durante esse tempo, exhibe autoconfiança, como relata o espião, e é provável que essa confiança fosse real. Afinal, nos últimos vinte e cinco anos ele sempre ficou por cima. E alguém que venceu um Robespierre e um Napoleão há que se preocupar com alguns fidalgos simplórios? Fouché, que sempre desprezou a humanidade, já não tem medo dos homens - ele, que triunfou sobre os maiores personagens da história universal e a eles sobreviveu.

MAS HÁ UMA COISA que esse velho *condottiere*, esse perspicaz conhecedor das almas humanas ainda não aprendeu, e que ninguém pode aprender: lutar contra fantasmas. Ele esqueceu essa única coisa, que na corte real um espectro do passado ronda como uma Erínia da vingança: a duquesa de Angoulême, a própria filha de Luís XVI e de Maria Antonieta, única da família que escapou ao grande massacre. O rei Luís XVIII ainda podia perdoar Fouché, apesar de tudo. Afinal, deve a esse jacobino o trono, e semelhante herança pode adoçar (a história é testemunha disso) a dor fraterna mesmo nas posições mais elevadas. Perdoar, para ele, era simples, pois ele pessoalmente não sofreu com o Terror.

Mas a duquesa de Angoulême, filha de Luís XVI e de Maria Antonieta, ainda tem no sangue as imagens tenebrosas de sua infância. Tem recordações que não se esquecem jamais, e sentimentos de ódio que nada pode apaziguar; sofreu demais, no corpo e na alma, para que algum dia pudesse vir a perdoar a um desses jacobinos, esses homens do Terror. Criança ainda, assistiu, trêmula, àquela noite de terror no castelo de Saint-Cloud quando

massas de *sans-culottes* assassinaram os porteiros e se apresentaram à sua mãe e ao seu pai com os sapatos gotejando sangue. Viveu a noite em que estavam os quatro apertados dentro de uma carruagem - pai, mãe, irmãos, “padeiro, padeira e os meninos da padaria” - em meio a uma turba ensandecida, esperando a morte a cada instante, e foram levados de volta para Paris, para as Tulherias. Viveu aquele dia 10 de agosto, quando a população arreventou a golpes de machado as portas dos aposentos de sua mãe e colocou uma boina vermelha na cabeça de seu pai, enquanto lhe espetavam o peito com um ferro. Sofreu os horríveis dias de prisão no Templo e os atrozes minutos em que levantaram até a sua janela a cabeça ensanguentada da amiga de sua mãe, a duquesa de Lamballe, espetada na ponta de um pau, com os cabelos soltos e empastados de sangue. Como poderia ela jamais esquecer aquela noite em que se despediu do pai antes de ele ser levado à guilhotina, do seu irmãozinho, deixado à mercê dos piolhos, agonizando lentamente num cômodo estreito? Como não se lembrar dos camaradas de Fouché com a boina vermelha, que a interrogaram durante dias, atormentando-a com perguntas, para que testemunhasse a pretensa impudicícia de sua mãe Maria Antonieta com o filhinho? E como banir do seu sangue o momento em que a arrancaram dos braços de sua mãe, em que já ouvia no calçamento do pátio o carro que a levaria para a guilhotina? Não, ela, a filha de Luís XVI e de Maria Antonieta, a prisioneira do Templo, não soube dessas atrocidades pelos jornais ou pelas descrições de terceiros, ela as traz indelevelmente impressas em sua alma de criança assustada, aterrorizada e torturada. E seu ódio contra os assassinos do seu pai, contra os torturadores da sua mãe, contra as imagens de terror de sua infância, contra todos os jacobinos e revolucionários, ainda está longe de desaparecer, ainda não foi vingado.

Impossível esquecer semelhantes recordações. Assim, jurara nunca estender a mão ao ministro do seu tio, ao assassino de seu pai, a Fouché, e jamais respirar o mesmo ar que ele. Aberta e desafiadoramente, ela mostra ao ministro, perante toda a corte, o seu desprezo e o seu ódio. Não comparece a nenhuma festa ou recepção em que esteja presente esse regicida, esse traidor de suas próprias convicções, e o seu desprezo irônico, fanático e explícito em relação a esse trãnsfuga atíça, aos poucos, o sentimento de honra também nos outros. Finalmente, todos os membros da família real de Luís XVIII reivindicam que ele mande embora das Tulherias o assassino do seu irmão, agora que seu poder está assegurado.

É preciso lembrar que Luís XVIII só consentira em nomear Fouché como ministro a contragosto e porque precisava dele. Agora que não lhe é mais útil, demite-o com a maior alegria. “A pobre duquesa não deve mais ficar exposta a encontrar esse rosto repugnante”, diz, sorrindo, sobre o homem que ainda assina nos seus relatórios como “o vosso mais fiel servidor”. E Talleyrand, o outro trãnsfuga, recebe a ordem real de explicar ao seu colega da Convenção e da era napoleônica que sua presença nas Tulherias se tornou indesejável.

Com prazer, Talleyrand aceita essa missão. De qualquer forma, ele já tem dificuldade em ajeitar suas velas de acordo com os ventos fortemente monarquistas. Assim, espera poder manter seu navio flutuando mais facilmente se deitar lastro fora. E o lastro mais pesado em seu ministério é esse regicida, seu antigo cúmplice Fouché. Alijá-lo é uma tarefa aparentemente penosa, que ele cumpre com a habilidade de mestre. Não lhe comunica brutal ou simplesmente a demissão - não, como velho mestre experimentado das etiquetas, fidalgo soberano, escolhe um modo encantador de fazer compreender a Fouché que a sua hora chegou. Esse último aristocrata do

século XVIII representa suas cenas de comédia e suas intrigas tendo sempre como cenário um salão, e dessa vez ele também reveste a brutal demissão das formas mais delicadas.

No dia 14 de dezembro, Talleyrand e Fouché encontram-se numa recepção. Janta-se, conversa-se, fala-se de tudo, e Talleyrand parece estar especialmente bem-humorado. Um grande círculo forma-se ao redor dele: belas senhoras, altos dignitários, jovens, todos o rodeiam com curiosidade para ouvir falar esse mestre da conversação. E dessa vez ele discorre de maneira mais encantadora do que nunca. Conta dos dias passados, quando foi obrigado a fugir para a América do Norte, a fim de escapar à ordem de prisão decretada contra ele pela Convenção, e enaltece com entusiasmo esse país grandioso. Ah, que magnífico! Florestas impenetráveis, habitadas pelas tribos primitivas dos peles-vermelhas, rios colossais e inexplorados, o majestoso Potomac, o gigantesco lago Erie e, em meio a esse mundo heroico e romântico, uma raça nova, de aço, capaz e forte, capaz de lutar, comprometida com a liberdade, exemplar pelas suas leis, com imensas possibilidades. Sim, ali ainda há muito o que aprender, ali se percebe um futuro novo, melhor, mil vezes mais vivo do que na esgotada Europa. Ali conviria morar, ali conviria agir, diz ele, entusiasmado, e nenhum posto lhe parece mais atraente do que o de embaixador nos Estados Unidos.

De repente, ele se interrompe no entusiasmo afetadamente casual e volta-se para Fouché: “O senhor não teria vontade de assumir um tal posto, duque de Otranto?”

Fouché empalidece. Compreendeu. Interiormente, treme de raiva, ao ver com que astúcia e habilidade a velha raposa lhe tirava, perante todas as pessoas, perante toda a corte, a poltrona ministerial. Não responde. Mas alguns minutos mais tarde ele se retira, vai para casa e escreve a sua carta de demissão. Talleyrand fica na festa, animado, e

na volta para casa confidencia a seus amigos com um sorriso torto: “Dessa vez, torci-lhe definitivamente o pescoço.”

PARA DISFARÇAR aos olhos da opinião pública essa brutal demissão de Fouché, oferece-se ao ministro despedido, por cortesia, um outro empreguinho. É por isso que o *Moniteur* não registra que o regicida Joseph Fouché foi demitido de seu posto como ministro da Polícia, mas sim que Sua Majestade, o rei Luís XVIII, dignou-se nomear a Sua Excelência o duque de Otranto como embaixador na corte de Dresden. Naturalmente, espera-se que ele recuse esse posto sem valor, que não corresponde nem à sua condição nem à sua posição na história universal. Ledo engano! Se tivesse um mínimo de bom senso, Fouché teria que compreender que ele, o regicida, estava definitivamente impossibilitado de servir a um reino reacionário, e que dentro de poucos meses também lhe arrancariam esse osso miserável dos dentes. Mas a sede de poder tornou servil como um cachorro essa alma de lobo, outrora tão temerária. Assim como Napoleão se agarrou até o último momento não só ao posto como ao simples nome de sua dignidade imperial, seu servidor Fouché, de forma muito menos nobre, segura-se no título insignificante de um ministério apenas aparente. Como visgo ele gruda no poder. Eterno servidor, obedece também dessa vez ao seu amo, amargurado! “Aceito, sire, reconhecido, a embaixada que Vossa Majestade se dignou a mandar oferecer-me”, escreve humildemente esse homem de cinquenta e sete anos, vinte vezes milionário, ao rei que há seis meses graças a ele reconquistou o trono. Prepara as suas malas e se muda com toda a sua família para a pequena corte de Dresden, onde se instala principescamente e age como se

pretendesse ficar ali o resto da sua vida como emissário do rei.

Mas o que ele temeu durante tanto tempo não tarda a acontecer. Durante quase vinte e cinco anos, Fouché lutou como um desesperado contra a volta dos Bourbon, pelo próprio instinto que o fazia adivinhar que, no final, acabariam cobrando-o por causa daquelas duas palavras, “a morte”, com as quais empurrou Luís XVI para a guilhotina. Ele esperava, tolamente, poder enganá-los, penetrando em suas fileiras e disfarçando-se em fiel servidor do rei. Dessa vez, no entanto, não enganou os outros, só a si próprio. Pois mal colara o papel de parede em seus aposentos de Dresden, mal preparara sua sala de jantar e seu quarto de dormir, a tempestade começa no Parlamento francês.

Ninguém mais fala no duque de Otranto, todos esqueceram que um dignitário com esse nome reconduziu triunfalmente para Paris seu novo rei Luís XVIII - todos só falam de um sr. Fouché, o regicida Joseph Fouché de Nantes, que condenou o rei em 1792, falam do “carniceiro de Lyon”, e por uma fulminante maioria de 334 votos contra apenas 32, excluem o homem “que elevou suas mãos contra o ungido do Senhor” de qualquer anistia e o banem da França para o resto da sua vida. Naturalmente, isso significa a revogação vergonhosa de seu lugar de embaixador. Sem compaixão, ironicamente e com desprezo, o “sr. Fouché” - e não mais Sua Excelência, comendador da Legião de Honra, senador, ministro, alto dignitário - é jogado no olho da rua com um pontapé. Ao mesmo tempo, o rei da Saxônia é informado de que a presença de um indivíduo chamado Fouché em Dresden não é mais bem vista. O mesmo homem que mandou para o exílio milhares de franceses, o último dos lutadores da Convenção é agora um apátrida, amaldiçoado e banido. Sem poder e fora da lei, atrai agora o ódio de todos os partidos, assim como

antes todos os partidos faziam a corte ao homem mais poderoso. De nada adiantam agora as manobras, os protestos, as conspirações: um poderoso sem poder, um político vencido, um intrigante que esgotou suas intrigas é sempre a coisa mais lamentável que existe na terra. Fouché paga suas dívidas tarde, mas com juros. Paga pelo fato de jamais ter servido a uma ideia, a uma paixão moral da humanidade, mas sempre, unicamente, ao favor precário do momento e dos indivíduos.

PARA ONDE AGORA? Banido da França, a princípio o duque de Otranto não se preocupa. Não é ele o favorito do czar, o confidente de Wellington, o vencedor de Waterloo, o amigo do todo-poderoso ministro austríaco Metternich? Não lhe devem os Bernadotte um agradecimento, já que ele os empurrou para o trono da Suécia? Não lhe devem agradecimento os príncipes bávaros? Não conhece ele há tantos anos, intimamente, todos os diplomatas? Não se esforçaram todos os príncipes e reis da Europa por ter a sua amizade? Afinal, ele só precisa fazer um discreto aceno e todos os países se precipitarão para hospedar o Aristides e Livros, pensa ele. Mas como é diferente a atitude da história universal para com um homem caído em desgraça ou um poderoso! Apesar de vários sinais, não vem convite algum da corte do czar, tampouco de Wellington. A Bélgica recusa, já que albergou jacobinos em excesso em seu território. A Baviera esquiva-se prudentemente, e até mesmo o velho amigo, o príncipe Metternich, mostra-se estranhamente frio. Sim, se o duque de Otranto quiser, poderá ir para território austríaco, o governo é magnânimo o suficiente para não se opor a isso. Mas de forma alguma poderá ir para Viena, ali sua presença seria indesejável, e ele também não pode ir à Itália sob nenhum pretexto. Pode ficar (contanto que se comporte!) numa pequena cidade da

província, e não pode ser na Baixa Áustria, isto é, não pode ser próximo de Viena. Realmente, o velho e bom amigo Metternich não se mostra muito solícito. Mesmo quando Fouché oferece investir toda a sua fortuna em imóveis na Áustria ou em letras do Tesouro austríaco, ou quando propõe que seu filho sirva no exército imperial, o ministro permanece reservado. Quando o duque de Otranto lhe anuncia uma visita a Viena, ele recusa polidamente, aconselhando-o a ir discretamente para Praga.

Dessa forma, sem convite oficial, sem honras, bem mais tolerado do que solicitado, Joseph Fouché viaja sorrateiramente para Praga, para ali estabelecer residência: começou seu quarto exílio, o último e mais cruel.

Tampouco em Praga fica-se muito satisfeito com esse hóspede ilustre mas que despencou de seu poder, e a aristocracia local trata o intruso inesperado com frieza. Afinal, os nobres da Boêmia leem sempre os jornais franceses, recheados de ataques vingativos e furiosos contra esse "*monsieur Fouché*"; eles falam frequentemente e de forma detalhada como esse jacobino saqueou as igrejas em Lyon em 1793 e pilhou os cofres em Nevers. Todos os pequenos escrivãos que outrora tremiam diante do punho rude do ministro da Polícia e trincavam os dentes para conter a raiva agora cospem livremente nesse homem indefeso. A roda gira com uma velocidade vertiginosa. O mesmo homem que outrora vigiava meio mundo é agora vigiado. Todos os métodos policiais que seu gênio inventivo produziu são agora utilizados contra o antigo mestre pelos discípulos e ex-funcionários. Toda carta de ou para o duque de Otranto passa pelo gabinete negro para ser aberta e copiada, agentes da Polícia espionam cada uma de suas conversas, suas visitas são observadas, seus passos controlados. Em toda parte, ele se sente espiado, vigiado e cercado. Sua arte, sua ciência são experimentadas com

cruel habilidade nesse seu inventor que era o mais habilidoso de todos. Em vão, ele procura ajuda contra essas humilhações. Escreve ao rei Luís XVIII, mas este não responde ao ministro demitido, assim como Fouché não respondeu a Napoleão no dia seguinte à sua destituição. Escreve ao príncipe Metternich, o qual, na melhor das hipóteses, manda-lhe responder através de funcionários subordinados um “sim” ou “não” lacônicos e dizer que se mantenha quieto sob os golpes que recebe, que se cale e não se queixe. Aquele que era popular só porque todos o temiam é agora desprezado, desde que não o temem mais. O maior dos jogadores políticos perdeu a partida.

DURANTE VINTE E CINCO ANOS, esse homem flexível e intangível sempre escapou ao destino que tantas vezes o ameaçou. Agora que está definitivamente estirado no chão, os socos chovem sobre ele. Em Praga, além da desgraça política, Joseph Fouché ainda sofre em sua vida particular sua mais dolorosa humilhação, uma desgraça particular. Nenhum romancista seria capaz de inventar um símbolo mais espirituoso de sua humilhação moral do que o pequeno episódio passado em 1817. Pois à dimensão trágica juntou-se ainda a mais atroz caricatura de todo o infortúnio: o ridículo. Não só o homem político é humilhado, mas também o esposo. É de se supor que não foi por amor que a jovem e bela aristocrata de vinte e seis anos se aproximou do viúvo de cinquenta e seis, calvo e lívido como uma caveira. Mas esse pouco sedutor pretendente era em 1815 o segundo homem mais rico da França, tinha os títulos de Excelência e duque e era um ministro prestigiado de Sua Majestade Cristianíssima. Assim, a bela e pobre condessa da província teve a justificada esperança de brilhar como uma das damas mais elegantes da França nas festas da corte e no faubourg Saint-Germain.

De fato, o princípio foi promissor: Sua Majestade dignou-se a assinar pessoalmente o contrato de casamento, a nobreza e a corte acorreram a felicitá-la, um magnífico palácio em Paris, duas herdades no campo e um castelo principesco na província disputavam a honra de receber, como soberana, a duquesa de Otranto. Em troca de semelhante magnificência e mais vinte milhões, uma mulher ambiciosa paga o preço de ter um esposo de cinquenta e seis anos frio, calvo, amarelo como pergaminho. Mas a condessa precipitara-se e vendera sua bela juventude pelo ouro do diabo, pois pouco depois da lua de mel descobriu que não era a esposa de um ministro de Estado respeitado, mas a mulher do homem mais ironizado e odiado da França, do “*monsieur Fouché*” expulso, banido, desprezado por todo mundo – em vez do duque com todo o seu esplendor, tem agora diante de si um velho decrépito, irritado e bilioso. Dessa forma, não surpreende que surgisse entre essa mulher de vinte e seis anos e o jovem Thibeaudeau, filho de um velho republicano, também e Livros, uma “*amitié amoureuse*”, da qual não se sabe muito bem até que ponto era apenas “amizade” ou o quanto foi “amorosa”.

Cenas violentas se sucedem. Fouché proíbe ao jovem Thibeaudeau entrar em sua casa, e, desagradavelmente, o conflito conjugal não se mantém secreto. Os jornais monarquistas, sempre buscando um mote para açoitar o homem diante do qual tremiam durante tantos anos, publicam informações maldosas sobre suas decepções domésticas. Para gáudio dos leitores, espalham a mentira grosseira de que a jovem duquesa de Otranto teria fugido de Praga com seu amante, abandonando o velho corno. Logo o duque de Otranto nota, quando vai a alguma recepção em Praga, que as damas procuram esconder um sorriso e um olhar irônico ao compararem a jovem e radiante esposa com a sua figura, pouco encantadora.

Agora, o velho intriguista, o eterno caçador de boatos e escândalos, sente na própria carne como é ruim ser a vítima de maledicências, e que não se deve combater as calúnias, que o mais hábil é fugir. Só agora, no infortúnio, ele reconhece a altura de sua queda, e o seu exílio em Praga torna-se um inferno. Mais uma vez, ele pede ao príncipe Metternich uma autorização para deixar a insuportável cidade e escolher outra na Áustria. Fazem-no esperar. Finalmente Metternich concede-lhe permissão para instalar-se em Linz, e é para lá que o homem fatigado e decepcionado se retira, humilhado diante do ódio e do desprezo de um mundo que antes lhe era submisso.

LINZ! O nome dessa cidade leva os austríacos a sorrirem, pois ele rima com *Provinz* [província]. Uma população pequeno-burguesa de origem rural, operários navais, artesãos, geralmente pobres, só algumas residências da tradicional nobreza rural austríaca. Não há tradição gloriosa, ópera, biblioteca, teatro, bailes pomposos, festividades como em Praga. Trata-se de uma genuína e sonolenta cidade provinciana rural, um asilo de veteranos. É ali que se estabelece o velho Fouché com duas jovens senhoras, quase da mesma idade: a esposa e a filha. Aluga uma casa faustosa, reforma-a elegantemente, para alegria dos fornecedores e negociantes de Linz, que não estavam acostumados a ter milionários entre seus muros. Algumas famílias procuram travar conhecimento com esses estrangeiros interessantes - e, graças ao dinheiro, também proeminentes, de alguma maneira. Mas a nobreza prefere visivelmente aquela que já nasceu condessa de Castellane ao filho de um mero negociante, esse "*monsieur* Fouché", em cujos ombros magros só mesmo um Napoleão (o qual tampouco passava de um aventureiro a seus olhos) poria um manto ducal. De outro lado, os funcionários foram

secretamente incumbidos pelo governo em Viena a não se meterem muito com ele. Assim, esse homem antes sempre tão apaixonadamente ativo vive agora completamente isolado e quase evitado pelos outros. Um contemporâneo descreveu em suas *Memórias* a situação de Fouché durante um dos bailes oficiais: “Era visível a maneira pela qual a duquesa era festejada, enquanto Fouché era deixado de lado. Ele tinha altura média, era forte, sem ser gordo, e um rosto feio. Aparecia nos bailes sempre de fraque azul com botões de ouro, calções e meias brancas. Trazia a grã-cruz austríaca de Leopoldo. Normalmente ficava sozinho, perto da lareira, vendo os outros dançar. Ao ver o antigo ministro todo-poderoso do império francês tão só e abandonado que aparentava ficar feliz quando algum funcionário começava a conversar com ele ou o convidava a jogar uma partida de xadrez, eu pensava involuntariamente na instabilidade de todo poder e de toda grandeza terrestres.”

Só um sentimento mantém de pé até o último instante esse espírito apaixonado: a esperança de representar ainda algum dia um papel político. Cansado, gasto, um pouco pesado e mesmo barrigudo, ele não consegue se divorciar da ilusão de que ainda o chamarão a seu posto, de que o destino, como o fez tantas vezes, o arrancará das trevas e o jogará de volta para o teatro divino da política mundial. Corresponde-se continuamente, em segredo, com os seus amigos na França. A velha aranha tece ainda os seus fios secretos, mas eles ficam ignorados nas águas-furtadas de Linz. Usando um pseudônimo, publica as *Observações de um contemporâneo sobre o duque de Otranto*, apologia anônima que descreve seu talento, seu caráter nas cores mais vivas, quase líricas.

Ao mesmo tempo, para intimidar os inimigos, espalha em suas cartas particulares que o duque de Otranto está escrevendo as suas memórias, e que em breve serão editadas por Brockhaus, e que serão dedicadas a Luís

XVIII: dessa forma, ele quer fazer lembrar aos temerários que o antigo ministro da Polícia Fouché ainda guarda na aljava algumas flechas mortalmente envenenadas. Mas estranhamente ninguém mais tem medo dele, ninguém o liberta de Linz, ninguém pensa em chamá-lo, buscá-lo, ninguém quer o seu conselho, a sua ajuda. E quando no Parlamento francês discute-se a questão da volta dos proscritos, fala-se dele sem ódio ou interesse. Os três anos que passaram desde que ele deixou o proscênio mundial bastaram para fazer cair no esquecimento o grande ator, que brilhou em todos os papéis. O silêncio o envolve como um catafalco de vidro. Para o mundo, já não existe o duque de Otranto, só um velho cansado, irritado, solitário e estrangeiro, que passeia mal-humorado pelas ruas tediosas de Linz. Aqui e acolá um fornecedor, um negociante tira polidamente o chapéu ao ver passar esse homem doentio e curvado. Fora isso, ninguém mais o conhece no mundo, ninguém pensa nele. A história, esse advogado da eternidade, vingou-se da maneira mais cruel desse homem que sempre pensou apenas no momento presente: ela o enterra ainda vivo.

O duque de Otranto está tão esquecido que, salvo alguns policiais austríacos, ninguém repara que, em 1819, Metternich finalmente lhe permite estabelecer-se em Trieste, porque sabe, de fonte segura, que esse favorzinho é feito a um moribundo. A inatividade cansou e prejudicou esse trabalhador inquieto mais do que trinta anos de dura labuta. Seus pulmões começam a falhar, não suporta mais o clima rude de Linz; eis por que Metternich lhe concede, para morrer, um lugar mais ensolarado, Trieste. Ali, vê-se, às vezes, um homem alquebrado, arrastando os pés, ir à missa e ajoelhar-se diante dos bancos, cruzando as mãos. O Joseph Fouché de outrora, que há um quarto de século quebrava com a própria mão os crucifixos sobre os altares, ajoelha-se agora, inclinando a cabeça branca ante os

“ridículos emblemas da superstição”, e talvez então sinta a nostalgia dos corredores silenciosos dos seus antigos conventos. Algo nele mudou completamente. O velho lutador, o velho ambicioso só quer a paz com todos os seus inimigos.

As irmãs e os irmãos de seu grande adversário Napoleão, que também estão há muito decaídos e esquecidos do mundo, visitam-no e trocam com ele confidências sobre os tempos que passaram. Todos esses visitantes ficam espantados ao ver como o cansaço amansou esse homem. Não há mais nada nessa pobre sombra que lembre o personagem temido e perigoso que, durante vinte anos, perturbara o mundo e fizera dobrar diante de si os homens mais poderosos de seu tempo. Agora, ele não quer senão a paz - a paz e uma boa morte. E, de fato, nas últimas horas reconcilia-se com Deus e com os homens. Com Deus, porque o velho ateu militante, o perseguidor do cristianismo, o destruidor dos altares fez chamar, nos últimos dias de dezembro, um dos “infames impostores” (como dizia nos primeiros dias de seu jacobinismo), um sacerdote, para receber dele, de mãos piedosamente cruzadas, a extrema-unção. Em paz com os homens, pois poucos dias antes de sua morte mandou o filho abrir suas gavetas e tirar todos os seus papéis. Centenas e milhares de cartas são jogadas numa grande fogueira, talvez também as temidas memórias, que fizeram tremer tanta gente. Terá sido uma fraqueza de moribundo ou suprema e tardia bondade? Terá sido receio do julgamento da posteridade ou simples indiferença? Seja como for, no seu leito de morte, por um ato de benevolência, nele inteiramente novo e quase piedoso, ele destruiu tudo o que poderia comprometer os outros e vingá-lo dos seus inimigos. Pela primeira vez, cansado dos homens e da existência, procurou, assim, não a glória ou o poder, mas outra felicidade: o esquecimento.

NO DIA 26 DE DEZEMBRO DE 1820 findou em Trieste, um porto de mar meridional, essa vida singular e fatídica que começara num porto setentrional. E a 28 de dezembro, o corpo desse homem destinado à inquietação, à mudança e ao exílio foi sepultado no descanso supremo. A princípio, a notícia da morte do famoso duque de Otranto não suscitou nenhuma grande curiosidade no mundo. Só uma tênue e pálida névoa de recordação esvoaçou ligeiramente sobre o seu nome apagado e se dissolveu, sem deixar rastro, no céu apaziguado da época.

Quatro anos mais tarde, no entanto, o temor se reanimou. Circulam rumores de que as *Memórias* desse homem tão temido estão para ser publicadas, e mais de um entre os poderosos, entre os que se apressaram em ferir temerariamente o ministro decaído, sente um calafrio na espinha: será que esses lábios perigosos falarão de além-túmulo? Será que os documentos subtraídos das tenebrosas gavetas da Polícia, as cartas excessivamente confidenciais e as provas comprometedoras virão à luz? Mas, mesmo depois da morte, Fouché permanece leal a si próprio. Porque as *Memórias* que um esperto livreiro publicou em 1824 em Paris são tão pouco confiáveis quanto ele próprio. Nem no túmulo esse homem obstinadamente calado revela seus segredos; ciumento, levou-os para a terra fria a fim de permanecer, ele mesmo, em segredo, no crepúsculo, oscilando entre luz e sombra, uma figura que não se pode jamais desvendar totalmente. Por isso mesmo ele suscita sempre e incessantemente o jogo da investigação, esse jogo que ele exercitou com tanta maestria: tentar descobrir, a partir dos traços ligeiros e fugazes de toda a sua vida tortuosa e de seu destino mutante, a essência espiritual desse que foi o mais insólito de todos os homens políticos.

^d Os “camelôs do rei” vendiam, na época da publicação do livro, os jornais da Ação Francesa, organização nacionalista que surgiu durante o caso Dreyfus,

agitando contra ele, e continuou publicando até o fim da Segunda Guerra Mundial. Os Húngaros Acordados eram uma associação racista, antissemita, radical de direita, fundada em novembro de 1918. (N.T.)

Posfácio

O patife irresistível

ALBERTO DINES

PROTÓTIPO DO CONSPIRADOR, paradigma do político inescrupuloso, exemplo do genocida metódico, ele só poderia sobreviver e destacar-se naquele ambiente fanatizado, marcado pelo infame pregão de que os fins justificam os meios, pelo confronto de cobiças e pelo absoluto desrespeito à vida que entrou para a história com a etiqueta truncada de Revolução Francesa. Caso clássico de uma empolgante utopia abortada pela distopia incubada em seu ventre. Lembrança dolorosa de que os mais belos estandartes podem ser irremediavelmente maculados quando empunhados por mãos sujas de sangue.

Joseph Fouché traiu a Igreja onde se formou e deu os primeiros passos, traiu os revolucionários que acabaram com a Monarquia, traiu os girondinos, os jacobinos e a esquerda, traiu Robespierre, traiu o Iluminismo, a República, os banqueiros que o financiaram, os restauradores que lhe conferiram o ducado de Otranto e traiu Napoleão Bonaparte, que lhe deu todos os poderes. Só não traiu a viciosa e insaciável sede de poder que o colocou no papel do mais abjeto governante da era moderna.

Maldição revolucionária

Tema da primeira incursão de Zweig no mundo da política - experiência precursora no “espelhismo” histórico (que depois o consagrará) -, raro protagonista-vilão, portanto inabilitado a vocalizar qualquer uma de suas ideias, o camaleônico Joseph Fouché ocupa um papel especial na tipologia espiritual através da qual Stefan Zweig tentou balizar o gênero humano.¹

Zweig confessou na autobiografia que “por deleite pessoal” se envolvera com o obscuro, pálido, cavernoso, tímido e covarde seminarista, depois implacável militante anticlerical, inventor da polícia política, do Estado policial, sanguinário regicida e protogenocida, burocrata do extermínio.²

Difícil imaginar que uma incursão à vida de tão abjeta figura possa oferecer algo prazeroso; mais fácil creditar o deleite à indizível satisfação de recuperar um dos momentos estelares da história do mundo delineando fascinantes contrapontos de personagens e situações daqueles tempos turbulentos com similares e simetrias progressos.

A antiga preferência de Zweig por figuras dúbias - sempre mais ricas do que as óbvias - aqui o levou a se aproximar perigosamente do “patife perfeito”, “traidor nato”, “intrigante miserável”, “natureza de réptil”, e a capitular ao diabólico fascínio exercido por malignidade tão genuína.³ Pretendia enfatizar sua aversão ao engajamento político de intelectuais e alertar para os perigos do facciosismo - sem perceber que iniciava um grotesco mural sobre uma gloriosa revolução popular com a charge de um personagem cruel, sem grandeza, frio manipulador das massas, que abominava a rua e sua gente.

Para uma Europa ainda enlutada com a grande matança de 1914-18 e terrivelmente assustada com sucessivos espasmos de rancor, Zweig procurou moderar a adjetivação para não converter a criatura real numa figura

inverossímil. Carecia de um canalha credível, palpável, de carne e osso, e não de uma ficção satanizada, incomum.

Começou a desencavar as pegadas de Joseph Fouché ainda em 1926, mas na verdade enredou-se nas reminiscências da Revolução Francesa quando os ziguezagues da situação na União Soviética passaram a forçar comparações. Até aquele momento a epopeia iniciada em 14 de julho de 1789 mantinha-se como distante arena para confrontos entre monarquistas e republicanos, progressistas e conservadores, secularistas e clericais, sobretudo franceses. A gangorra da Revolução Russa deu um safanão atualizador à Revolução Francesa, 137 anos depois.

Como confessa na introdução, Zweig esbarrou na estranha figura de Fouché graças a Honoré de Balzac, sobre quem escrevera um dos longos perfis da série *Os Construtores do Mundo*, em *Balzac, Dickens, Dostoiévski*, seu primeiro tríptico. *Une ténébreuse affaire*, publicado em 1841, inicialmente em capítulos e depois no portentoso painel da *Comédia humana*, forneceu-lhe o molde, tintas e palheta.⁴

É possível, porém, que o encontro com a história francesa tenha sido reforçado pela figura de Giacomo Casanova, um dos memorialistas que integram tríptico posterior, *Três poetas de suas vidas*, que acabara de escrever. O mais famoso sedutor de mulheres, embora natural de Veneza, viveu em Paris no auge do Ancien Régime encerrado pela trepidação da guilhotina.⁵

Ao retornar da Rússia soviética, no final de setembro de 1928, as longas cartas - verdadeiros ensaios - dirigidas ao mestre Romain Rolland estão repletas de alusões à Revolução Francesa. Impossível desmagnetizá-la da herdeira russa ainda em curso. Numa das cartas, revela o projeto de “um livro sobre o tipo de homem político cuja força nada tem a ver com convicção, paixão - a magia do

calculista frio, o anticristo do ser criativo, do gênio moral ou heroico... Meu *Fouché* ficará pronto no outono [1929], um livro contra a política sem fé e sem ideias, como a da Europa de hoje...”.⁶

Descrito com tanta clareza não parece projeto, mas um prospecto de obra já concluída. Queria desmistificar o político “puro”, capaz de aceitar qualquer ideologia e qualquer cargo, incapaz de explorar ideias próprias, que, não obstante, suplanta contemporâneos mais autênticos e originais. Queria alertar os políticos para os perigos da *Realpolitik*, a política de ocasião, oportunista e descartável.

As raras pontes com a atualidade de então são fornecidas por brevíssimas menções a Lênin e ao manifesto de Karl Marx a que o “comunista” Fouché se antecipou. Nenhuma referência à obsessão de Stálin por aniquilar o protorrevolucionário Trótski, nenhuma menção à balbúrdia e ao fantasma do nacional-socialismo que ameaçavam a República de Weimar. Em outra carta da mesma época insinuou que o então ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Gustav Stresemann, era uma cópia atenuada de Fouché. Felizmente não se deixou seduzir pelas aparências.⁷

O endosso de Balzac foi importante, porém mais decisiva foi a informação prestada pela onipresente Friderike Zweig sobre a rala bibliografia a respeito de Fouché, salvo a monumental biografia de Louis Madelin - a quem Zweig se apressa em citar nas primeiras linhas do prólogo como a principal fonte para o “presente estudo psicológico”.⁸ Reservado, avesso ao vedetismo, Zweig apreciava o ineditismo, preferia desbravar terrenos virgens a ser um meticuloso continuador de explorações alheias.

Hoje há elementos para acreditar que o Projeto Fouché era parte de uma empreitada de maior envergadura sobre a Revolução Francesa, hipótese que combina com a sua obsessão pela pesquisa documental. Acumulou tanto

material que a biografia original acabou transbordando para obras colaterais em outros gêneros.

Segundo Robert Dumont - o precursor francês dos estudos zweiguianos -, quando em 1926 começou a escavação para encontrar as pistas de Fouché, Zweig simultaneamente levantou dados sobre outra extraordinária figura dentro do mesmo arco histórico: o intelectual alemão Adam Lux, que aderiu à causa dos revolucionários franceses e depois, horrorizado com o banho de sangue, fez-se guilhotinar como protesto em Paris. Nos seis anos seguintes, além do perfil de Fouché, Zweig envolveu-se com duas peças de teatro (o drama *Adam Lux* e a tragicomédia *Das Lamm des Armen* [O cordeiro do pobre], na qual aparecem Fouché e Bonaparte), duas miniaturas históricas da coleção *Sternstunden der Menschheit* [Horas Estelares da Humanidade] e a sua mais celebrada biografia, *Maria Antonieta*.⁹

Uma carta a Rolland antes de saber que viajaria à Rússia não deixa margem a dúvidas: ele pretendia expressar suas ideias sobre revoluções tal como fizera uma década antes a respeito das guerras com o poema dramático "Jeremias". E afirma que a perseguição a Trótski e seus companheiros mais próximos lhe deu a coragem para retomar a empreitada sobre revoluções.¹⁰

Não fosse a catástrofe produzida pela ascensão de Adolf Hitler, teria acrescentado ao pacote a figura de André-Marie de Chénier, o jovem poeta francês, considerado precursor do romantismo, que, à semelhança de Lux, aderiu à insurreição mas logo condenou seus excessos, sendo por isso guilhotinado a mando de Robespierre (que teve idêntico fim dias depois). Em sua última visita a Paris, quase uma década após seu "surto revolucionário", já divorciado de Friderike, Zweig levou-a a visitar o túmulo do infeliz Chénier, provavelmente também influenciado por

Balzac (em cujo perfil estava trabalhando), que considerava o mártir “um dos maiores poetas da França”.¹¹

A vitalidade do material que encontrou nas pesquisas e reviveu nos textos sobre o período garantiu uma de suas mais extensas e profícuas imersões, só comparável aos ciclos pacifista e europeísta (este terminado no início de 1942, quando coloca o ponto final na *Autobiografia: o mundo de ontem*).¹²

O mestre Rolland, como sempre, tem muito a ver com a fascinação do pupilo pela experiência francesa. A partir da primeira década do século XX, impossível não reparar nas impressões digitais do humanista francês em qualquer passagem crucial na vida de Zweig. E uma das pontes através da qual se aproximaram foi o teatro: quando se conheceram Rolland era o consagrado autor de um conjunto de peças históricas enfeixadas na proposta do Teatro da Revolução, unidade temática somada a uma concepção artística que oferecia ao encenador total liberdade para criar. Três dessas obras já haviam sido montadas com bastante sucesso: *Les loups* [Os lobos] (1898), *Danton* (1899) e *14 Juillet* [14 de julho] (1902), a primeira delas fortemente impregnada pela indignação dos intelectuais franceses contra a injusta condenação ao desterro do capitão Alfred Dreyfus na Ilha do Diabo, litoral da Guiana Francesa.

Seduzido pela massa de informações sobre o período revolucionário que recuperava dos arquivos, Zweig não perdia uma oportunidade para instigar Rolland a prosseguir no seu Teatro da Revolução, que antevia como seu legado mais grandioso. Acreditava que o amigo devia ao povo francês o resgate de figuras como Marat, o demagogo, e Robespierre, o político cultivado: “Nenhuma obra de história ou romance conseguiu transmitir a intensidade da Revolução e dramatizar suas ideias. Robespierre me fascina e, ao trabalhar no meu *Fouché*, me

impressiona cada encontro com essa figura que opta pelo Terror (oposto à sua natureza) e permite que o seu lado idealista, humanitário, desmorone diante da realidade...”¹³

Fouché foi decisivo para a queda de Robespierre, porém deter-se demais nessa rivalidade obrigaria Zweig a abrir suas lentes para outros episódios e perversidades que tirariam do relato não apenas o foco, mas o ritmo rápido que pretendia impor. É possível, aliás, que tivesse preferido escrever sobre Robespierre, o intelectual refinado, idealista, derrubado por rivais inescrupulosos, mas temesse capitular ao fervor quase religioso que dele emanava. Por isso pressiona o amigo a resgatá-lo.

Rolland atendeu-o. Uma década depois, em 1939, ao retornar de uma cansativa turnê de conferências pelos Estados Unidos, Zweig encontra no apartamento londrino um exemplar da nova peça e uma carta do amigo: “É simplista a ideia de mostrar a Revolução demolida por seus inimigos – ela foi destruída por revolucionários autênticos, por dentro.”¹⁴

Se a recebesse antes de terminar seu *Fouché*, a reflexão teria oferecido a Zweig uma preciosa chave para explicar não apenas a Revolução Francesa, mas também a russa, turca, chinesa, egípcia, cubana, iraniana e outras derrocadas de igual porte. Inclusive golpes militares redentores. O ímpeto das grandes insurreições gera as toxinas que as corroem. E quem formula a afirmação é um leal apoiador do comunismo soviético que teve o cuidado de não incluir a ousada percepção no texto da obra. Preferiu compartilhá-la, *sottovoce*, em voz baixa, com o amigo que se desgarrava da sua influência e dele cobrava repúdios aos crimes ordenados pelo Kremlin. Não apenas Zweig, mas também Trótski e seus camaradas decepcionaram-se com o silêncio de Rolland diante da fúria de Stálin para inventar conspirações e barbarizar supostos conspiradores.

Em resposta, Zweig saúda com entusiasmo o perfil do protagonista “arrebatado e indeciso, puro e, sobretudo, atordado com os pressentimentos sobre o malogro iminente da revolução e a sua *débâcle* pessoal”.¹⁵

DEDICADO AO MÉDICO e escritor vienense Arthur Schnitzler, *Joseph Fouché: retrato de um homem político* foi publicado no início do segundo semestre de 1929 pela Insel Verlag. Para amigos íntimos inscrevia na dedicatória do exemplar um comentário mais venenoso: “retrato de um político como não deveria ser”.¹⁶

Zweig não esperava muito sucesso, tentou mesmo dissuadir o editor Anton Kippenberg a imprimir a primeira edição com 10 mil exemplares. Surpreendeu-se quando no fim do ano a editora colocou nas livrarias mais 20 mil...

Leitores não gostam de vilões como protagonistas, ainda mais quando faltam figuras femininas, argumentava. Seu faro não o enganou, por isso vamos encontrá-lo em Paris logo em seguida, início de 1930, revisando a versão francesa do livro ao lado do habitual tradutor, Alzir Hella, enquanto seu colaborador, Edwin Rieger, iniciava a pesquisa básica sobre Maria Antonieta.

Em algum ponto da redação do *Fouché*, percebeu que aquele momento tão crucial da história francesa não poderia se confinar ao âmbito das intrigas e patifarias palacianas. As frias maquinações e absurdos zigue-zagues pediam um contraponto - faltava seu toque, seus truques, seu frisson. Paixões.

POIS, não bastassem as sórdidas manipulações e as surpreendentes contradições, a trajetória solerte e silenciosa de Fouché se encaixa com perfeição ao arco de vida antagônico da frívola e trágica Maria Antonieta, cujo

marido ele condenou à guilhotina, e a cuja humilhação assistiu insensível.

Verdugo e vítima jamais se encontraram, mas conviveram em esferas geminadas e polarizadas, tão contíguas e contrastantes que Stefan Zweig não teve alternativa senão recortá-las drasticamente para impedir tangências desviantes, atenuadoras.

Captados por um mestre e emoldurados simetricamente, antípodas e complementares, esses retratos (*Bilder*, como Zweig os diferenciou das demais biografias) encaixam-se num díptico transcendental sobre a perversidade cabal versus inconsciência em estado puro.

Ao longo dos nove capítulos da vertiginosa biografia do homem forte da Revolução Francesa, Zweig não achou necessária qualquer referência a Maria Antonieta, figura emblemática do período. Ao flácido marido, Luís XVI (agora chamado Luís Capeto), reservou um par delas, ligeiríssimas. Porém ao fim do derradeiro capítulo, ao descrever a coroação de Luís XVIII - última façanha conspiratória do canalha -, sai da sombra a duquesa de Angoulême, então com dezessete anos.

Filha de Maria Antonieta e Luís XVI, mas também última testemunha e única sobrevivente de uma família destroçada pela violência política. Com dez anos viveu o Terror, não lhe contaram, viu-o, ouviu-o, sentiu-o inteiro na alma e na carne. E no momento em que os Bourbon voltaram a se sentar no trono francês e o tio paterno converte-se em Luís XVIII, o impecável narrador Stefan Zweig deve ter percebido que o ciclo completara-se, tudo voltara à estaca zero. Exceto o banho de sangue e as decapitações, impossível revertê-las.

Compreendeu que o retrato do político sem escrúpulos carecia do indispensável complemento: o retrato da sua mais conhecida vítima - Sua Majestade A Mulher Comum, Maria Antonieta.

Não o previu, o díptico impôs-se quando ainda estava com a mão na massa, ou logo depois, ao avaliar a obra recém-acabada. Não há qualquer menção nos diários ou na volumosa correspondência à ideia de uma eventual complementação ou geminação. Policiou-se para não admitir que o Projeto Fouché resultara incompleto: nos prólogos dos dois retratos, nenhuma vinculação ou indício de sequenciamento. Um crápula e uma rainha estouvada – adjacentes, coetâneos, estanques, nada mais do que isso.

SUCESSO NAS LIVRARIAS, entusiasmada resposta da crítica, excelente repercussão na imprensa: “admirável poder de transformar a vida de tão repulsiva criatura numa obra de arte literária” (Joseph Gregor); “uma das mais competentes biografias psicológicas do período napoleônico” (Friedrich Kircheisen). Não chamou a atenção dos leitores, no entanto, seu esforço para aproximar a polarização política na República de Weimar das disputas no interior do núcleo revolucionário francês – a não ser quando já era tarde demais e a pior hipótese se consumara: os nazistas abancados no poder sem disparar um só tiro.

Zweig relembra de passagem as intencionas bolcheviques na Alemanha e Áustria em 1919, ao fim da Grande Guerra, mas permite-se invulgar veemência ao acusar Lênin e os chefes da Revolução Russa que não vacilaram em intimidar os adversários com sangrentas ameaças e, desse modo, consagraram o assassinato como única solução para superar impasses.

O burguês intenso apenas quando lida com emoções fica irreconhecível ao proclamar com virulência que o crime dos revolucionários franceses não foi o de embebedar-se com sangue, mas o de intoxicar-se com a retórica da violência. A atenção de Zweig à conjuntura de então confere uma assustadora atualidade ao protesto contra a covardia dos

políticos que radicalizam para não parecer moderados e logo se deixam ultrapassar por ultrarradicais.

Pressentimentos são intransferíveis. Imponderáveis, raramente provocam nos leitores as mesmas inquietações que atormentam escritores e artistas. Ao oferecer ao amigo de adolescência, Erich Ebermayer, um filhote do spaniel Kaspar, chamou-o Fouché, mas só com as primeiras loucuras de Hitler três anos depois os amigos constataram que o endiabrado cãozinho fora “afetado pela atmosfera do nosso tempo ... e, à semelhança de tantos intelectuais, perdeu a cabeça”.¹⁷

Não foi a passagem do tempo que tornou *Fouché* um clássico, mas o extraordinário acúmulo de analogias. Obra de referência não em ciência política ou historiografia, mais acertado seria enquadrá-la na psicopatologia do poder ou na inexorável dialética das sublevações. Oito décadas depois de lançada, reforçada pela zweigmania reinante – mas principalmente pelas sucessivas ondas de barbárie e terror –, a vida de Joseph Fouché foi desapropriada, caiu em domínio público: no final de 2014 dois *Fouché* reciclados chegaram às livrarias, ambos oriundos de sinistras mitologias – o polvo pegajoso e a asquerosa cabeça da Medusa com vermes em lugar de cabelos. Nos dois, generosas citações a Zweig.¹⁸

Quando encarcerado na Isla de los Pinos (1953-54), o revolucionário cubano Fidel Castro escreveu cartas apaixonadas a Natalia “Naty” Revuelta contando que passava os dias devorando as biografias de Zweig. Mais tarde, em 1958, abarracado em Sierra Maestra, El Comandante e seus comandados preparavam-se para derrubar o ditador Fulgêncio Batista discutindo obras que consideravam importantes para a sua formação – entre elas o *Fouché* de Zweig. Antes de mudar o mundo pretendiam melhorar a humanidade. Alguma coisa falhou, não foi a primeira vez.¹⁹

Não tiveram acesso à carta de Romain Rolland que acompanhou o exemplar de *Robespierre* enviado a Zweig. Se a conhecessem, não se imaginariam imunes à maldição que converte sublevados em vítimas da sublevação.

“Ça ira”, a rebeldia que deu certo

“Ça ira, ça ira, ça ira”, vai dar certo - refrão do popular hino ouvido pela primeira vez às ruas da França em maio de 1790 com a revolta recém-instalada, ainda sem guilhotina -, inspirou-se no contumaz otimismo do jornalista, filósofo e inventor Benjamin Franklin, um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos da América, que serviu como embaixador do seu país na França (1776-85). Popular, bonachão, constantemente abordado nas ruas de Paris sobre o andamento da guerra de independência respondia no seu péssimo francês: “Ça ira, ça ira..., it will be fine.”

A primeira versão da canção mencionava o “prudente Lafayette” (o general despachado para ajudar os revoltosos americanos contra o domínio inglês) e afrontava os aristocratas e clérigos. Versões incendiárias posteriores entoadas pelos *sans-culottes* clamavam por castigos e violência. Edith Piaf a trouxe de volta em 1953 com nova letra contra a fome e a guerra e, desde então, sucedem-se as adaptações e atualizações à medida que os adversários se alternam. Hoje “Ça ira” é cantada contra o terrorismo, o fanatismo, a xenofobia e o neofascismo.²⁰ A poética da revolução é a sua herança mais duradoura; a inexorável ruína, a menos lembrada.

¹ “Versuch einer Typologie des Geistes” [Ensaio para uma tipologia espiritual] foi o subtítulo do primeiro volume de Os Construtores do Mundo, com o seu primeiro tríptico biográfico, sobre Balzac, Dickens e Dostoiévski. O segundo volume continha os perfis de Hölderlin, Kleist e Nietzsche (e foi publicado no

Brasil como *A luta com o demônio*). Jean Calvin foi outro personagem escolhido para ser contestado.

² Stefan Zweig, *Autobiografia: o mundo de ontem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p.285.

³ O primeiro epíteto está na carta ao cineasta Sergei Eisenstein (referida por este sem indicação de data, em suas memórias), a quem Zweig conheceu na viagem à União Soviética e com quem depois manteve algum contato; os demais estão no Prólogo do presente volume.

⁴ *Une ténébreuse affaire* [“Um caso tenebroso”], publicado originalmente em capítulos no diário *Le Commerce*, integra as “Cenas da vida política” da *Comédia humana* (Porto Alegre, Globo, vol.XII, 1954, org., trad. e notas de Paulo Rónai).

⁵ Casanova foi igualmente escolhido pelo cineasta Ettore Scola para conduzir o relato de *La nuit de Varennes* (1982), sobre a tentativa de fuga da família real francesa no início da revolta popular de 1789, e interpretado por Marcello Mastroianni.

⁶ As “cartas russas” de Stefan Zweig para Rolland abarcam o período de 21 de setembro de 1928 a 3 de outubro de 1928.

⁷ Carta ao biógrafo e jornalista Emil Ludwig, 2 mai 1929. Injustiça do geralmente generoso Zweig: Gustav Stresemann (1878-1929), apesar das vacilações e desvios da centro-esquerda à centro-direita, recebeu o Nobel da Paz em 1926 (junto com o francês Aristide Briand) por seus esforços em reinserir a Alemanha na comunidade internacional.

⁸ Louis Madelin (1871-1956), historiador e acadêmico francês especializado no período revolucionário até o Primeiro Império. Ostensivamente conservador, no pós-guerra ajudou a fundar o Comitê pela Libertação do Marechal Pétain, para livrar o chefe do governo colaboracionista da condenação à morte por traição. A sentença foi comutada para prisão perpétua. Publicada em 1901, sua biografia de Fouché é o mais importante levantamento sobre a vida do inventor do Estado policial e inaugura uma vasta obra de doze volumes dedicada ao momento culminante da história francesa.

⁹ Robert Dumont, “Stefan Zweig et la France”, sua tese de doutorado (Paris, Didier, 1967, p.302-3, 314). Germanista francês, publicou também *Le théâtre de Stefan Zweig* (Paris, PUF, 1976) e traduziu obras de Zweig e Arthur Schnitzler.

¹⁰ Carta para Rolland, 24 jul 1928, que estranhamente não chamou a atenção nem de Dumont nem de Prater.

¹¹ André-Marie de Chénier (1762-94), jornalista, poeta, precursor do romantismo francês, admirado por Balzac e influenciado pelos filósofos iluministas, aderiu à Revolução. Diante dos excessos, passou a combatê-la. Um texto sobre Robespierre o levou à prisão, recusou defender-se e foi guilhotinado. Na sua autobiografia Zweig lembra a visita que fez com Friderike ao túmulo do poeta, acompanhado por outro – Rainer Maria Rilke (Stefan Zweig, *Autobiografia: o mundo de ontem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p.139-40).

¹² No refúgio petropolitano, mais de uma década depois de encerrado o ciclo revolucionário, Zweig continuou interessado no elenco de figuras do período. Nos relatos sobre os últimos dias de Zweig, o jornalista alemão Ernst Feder conta que o amigo lia a biografia de Napoleão Bonaparte de Jacques Bainville. O “ciclo pacifista” de Zweig (1914-20) tem o seu ponto alto no poema dramático “Jeremias” (1917), inclui dezenas de ensaios publicados na imprensa vienense e encerra-se com a biografia de Romain Rolland (1920). O “ciclo europeísta” estende-se até a véspera do suicídio, com os perfis biográficos dos humanistas Erasmo, Castélio e Montaigne (inacabado).

¹³ Carta de Zweig a Rolland, 20 jun 1928, citada por Robert Dumont, *op.cit.*, p.231-2.

¹⁴ Carta de Rolland a Zweig, 17 mar 1939.

¹⁵ Carta de Zweig, 17 mar 1939.

¹⁶ Citado por Dumont, *op.cit.*, p.302.

¹⁷ Carta a Ebermayer, 10 jun 1933, citada por Donald Prater, *Stefan Zweig* (São Paulo, Paz e Terra, 1991, p.181).

¹⁸ *Fouché, les silences de la pieuvre* (Paris, Tallandier, 2014), assinado pelo historiador francês Emmanuel de Waresquiel, e *Medusa's Head: The Rise and Survival of Joseph Fouché, Inventor of the Modern Police State* (Richmond, Archway Publishing, 2014), da jurista americana Rand Mirante. Em Salzburgo, no início de 2015, um monólogo de Petra Schönwald serve-se do texto do próprio Zweig para contar a história de Fouché.

¹⁹ Alberto Dines, *Morte no Paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro, Rocco, 4ª ed. 2012, p.667. “Naty” Revuelta morreu em 27 de fevereiro de 2015, aos 89 anos.

²⁰ Uma ópera em três atos com o mesmo nome, de Roger Waters (ex-Pink Floyd), em homenagem aos duzentos anos da Revolução estreou em 1988. Retrabalhada, ficou pronta em 2005 e percorreu o mundo, encenada inclusive em Manaus e São Paulo.

STEFAN ZWEIG NA ZAHAR
Coordenação: Alberto Dines

Autobiografia: o mundo de ontem

Joseph Fouché
Retrato de um homem político

Maria Antonieta
Retrato de uma mulher comum

O mundo insone
E outros ensaios

Três novelas femininas
Medo
Carta de uma desconhecida
24 horas na vida de uma mulher

Alberto Dines é presidente da Casa Stefan Zweig, inaugurada em 2012 em Petrópolis com o propósito de homenagear e preservar a memória do escritor austríaco.
www.casastefanzweig.org



Copyright do posfácio © 2015, Alberto Dines

Copyright desta edição © 2015:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 - 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

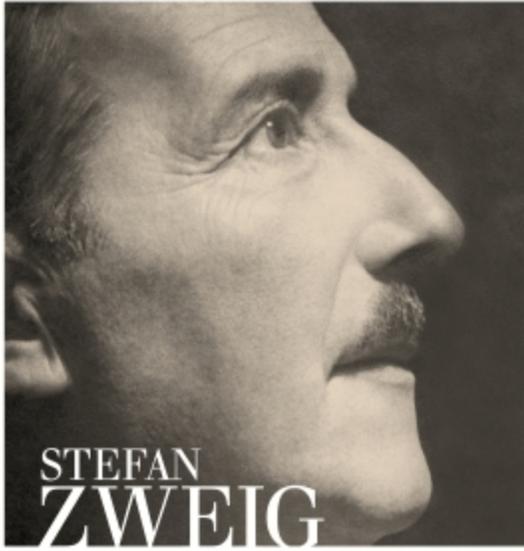
Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Claudia Warrak, Raul Loureiro | Imagem da capa: *Retrato de Joseph Fouché (1759-1820), duque de Otranto*. Óleo sobre tela, 1813. Escola Francesa, Versailles, França/Bridgeman Images

Produção do arquivo ePub: Simplíssimo Livros

Edição digital: abril 2015

ISBN: 978-85-378-1449-9



STEFAN
ZWEIG

Autobiografia:
o mundo de ontem



Autobiografia: o mundo de ontem

Zweig, Stefan
9788537813881
400 páginas

[Compre agora e leia](#)

Stefan Zweig em suas próprias palavras, sem mediações ou intérpretes, em um dos melhores perfis que escreveu. Um vívido retrato de seu tempo

"Só um livro que a cada folha mantém o ritmo e arrebatava o leitor até a última página me proporciona um deleite completo", diz Zweig. Este, sem dúvida, é um deles.

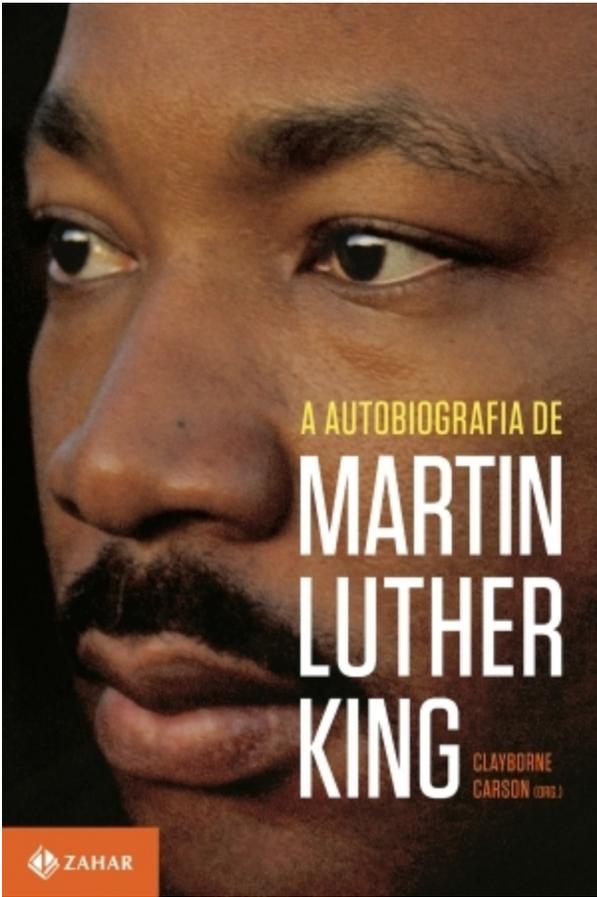
Como austríaco, judeu, escritor, humanista e pacifista, Stefan Zweig esteve sempre onde os incontáveis abalos que atingiram seu tempo foram sentidos de maneira mais violenta.

Perdeu a Viena de sua juventude para a Primeira Guerra Mundial, a Áustria de sua maturidade para Hitler, a Europa de sempre para a Segunda Guerra. e Livros no Brasil, definitivamente arrancado de tudo o que fora e formara seu mundo, ele faz dessas memórias um retrato lúcido e comovente de uma geração.

Com sua lucidez habitual e uma dose extra de emoção, Zweig oferece um guia para se entender o presente e perceber os contornos do futuro.

Inclui prefácio e posfácio de Alberto Dines.

[Compre agora e leia](#)



A AUTOBIOGRAFIA DE

MARTIN
LUTHER
KING

CLAYBORNE
CARSON (ORG.)

ZAHAR

A autobiografia de Martin Luther King

Carson, Clayborne

9788537813393

464 páginas

[Compre agora e leia](#)

A voz única e incomparável de Martin Luther King em suas próprias palavras

Um dos maiores símbolos da luta por igualdade, justiça e paz da humanidade, Martin Luther King liderou uma revolução que mudou os Estados Unidos e influenciou o mundo inteiro. Por sua política de resistência e transformação social através da não violência tornou-se a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz.

Com base em arquivo inédito de textos autobiográficos do próprio King, incluindo cartas e diários não publicados, assim como filmes e gravações, Clayborne Carson - historiador da Universidade Stanford e diretor do Martin Luther King Jr. Research and Education Institute - cria um inesquecível retrato em primeira pessoa do grande líder.

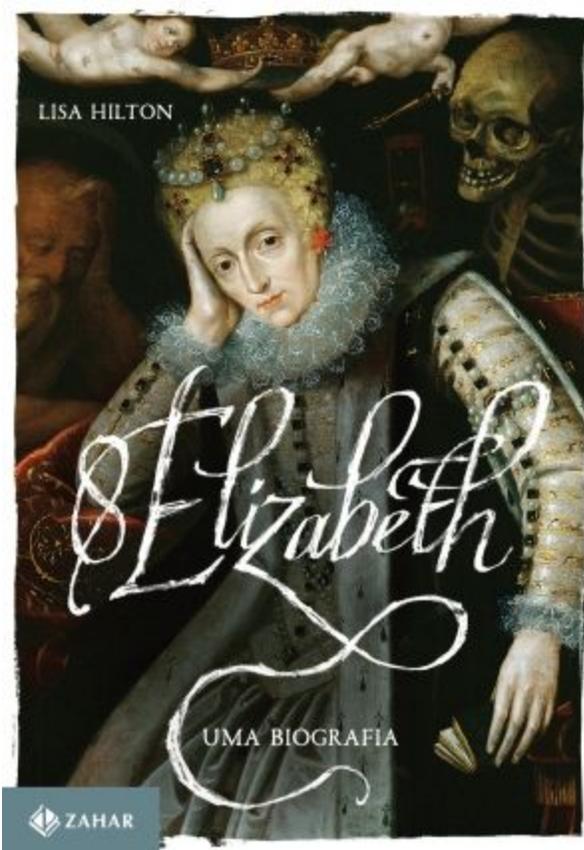
"Valioso e inestimável. King era eloquente e refinado de forma consistente, um mestre da palavra e do efeito, dono

de uma voz inconfundível e verdadeira." The New York Times Book Review

"Um feito excepcional. Ilumina os fundamentos intelectuais da coragem de King." The New Yorker

"Temos uma dívida com Carson por nos entregar King por inteiro." The Times

[Compre agora e leia](#)



LISA HILTON

Elizabeth

UMA BIOGRAFIA

 ZAHAR

Elizabeth I

Hilton, Lisa

9788537815687

412 páginas

[Compre agora e leia](#)

Um retrato original e definitivo da Rainha Virgem narrado com todos os elementos de um impressionante romance

Filha de Henrique VIII e Ana Bolena, Elizabeth I foi a quinta e última monarca da dinastia Tudor e a maior governante da história da Inglaterra, que sob seu comando se tornou a grande potência política, econômica e cultural do Ocidente no século XVI. Seu reinado durou 45 anos e sua trajetória, lendária, está envolta em drama, escândalos e intrigas.

Escrita pela jornalista e romancista inglesa Lisa Hilton, essa biografia apresenta um novo olhar sobre a Rainha Virgem e é uma das mais relevantes contribuições ao estudo do tema nos últimos dez anos. Apoiada em novas pesquisas, oferece uma perspectiva inédita e original da vida pessoal da monarca e de como ela governou para transformar a Inglaterra de reino em "Estado".

Aliando prosa envolvente e rigor acadêmico, a autora recria com vivacidade não só o cenário da era elisabetana como

também o complexo caráter da soberana, mapeando sua jornada desde suas origens e infância - rebaixada de bebê real à filha ilegítima após a decapitação da mãe até seus últimos dias.

Inclui caderno de imagens coloridas com os principais retratos de Elizabeth I e de outras figuras protagonistas em sua biografia, como Ana Bolena e Maria Stuart.

"Inovador... Como a história deve ser escrita." Andrew Roberts, historiador britânico, autor de Hitler & Churchill

"... uma nova abordagem de Elizabeth I, posicionando-a com solidez no contexto da Europa renascentista e além."
HistoryToday

"Ao mesmo tempo que analisa com erudição os ideais renascentistas e a política elisabetana, Lisa Hilton concede à história toda a sensualidade esperada de um livro sobre os Tudor." The Independent

[Compre agora e leia](#)

Inclui posfácio do autor sobre o Brasil

REDES Manuel Castells DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA



Movimentos sociais
na era da internet

 ZAHAR

Redes de indignação e esperança

Castells, Manuel

9788537811153

272 páginas

[Compre agora e leia](#)

Principal pensador das sociedades conectadas em rede, Manuel Castells examina os movimentos sociais que eclodiram em 2011 - como a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, os movimentos Occupy nos Estados Unidos - e oferece uma análise pioneira de suas características sociais inovadoras: conexão e comunicação horizontais; ocupação do espaço público urbano; criação de tempo e de espaço próprios; ausência de lideranças e de programas; aspecto ao mesmo tempo local e global. Tudo isso, observa o autor, propiciado pelo modelo da internet.

O sociólogo espanhol faz um relato dos eventos-chave dos movimentos e divulga informações importantes sobre o contexto específico das lutas. Mapeando as atividades e práticas das diversas rebeliões, Castells sugere duas questões fundamentais: o que detonou as mobilizações de massa de 2011 pelo mundo? Como compreender essas novas formas de ação e participação política? Para ele, a resposta é simples: os movimentos começaram na internet e se disseminaram por contágio, via comunicação sem fio,

mídias móveis e troca viral de imagens e conteúdos. Segundo ele, a internet criou um "espaço de autonomia" para a troca de informações e para a partilha de sentimentos coletivos de indignação e esperança - um novo modelo de participação cidadã.

[Compre agora e leia](#)

JORGE ZAHAR EDITOR

Rebeliões no Brasil Colônia



LUCIANO FIGUEIREDO

Descobrimo o Brasil

Rebeliões no Brasil Colônia

Figueiredo, Luciano

9788537807644

88 páginas

[Compre agora e leia](#)

Inúmeras rebeliões e movimentos armados coletivos sacudiram a América portuguesa nos séculos XVII e XVIII. Esse livro propõe uma revisão das leituras tradicionais sobre o tema, mostrando como as lutas por direitos políticos, sociais e econômicos fizeram emergir uma nova identidade colonial.

[Compre agora e leia](#)